

**CADERNOS
CANDIDO MENDES**

O negro de hoje visto pelo branco de agora
Territórios negros nas cidades brasileiras
Desigualdade racial na estrutura urbana americana
A comunidade argelina na França
O 'new look' do 'apartheid' nas cidades sul-africanas
Israel e África do Sul: conflitos em Estados étnicos
Cooperação e desenvolvimento na África
A influência econômica francesa na Nigéria
Coréia do Sul: um capitalismo organizado

estudos

17
AFRO-ASIÁTICOS



CADERNOS
CANDIDO MENDES

estudos **17**
AFRO-ASIÁTICOS

Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Diretor
Candido Mendes

Vice-Diretor
Carlos A. Hasenbalg

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

Nº 17 – Setembro de 1989

ISSN 0101-546x

Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEEA
do Conjunto Universitário Candido Mendes

Diretor

Candido Mendes

Editor

José Maria Nunes Pereira

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Serviços de Tradução

Anne Marie Millon, Carlos Alberto Medeiros, Kristine Stenzel e Maria Alice Ramos

Conselho Editorial

Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Denise Ferreira da Silva, Jacques d'Adesky, José Maria Nunes Pereira, Juarez Pinheiro Coqueiro, Luiz Cláudio Barcelos, Nelson do Valle Silva, Olívia Maria Rodrigues Galvão, Olívia Maria dos Santos Gomes, Tereza Cristina Nascimento Araujo e Yvonne Maggie

Conselho Consultivo

Beatriz Góis Dantas, Carlos Moreira Henriques Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Eduardo J. Barros, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Kabengele Munanga, Manuela Carneiro da Cunha, Maria Beatriz Nascimento, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta e Robert W. Slenes

O: conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores

We ask for exchange

Price:

Single copies: US\$ 8.00

Annual Subscription (two issues): US\$ 15.00 (air mail)

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à:
Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addresses to:
Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10 – Conjunto 501 – Tel.: 224-8622 – Ramal 59
20011 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Estudos Afro-Asiáticos tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Fundação Ford

SUMÁRIO

O negro de hoje visto pelo branco de agora 5

Carlos Rodrigues Brandão

O trabalho procura rastrear alguns aspectos e dimensões das relações de uso, poder, afeição e identidade entre brancos e negros em Pirenópolis, Goiás – região aurífera desbravada no início do século XVIII, onde os escravos por muito tempo foram a maioria da população e, hoje, é pequena a presença de negros –, analisando a maneira como os brancos de hoje percebem a presença e a identidade dos negros no passado e agora.

Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro) 29

Raquel Rolnik

A história das comunidades negras nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro revela que, apesar da inexistência de guetos raciais, sempre existiram espaços especificamente negros, marcados por estigmatização e relações contraditórias com os outros espaços circundantes.

Desigualdade afro-americana na estrutura urbana dos Estados

Unidos: 1967-1987 42

Joe T. Darden

A maioria das desigualdades sociais e econômicas que existia entre brancos e negros em 1967, quando das dellagrações em diversas cidades, ainda está presente 20 anos depois. As desigualdades entre afro-americanos e brancos são reforçadas pelos altos níveis de segregação residencial dos negros nas áreas metropolitanas americanas.

A comunidade argelina na França 56

Juliette Minces

Os imigrantes argelinos na França sofrem discriminação no tipo de emprego, nas áreas residenciais e na situação escolar maior do que outras comunidades de imigrantes. A especificação da colonização francesa na Argélia e a luta armada da independência nesse país são elementos básicos para compreender o grau dessa discriminação.

'Apartheid' urbano: o 'new look' das cidades sul-africanas 64

Walton R. Johnson

A nova situação nas áreas urbanas da África do Sul pode ser chamada de *neo-apartheid*, devido a mudanças de ordem demográfica e econômica – o poder de compra dos negros aumentará em 200% na próxima década e a economia necessita cada vez mais de trabalhadores negros qualificados. Mesmo assim, o poder branco resiste à instauração de um governo democrático.

Israel e África do Sul: perspectivas para a resolução de conflitos em Estados étnicos 77

Heribert Adam

O autor aponta a semelhança dos conflitos que ocorrem em Israel e na África do Sul, ambos Estados étnicos, em que o poder está ameaçado pelos cidadãos considerados de segunda classe. No entanto, diferem as respostas dos dois Estados: estratégias de exclusão em Israel e de cooptação na África do Sul.

Cooperação e desenvolvimento na África 94

Renato Cardoso

O artigo analisa a cooperação a partir de uma perspectiva africana e num contexto de marginalização da África na cena internacional, aponta razões para o fracasso da cooperação Norte-Sul e propõe uma nova pedagogia para a cooperação com a África.

O aumento da influência econômica francesa na Nigéria: suas implicações estratégicas 117

Jimi Peters e L. S. Aminu

A forte influência da França na África, sobretudo nos países francófonos, constitui um desafio para a liderança que a Nigéria pretende exercer no continente. A penetração de empresas francesas na própria Nigéria transforma o atrito num pragmatismo de ambos os lados. A Nigéria, contudo, se apresenta perante os países francófonos como uma alternativa de longo prazo para a França.

Coréia do Sul: um modelo de capitalismo organizado 132

Ernani Teixeira Torres Filho

Focaliza o novo padrão de capitalismo surgido na Ásia, em que a concorrência é potencializada por ações coordenadas entre o Estado e as empresas, com ênfase na experiência da Coréia, ressaltando os aspectos que propiciam uma melhor reflexão da realidade brasileira.

O NEGRO DE HOJE VISTO PELO BRANCO DE AGORA*

Carlos Rodrigues Brandão * *

Eu vou para Deus, mas não esquecerei aqueles a quem amei na Terra. (Sr Agostinho)

Tiveste una existência luminosa e breve como um sopro. Amaste a Jesus em vida, e morto estarás com Ele, pois tinhas um coração nobre e una alma generosa.

Senhor! Vos no-lo emprestaste para fazer nossa felicidade, nós vo-lo restituímos em silêncio mas com o coração dilacerado de dor. (Antônio Christovam Santana - 25.7.1909-10.1.1988)

Alguma pessoas 'de cor': sinais na pele, na vida

"Negro quando pinta, três vezes trinta." Esse provérbio, conhecido em toda parte, é às vezes estimado e repetido pelos negros. Quando o tempo se lembra de "pintar" de branco a "carapinha do negro", ele já terá por perto de 90 anos. Sadio e resistente ao mal dos brancos, mesmo quando era, antes, escravo, mesmo agora, pobre e desclassificado, o negro chega a esquecer os números do passado, diminuindo de muitos anos a "vida média" do negro escravo, em uma sociedade nacional enferma e faminta na qual raras cabeças de senhores e servos branqueavam por completo antes da morte. Há uma idéia difusa de que os negros "têm o sangue mais forte" e tiram das forças da descendência da espécie e da saúde das estranhas do indivíduo uma longevidade que a vida nega aos brancos: "pele clara, sangue aguado".

O desejo dessa norma com que a natureza corrige por dentro, no corpo do negro, os erros e abusos de uma cultura até agora desigual e particularmente injusta contra ele é verdade e mentira em Antônio Christovam Santana. Ele nasceu em algum "patrimônio" do município, em junho de 1909, e morreu na cidade de Pirenópolis (GO), em janeiro de 1988.

Como em quase todo o país, em Pirenópolis não causa espanto que mesmo um homem rico, "de bem", tenha entre filhos e amigos um ape-

* Este artigo é um capítulo do relatório da pesquisa financiada por uma dotação do Concurso de Pesquisa sobre o Negro no Brasil, promovido pelo CEEA.

** Professor de Antropologia da Unicamp.

lido de sempre que faz com que quase se lhe esqueça o "nome de pia" e que não ofende ser anunciado, mesmo por escrito, quando de sua morte. Assim, após "comunicar a missa de 7^o dia" de Antônio Christovam Santana, o auto-falante do carro acrescia um "o popular Tonho", enquanto subia ruas e descia vielas da cidade na tarde que apenas esperava escurecer para festejar, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, mais uma noite de "novena de São Sebastião".

Ganhei, como os outros próximos a mim, um "santinho" do morto que trazia, em um de seus versos, um retrato de Tonho – tirado não sei quanto tempo antes de sua morte – sobre flores, na lado esquerdo e acima de Nossa Senhora da Aparecida, vestido de terno, camisa branca e gravata. Raro negro "de verdade" em Pirenópolis, imaginei-o não tanto um "rico", porque senão já antes me teriam falado de sua notável exceção, mas um "remediado" como outros tantos e apenas diverso porque negro e um dia fotografado de "palitô-e-gravata". A mesma pessoa que comentou com outros a cor "pretinha" dos cabelos do morto aos quase 79 anos explicou-me que ele não era "um rico", mas um pedreiro, apenas "muito conhecido e estimado em toda a cidade". De fato, entre provérbios e chavões, pude escutar – ao fim da missa "pela alma do falecido", que se misturou com a do sexto dia da "Novena de São Sebastião" – que o "popular Tonho" era, também, "um negro de alma branca, porque só fazia o bem".

Eis uma primeira conhecida evidência com que será necessário lidar nestas páginas. Aqueles que socialmente não possuem por condição, herança ou posição o direito inerente de ser, em si, "uma pessoa de bem" precisam ser inquestionavelmente *bons*, o que os obriga, como a Tonho, a fazer, como gesto, o bem de que não dispõem como posse. Embora próximos, vê-se que podem ser opostos o direito de "ser de bem" e o dever de "fazer o bem". Pois, vê-se também, quando um "homem de bem" "faz o bem", ele o realiza como uma extensão de sua própria natureza social,

como um excesso de seu dom de berço, uma decorrência esperada do exercício dos seus direitos. Quando alguém da "gentalha", da "arraia miúda" do passado ou da "gente mais pobre da cidade" "faz o bem", ele não é magnânimo, mas servil, isto é: não "dá", "distribui", "outorga", "concede", mas "serve", "sacrifica", "dedica-se", com a fidelidade humilde que se espera de quem, à falta de "ser de bem", deve exceder-se em "ser bom", "fazer o bem", como a realização pessoal de um dever de serviço.

Entre parentes negros e "mais claros" e amigos do morto, "do lugar" ou vindos "de fora", que por um momento depois da missa se deixaram ficar no adro ao lado da Matriz, até quando começou o alegre "leilão da festa", não haveria lugar, por certo, para uma negra a quem os da Rua do Sapo chamam de "a Loura". Dificilmente ela teria com o que substituir os farrapos com que se cobre e colocar nos pés sapatos dignos de "missa na Matriz". Os parentes e amigos "de cor" do morto foram as únicas pessoas que vi em Pirenópolis trajados e com gestos que na cidade não raro se chama "de domingo" e, a mais baixa voz: "de branco".

Todos os negros atuais do lugar são pobres, sujeitos, na melhor das hipóteses, "classe C", se uma pesquisa de jornal viesse de Goiânia entrevistá-los. Mas, fora das estatísticas, a própria pobreza é múltipla e mesmo entre os negros há duas fronteiras também simbólicas de extrema visibilidade. Eu disse: "mesmo entre os negros". Seria preciso corrigir: "principalmente entre os negros". Vejamos de que forma.

Como "o popular Tonho" e os jovens (raros adultos) negros e mulatos reunidos domingo no Teatro Pirenoes para o Pré-Congresso da Juventude Pentecostal, há famílias e pessoas em que a equação da pequena sobra da "renda familiar mensal" – com as razões de um modo de vida e de uma identidade que precisam separar a afirmação do desejo de um estilo da evidência de classe do salário – resulta em uma espécie de "ascensão semiótica" do

ser familiar e individual. O trato da casa – “pobre... mas...” –, o cuidado das roupas (não existe, nem nos sertões de Goiás, um pentecostal “mal vestido”), os gestos do corpo e os da fala, tudo separa o pobre que “se cuida” – e se torna, por isso, ilusória ou realmente próximo de brancos “remediados” – dos que se entregam ao “desleixo”, ao “descaso”, ao “relaxo”. Isso que aproxima o pobre da miséria, da indignância e de tudo o que a lógica da cultura em Pirenópolis associa ao vício e ao mal “dos fracos”.

Sabida como uma *posição* derivada da *condição* econômica, a pobreza é redefinida como aceitação plena ou recusa ativa a justamente uma *condição* social e até, inevitavelmente, religiosa – “ricos e pobres sempre os tereis entre vós” –, como um estilo de vida. Como a marca do *estado no modo de ser*. E se ideologia do passado colonial, apenas revisitada de algumas outras palavras muitos anos depois, sugere que os desvalidos são os maiores culpados de sua própria condição, o seu argumento pensado entre os pobres de Pirenópolis opera uma nova divisão de responsabilidades. Se é possível negar aos senhores de bens e poderes o estigma de que o pobre condenou-se a si mesmo à sua *condição*, porque em princípio a sociedade “dá a todos” “condições” iguais ou semelhantes, é necessário crer que existe uma oposição social, ética e estética entre uma pobreza decente, como a de Antônio Christovam Santana, e uma pobreza indigente, como a de Loura. E nos fundos da Rua do Sapo ela está, negra também, tão distante do morto quanto este de um “branco ilustre” do passado ou do presente de Pirenópolis.

Pois o que dizer de Loura senão que ela tem tudo o que a lógica do estigma precisa para lembrar que “preto é assim mesmo”?

De um ou dois homens ela teve 13 filhos e criou sete, dos quais três “bobos”, “simples”, como prefere dizer. Agora cuida da casa e vive de sobras de filhos, netos e outros parentes. Mas lembra que durante 40 anos foi garimpeira, primeiro com os pais, sempre muito po-

bres como ela, depois com o marido e, finalmente, sozinha.

Ela é mais uma das pessoas que garantem que por toda a parte das serras e escondidos dos Pireneus há ouro e rutilo de sobra. Afundada nas águas frias do Rio das Almas, nunca encontrou mais do que uma “falsca” ou outra do ouro que os olhos da ilusão misturam em muitas onças e oitavas nas areias do Almas e de outros rios “do lado de cá da serra”. Mas garimpou muito rutilo: “Eu passava o dia todo lá, na água fria, com sol e chuva na cabeça; perdi muitos filhos assim, mas voltava pra casa com dois sacos de rutilo e quem ficava rico era só o dono” (das ferramentas e de uma suspeita posse dos locais de mineração). Lamento não haver guardado nem gravado a frase em que, aos trambolhos, pela boca de cacos de dentes, ela lembrou que os ricos ficam ricos com o que os pobres dão a eles, para ficarem mais pobres. E ela acha que isso está inscrito no ser da História e será sempre assim, até que tudo acabe.

Mesmo sem ser “crente”, acredita que o mundo já está mesmo “pertinho do fim”. Porque, mesmo fora do Paraíso, “antes do primeiro fim do mundo”, a Terra era plana e fértil, não dividida entre ricos e pobres e repleta de bens de abundância para todos. Foi assim até quando “a maldade do mundo” dividiu os bens e as pessoas e foi por isso que “veio o fim de tudo”. O castigo que matou os maus de então cristalizou-se na própria forma como a Terra voltou a existir para ser repovoada, após o “primeiro fim”: porque a própria natureza retornou dividida e se encheu de pedras, montanhas e escarpas. Os bens do mundo, da comida ao ouro, ficaram difíceis, ocultos. Por isso os homens precisaram ser outra vez desiguais e o mundo de depois do “fim de tudo” voltou começando tal como havia o outro terminado. Por isso ele será de novo destruído, agora com fogo e para sempre.

Loura, que às vezes lembra a mim chamar-se Camila, “dona Camila”, de alguma maneira exhibe o desalinho de sua indignância. Quase no fim da última parte baixa da Rua do Sapo, o

seu barraco de duas peças muito pequenas é construído de adobe e sequer barreado. O telhado copia o teto nos andrajos com que ela cobre o corpo; o chão é sujo e de terra; e não havia mais móveis do que uma banca de varas de madeira, um fogão caipira e um amontoado de colchões rasgados.

Não seria difícil atribuir a essa estranha negra de cabelos ruivos as artes da feitiçaria. Afinal, entre bons e maus, os ofícios procuram os seus tipos. Soube que há suspeitas não declaradas e talvez a própria filha tenha sido a primeira a sugerir isso. Eu a encontrei lavando panelas e pratos na beira do Almas. Como tinha o pescoço rodeado de colares e um terço, comecei por af uma conversa, pois no dia anterior ela mal havia falado diante da mãe. Disse que havia ganhado os colares dos "hippies" e que os usava como "guia" de proteção. Ao contrário de muitos, elogiou-os: "São uma gente que não faz mal pra ninguém, chama a gente pra trabalhar e paga melhor que esses uns da cidade." Mas a mãe não, ela é da pior espécie. Algum tempo atrás, Santa voltou para casa com muita dor de cabeça e deitou "pra ver se passava". Acordou com um dos irmãos "bobos" por cima e a mãe à volta, "que veio pra matar eu de cacetada". Perguntei o motivo: nenhum a não ser o desacerto da maldade que algumas pessoas têm. Uma vizinha a salvou da mãe e do irmão - "o senhor pode ir lá perguntar pra ela".

Feiticeira, negra imunda, indigente, descuidada de si e dos filhos, igualmente aos farrapos, analfabeta, vagabunda e a meio caminho entre a sanidade do "simples" e a loucura, eis como facilmente a retórica de ricos e pobres de Pirenópolis associaria qualificadores para desenhar o perfil do lado negro da indigência - sempre menos perversa entre os brancos muito pobres -, de que Loura é mais um tipo extremo e exemplar do que uma pessoa.

Muito menos conhecida na cidade do que "o popular Tonho", mas em compensação melhor protegida da morte do que ele, Dona Antônia diz que não conhece e nem gosta de falar "de gente como ela [a Loura]". Espanta à

primeira vista que uma velha mulher, mineira, migrante pobre e com cem anos de idade possa estar tão inteiramente viva. O ditado sobre o branco do cabelo do negro muito velho nela se realiza apenas pela metade: Antônia é ainda grisalha e se orgulha de haver chegado à sua idade sem depender dos filhos e netos "pra cuidar da casa". Haver "passado pra crente" aos 91 anos pode ser uma das razões pelas quais o corpo, a roupa e a casa são impecavelmente limpos, muito embora ela more em uma casa pobre nos altos da Rua do Carmo. Mas não será só isso. Ela lembra que veio de uma infância muito pobre, mas limpa (em quantos sentidos possa pensar essa palavra) e honrada (que é um dos modos de se ser "limpo").¹

Semi-alfabetizada "depois - de velha e crente", ela lê passagens da Bíblia sem óculos, franze pouco as raras rugas, escuta como um jovem o que eu pergunto e responde de imediato, sem a demora da cansaça do pensar que é justo esperar de uma velha, quanto mais mineira. O "trato" de negro "pobre e honrado" que impõe a si mesma multiplica-se entre os filhos - vários deles profissionalizados e residentes fora de Pirenópolis - e netos, alguns de pele branca. A família é como ela, ainda que em maioria tradicionalmente católica, de tal sorte que a religião explica pouco de um modo de ser rigorosamente austero, sóbrio e honrado entre negros pobres. Aquilo que brancos julgam ser *seu* por essência de raça e dos negros por exceção de esforço.²

Não mais católica de preceito, como Antônio Christovam, nem dada - Deus que livre! - aos usos excusos dos feitiços de negros, essa mulher negra, crente tardia, mistura os seus neo-saberes da crença com os antigos, e é por isso que explica muitas coisas dos mistérios deste mundo e do outro.

Assim o próprio feitiço, que ela traduz misturando uma versão popular entre os pentecostais, da região com a de antigas tradições de negros católicos. Havia feitiço, feitiçaria, magia e mandinga; não há mais. Melhor: antes havia como costume difundido, como prática usual de muitos e como algo que, portanto,

servia para explicar boa parte dos acontecimentos não explicados. Não se estaria muito longe da lógica ashanti de Evans-Pritchard. Agora não há mais. Antes, "no tempo do cativo", ele foi ao mesmo tempo o saber secreto, o poder oculto e o mal não confessado dos negros. Havia alguns: os mais velhos, os mais vindos da África (que ela não suspeita onde seja), tão poderosos nesses ofícios do horror que lhes bastava soprar de leve sobre a vítima para que ela caísse morta, enferma, louca ou "sem a voz". Em outros era o bastante pensar de longe o desejo do mal e enviá-lo a quem o devesse sofrer para que assim fosse. Mas nos últimos tempos os brancos "roubaram o feitiço dos negros". Estranha afirmação em uma mulher pentecostal, para quem a leitura da Bíblia obriga, sem dúvida, a reconhecer em todas as modalidades de magia, de feitiçaria, de sortilégios de adivinhação um poder, sim, mas proveniente sempre do mal: obra do demônio, ofício e artimanha de seus seguidores terrenos, a exata face invertida e perversa da religião.

Pois que antes, "no cativo", os brancos dominaram os negros com o lado claro do mal: com os malefícios legítimos da lei, do poder consagrado de uns sobre os outros - "Agora eles mandam nos negros com o lado escuro do mal". Este "lado escuro" foi o artifício do negro, quando escravo, pois era tudo o que ele podia fazer em sua defesa contra um poder absoluto que a tudo e a todos dominava. Libertado, o negro não se tornou igual ao branco: continuou inferior; senão servil e dominado em tudo, como durante a escravidão, pelos menos ainda submetido. Dissolvidos os códigos que davam ao branco o exercício legítimo do domínio opressor e ao negro apenas os subterfúgios da feitiçaria, foram os brancos os que herdaram - que roubaram na verdade - dos negros o seu poder "escuro". Não para praticá-lo, pois eis que não precisam disso, embora Dona Antônia reconheça muito "malefício" e muita "maldade" demoníaca nos brancos. Para deixarem os negros sem um tipo de poder que era não apenas *deles*, mas que

era intrínseco à sua própria natureza. "Só que agora esse poder existe e não existe." Não há mais dele.

E não há, em primeiro lugar, porque o poder maléfico do feiticeiro é uma forma de saber que mistura um dom que se tem ("quem tem já nasce com ele") com um aprendizado lento e perigoso que se faz. Mortos os velhos concededores, sem que o fio da sabedoria maléfica tenha sido continuado, o seu saber se perdeu ou existe ainda, raro, nos últimos velhos magos à beira da morte. Em segundo lugar, porque os brancos apropriaram-se dele, isto é, criaram uma ordem de modos de ser que exclui o uso da magia. Haver conseguido a "liberdade" significou para a negro haver-se também rendido a despossuir-se do que era a sua própria natureza e estabeleceu, em favor do negro, a diferença entre ele e o branco. A melhor saúde do corpo é ainda um dos últimos sinais disso.

Dona Antônia é uma das últimas negras da região que recorda com nomes e acontecimentos o passado escravo dos antepassados. Eis então que aquilo que oscila entre o esquecimento do saber e o mito da memória é recontado por ela, a seu respeito, como um relato verdadeiro, para ser acreditado. Maria Jacinta, sua avó, foi escrava em Minas Gerais. Foi "dada a um homem" para que ele aceitasse casar com a mulher que não queria: eis o que comprava o valor de um escravo. Esse homem pediu a um pai a mão de uma de suas filhas. Pedido aceito, o casamento foi marcado e, como de costume, a noiva se apresentou com o rosto coberto por véu. Como Labão da Bíblia, o pai escondeu sob o véu uma outra filha mais velha e, imagina-se, menos visivelmente dotada ao casamento. Descoberta cedo a trama, e diante da ameaça do marido enganado de devolver com escândalo a filha dada como engodo, o pai aceitou pagar a afronta com um par de escravos não casados. Maria Jacinta era a mulher do acordo. Pariu "no ventre livre" a mãe de Dona Antônia e antes de morrer conviveu com a neta até ela própria ter tido os quatro primeiros de seus muitos filhos.

Antônio, Antônia e Loura – um homem morto e duas mulheres vivas – não são “tipos” igualmente conhecidos em Pirenópolis. Não seriam sujeitos, estilos públicos ou exemplos notáveis de negros “do lugar”. Mas se trouxe os seus nomes e rostos aqui é porque me parece que a imagem de negro que se tem em Pirenópolis – eu ousaria dizer em Goiás – oscila entre os três e toma-os, “puros”, como modos negros de ser, ou combina atributos e visões deles para criar esse ser estranho a respeito do qual se evita falar a sério, mesmo a um pesquisador “de fora”: o negro de agora.

Um homem de ofício, e eles são em maioria negros ou mulatos, entre artesãos e “oficiais” de construção de casas e derivados, em toda a região; uma ex-garimpeira, dona de casa indigente; uma mulher-avó cuja função parece ser, agora, pobre e semiculta, a de realizar-se como uma última matriarca sem qualquer poder a não ser o afeto dos filhos e netos, de que fui testemunha. Três pessoas igualmente pobres, como se pensa que o negro “via de regra” deva ser, mais diversas no modo de vida que realiza a pobreza. Um homem nascido, criado e morto como católico, que esforça por ampliar ao círculo dos brancos, pessoas “de bem”, a esfera de suas relações, primeiro como um trabalhador irrepreensível, depois como um sujeito honrado que, à distância e em termos, até pode ser um amigo e levar ao velório dois ou três adultos “das melhores famílias”. Uma mulher convertida a uma confissão que submete à sua igreja a vida e a identidade do fiel e que divide entre ela e a comunidade amorosa dos parentes e vizinhos o circuito da vida. Finalmente, uma “negra” no duplo sentido do termo – tanto quanto Antônio Christovam não deixou de ser “um negro de alma branca”: escura, indigente e possivelmente perigosa. Dizer-se católica não teria nela, de maneira alguma, o efeito de reconhecimento e respeito que isso sugere em Antônio, pois que “ignorante”, negra e miserável ela só pode ser, também, “dada a essas coisas” que nem todos os negros, mas o lado *negro* do preto, conhecem e praticam.

Ser ‘honrado’, ser ‘ilustre’: ser negro, mas...

Recuemos vários anos. Prometo que não por muito tempo. *Famílias Pirenopolinas*, escrito por Jarbas Jayme, é uma obra notável: ele dedica cinco grossos volumes e mais de cem capítulos às genealogias de um lugar que nunca teve mais de 20 mil habitantes, contados os da cidade e do município, até hoje imenso. O relato dos tipos é extremamente monótono. As pessoas quase sempre não são quase nada, embora algumas possuam muito. Pouca coisa difere uns dos outros – à exceção notável do comendador Joaquim Alves de Oliveira – e a relação da posse de bens em quase todos os casos é tudo o que Jarbas Jayme tem a dizer a respeito de um ancestral de uma das famílias notáveis do lugar. Diz ele numa das passagens do livro: “Foi Inácio da Silva Leme dos primeiros povoadores do solo meiapontense, de onde extraiu grande quantidade de ouro. Proprietário de dezenas de escravos e de grandes cabedais, casou com Maria Tereza de Almeida, natural de Itu.”³ E numa outra: “O Sargento Mor Antônio Rodrigues Frota (—), senhor de dezenas de escravos, dedicou-se à mineração a exemplo de seu sogro, outro potentado. E as grandes escavações que ainda se vêem nas margens do rio das Almas, bem como nas do ribeirão Bagagem, ainda guardam átomos de terra que passaram pelas mãos calosas daqueles infelizes proscritos.”⁴ E mais ainda: “(...) sobre serem pessoas respeitáveis, privaram com o último filho de Matias Correia de Figueiredo ou Alexandre Pinto Lobo de Sá, que foi senhor de numerosos escravos e algumas propriedades rurais e urbanas em Meia Ponte”⁵. No último capítulo do volume V, Jarbas Jayme relaciona “algumas famílias humildes, em sua maioria procedentes de troncos africanos, que viveram, nas senzalas, grande parte dos séculos XVIII e XIX (...)”.

Nos pequenos trechos acima, o autor da genealogia de Pirenópolis ocupa-se em desenhando o perfil dos ascendentes ilustres das famílias atuais. Haver sido “senhor de numero-

“os escravos” ou “proprietário de dezenas de escravos” é o que melhor os caracteriza. Ao contrário, as famílias de negros são descritas através dos donos de quem os ascendentes foram escravos. Nada mais natural, de vez que eles terão sido apenas isso, assim como aqueles que mereceram serem contados entre as famílias do lugar não foram mais do que negros, salvos por serem “de bem” (mas nunca no sentido em que tal expressão se aplica à família branca), honrados, trabalhadores e estimados: “Procede a família Tocantins de Benedito da Costa Tocantins, natural de Meia Ponte, filho de Adriano, escravo de Joaquim Teodoro Tocantins e de Benedita, escrava do dr. Francisco Henrique Raimundo Tripent de Geneths.

“A cor e a origem obscura de Benedito da Costa Tocantins não obstaram a que fosse ele geralmente estimado, na sociedade de seu tempo, pois era homem de bem e trabalhador.

“Fabricante de calçados e de artigos de montaria, manteve grande oficina, com diversos operários, oficina essa que seu filho João ampliou e melhorou.”⁴

Uma sutil variação de qualificativos merece a atenção. Nesses e em outros fragmentos de perfil de sujeitos situados de um lado e do outro do sistema de relações de vida e trabalho na sociedade colonial, é muito raro que os traços diferenciadores da pessoa do branco, senhor de escravos, sejam enunciados. Tanto em documentos oficiais do tempo quanto em uma genealogia escrita muitos anos depois, o que se ressalta são os indicadores de sua posição social – (a) os bens herdados, possuídos e deixados de herança; (b) a filiação e descendência, tanto mais descritas quanto mais supostamente “ilustres”; (c) os títulos honoríficos e os cargos públicos ocupados. Não duvido que em outras situações e documentos a pessoa do senhor seja exageradamente enaltecida, em uma sociedade em que o poder não se dissocia do prestígio e em que as pessoas que não podem exercer publicamente uma coisa lutam por possuir socialmente a outra. Mas tal como nos anúncios de venda ou de aviso de “escravo fugido”, são justamente os negros cativos aque-

les cujos traços do corpo e do espírito são enunciados. Despossuídos de bens, eles carregam em si mesmos os seus sinais de serem bons. Isso valia para a propaganda do *A Matutina Meiapontense*, em que as vantagens de uma escrava eram descritas aos olhos do comprador, e valeu também quando, anos depois e para outros usos, o historiador de Pirenópolis precisou dizer quem eram as pessoas negras de quem falava: “Da autobiografia do coronel Bernardo Lobo de Souza Fleuri, colhemos a notícia de que quando ele casou com Ana Joaquina de Faria Albernaz (4.4.1842), seu sogro, alferes Manuel de Faria Albernaz, deu à filha a escrava Mariana, que, pouco depois, teve Brígida. Esta era preta, de estatura baixa, gorda e de uma bondade pouco comum.”⁷

Os atributos de família são próprios dos senhores do Reino e dos senhores de escravos. Uma “moça de família” se declara por meio de sua pessoa social e o parentesco de ascendências remota e próxima sugere e garante virtudes próprias que, coletivas, mais do que pessoais, são as que se imagina – ou se desconfia – serem as de “uma moça de família”. Por isso, também, uma quebra individual dos códigos de relações entre atores de elite ofende a parentela e não apenas a família nuclear; ofende a “honra da família” mais do que a “reputação da moça”. A questão é fascinante, mas não importa estendê-la aqui.

Em direção oposta e, pelo menos em aparência, como um intrigante paradoxo, é o escravo quem a sociedade escravocrata individualiza. É ele, despossuído de bens, desvestido de nomes de descendência, desarraigado de uma família e, mais ainda, de uma parentela, quem antecipa, na prática, a individualização do sujeito. Se assassino de senhores, só ele paga pelo seu crime. Se contraventor da honra alheia, do mesmo modo apenas ele é punido pelo senhor e – tenho dúvidas a respeito – pela sua rede de camaradas, pela sua confraria de iguais subalternos. Aliás, será a confraria de escravos, em Pirenópolis como em outros arraiais do ouro na Capitania de Goyaz, a primeira instância de nomeação completa e de

atribuição corporada do prestígio e da culpa. Se apto pelo trabalho, ele sequer vale, como os animais de raça de anos mais tarde, pelo seu *pedigree*. Não encontrei documento algum em que a pessoa de um escravo é garantida pela sua ascendência. Haver sido filho ou neto de um pai ou avô extremamente apto para o "serviço das minas", ou para uma modalidade relevante de artesanato, não qualifica o descendente antecipadamente. Cada sujeito escravo, a cada vez por sua conta, deve demonstrar as virtudes do corpo (sadio, alto, forte, com todos os dentes, jovem), da aptidão (bom trabalhador, resistente, disposto) e da ética (fiel, confiável, manso; virtudes como "honrado" e equivalentes aparecerão apenas depois e serão aplicadas em Meia Ponte aos negros livres, aproximados social e simbolicamente dos brancos o bastante para merecerem, por razões pessoais, qualificadores atribuídos aos brancos "de bem" por natureza e condição social). Por isso é a ele que a sociedade colonial se habitua a descrever, a estabelecer uma "ciência do negro", tal como entre fazendeiros e camponeses existe uma "do gado".

Os tempos e os negros

Qualquer pensar do branco em Pirenópolis, quando avalia o negro, opõe um juízo de espécie a um outro de diferença e dessemelhança interna. Se algo se tinha e tem a dizer sobre "o negro", "os negros", "os negros daqui, antigamente", "os negros de agora", e se há inclusive, como havia, possivelmente com mais fértil variedade, nomes, frases feitas, provérbios, ditos e mitos de desqualificação do negro como um sujeito genérico, sabemos que há percepções diferentes e mesmo relativamente opostas, e não apenas por causa de diferenças de tonalidade de "cor da pele". Um recorte estratigráfico que reordena o campo da relação natureza-cultura, tomando de cada domínio seres, lugares e situações, articulados de acordo com uma espécie de segunda lógica de arranjo simbólico, e que aos negros os redis-

tribui segundo, por exemplo, sejam percebidos como seres mais próximos dos índios, da mata e do hostil e incivilizado; como seres a meio caminho entre a natureza não dominada e a cultura dominante, distribuídos entre os campos da pecuária e as roças de lavoura; como seres, enfim, domésticos, que tal como os brancos, ainda que opostos socialmente a eles por serem seres subalternos, compartilhem com eles a experiência cotidiana da cidade, da vizinhança, da casa e da família.

De modo correspondente, aqui seria preciso realizar um outro recorte. Desde pesquisas feitas há muitos anos na cidade de Goiás, observei que o juízo do branco não consegue pensar o negro sem antes colocá-lo nos contextos supostamente históricos em que reconhece a sua presença na região e na cidade. Aos "negros do cativeiro" é preciso opor os "pretos de agora!" E, conforme sejam definidos como sujeitos de uma ou outra época em que a ideologia do lugar se acostumou a classificar as eras da vida da cidade e do campo, eles, genérica, mas desigualmente também, são avaliados desta ou daquela maneira.

Em outros momentos, investigando a ideologia e os hábitos alimentares de uma pequena cidade vizinha a Goiás, pude perceber que os velhos e adultos camponeses e fazendeiros da região, assim como os lavradores "peões", parceiros ou empregados, agregados ou não, só conseguiram compreender para eles próprios e explicar aos outros – como a mim mesmo, em entrevistas – a lógica da vida e as mudanças atuais quando opunham tempos, entre os quais os mais visíveis eram "o tempo dos antigos" e "os dias de hoje". Também ali, entre homens "do campo" e "da roça" da antiga aldeia de São José de Mossamedes, dedicada pela Coroa portuguesa aos índios de Goiás, toda a natureza, as plantas e os bichos – ainda selvagens ou já domesticados, o corpo e a saúde das pessoas, as suas relações com a própria natureza e os relacionamentos entre elas, tudo observa uma guarda, perda relativa ou perda absoluta de suas qualidades, boas ou ruins, de

acordo com os tempos em que tudo e também cada domínio de coisas e sujeitos é avaliado. A própria água da natureza, o ar e a terra foram mais puros e mais "sadios" no "tempo dos antigos"; assim também os animais de caça, mais abundantes e menos nocivos enquanto comida, ainda que mais livres e ferozes enquanto seres de ameaça aos humanos. Uma "fatura" que caracterizava tanto a lógica das trocas entre homens e o mundo natural quanto a "bondade" das relações de poder, trabalho e vida entre as pessoas – a memória aqui esquece a escravidão, o "cativeiro" – foi aos poucos substituída por uma carência, em que a própria força da natureza se submete aos desmandos dos homens, regidos agora por uma ambição – "inibição" – menos presente ou inexistente no campo dos relacionamentos do passado.

Em Pirenópolis, um pensamento muito semelhante inclui o negro. Saibamos reconhecer de saída que a presença do negro não é af espontânea. Ela não é nada motivada. Dou um exemplo. Quando um homem ou uma mulher branca avaliam situações e mudanças na região, a fala sobre a natureza motiva a produção de alimentos; a fala sobre a sociedade acentua diferenças na repartição de bens, no jogo dos poderes (assunto muito mais masculino do que das mulheres) e na ética das relações, sendo esse último o assunto mais marcado e espontâneo. O índio é o sujeito ausente e não há mais do que raras referências escolares a eles quando o autor da pergunta insiste em sua presença na lógica do relato. O negro é esquecido. Sabe-se que a região foi abundante em ouro e negros escravos e, depois, livres. Sabe-se que por caminhos iguais ou diversos os negros e o ouro "foram embora um dia". Sabe-se que houve no passado, em toda parte da região, uma cultura de negros, ainda que possivelmente não tão negra como ela é reconhecida existindo viva até hoje "no Norte" e "na Bahia". Mas é preciso que se insista para que a presença do negro e os sinais, não tanto do seu trabalho produtivo, mas simbólico, deixado como uma cultura peculiar, sejam incorporados ao que houve, ao que mudou e ao que existe ou não existe "no lugar".

Não é que o negro e sua descendência de mestiços sejam percebidos como menos demograficamente numerosos e menos social e economicamente importantes. É que não se usa incorporá-los a interpretações da história local e de seu cotidiano, nas quais outras categorias de sujeitos, como "os ricos" e "os pobres", "os fazendeiros" e "os peões", os "daqui mesmo" e os "de fora", parecem simbolicamente muito mais visíveis e mais determinantes de modos de ser, de tipos diferenciais de cultura e de razões sociais de transformações, do que sujeitos étnicos, pensados como categorias de relações.

Tal como as escrevo aqui, as fórmulas de enunciação de "tempos" locais não são ditas assim por todos. Nem seria justo afirmar que tomo expressões corriqueiras, falas da ideologia de todos em Pirenópolis. Talvez as duas primeiras, sim, possam ser mais usuais, porque a diferença entre seus momentos em Pirenópolis foi marcada na história e é muito motivada como memória: *tempo do ouro e tempo da lavoura*. A terceira menos: *tempo do garimpo*. Mas, se ela não está tão presente na fala como fórmula, está certamente como imagem, e por isso a construo aqui.⁸

De todos os tempos com que a memória do branco pensa as eras das histórias da antiga Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, o melhor, sob todos os aspectos, o mais motivado na fala e o mais tomado como referência política e ética de como "as pessoas eram" e de como o jogo das relações entre elas "devia voltar a ser" é o *tempo da lavoura*, vivido pelos homens e mulheres que são agora, na velhice, a guarda da honra e da memória do lugar.

Foi, oposto ao *tempo do ouro*, uma era entre distanciada e ainda próxima, quando a uma fatura vivida entre os "do lugar" sucedia uma riqueza que os de Meia Ponte viam sair de lá em tropas de mulas com destino ao litoral. Esse tempo anterior e conhecido das memórias, dos "causos" e dos documentos, o *tempo do ouro*, teria como lugares centrais da vida a oposição arraial-rio: o "patrimônio" onde se

vivia e os rios de onde se tirava o ouro. Ele misturava bandeirantes paulistas e homens do Reino, de tal sorte que, mesmo que várias famílias “de bem” de Pirenópolis reconheçam ali as suas origens, não vêem nessas pessoas distanciadas, que em maioria “foram embora quando o ouro acabou”, os seus ancestrais reconhecíveis, visíveis e queridos. Aquele foi “um tempo” caracterizado pelo que se pode desenhar como uma desordem inicial.

É justamente aqui que o juízo da memória das pessoas brancas de Pirenópolis não difere muito do de historiadores recentes e de viajantes do passado, como Saint-Hilaire. Uma ética do ouro, logo, da apropriação indevida, da expropriação violenta, do conflito e do interesse “mesquinho” pelo enriquecimento apressado, teria caracterizado tanto a conduta das pessoas – de que a memória, tal como os documentos, não salva sequer “alguns padres” – quanto a própria cultura: positiva e refinada enquanto arte (a pintura, a música e a arquitetura de então, decadentes com o fim do ouro e a safra dos artistas), desqualificada enquanto código de relações, enquanto um modo de vida que o ciclo seguinte viria a negar.

Como um império em mínima escala, destruído com o passar do ouro e substituído pelo retorno à vida “casta” do campo, um *tempo da lavoura*, essa quase “idade média” goiana e meiapontense confunde-se com a era que as pessoas de todas as classes e etnias chamam com saudade de “tempos dos antigos”, tal como em Goiás e em Mossâmedes. Ali estão, já goianos e senhores mais de terra e gado do que de lavras e escravos, os ascendentes próximos, os ancestrais nominados das famílias do lugar.

O eixo arraial-rio muda-se para algo como vila-fazenda. Mas, se antes o arraial era o lugar de toda a vida social e o rio apenas o do trabalho, onde o negro é visível e o branco ausente – a não ser como dono e, às vezes, feitor –, agora o lugar da vida, e não apenas do trabalho “alheio”, é a fazenda. A fala que lembra um tempo motivado que sucede outro, misticamente lembrado, ressalta mais as mudanças de “costumes” do que propriamente da

economia, ainda que saiba, tanto quanto a ciência, que uma em boa medida decorre da outra. Se antes a “exploração” (aqui evidentemente usada em um duplo sentido) regia a lógica das relações cotidianas do trabalho e fazia o estofado do código de relacionamento de todos entre todos, dentro e fora de seu campo, agora é o próprio *trabalho* que rege a prática e os símbolos da vida.

Mesmo quando sobre esse tempo da lavoura divergem as interpretações de fazendeiros e lavradores parceiros, “peões” ou sítiantes, elas são acordes quanto a algumas avaliações fundamentais. Divergem quando pensam um tempo idílico no pensar do senhor de terras e um “tempo bom”, melhor do que o antecedente e muito mais do que o presente, mas no qual apenas as regras da reprodução social da desigualdade foram alteradas, já que agora regiam trocas de bens, serviços e sentidos entre os mesmos e outros sujeitos essenciais: o eixo senhor-escravo não se desloca para o eixo proprietário-colono como em São Paulo, mas para o eixo patrão-peão, em que as regras da serventia, amenizadas, sem dúvida, subjugarão lavradores brancos e mestiços – mais raros, sempre, os negros – a um jogo entre sujeitos agora livres de lado a lado, mas igualmente desiguais. É desse tempo uma identidade fundada no trabalho e nos seus derivados: a honra, a fidelidade, o respeito (palavra e símbolo que se estende por igual a todas as categorias de atores sociais, do peão ao patrão) e a não-ambição.

Lavradores agregados e principalmente sujeitos subalternos atrelados à “vida do gado” não tinham como se perceber envolvidos em uma esfera de relações de mercado, como mesmo um homem pobre da cidade hoje se vê, a todo o tempo. De modo não muito diferente de como deviam conviver com a servidão os escravos da pecuária e, menos, os da lavoura, a troca do trabalho não era o dinheiro, mas o seu próprio produto direto: a produção agrícola da parceria antiga convertida em alimentos; o pequeno excedente trocado em relação direta por outros produtos da terra ou do mercado local;

a paga do serviço do gado “na sorte”, isto é, com partes de crias do próprio gado “tratado”. Em um tempo em que mesmo ao “grande” faltava o mercado, a não ser para o gado, ao “pequeno” restava converter uma condição liminar em uma experiência que a memória da cultura camponesa em Goiás recupera justamente sob o nome de “fartura”, isto é: a falta de dinheiro associada à impossibilidade de utilizá-lo por ausência relativa ou absoluta de bens comerciáveis (uma honesta família camponesa podia orgulhar-se de não comprar mais do que querosene, calçado e algum “pano de roupa” nas lojas das vilas) *versus* uma reconhecida sobra de produtos “da roça”, do pasto e, principalmente, do quintal (aves e porcos) disponível ao consumo familiar cotidiano e comunitário, sazonal, nas festas de santo.

Após uma plena desordem inicial, característica do tempo do ouro e inscrita em seu próprio código, esse período de ressertanização da vida de ricos e pobres corresponde simbolicamente a uma era de ordenação da vida através do trabalho. Pois se uma lei do sertão é violenta e arbitrária até no atacado, no varejo da vida cotidiana de fazendas, patrimônios e pequenas cidades nascentes ou promovidas a “isso”, como Pirenópolis, uma rigorosa norma patriarcal, realizada como repertórios de preceitos de ressacralização da conduta e da identidade de todos entre todos, submete todos os relacionamentos. E na memória de agora não parece haver sido submetida a outros interesses que a preservação de uma rústica dignidade rural de senhores e servos redefinidos como “peões”.

Pois se havia, então, como antes, *bons e maus*, o código do campo era agora regido por princípios sociais do *bem*, ao contrário dos valores da era do ouro. Pois se continuavam coexistindo senhores e servos, estes se viam agora livres – mais do que antes se percebiam a si mesmos os “homens livres” do tempo do ouro – e submetidos a um mesmo mundo de trabalho no qual as desigualdades de classe e fortuna não eram pelo menos tão visíveis.

Não era tanto, quanto fora no passado, a própria matriz da ordem da vida sob o ouro. Parece que por mágica o mal do mundo se esvai com o ouro que minguava na areia dos rios e no fundo das grupiaras: não havendo mais aquilo pelo que os homens tornam extremas as relações desiguais e a lógica do interesse, não havia porque não retornar a um sistema regido por uma suposta solidariedade entre iguais e uma complementaridade cúmplice entre desiguais. Os homens sem-terra agregavam-se aos recantos das fazendas com suas famílias; comprometiam com as dos “donos”, também “patrões”, as suas próprias vidas; plantavam em “terra dada” as suas lavouras “livres de meia”, em troca “do pasto formado”, depois de dois ou três anos; vendiam por preços de troca direta os raros excedentes das “roças” aos próprios “donos”; serviam-nos como agentes civis ou mesmo paramilitares de poder local. Enfim, misturavam-se as vidas e uma percepção de reciprocidade entre desiguais complementares subsiste até hoje na fala dos atuais fazendeiros e dos presentes “peões”.

Pois é justamente a quebra progressiva, mas também irreversível das condições materiais de eternização de um tal código da lavoura o que fornece aos homens do campo, situados de um lado e ou do outro da propriedade e do poder, a convicção de que houve, nos últimos vários anos, justamente isto: uma ruptura. Uma desorganização regressiva do estado de coisas. Não existe mais o ouro, mas sem ele voltou-se à sua ordem. A uma desorganização dos princípios de tudo – isto é, de todas as esferas de relações possíveis – com efeitos nefastos sobre todos. Pois os senhores de terras – nunca mais tão “senhores” nem proprietários das extensões antigas de alqueires goianos – são justamente os primeiros a reconhecer que um tempo antecedente regido pela “fartura”, como evidência visível de um modo de vida regado pelo desinteresse (a não-ambição) e a solidariedade, deu lugar a um outro, submetido ao interesse, à maldade e formas desconhecidas de expropriação e violência.

O eixo *vila-fazenda* desloca-se para um outro: *cidade-cidade*. Isso significa o seguinte:

a) em um primeiro tempo reconhecido de vida coletiva em Pirenópolis, o poder das decisões vinha de lugares distantes – “a Corte”, “o Rio de Janeiro” – e regia relações cujo local de trabalho eram as minas e cujo lugar de decisões próximas eram as vilas e arraiais;

b) em um segundo momento, a sombra do poder distante afasta-se mais ainda e a vida e o trabalho em Meia Ponte são percebidos como regidos, desde a fazenda, por um código que é dela própria – interno e compreensível, portanto;

c) num terceiro tempo, de que os dias de agora são a extensão e o exagero, o eixo do poder uma vez mais migra do lugar próximo ao distante – Pirenópolis se reconhece como um lugar de desprezível poder político mesmo no contexto goiano –, da fazenda à cidade, das pequenas cidades, como as antigas “do ouro” (Pirenópolis, Goiás, Natividade, Pilar), para as grandes novas metrópoles regionais (Anápolis, de quem Pirenópolis depende economicamente, Goiânia) e nacionais, como Brasília. As relações fazenda-cidade são transferidas para uma dependência do tipo Pirenópolis-outras cidades e a fazenda torna-se cada vez menos o lugar do trabalho congregado de famílias de várias classes e também de moradia. Ela reflui a uma posição liminar, ainda que dela se perceba saindo, ainda hoje, o que “faz” a economia do lugar.

Uma lógica e uma ética do *negócio* substituem os códigos do *trabalho*, domínio simbólico das regras de vida do *tempo da lavoura*. Seu lugar de controle só poderia ser mesmo a cidade: eticamente promíscua, economicamente gananciosa e politicamente depravada (a visão atual da política como uma “coisa suja” em si). Esse tempo do *garimpo* repõe o interesse, a ambição, a desonestidade, a disputa e um individualismo cujo maior mal é destruir a razão e o afeto das relações entre familiares, entre parentes e entre amigos, companheiros e vizinhos. Não que não fosse assim antes, mas “isto” submetia-se como exceção a um mundo

então percebido como *ético*: uma sociedade *moral* internamente dominada por pessoas que, sobre serem “de bem”, como antes, submetiam tal qualificador de classe, posição e “fortuna” ao principal atributo da pessoa, fosse ela quem fosse: o ser *honrado*.

Estejamos atentos a uma questão que me parece importante. O melhor dos tempos da vida de Pirenópolis é com clareza o da emergência plena (a) de pessoas e famílias consideradas como goianas e “do lugar” e (b) das relações entre sujeitos de uma mesma etnia, a “branca” ou, no limite, entre brancos e mestiços que estão ausentes como sujeitos sociais significativos os “de fora” e os negros. Procuraremos compreender isso.

Os primeiros tempos do arraial das minas de ouro são representados através de dois pares de sujeitos opostos, sendo o primeiro de cada par dominante e o segundo, subalterno: senhor branco *versus* escravo negro (muito menos o mestiço); pessoas vindas de fora (senhores do Reino + senhores de minas e escravos + escravos) *versus* pessoa do lugar (Índios = dizimados, empurrados para os “sertões do Norte e esquecidos + pessoas brancas, mestiças e, em menor quantidade, negras nascidas na região). O par senhor *versus* escravo domina a cena de então e são eles os atores lembrados: brancos livres dedicados à agricultura e à pecuária ocupam espaços simbólicos secundários da memória da cultura. Muitas pessoas acreditam, por exemplo, que o comendador Joaquim Alves de Oliveira enriqueceu com o ouro (o que é falso) e não com a agricultura do algodão, o comércio regional e, possivelmente, com a cria e a venda de escravos.

O tempo da lavoura faz subirem à cena principal os homens brancos da roça e do gado. Negros e senhores de minas, assim como, pouco mais tarde, os do Reino são percebidos como partindo, indo embora e deixando em Meia Ponte mais do que apenas uma economia exausta e empobrecida: as condições sociais para o advento da sociedade de brancos, goianos, “do lugar”, agricultores e pecuaristas.

O tempo atual, de "garimpo", marca o início da decadência da agropecuária não como atividade — a maioria e as melhores pessoas do lugar são ainda percebidas como associadas a ela, como trabalho direto ou como, pelo menos, "negócio" —, mas como campo quase exclusivo da determinação da ordem política e da ética interpessoal. Outra vez chegam "de fora" não mais os que mandam, mas os que invadem irreversivelmente a vida cotidiana e, pouco a pouco, as posições sociais das quais é viável enunciar e fazer valer os valores e preceitos dos códigos de uma nova ordem. Algo outra vez regido, sob novos termos e falas, pelos mesmos males que caracterizaram muito antes o modo de vida que antecedeu o refluxo de pessoas, símbolos e desejos para a roça e a fazenda.

Uma vez mais, aqui, o dado da história confunde-se com a interpretação que brancos ricos e pobres fazem do que teria acontecido. Sejamos claros. Não que os negros sejam qualquer parte do "mal do passado". Antes, pelo contrário, com gramáticas e razões diferentes, todos os percebem como "os cativos", os sujeitos da forma mais áspera de opressão ali existida, como aqueles que deram a outros — aos de fora, sobretudo — uma riqueza cujos sinais em Meia Ponte foram e são quase imperceptíveis. Mas eis que eles foram parte de um sistema negado. Esgotadas as suas condições materiais, antes mesmo de haverem sido libertados do "cativo", sumiram de Meia Ponte.

Lembrados hoje, esses "cativos" são personagens apagados: não ficaram nomes, mitos de alguém, de algum grupo, um quilombo, uma história. Seus sinais não são visíveis — embora o fossem até algum tempo atrás — na cultura, que, por exemplo, todos os anos festeja a "grandiosa Festa do Divino Espírito Santo", ainda que esta anteceda de alguns dias o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e o Juizado de São Benedito, de uma definida e antiga presença negra.

Tal como nos romances de Bernardo Elis ou de João Guimarães Rosa, os atores princi-

pais da vida devolvida ao campo são supostos brancos e, então, o branco é o bem. Se são mestiços, eles se fundem no ser do branco, enquanto o negro cada vez mais é a exceção demográfica e da memória.

Não nos devemos esquecer de uma sequência de fatos da história de Goiás que referenda um esquecimento do negro como sujeito de um segundo tempo de vida na região. Saldos os senhores de minas e seus escravos, migrados para cidades maiores de Goiás ou para fora da Província os negros, ainda forros ou já livres, anos mais tarde são os mineiros da fronteira e dos centros de Minas os que invadem demográfica e culturalmente Goiás.

Entre esses mineiros que trazem para Goiás novas práticas de agricultura, novos sistemas de relações de produção (os goianos os acusarão de haver patrocinado a destruição parcial de sistemas e regras antecedentes de solidariedade e reciprocidade na pecuária e, sobretudo, na agricultura, com a substituição da "terra doada a troco de pasto formado" pela "meia" e o "arrendo"), novos usos para o gado, outras modalidades de artesanato, outros sentidos e estilos de vida religiosa, há uma imensa maioria de brancos, alguns esguios e de pele clara. São raros os negros, menos os mulatos e menos ainda os caboclos. Diz-se que os mineiros rebranqueiam Goiás, o que em parte pode ser demograficamente verdadeiro. Eis que muito raras são as associações de mineiros com negros, isto é, a relação entre a vinda de levadas de mineiros e uma renovação do estoque de negros que substituíssem os devolvidos ao Sul e ao litoral. Na verdade, o homem mineiro, migrante repovoador dos desertos do tempo da lavoura, é percebido como um sujeito branco, culturalmente mais desenvolvido do que o goiano, economicamente modernizador mas, em parte, responsável pela reintrodução técnica, lógica e ética da "ambição", ainda que familiarmente irrepreensível.

Um indesejado tempo de perda do poder da ética rural uma vez mais é compreendido como causado pela chegada de pessoas e agências "de fora". Mas não os negros, pois eles não são vistos voltando: não se tornam uma vez

mais visíveis. Se na memória de um "primeiro tempo" foram o lado "bom" de um mundo distanciadamente "mau", em boa medida justo pelo que os brancos fizeram "com os negros", e se em um segundo momento é também a ausência deles o que dá aos brancos o lugar de todo o trabalho, em um terceiro tempo, regido de fora pelas leis do "negócio", os agentes próximos (dentro da cidade, na periferia rural, na região dos Pireneus) são brancos e chegam "de fora", tal como no "tempo do ouro". Assim são também aqueles que de longe podem influenciar pessoas, modificar maneiras de ser, alterar padrões éticos antigos e assim por diante. "Hips" e "turistas", mas também neocompradores de terras e novos donos de pedreiras. Não mais os "pobres" em busca de trabalho, mas pessoas "de posse" ou próximas a isso e, portanto, senhoras de frações de poderes que, reunidos sem que haja nisso uma intenção visível, quebrantam a norma "dos antigos".

A escura ausência

Como não acontece na cidade de Goiás e em outras que antes foram arraiais do ouro, em Pirenópolis há muito poucos negros tidos como de fato "pretos" e a presença de traços do que se poderia chamar uma *cultura do negro* é ainda mais apagada. Sabemos que eles foram por pouco tempo muito numerosos, quando os brancos paulistas e portugueses eram uma repressiva e, imagino, amendontrada minoria.

Houve, no passado, como em todos os arraiais do ouro em Goiás, Minas e Mato Grosso, uma vida cultural dos negros. Tal como em Diamantina e em Ouro Preto, quase todos os artesãos e notadamente os músicos do lugar eram mestiços: foi mulato o penúltimo notável regente da Banda Phoenix e assim também o é o atual.

Como em outros arraiais auríferos, os negros livres e escravos também tiveram as suas confrarias católicas e as suas igrejas. Mas essas últimas não existem mais hoje e, como é raro que igrejas históricas sejam deixadas ruir ou

venham a ser destruídas, uma reflexão sobre as imagens do branco a respeito do negro poderia bem começar por aí.

Em 22 de dezembro de 1742 os negros de Meia Ponte criaram com o vigário do lugar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Anos mais tarde, surgiu a Irmandade de São Benedito. Ambas existem em teoria até hoje, vazias de devotos e, mais ainda, de negros. Entre 1760 e 1860 houve no arraial uma Irmandade de Nossa Senhora da Lapa dos Pretos Livres, o que sugere haver sido a de Nossa Senhora do Rosário uma irmandade de negros escravos.

Por volta de 1736 havia na Capitania pouco mais de dez mil escravos e, poucos anos mais tarde, foram contados mais de seis mil nos rios e grupiarias de Meia Ponte. A constituição de uma irmandade católica para negros escravos parece ter se dado muito próxima da chegada das primeiras levas e há quem diga na cidade que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e sua igreja foram as primeiras do arraial. Não consegui documentos seguros a respeito, mas eles existem.

As razões do começo da "rufina" das igrejas dos negros são creditadas inicialmente aos seus próprios responsáveis. Assim, quando no século passado o cônego José Trindade depôs sobre a Igreja da Lapa, disse o seguinte: "A igreja de N.S. da Boa Morte da Lapa, administrada pela confraria dos Pretos Livres, há de adobes sobre bons alicerces de pedra. Não está ainda acabada pelo desleixo e pouca devoção de uns e pela improdencia, soberba e desunião de outros que formão e formavão em outro tempo a dita confraria. Tem bons ornamentos e algumas alfaias de prata."¹⁰ Quando Jarbas Jayme escreve a respeito da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (pois havia a dos brancos, padroeira do arraial das Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte e hoje igreja matriz), ele parece, ao contrário do cônego Trindade, culpabilizar mais os brancos ricos do que os negros pobres. É que quando ele escreve quase já não os havia mais em Pirenópolis: "(...) Pirenopolinos protegidos pela fortuna e que já se foram deixan-

do imensos haveres testemunharam o estado deplorável, a decadência desse templo construído numa época de esplendores".¹¹

Construída com o trabalho das horas de folga de escravos, entre 1742 e 1757, o templo da irmandade foi derrubado em 1940. Dizem alguns, ao defenderem a necessidade do feito, que o preço de sua reforma era caro o bastante para que a Prefeitura ou mesmo o Estado pudessem arcar com os gastos. Outros recordam que os alicerces da igreja dos negros estavam comprometidos o bastante para que ela não fosse mais segura, mesmo se reformada entre paredes e o teto. Mas em um livro de Glória Graça Calado, *Pirenópolis, uma cidade para o turismo*,¹² há uma foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, reformada pouco antes de haver sido demolida.

Há, portanto, razões de suspeita de que a segurança de fiéis e visitantes, associada aos custos da reforma (a "dos brancos" foi duas vezes reformada neste século, a última pelo SPHAN), não seria o motivo para uma tão inusitada perda de "patrimônio cultural", mesmo que "de negros". Pouco se fala sobre o assunto na cidade, mas as opiniões se dividem. Porque há brancos e negros que atribuem a derrubada das duas igrejas de negros a atos de desinteresse... e de interesse. Sem nomear culpados, Jarbas Jayme sugere isso sobre uma foto do altar lateral da igreja: "Um dos altares laterais da igreja de N.S. do Rosário dos Pretos, criminosamente demolida, na década de 40 (...)." ¹³

Entre os acusadores a versão corrente é a de que pessoas brancas, influentes na cidade e na igreja, sugeriram ao bispo de Anápolis (a cuja Diocese pertence Pirenópolis) a derrubada da igreja dos negros, para que seu material fosse usado na construção de uma sede da Congregação Mariana e, assim, tornasse possível a obra. Disso falam brancos de agora, muito mais do que os poucos negros. Pronunciada em voz baixa, com receios de ser ouvida, essa explicação é bastante mais acreditada do que a outra. Afinal, prédios seculares destinados ao sagrado não ruem por conta própria

nem devem ser abandonados. Se assim foi com as duas igrejas dos negros em Pirenópolis, a quem serviu o lugar onde estavam? A quem, a reordenação de seus despojos?

Se os negros e mesmo os mestiços são, de anos atrás para cá, tão demograficamente refeitos na região, o que explica isso? Mais próxima de nossa questão: se uma tão intensa presença de negros escravos e livres em toda a região da minas deveria ter deixado entre os símbolos da cultura religiosa e da secular os seus sinais, por que eles são agora tão invisíveis?

1) Desapareceram porque em massa não resistiram aos "maus tratos" dos brancos e morreram muito mais do que estes.

2) Foram levados pelos senhores de escravos e comerciantes de negros cativos quando, findo o ciclo do ouro, não era mais rentável o seu trabalho na região.

3) Foram embora por conta própria, depois de libertados, mas levados a isso, porque depois de livres continuaram sendo maltratados pelos senhores brancos; não havia para eles senão o desemprego e a fome, ou os piores empregos; continuaram sendo explorados.

4) Saíram da região por conta própria, depois de libertados, dado que não havia o que fazer na região, esgotado o ouro.

5) Os negros não são dados ao mundo rural por vontade própria; quando Meia Ponte se ruralizou, os negros livres preferiram procurar outras cidades maiores onde se adaptam melhor às condições de vida e de trabalho.

6) Os negros desapareceram biologicamente: cruzaram com os brancos, branquearam; aos poucos morreram os velhos "negros puros" e ficaram os seus descendentes cada vez mais brancos, já que "a raça branca é mais forte".

Eis uma síntese de explicações. Elas foram ditas e escritas no passado e são enunciadas hoje por negros e brancos em Pirenópolis. Consideremos as três da esquerda como compreensões críticas sobre a ausência do negro: antes como agora ele foi vítima das condições que o fizeram desaparecer ou migrar. Consideremos as três da direita como as explicações neutras sobre o assunto: os negros da região partiram por conta própria depois de livres, ou misturaram corpos e descendentes com os brancos e “sumiram” como raça, justamente por causa da “democracia racial” do lugar.

Vejamos o depoimento de Raymundo José da Cunha Mattos: “Povoada a província de Goiás por aventureiros, que não pretendiam formar estabelecimentos permanentes, e sempre tinham em vista regressar o mais cedo possível às suas terras, seguiam o inalterável costume de comprarem, para os seus rigorosos trabalhos, escravos pretos homens, e quase nunca mulheres. Os escravos assim desacompanhados eram forçosamente celibatários, e por conseguinte estéreis. O peso do serviço, o mau tratamento e sustentação, a falta de curativo levaram estes desgraçados prontamente à sepultura, sem deixarem reproduzida a sua espécie. Aconteceu muitas vezes morrerem em um ano cem escravos a alguns mineiros [donos de datas e de escravos]; coisa nunca sucedida aos agricultores. Esta mortandade pôs alguns dos proprietários em crises bem espinhas, que ordinariamente acabaram em um suicídio, em um sequestro geral, ou em uma fuga acelerada. Semelhantes acontecimentos repetiram-se muitas vezes e por degraus; a província foi ficando com falta de escravos. Alguns indivíduos mais prudentes mudaram de parecer, e com os escravos compraram também escravas. Estas são as mães da gente preta existente em Goiás, pois que nesta província não entram escravos de fora há muitos anos para o serviço dela. A comarca de Goiás teve no meado do século 18º acima de 30.000 escravos: no dia de hoje o número é incomparavelmente menor.”¹⁴

De um lado e do outro do fosso das “raças” havia, pois, uma falta de mulheres. Raras, entre tantos “aventureiros” e “escravos”, elas eram usadas pelos brancos e recusada aos negros escravos e mesmo livres. A bastardia e a perfilha apenas repunham no cartório, como estigma e como reconhecimento deste e sua suposta reparação, o ato social de usurpação da fêmea e da prole. Negros desapareceram porque não podiam ser dados em casamento às poucas mulheres de sua “raça” e porque não podiam produzir com elas filhos, a não ser quando do interesse comercial do senhor, como teria sido o caso do comendador Joaquim Alves de Oliveira. “Morriam cedo sem deixar prole”, seria a explicação lógica. E resta supor que mesmo depois de alforriados, o direito do negro ao acesso à família e à descendência era negado como regra e apenas exercido como exceção. A regra foi, como por toda a Colônia e o Império, o trânsito da servidão legítima à servidão oculta – a passagem do “negro escravo” ao “negro encostado” – ou francamente marginal: “Os mesmos pretos livres e escravos têm maneiras decentes: e se algumas vezes acontecem desordens, são elas sempre praticadas pelos vadios, ladrões de gado, e arrombadores de casas. (...) Nesta cidade e nos arraiais há muitos mendigos, quase todos escravos libertos por seus senhores quando já para nada lhes prestavam: uma polícia rigorosa deveria obstar esta desgraça e a ingratidão e falta de reconhecimento daqueles que lançam pela porta fora os escravos, que por muitos anos lhes fizeram grandes serviços.”¹⁵

Essa versão, escrita por um mandatário branco muitos anos antes da Abolição, percorre sem muitas diferenças a lógica de pessoas do povo em Pirenópolis. Trazidos contra a vontade, como escravos, de outras paragens do país, os negros produziram toda a riqueza do lugar e do “estado”, porquanto afora brancos pobres e livres, entregues como “peões” à “lida da roça”, apenas eles trabalhavam. Quando não serviram mais aos senhores e à cidade, foram duplamente expulsos: primeiro do vínculo direto do trabalho (a mina, a pro-

priedade, a casa), depois, da própria região. Não há entre eles, como em Cunha Mattos, uma compreensão clara da alforria como um mecanismo de descompromisso, mais do que de liberdade e de quebra de um vínculo arbitrário, quando o seu valor como trabalho e mercadoria começa a ser contado em vermelho. Mas existe um reconhecimento de que a "condição do negro" era, "entre livres e escravos", a sujeição, a marginalidade e a indigência.

A Lei Áurea apenas torna público e definitivamente coletivo como preceito imposto um costume socialmente praticado já em Pirenópolis: atestar com a liberdade do negro a sua desnecessidade; torná-lo desqualificado justamente no ato de fazê-lo livre. Fora as exceções em que uma real ou suposta "gratidão" move o gesto da alforria – quase sempre póstuma –, a sua regra é a de tornar agora "livre" o já "inútil", o que significa atestar com a liberdade a não-serventia. O escravo não era tornado livre; era expulso do trabalho. Melhor: desqualificado para a única condição em que se o percebia incorporado ao trabalho útil – o *ser* escravo –, o negro livre era não apenas social e economicamente destinado à desocupação e à indigência, mas também simbolicamente redefinido como um sujeito sem valor "depois de tantos serviços", isto é, como um não-ser social.

Quero trazer aqui a minha leitura de alguns depoimentos feitos pelo presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Pirenópolis e Região, produto de três entrevistas. Ele começa por revisões históricas. Meia Ponte não foi "descoberta" pela bandeira de Bartolomeu Bueno (como de fato não foi) nem por dissidentes de sua bandeira, mas por bandeirantes saídos do Rio de Janeiro e não de São Paulo, "há mais de 415 anos atrás". Fundaram o arraial mais acima, na direção da serra, e o lugar foi destruído por um temporal. Só então refizeram o lugar onde a cidade está até hoje. Foram eles os que trouxeram os primeiros escravos e estes "arrancaram tanto ouro dos rios que os brancos não sabiam o que fazer dele". Teria sido

por causa da Guerra de Canudos que os bandeirantes resolveram sair de Meia Ponte e voltar ao seu lugar de origem. Mas era tanto o ouro que não foi possível levá-lo todo e uma boa parte foi enterrada escondida em volta da cidade. Livres, os negros também deixaram a região, porque continuaram sendo maltratados pelos brancos restantes e porque não havia trabalho algum. Eis um arraial abandonado às pressas, com ainda ouro nos rios e enterrado por excesso sob terras acima das quais reina a fome e a miséria. Uma riqueza agora inútil ao negro, porque duplamente imobilizada, não substitui uma ausência absoluta de condições de trabalho. Salvo raras famílias e pessoas, a regra é o retorno à indigência, e os negros livres são, mais do que foram os escravos, o seu limite. Porque a escravidão sobreexistiu vigorosa ao longo de um tempo de riqueza e havia, então, não a "fatura" do tempo seguinte, mas pelo menos "abrigo e alimentos" para todos, a começar pelos próprios escravos, força indispensável e quase única do trabalho produtivo.

A outra razão do "desaparecimento" progressivo dos negros da região aproxima uma versão de pobres, lavradores e "homens de garimpo" hoje em Pirenópolis daquela de pessoas brancas, urbanas, das famílias de elite, "de bem". Mas, atenção, os termos são outros e podem ser lidos como opostos. Miscigenados com brancos e outros mestiços, os negros do passado, de antes e de depois "da Princesa Isabel" deixaram "a raça degenerar". E o que significa, aqui, "degenerar"? O que quer dizer haver degenerado? Significa perder uma condição anterior de *ser puro*. Estranho que entre negros e brancos da região essa fórmula seja mais aplicada aos negros do que aos brancos. Os brancos são o que são: "brancos". Os negros são um gradiente que vai do *puro* (não necessariamente o "africano", porquanto o critério não é este e não se associa com frequência "raça", "cor de pele", a uma origem geográfica atualizada), o negro sem qualquer tipo de "cruzamento de sangue" e sem "mistura de pele", aos seus derivados, frutos de cruzamentos em maioria com sujeitos brancos

ou "branqueados". A operação lógica de tal pensamento é a seguinte:

a) os brancos eram no passado e são agora, mais ainda, muitos - eles são inumeráveis;

b) mesmo quando cruzam com negros, os brancos seguem sendo brancos, pois "a bran- cura não se perde" ao longo do tempo mas se multiplica e tem o tempo a seu favor;

c) não é o branco quem "degenera" em um único, ou ao longo de uma sucessão de cruza- mentos, mas sim o negro, pois o branco acres- centa algo de sua natureza à do negro sem perder, como indivíduo ou como espécie, coisa alguma - ele mantém "a pureza da raça" e a aumenta demograficamente, porque o hori- zonte da espécie dos mestiços é tornar-se branca;

d) é o negro quem se perde, primeiro como demografia, dado que o cruzamento o reduz de geração em geração e em Pirenópolis isso foi e é visível, transparente, e segundo como "raça", já que, ao contrário do branco, ele dissolve no ser que gera a sua própria nature- za: o nome disto é "degenerar", o que em ab- soluto não ocorre com o branco.

Existe, portanto, um único modo de ser "negro puro" e existem formas derivadas de sujeitos mestiços, ainda não-brancos mas tam- bém já não-negros. Serão as formas híbridas que vão dos pretos, "pretinhos" e seus deriva- dos, aos mestiços "quase brancos". E o hori- zonte do "cruzamento do negro com o bran- co" não é a visibilidade de uma "raça" ou uma "gente mestiça", mas um rebranqueamento: o negro dissolve-se, desaparece, perde-se como um "povo" e como uma "raça"; ele se extín- gue, é provisório, de agora para a frente, efê- mero mesmo; o mestiço multiplica-se também provisoriamente, porquanto, se do próprio cruzamento do negro com o branco há uma tendência a um "branqueamento", do cruza- mento entre mestiços ou entre mestiços e brancos haverá uma direção acelerada e mais definida de "branqueamento"; o branco tam- bém se multiplica e nele é que o dilema das ra- ças será enfim resolvido. De uma polarização inicial entre ricos-livres-brancos e pobres-es-

cravos-negros, a história conduz Pirenópolis e tudo em sua volta a uma oposição reduzida de um termo: somem os negros, apagam-se os mestiços e, como restam apenas os brancos, já não há mais sentido falar sobre eles. A nature- za realiza com o tempo uma unificação étnica na sociedade que a ideologia de brancos e po- bres não revela, a não ser nos entrecortes de silêncios e frases suspensas em que tal desejo se oculta.

Se de um lado a fala sugere que é o branco quem "desce ao negro" para elevá-lo à sua "condição", de geração em geração, de outro lado ela revela que é o negro quem perde com isso, porque, para chegar a tal, deixa primeiro de ser "puro" e, depois, de existir.¹⁶

Ora, um tal reconhecimento duplo de que os negros saíram ou foram levados da região porque, antes e depois da Abolição, os senho- res brancos sempre os exploraram e depois de livres não quiseram e não souberam incorpo- rá-los com justiça à sociedade de seu domínio, e de que há ganhos e perdas no "cruzamento" da mestiçagem, ganhando os brancos, perden- do os negros, é revisto quando o homem bran- co "de bem" pensa o negro em Pirenópolis. Registro aqui os termos de sua visão-limite.

No passado do "tempo do ouro", os se- nhores brancos de escravos os traziam sujeitos e entregues ao trabalho das minas. Mas não os "maltratavam como se diz e se escreve". Ao contrário, havia casos em que os senhores tratavam dos negros melhor do que de pessoas da própria família, porque "o negro era o seu maior valor, era o maior patrimônio e só um doido era capaz de querer ferir ou mesmo matar o que tinha maior valor pra ele". Depois de libertados via alforria (o que foi muito fre- quente, sobretudo após o esgotamento do ou- ro), que em si mesma e na sua crescente fre- quência atesta a boa índole do senhor local para com o servo, ou via "libertação dos es- cravos", os negros não foram ativos ou passi- vamente expulsos da região. Eles se dividiram em dois destinos:

a) aqueles que estavam ainda nas últimas minas e que não encontraram lugar de vida e

trabalho na cidade foram embora em busca de outras, dado que o negro "foi bom pra trabalhar como escravo nas minas mas ele não se dá com o garimpo" (como o Índio "não se dá com a agricultura") e, livre, deixou-o de imediato;

b) aqueles que já trabalhavam como artesãos, artistas, oficiais etc. na cidade, ou que conviviam nas fazendas com patrões brancos e peões, "preferiram ficar, depois de livres". Finalmente, os brancos da região não repudiaram os negros depois de livres, porque justamente em Meia Ponte e bem ao contrário do que se imagina ou sabe que ocorreu em outros arraiais do ouro, mesmo depois da Abolição os brancos estiveram sempre próximos dos negros, inclusive sexual e familiarmente.

Uma sutil releitura da idéia de "encostamento" é feita aqui e ela não é nada rara entre os brancos da cidade. Os negros, como os mestiços e os brancos pobres, "encostaram" em famílias "de posse" nas fazendas e nas residências urbanas porque eram, mais do que apenas tolerados, aceitos. Livres, eles realizam o seu primeiro poder de escolha em se deixarem ficar no lugar onde antes, escravos, receberam bons tratos e a própria subsistência. Ou buscavam outras casas onde pudessem, sob os cuidados, mais do que sob os controles, de um novo "dono", reproduzir a relação de serventia que agora se voltava a seu favor. Pois, se como antes continuavam não recebendo dinheiro em troca de trabalho - em um "tempo de lavoura" percebido como muito pouco monetarizado -, viviam da subsistência garantida e de um lugar físico e social de segurança e estima.

Se o negro "puro" perdia com o "cruzamento" alguma coisa, a perda era e segue sendo, na verdade nem sempre confessada, a realização de seu desejo. Pois eis que, aqui, perder nos filhos a "pureza da raça" significa aproximar-se também fisicamente do branco, "branquear-se", e é isso o que o negro busca quando gera filhos com o branco. Quem desejava a união mista, com casamento, se possível? O negro: condição ideal de sua ascensão

social. Quem desejava a prole mestiça? O negro: condição única de sua ascensão física na sociedade: "Quando branco e preto se casam e têm filhos, a esperança [do negro, evidentemente] é de que os filhos saiam mais brancos do que negros, o que nem sempre acontece e cria problemas [para o branco também, imagino]. Aqui os brancos não foram preconceituosos para com os negros e sempre houve muitas uniões de livres com escravas, de brancos com negras. Os filhos mestiços eram reconhecidos pelos pais, mesmo quando eram ricos, e mais tarde foi mais ainda, quando isso era entre a gente mais pobre. Isso mesmo não aconteceu em Corumbá de Goiás, a menos de 20 km daqui, onde estão lá até hoje os Fleury de olhos verdes e os negros separados. Se aqui não tem mais quase negro puro é por causa da tolerância dos brancos. Então, onde você hoje vê esses pretos escuros mesmo, esses negros puros, como era no passado, é onde houve discriminação, onde os brancos não se misturavam em nada com os pretos. As pessoas daqui tinham uma melhor natureza, sabiam tratar melhor, não fugiram dos negros e o resultado é isto aí. O negro tem filhos com o branco, a raça branqueia e no fundo é isto o que eles querem mesmo."

Aos negros presentes resta ocupar uma das três posições possíveis de que Antônio Christovam, Dona Antônia e a Loura me pareceram tipos exemplares. Fazer-se como o branco, manter-se "no seu lugar", degradar-se e, nisto, revelar o modo incivilizado em que o escuro do negro domina o seu ser e o aproxima do selvagem, do "bugre", o sujeito da natureza incapaz da vida civilizada na sociedade, isto é, do ser de que o branco é a excelência simbólica, o poder social legítimo e o destino biológico.

Sujeito provisório na história do lugar, "raça" e "cor de pele" que se dissolve em outros - no mestiço agora, no branco um dia -, a pessoa do negro ocupa um espaço tão limitado quanto o tempo em que existe, como a identi-

dade múltipla aos olhos do não-negro, mas sempre indefinida e tomada a partir de um eixo de símbolos situado fora dele mesmo. Muito menos do que acredito acontecer nas grandes cidades, não há em Pirenópolis uma associação ativa entre o ser negro e o ser, por exemplo, desocupado, vadio, promíscuo ou delinqüente. De resto, porque a própria experiência cotidiana não autoriza pensar assim. Negros foram escravos e são subalternos. Estão na Irmandade de São Benedito e na de Nossa Senhora do Rosário, decadentes e onde – por estranhos que pareça – mestiços e brancos pobres dominam.¹⁷ Não estão na Irmandade do Santíssimo Sacramento, onde um ou outro mulato pode vestir a roupa vermelha dos “irmãos”. Estão nos altos da saída para as pedreiras e, principalmente, diz-se que se concentram na “Rua do Sapo”, um quase gueto dos mais pobres, entre a periferia da cidade e a beira mansa do Almas. Raros e pobres, estão, como os mulatos, entre os empregados de patrões brancos, entre peões de fazendeiros brancos – descentrados, para estarem “no seu lugar”.

Ordeiro, mais do que os brancos, em média, e associado à desordem e ao mal apenas quando próximos simbolicamente das esferas de natureza incivilizada e, portanto, fora do jogo direto do controle da sociedade, o negro revela uma de suas faces quando percebido como sujeito natural da fração mais indigente da cidade: o morador típico da Rua do Sapo – pobre, ignorante, desqualificado e desclassificado. Não temo acreditar que os negros, se fossem mais, seriam, como na cidade metrópole, vinculados, como “uma gente”, a essa fração liminar que suja e enfeia, que escurece e torna potencialmente violenta a paisagem cultural da vida cotidiana. Eis a Loura e seus filhos.

Subalternos puros, mas empregados, ordeiros, pacíficos e, quando “crentes” (cada dia mais, entre mestiços e brancos pobres), austeros, rigorosos e bem vestidos, negros como Dona Antônia, menos “puros” do que os mais

indigentes, são “a boa gente de cor” do lugar. São, como insinuei antes, a própria idéia de “negro no seu lugar”, algo que por certo não se fala a não ser entre íntimos e de pequena elite, mas que a cultura do lugar vive como o preceito ativo do preconceito ocultado.

Subalternos puros, mas empregados, ordeiros, pacíficos e, quando “crentes” (cada dia mais, entre mestiços e brancos pobres), austeros, rigorosos e bem vestidos, negros como Dona Antônia, menos “puros” do que os mais indigentes, são “a boa gente de cor” do lugar. São, como insinuei antes, a própria idéia de “negro no seu lugar”, algo que por certo não se fala a não ser entre íntimos e de pequena elite, mas que a cultura do lugar vive como o preceito ativo do preconceito ocultado. Seu limite torna possível que ao velório e à missa de 7^o dia de Antônio Christovam, “pobre mas honrado”, pessoas das “boas famílias” tenham comparecido. Ele realizou o que se considera em Pirenópolis o melhor desejo das “pessoas de cor”. Sem sair de sua condição – ser pedreiro, por exemplo –, ele transpõe, como sujeito social e como pessoa afetiva, o limiar de uma existência em tudo subalterna. Ele se faz primeiro *honrado*, isto é, o negro ou o mestiço revestido, por direito conquistado com o esforço pessoal, do atributo que, como vimos, é natural no ser do homem branco. “Honrado” significa, aqui, mais um título do que uma qualidade. Atribui a quem, subalterno visível, é assim redefinido o direito de apresentar-se para o branco como um próximo que, por espelhá-lo de mais perto, não o ameaça em um duplo sentido: próximo, aproximado afetiva e socialmente, amigo “de portas adentro” de algumas famílias de bem, assim é e se chega por ser um subalterno especialmente confiável; confiável mais do que os outros, justamente por haver-se tornado próximo sem invadir domínios e transpor indevidamente limiares, pode ser, mais do que os outros de sua espécie, “uma pessoa de confiança”. Eis o que ajuda um negro ou um mestiço a ser “um preto de

alma branca". Eis o que ajuda um negro ou um mestiço a ser "um preto de alma branca". Honrado sem nunca ser ilustre, ei-lo em sua

melhor honraria: os brancos o estimam e, portanto, todos podem estimá-lo. Um negro estimado. Existirá melhor morte?

NOTAS

1. Teria Saint-Hilaire ajudado a difundir a imagem de um "povo mineiro" limpo e civilizado, por contraste relativo com os goianos e absoluto com os paulistas que ele reencontra com espanto em Franca, depois de passar por Farinha Podre (Uberaba)? O fato que se pode comprovar em conversas de rua com os mais velhos é que os goianos eram mais pobres, violentos e sujos, até quando começaram a chegar os mineiros, viajando em direção contrária aos últimos carregamentos de ouro, paulistas e portugueses, mas apenas vários anos depois de a Capitania voltar-se à agricultura e à pecuária. Essa tradição de ordem e higiene que insinua ser um negro de Minas Gerais em alguma coisa pelo menos mais civilizado do que um branco do passado de Goiás é enfaticamente sugerida por velhos mineiros.
2. Não são muitos os estudos a respeito de negros convertidos a algum ramo do protestantismo. Recomendo a leitura do livro de Regina Reys Novaes, *O negro evangélico*, 1985.
3. Jarbas Jayme, *Famílias pirenopolinas - ensaios genealógicos*, Pirenópolis, s/e., 1973, vol I, p. 290.
4. *Idem*, vol. II, p. 247.
5. *Idem*, vol. I, p. 290.
6. *Idem*, vol. V, p. 393-4.
7. *Idem*, vol. V, p. 403. Como eram raros os casamentos entre escravos e até mesmo entre negros forros, eles são registrados pelos filhos que tiveram e uma vez mais isso os opõe aos senhores brancos em quem o que se resalta é com quem casaram, em que circunstância e com quais efeitos sociais e, especificamente, econômicos. Aos brancos vale a teoria da aliança, aos negros, a da filiação. Assim, eis como o *Famílias pirenopolinas* traça a descendência da mesma Brígida citada no texto: "Descendência de Brígida, que foi escrava do coronel Bernardo Lobo. (...) não se casou, mas teve (...)." O relato cru da descendência de mulheres escravas fala por si mesmo. As mulheres quase nunca têm mais do que o primeiro nome e apenas os homens de quem foram posse ou de quem tiveram filhos aparecem com o nome completo de família. Várias delas, como animais de casa, tiveram um filho de cada homem sem se haverem casado com qualquer um deles: "Descendência de Laudina, escrava do capitão Joaquim Gonçalves Dias Goulão (...) deixou ilegítimas (1) Constança e mais cinco irmãos, filhos de Laudina e de Custódio Pereira da Veiga (...); (7) Augusta, filha de Antônio de Melo Lobo Fleuri; (8) Zélia, filha de Vicente da Silva Batista; (9) Rosalina, filha do mesmo; (10) Benedita, filha de José Ribeiro Forsani." Do mesmo modo, uma certa Maria, escrava de Joaquim Pereira Vale, "teve: (1) Julia Pereira, filha de um cearense, Manuel Pereira Arceira; (2) Tereza, filha de Pedro Tovar do Nascimento; (3) Antônia da Conceição, filha de Antônio Pereira da Silveira; e (4) Rita, filha do major Benjamim Constant de Dias Goulão". Isto é, quatro filhos de quatro homens, todos ilegítimos. Como possivelmente o semi-anonimato em Pirenópolis cruza a etnia, a "condição" e a classe social, pode-se imaginar que filhos nascidos de pais brancos e pobres, ou pelos menos situados fora do círculo dos senhores e seus acólitos, eram igualmente reconhecidos, perfilhados, mas herdariam do pai ao menos um "nome de família". A genealogia de Jarbas Jayme os esquece. Teria já esquecido os próprios documentos de onde foram obtidos os seus dados? Da "geração de Romana, escrava do coronel Antônio Tomaz de Aquino Correia", sua terceira filha, Lucinda, "não se casou" (...) mas "deixou: Manuel, filho de Benjamin Constant Dias Goulão; Isaac, filho de Manoel Libério; Benedito, irmão de Isaac; Rosa, filha de um certo Jorge" (*idem*, p. 403-6 e 415).
8. Pirenópolis é ainda considerado, interna e externamente, um município agropastoril. Poucos são tão grandes no Centro-Sul de Goiás e mesmo que boa parte das terras não sejam férteis e valorizadas como as de outras regiões próximas, como Anápolis, Inhumas e Itauçu, é da criação de gado leiteiro e de corte e da agricultura de arroz e milho que a município "vive". Mas essa economia, um dia, na Colônia, quase que inteiramente fundada sobre a extração do ouro e depois retornada por inteiro à agricultura e à pecuária, volta a dividir-se com a produção mineral. Um tipo de rocha clara, macia e maleável, a "pedra de Pirenópolis", concorre com o gado e o cereal em ser o principal produto da economia de exportação do município. Pedreiras desvestem de matas e cerrados os morros

dos Pireneus e seus donos, muitos deles "vindos de fora", começam a competir com os velhos senhores de terras em serem os "ricos do lugar". Não espanta que, curiosamente, no leilão de gado e outros bens da Festa de São Sebastião em 1988, em dois campos de rivais brincalhões tenham se dividido os que "davam os lances": os "fazendeiros" e os "donos de pedreira". Inteligentemente o leiloeiro acentuou com gracejos e desafios a rivalidade de parte a parte e conseguiu preços muito expressivos. Ora, o trabalho de "pedreira" é considerado como uma atividade de garimpo e seus trabalhadores sindicalizam-se como "garimpeiros". Os mais pobres, por conta própria, voltam a buscar falsas de ouro e restos de rutilo nos rios e nos buracos da serra. Fazendeiros do lugar têm sido procurados com insistência crescente por "donos de pedreiras" e por sujeitos e instituições dedicadas à mineração do ouro, para arrendarem partes de suas terras para tais atividades. Os lucros podem ser sugestivos, em tempos de vacas magras e muitas dificuldades "para o agricultor". Há uma tensão visível entre os fazendeiros que "cedem" e os que "resistem". Por outro lado, introduzida pelos "alternativos" – os "hips", para os do lugar –, cresce muito depressa uma neo-indústria de artesanato de jóias de prata. Em menos de dez anos criaram-se cerca de 35 pequenas e quase-médias "oficinas de prata", a maioria controlada ainda por "alternativos" forâneos, que destinam toda ou quase toda a produção à venda fora de Pirenópolis e de Goiás (Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e o exterior). Outras oficinas já são propriedade de jovens da cidade que aprenderam o ofício com os "alternativos" e que resolveram "botar negócio por conta própria". Rica em ouro no passado, Pirenópolis nunca produziu prata, que vem, assim como as pedras semipreciosas usadas nas jóias, toda de fora.

9. Os primeiros *alternativos* vieram para Pirenópolis em busca de um local cujo "astral" parecia revelar-se notavelmente raro, "único", segundo alguns chegantes. Lembro que em todo o Centro-Oeste, à volta de Brasília e em pleno Cerrado, dissemina-se há anos a imagem de uma região natural e sobrenaturalmente perfeita. Não são poucos os que profetizam, como em Dom Bosco, uma das únicas áreas – a única, de acordo com outros, mais rúpicas – que será salva de um cataclismo iminente. Mas eles chegaram também em busca de terras baratas. Que outro lugar melhor do que os Pireneus? A menos de 120 quilômetros de Brasília e de Goiânia, entre rios de águas límpidas, com um doce clima ameno no calor do Planalto Central? Terras inservíveis para a agricultura e ruins até para o gado, íngrimes e misturadas com pedras? Foram criadas ali quatro ou cinco "comunidades alternativas", das quais a "Frater" e a "Terra Nostra" são as mais conhecidas. Também pessoas de Brasília começam a procurar terrenos de sítios e chácaras na região e os preços começam a mudar de valor simbólico – são para turistas – e, pela lógica, de preço. Uma redefinição próxima do "destino de Pirenópolis", entre o turismo (fala-se de uma "Ouro Preto do Centro Oeste") e a exploração desordenada de "riquezas minerais", aparece às pessoas das "famílias pirenopolinas" como o sinal próximo do fim definitivo de um "tempo" desejado e destruído.

10. Apud Jayme Jarbas, *Esboço histórico de Pirenópolis*, Goiânia, Prefeitura de Pirenópolis/UFGO, 1971, p. 541.

11. *Idem*, p. 530.

12. Goiânia, Ed. Oriente, 1984, fotos 33 a 38.

13. Jayme Jarbas, *Esboço histórico...*, op. cit., p. 402.

14. Raymundo José da Cunha Mattos, *Chorographia histórica da Província de Goyaz, Goiânia, Sudeco/Governo de Goiás*, 1979, p. 87 (escrito originalmente em 1824).

15. *Idem*, p. 92 e 94.

16. É muito nítida, e eu creio que seja mesmo muito generalizada em Goiás e em todas as regiões do país onde a presença da pessoa e do trabalho do negro foi visível e marcante, uma atribuição de valores contrários quando o negro é comparado com o branco como um *corpo de sujeito* e como um *corpus de espécie*. Digamos que ele é fisicamente mais forte como indivíduo e a força aplicada ao trabalho – mesmo sob as piores condições – é a sua medida. Af é o branco o fraco, o degenerado, o menos sadio e melhor candidato à morte prematura. Mas o negro é mais fraco geneticamente: é ele quem perde a sua "pureza" quando "cruza com o branco". Por isso, também fisicamente mestiços, nunca são como os negros "puros" tão igualmente fortes, altos e sadios. São mais esbostos, mais aptos às artes e ofícios, mais até mesmo inteligentes do que os próprios brancos. Mas essa herança que há de positivo em uma "raça" e na outra tem a sua contrapartida: socialmente os mestiços nunca são e serão como os brancos – até quando a sucessão dos "cruzamentos dissolva o "ser mestiço" no ser-do-branco, fisicamente nunca são e serão tão igualmente fortes e sadios.

17. Faz muitos anos fiz uma pequena pesquisa sobre uma dupla festa "de negros", onde eles são a mais visível ausência, encostada na Festa do Divino Espírito Santo. Trata-se do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e do Juizado de São Benedito, teoricamente patrocinadas pelas duas irmandades mas na verdade divididas entre o es-

forço de um único de seus integrantes, mais branco do que mestiço e muito mais mestiço do que negro, do queiro da igreja local e do controle do padre vigário. Apenas à longa distância lembrada como uma festa ca- dedicada a padroeiros de negros, a dupla festa serve ao pagamento de promessas de pobres e ajuda a dar fecho. s festejos, esses sim, solenes e notáveis, do Divino Espírito Santo. Reinado e Juizado nada mais são hoje do que um desfile cuja passagem pelas ruas de pedra antiga da cidade sequer prende a atenção dos últimos turistas. Sem ter- nos de congos e moçambiques, como em Catalão, ainda em Goiás, ou como em um grande número de cidades mi- neiras, a pequena festa "dos negros" não os atrai mais de modo algum: nem os poucos de Pirenópolis e nem os de cidades vizinhas, como Corumbá de Goiás e Jaraguá. É dito sem alarde que as duas confrarias de negros mingua- ram depressa desde quando as suas igrejas foram derrubadas. Embora essa não seja evidentemente a única causa, estou certo de que faz parte da trama de motivos e conflitos pelos quais o que foi uma cultura negra em Pirenópo- lis deixou ali - em uma cidade a cada ano mais alardeada como dirigida ao turismo - menos marcas do que em outra qualquer cidade que eu conheça no país onde os negros foram, por tanto tempo, tão numerosos. Remeto o leitor a meu livro *O Divino, o Santo e a Senhora*, Rio de Janeiro, Funarte, 1976.

SUMMARY

Today's blacks as seen by whites

This study is the result of field work and docu- ment analysis in the city of Pirenópolis, in the state of Goiás, a gold-producing region settled by frontiers- men and by the Portuguese in the early part of the eighteenth century. Practically all the gold from the "Nossa Senhora de Rosario de Meia Ponte" mines was extracted from the river sands by black workers, slaves brought in from the coast to the diamond and gold mines of central Brazil.

In contrast to other areas of Brazil where, in the past, large groups of both male and female slaves were used, there are now few Blacks in the Pirenopo- lis area. For a long time, however, black slaves for- med the majority of the active population in the old Province of Goiás. the presence of these African or

Brazilian-born slaves is recorded in a small number of historical documents and analyzed by a few recent studies.

Based on these, the present study looks at certain aspects and dimensions of the relations of power, uti- lization, affection and identity between Whites and Blacks, between owners and slaves. After discussing the "logic of ethnic identity" as it was lived in the past principally by the Whites of Pirenópolis, there is a brief analysis of the ways in which the current white population perceive the presence and identity of Blacks, both in the past and present times. This anal- ysis is based in part on the different versions which seek to explain the virtual absence of "pure" Blacks in the region today.

RÉSUMÉ

Les noirs d'aujourd'hui vus par les blancs de maintenant

Ce travail est le résultat d'une recherche faite sur le terrain et à partir de documents, à Pirenópolis, ville de l'état de Goiás, dans une région aurifère défrichée au début du XVIII^e siècle par des "bandeirantes" et des portugais. Presque tout l'or des anciennes mines de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte a été re- tiré des sables des rivières par des travailleurs noirs, des esclaves amenés de la côte vers les mines d'or et de diamants du centre du Brésil.

A la différence de ce qui se produit pour d'autres villes brésiliennes - qui ont vu converger vers elles

dans le passé d'innombrables esclaves, hommes et femmes - la présence des noirs est aujourd'hui réduite dans toute la région de Pirenópolis. Les esclaves noirs ont pourtant constitué pendant très longtemps la ma- jorité de la population active de l'ancienne province de Goiás. Quelques documents anciens et un petit nombre d'études scientifiques récentes témoignent de la présence de ces esclaves, qu'ils soient originaires d'Afrique ou déjà nés au Brésil. C'est à partir de ces textes que l'auteur a cherché à identifier certains as- pects et dimensions des rapports d'usage, de pouvoir,

d'affection, d'identité entre blancs et noirs, entre maîtres et esclaves.

Son étude porte d'abord sur une certaine "logique de l'identité ethnique" telle qu'elle a été vécue autrefois à Pirenópolis, spécialement par les blancs. Il analyse ensuite brièvement la façon dont les blancs

perçoivent aujourd'hui la présence et l'identité des noirs actuels et de ceux d'autrefois. Il étudie notamment dans ce sens comment les différentes versions existantes cherchent à expliquer l'absence presque totale de noirs "purs" dans la région actuellement.

TERRITÓRIOS NEGROS NAS CIDADES BRASILEIRAS (ETNICIDADE E CIDADE EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO)*

Raquel Rolnik **

É comum, nas referências que são feitas à posição dos negros e mulatos nas cidades brasileiras, a menção à inexistência de guetos – bairros onde são confinadas certas minorias, por imposições econômicas e/ou raciais – como sinal de ausência de qualquer tipo de segregação racial. Na imagem do gueto norte-americano está a evidência de discriminação racial aberta e da dominação branca. No outro pólo estaria o Brasil, onde negros e brancos pobres compartilham o espaço das vilas e favelas, numa espécie de promiscuidade racial sustentada pelo laço comum da miséria e da opressão econômica.

Essa suposição nos motiva a querer percorrer favelas e vilas para tentar mapear a inserção territorial dos negros nas cidades, seja localizando esse grupo mais precisamente no tecido urbano, seja penetrando em seus espaços cotidianos de vida e socialização.

Infelizmente, por ora podemos contar com muito pouco material empírico para tal pretensão. Na verdade, o tema empírico do negro nas cidades até agora foi pouco explorado nos textos brasileiros da sociologia do negro ou das cidades. Os mais importantes trabalhos na área da sociologia do negro não discutem especificamente a questão urbana, e muito menos de um ponto de vista físico-territorial. Por outro lado, a sociologia urbana tem trabalhado a questão da inserção das classes populares na cidade brasileira sem recortá-las de um ponto de vista étnico. Os poucos trabalhos que se referem ao tema, produzidos em geral no âmbito da antropologia, trazem descrições e análises apenas de instituições negras específicas, como terreiros religiosos ou escolas de samba. Assim, embora de forma ainda preliminar e fragmentária, procuraremos aqui percorrer os espaços negros nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, buscando suas origens e ligações, a partir do final da escravidão, e atentando para sua particular inscrição na cidade ao longo do tempo.

Nossa intenção, ao delinear grosseiramente esse quadro, é demonstrar que existe um território negro específico nessas cidades, terri-

* Trabalho apresentado na seção “Minorias étnicas, desigualdades urbanas e racismo”, do seminário “Reestruturação urbana: tendências e desafios”, da International Sociological Association/Iuperj. Rio de Janeiro, 26 a 30 de setembro de 1988.

** Professora de História da Universidade Católica de Campinas.

tório que tem uma história, uma tradição própria. Embora tal quadro careça ainda de um trabalho empírico mais profundo e detalhado para se consolidar, é perfeitamente plausível falar-se em segregação racial, discriminação e dominação branca nessas sociedades: a história do Rio e de São Paulo é marcada pela marginalização e estigmatização do território negro.

É também nossa intenção, aqui, apresentar e discutir o próprio conceito de território urbano, espaço vivido, obra coletiva construída peça a peça por um certo grupo social. Assim, ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum.

Nas cidades brasileiras em plena escravidão (e mesmo em seus últimos anos, a partir de meados do século XIX), o negro ou era escravo, ou liberto, ou quilombola. Se escravo, seu espaço era definido pela senzala e pelas regras de hierarquia que introduziam a diferença social em um contexto urbano pouco segregado. A maior parte desses escravos era encarregada do serviço doméstico e habitava as casas senhoriais, em sobrados contíguos no Centro da cidade. Nestes, as regiões de serviço, animais e escravos localizavam-se fora do edifício principal, junto a um pátio. Em São Paulo, como no Rio de Janeiro, senhores de escravos habitavam também em chácaras nos arredores da cidade, que reeditavam o projeto da senzala rural.

É importante salientar que mesmo a senzala, desenhada pelos senhores brancos como espaço de confinamento do escravo – fileiras de quartos sem janelas ou mobília fechando-se em pátios de onde se podia vigiá-lo e comandá-lo –, acabou por se configurar como território negro. Para os negros desterritorializados da África e trazidos ao Brasil pela máquina comercial europeia, a senzala representava a submissão à brutalidade dos senhores. Porém, não eram só o olhar vigilante do senhor e a violência do trabalho escravo que estruturavam o cotidiano dos habitantes da senzala. Foi também no interior dessa arquitetura totalitá-

ria que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras. O confinamento na terra de exílio foi capaz de transformar um grupo – cujo único laço era a ancestralidade africana – em comunidade.

Um dos suportes mais sólidos desse repertório negro foi, desde a senzala, o próprio corpo, espaço de existência, continente e limite do escravo. Arrancado do lugar de origem e despossuído de qualquer bem ou artefato, era o escravo portador – nem mesmo proprietário – apenas de seu corpo. Era através dele que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; foi através dele, também, que a memória coletiva pôde ser transmitida, ritualizada. Foi assim que o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade. A partir daí, o terreiro passou a ser um elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos – são terreiros de samba, de macumba, de jongo que atravessam a história dos espaços afro-brasileiros nas cidades.

A rua era também território dos escravos. A contigüidade dos sobrados nas zonas centrais da cidade contribuía para que fosse intensa a circulação de escravos domésticos: buscando água nos chafarizes, indo ou voltando com a roupa ou os dejetos para jogar nos rios, carregando cestas perto dos mercados, transportando objetos de um ponto a outro da cidade. Em 1854, a população de São Paulo, em torno de 30 mil habitantes, era composta por oito mil escravos, quase 1/3 de sua população livre.¹ Na cidade do Rio de Janeiro, em 1860, havia cem mil escravos para uma população total de 250 mil habitantes, 60% dos quais envolvidos com o serviço doméstico.²

Nas ruas do Centro, escravos domésticos misturavam-se aos de ganho, alugados por seus senhores por hora ou dia. Ser escravo de ganho era um dos caminhos possíveis para a conquista da liberdade, na medida em que

possibilitava a compra da alforria através da formação de um pecúlio próprio. Somam-se a estes os libertos pelas várias vias institucionais, brechas na legislação que regulava a escravidão que aumentavam à medida que findava o século e intensificava-se a ação abolicionista. O contingente de libertos nas cidades chegou a proporções surpreendentes nesse período. Em São Paulo, em 1872, dos 12 mil negros da cidade – ainda 1/3 da população –, apenas 3.800 eram escravos. No Rio de Janeiro, dos 125 mil negros e mulatos da cidade, quase a metade da população total, eram 47 mil os escravos.³ Esses libertos exerciam vários ofícios – de sapateiros a barbeiros, cirurgiões, lavadeiras e, as mais comuns, quitanda e cangalha.⁴ Além de possibilitar o acesso à liberdade pelas vias institucionais, a cidade oferecia também uma chance maior de anonimato para os escravos evadidos das fazendas. Por isso mesmo, nessas cidades negras foi se tecendo uma rede de socialização nessas cidades negras foi se tecendo uma rede de socialização e sobrevivência negra paralela à escravidão que cada vez mais representava uma alternativa concreta à senzala.

Nos limites da senzala estava a demarcação da autonomia desse território negro sob a escravidão – o corpo do escravo era propriedade do senhor. Só a fuga e a libertação eram capazes de romper esse limite, devolvendo ao homem escravo o poder sobre sua própria vida. Daí nasce o quilombo, zona libertada da escravidão.

Embora a maior parte da historiografia dos quilombos refira-se àqueles situados em zonas rurais, havia também – crescentemente à medida que se aproximava o fim do período escravocrata – quilombos urbanos.⁵ Esses locais ou eram cômodos e casas coletivas no Centro da cidade ou núcleos semi-rurais – as roças das periferias urbanas, bastante semelhantes ao que são hoje as roças de periferia dos terreiros de candomblé nas cidades. Núcleos negros importantes nasceram desse tipo de configuração; é o caso, por exemplo, do bairro do Bexiga, em São Paulo, originário do quilombo do Saracura.

Outros pontos focais do território negro urbano eram os mercados e espaços das irmandades religiosas negras. Nos mercados abasteciam-se os vendedores e as “negras de nação”, quituteiras que se espalhavam pelos espaços públicos da cidade; ali também situavam-se os ervanários africanos, fundamentais para as práticas curativas dos pais-de-santo e as obrigações de seus filhos. As irmandades funcionavam como ponto de agregação. Em seus terreiros, nas festas religiosas, os negros dançavam o batuque. Muitas, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, chegaram a abrigar libertos e, como a Confraria dos Remédios, envolveram-se diretamente na campanha abolicionista, articulando quilombos rurais às redes de apoio urbanas.⁶

O impacto da abolição foi, no entanto, diferente para as duas cidades. Desde logo é preciso ressaltar que, para o processo brasileiro como um todo, a abolição representou o deslocamento da população negra como mão-de-obra e a importação não só da idéia do trabalho livre e assalariado, como também de um grande contingente de mão-de-obra europeia. Isso ocorreu de forma mais radical em São Paulo, eixo dinâmico da economia brasileira no momento da abolição.

A crise da escravidão intensificou-se no momento em que a cafeicultura paulista, numa fome voraz por terras e homens, avançava em direção ao oeste da província, em ritmo de ferrovia. A maior fonte possível para a compra de escravos, o tráfico, estava então sendo desmantelada pela mesma máquina que a havia montado séculos antes – o capital inglês. Agora que o lucro não estava mais em fazer mercadorias navegarem pelos mares, era preciso criar mercados locais nos continentes aonde esses mares chegavam. Assim, a pressão inglesa pelo fim do tráfico aumentou até sua extinção final, em meados do século. Quando perceberam a inevitabilidade do processo abolicionista, os fazendeiros empresários do café paulista começaram a pensar na substituição da mão-de-obra.

A "solução" da questão foi o deslocamento de milhares de europeus, sobretudo italianos, para as terras paulistas. Os primeiros foram subsidiados pelo governo de São Paulo e encaminhados até as fazendas; porém, logo a imigração espontânea superou a subsidiada e São Paulo italianizou-se. A substituição do escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada de um discurso que difundia a solução como alternativa progressista, na medida em que europeus "civilizados e laboriosos" trariam sua cultura para ajudar a desenvolver a nação. A alternativa implicou também a formulação de uma teoria racial: a raça negra estava condenada pela bestialidade da escravidão e a vinda de imigrantes europeus traria elementos étnicos superiores que, através da miscigenação, poderiam branquear o país, numa espécie de transfusão de puro e oxigenado sangue de uma raça livre.

Em São Paulo, essa formulação implicou uma intensa reorganização territorial, já que a partir do último quartel do século XIX, a cidade, que até então era um centro comercial modesto, tornou-se o centro da expansão cafeeira.

Antes de mais nada, a cidade veria sua população aumentar rapidamente em poucas décadas, fruto, sobretudo, da entrada de imigrantes. Em 1886, dois anos antes da promulgação da Lei Áurea, que abolia oficialmente a escravidão no país, os estrangeiros já começavam a chegar em massa. São Paulo era, então, uma cidade de quase 50 mil habitantes, 25% dos quais estrangeiros. A população negra da cidade, constituída basicamente por libertos (eram apenas 500 os escravos), a partir daí começaria a sofrer um decréscimo tanto relativo quanto absoluto. Se em 1872 havia em torno de 12 mil negros na cidade, em 1893 eles são menos de 11 mil, para uma população de quase 65 mil habitantes (16,92% da população).⁷

O Rio de Janeiro também embranqueceu após a abolição, embora em menor grau. Se, em 1872, negros e mulatos eram quase a metade da população da cidade, em torno de 250

mil habitantes, em 1887 os 195 mil negros e mulatos representavam 37% da população total.⁸ No entanto, essa região continuou sendo a área de maior concentração de negros do Sudeste. Pode ter contribuído para isso não só a menor entrada de imigrantes, como também a intensa migração de libertos da zona rural para a urbana, em função da decadência da cafeicultura na província fluminense naquele período.

De forma mais ou menos intensa, as duas cidades viveram, na virada do século, uma transformação profunda que repercutiu, em um primeiro momento, no crescimento populacional e no aumento da densidade demográfica, mas que significou, também, um embranquecimento e uma intensa redefinição territorial. Essa reestruturação vinha adaptar a cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, onde terra é mercadoria e o poder é medido por acumulação de riqueza. A face urbana desse processo é uma espécie de projeto de "limpeza" da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico e de sua imposição através da intervenção de um poder municipal recém-criado. Um dos principais alvos de intervenção foram, nas duas cidades, justamente os territórios negros. A violência dessa transformação foi maior no Rio de Janeiro, não só porque a cidade era maior e mais importante, mas sobretudo porque, na virada do século, era ainda uma cidade muito negra. Em São Paulo, desde logo se configurou um padrão de segregação urbana marcado por uma espécie de zoneamento social: os ricos abandonaram a contigüidade dos sobrados do Centro da cidade para desenhar um espaço de privacidade e exclusividade burguesas. Assim, novos loteamentos foram surgindo em áreas de antigas chácaras, abrigando palacetes neoclássicos circundados por muros e jardins.

Por essa época, a população negra da cidade concentrava-se nos cortiços e porões do velho Centro de São Paulo, recém-abandonado pelos ricos, ao mesmo tempo em que novos núcleos iam surgindo literalmente aos pés das novas zonas ricas da cidade (Campos Elísios,

Higienópolis). Isso, evidentemente, está ligado ao fato de que uma das poucas fontes de emprego para os negros e mulatos da cidade era, naquele período, o serviço doméstico, uma vez que o imigrante realmente lhes havia substituído nas ocupações mecânicas antes realizadas por libertos. Em 1893 os imigrantes já constituíram 80% do pessoal ocupado nas atividades manufatureiras e artesanais, que cresciam com a expansão industrial da cidade.⁹ Assim, os novos bairros proletários que surgiram na cidade nesse período eram, em sua maioria, habitados por imigrantes estrangeiros, com exceção do Bexiga e Barra Funda, que por razões peculiares abrigavam núcleos negros também: o Bexiga, em função do núcleo preexistente do Saracura e, posteriormente, devido à proximidade da Avenida Paulista e arredores, novo território burguês da cidade; a Barra Funda, em função da existência de um armazém da Estrada de Ferro – o Paulo Chaves – fonte de trabalho ocasional dos *capoeiras* ou *valentões*, que alternavam o serviço na Estrada de Ferro com o carregamento de café no Porto de Santos, quando não havia trabalho na capital. No início do século, Lavapés e Barra Funda eram as regiões mais negras da cidade. Em suas habitações coletivas moravam as *tias* negras e seus clãs, que praticavam o jongo, macumba ou samba de roda como extensões da própria vida familiar; pouco a pouco esses batuques familiares foram transformando-se em cordões de carnaval.

Os dados de 1890 já revelam o perfil branco dos bairros proletários. Um novo distrito, o Brás, um dos primeiros bairros operários da cidade, abrigava então 25% da população e tinha uma porcentagem de negros e mulatos (13%) sensivelmente menor do que a média da cidade.¹⁰

Na São Paulo de 1890 aparecem, portanto, territórios negros específicos. Qualquer um desses quilombos paulistanos da Primeira República tinha a fama de ser lugar de desclassificados. Sua marginalidade era identificada com a não-proletarização de sua população, o que é imediatamente associado à idéia de de-

sorganização, uma vez que a ocasionalidade da distribuição dos tempos de trabalho e lazer contrasta com a disciplina e regularidade do trabalho assalariado.

A imagem de marginalidade é também identificada como própria da habitação coletiva: a intensidade de uma vida em grupo não-familiar e a densidade dos contatos no dia-a-dia do cortiço contrastam com a organização da casa burguesa (familiar, isolada, internamente dividida em cômodos com funções e habitantes segregados). Finalmente, a marginalidade é associada a um conjunto de gestos, um jeito de corpo. Se, para a comunidade negra, a linguagem do corpo é elemento de ligação e sustentação do código coletivo que institui a comunidade, para a classe dominante branca e cristã, a frequência com que se dança, umbiga, requebra e abraça publicamente desafia os padrões morais. A presença dos terreiros e práticas religiosas africanas completa o estigma: macumba é marginal porque é “crendice”, é “religião primitiva”, que afronta a religião oficial.

Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação de um código de posturas municipal em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros da cidade: as quituteiras devem sair porque “atrapalham o trânsito”; os mercados devem ser transferidos porque “afrontam a cultura e conspurcam a cidade”; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são “embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural”.¹¹

Finalmente, a população negra que ocupava o chamado “Centro velho” de São Paulo acabou por ser desalojada pelos chamados “trabalhos de melhoramentos da capital”, grandes operações de renovação urbana que se iniciam durante a administração de Antônio Prado (1899-1911): alargamento de ruas, transferência e demolição de mercados, construção de praças e *boulevards*. O que aí se esboçava era o desenho de um Centro burguês de ruas largas e fachadas uniformemente neoclássicas, que

seria território exclusivo das classes dirigentes: seu espaço de trabalho, diversões, comemorações cívicas e religiosas. As reformas foram, em sua maior parte, realizadas durante o governo Raymundo Duprat (1910-1914). A operação limpeza foi implacável: para a construção da Praça da Sé e remodelação do Largo Municipal, os cortiços, hotéis e pensões das imediações foram demolidos.¹² Está ligado a esse processo de "limpeza" do Centro a expansão e consolidação do Bexiga como território negro em São Paulo.

Em matéria de reforma urbana e operação limpeza, o caso do Rio de Janeiro foi mais drástico e violento. A virada do século ficou conhecida na cidade como a "era do botabaixo". De 1904, quando as obras de remodelação dirigidas pelo engenheiro Pereira Passos tiveram início, até a inauguração triunfal da Avenida Central por Rodrigues Alves, uma transformação profunda do espaço central e da área portuária aconteceu. A reforma atingiu em cheio os mais importantes quilombos do Rio de Janeiro – a região portuária da Saúde e Gamboa e os cortiços e habitações coletivas da Cidade Nova (Sacramento, Santa Rita, Santana e Santo Antônio). A Gamboa, ou mais especificamente o Morro do Pinto, era a área dos capoeiras, que ocasionalmente trabalhavam como carregadores do porto. Assim como em São Paulo, as oportunidades de trabalho para os não-brancos estreitaram-se com a abolição e a imigração.

Os dados de 1980 mostram que mais da metade dos 89 mil estrangeiros economicamente ativos que estavam na cidade naquele momento trabalhavam no comércio, manufatura e atividades artísticas. Enquanto isso, 48% dos não-brancos economicamente ativos empregavam-se no serviço doméstico, 17% na indústria e 16% não tinham profissão alguma.¹³ Grande parte dessa população negra e mulata habitava os velhos casarões do Centro, aqui também recém-abandonados como moradia da classe dominante, que começara sua peregrinação em direção à privacidade e exclusividade da Zona Sul. Além de local pre-

dominante de moradia, era o Centro fonte de sobrevivência para ambulantes, quituteiras, pedintes, prostitutas, vendedoras etc. Era no Campo de Santana (hoje Praça da República) e nos pátios e avenidas dos cortiços, que se transformavam em terreiros de samba, jongo ou macumba, que o território negro do Rio de Janeiro se estruturava na virada do século.

Sob a égide da luta contra a propagação da febre amarela e da necessidade de regeneração do Rio frente aos olhos estrangeiros – para que a cidade pudesse realmente assumir a imagem de bela, próspera e civilizada capital do país do futuro –, o espaço urbano central foi completamente remodelado, embelezado, arborizado e europeizado, feito exclusivo para o convívio das pessoas de bem.

As obras, além de provocarem uma das maiores crises de habitação que a cidade viveu, acabaram por detonar uma espécie de guerra civil. Durante quatro dias (12 a 16 de novembro de 1904) alastrou-se a insurreição pelos espaços plebeus da cidade: bondes foram virados e utilizados como trincheiras, combustores de iluminação foram quebrados, o comércio foi depredado e saqueado, os insurretos enfrentaram os policiais. O Exército acabou intervindo e "Porto Arthur", zona comandada por Prata Preta, um capoeira do bairro da Saúde, foi o último bastião dos revoltosos a cair.

A grande expulsão do Centro resultou na ocupação dos morros, produzindo as favelas, e em uma expansão para os subúrbios, seguindo os caminhos das linhas de trem. É nesse momento que o território negro carioca desloca-se do Campo de Santana para a zona imediatamente contígua, a Praça Onze. É aí, na casa de uma das tias afro-brasileiras (Tia Ciata), que nasceu a primeira escola de samba carioca. É para aí que afluem os "arengueiros", herdeiros dos capoeiras da virada do século. Eram os "perigosos" do Morro da Mangueira (então Morro do Telégrafo), um dos primeiros locais de samba de terreiro da cidade. Salgueiro, Andaraí, Tijuca e Serrinha são morros que começaram a ser ocupados de forma mais

intensa naquele momento. O *compound*¹⁴ semi-rural que caracterizava o território negro nos subúrbios e morros que circundavam a cidade, no final do século, vai dar lugar, então, à habitação densa do morro, que será, a partir daí, o território mais caracterizadamente negro da cidade do Rio de Janeiro.

Se no Rio de Janeiro a luta pela apropriação do solo urbano acabou por consolidar as favelas como os espaços mais caracterizadamente negros da cidade é porque para ali afluiu uma mistura peculiar de histórias, um caminho singular que passou pela África, pela experiência da senzala e pelo deslocamento e marginalização operados pela abolição e a República. Da mesma forma, embora a população negra de São Paulo fosse menor do que a do Rio na década de 20, na Barra Funda, Bexiga, Liberdade, além de certos pontos da Sé, não só moravam negros como se configuraram territórios negros importantes, com suas escolas de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile. Ainda nas primeiras décadas do século, nas duas cidades organizaram-se também sociedades negras, com atividades culturais e recreativas que envolviam a publicação de jornais, a produção literomusical e teatral, passeios, piqueniques e bailes de fim de semana em salões alugados. Em São Paulo, como no Rio, os chamados "Salões de Raça", situados no Centro da cidade, eram a opção de lazer da "elite negra" (funcionários públicos, comerciários, contadores e técnicos).

Os locais apontados até aqui como territórios negros jamais foram exclusivamente negros; desde os tempos da escravidão misturavam os pobres da cidade. O Bexiga, por exemplo, tem sido negro e italiano; o velho Centro do Rio, negro e português, e assim por diante. No entanto, isso não quer dizer que historicamente não tenham existido, nessas cidades, comunidades afro-brasileiras fortemente estruturadas e circunscritas a territórios particulares.

Infelizmente não dispomos de dados discriminados por cor para 1906, 1920 e 1930: os recenseamentos do Distrito Federal de 1906 e

Geral de 1920, refletindo a ideologia oficial racista do período, que queria de todo modo ver a população como branca, não discriminam os habitantes pela cor; em 1930 simplesmente não houve recenseamento.

A partir da leitura da imprensa negra nesse período e de entrevistas com membros ativos da comunidade é possível, no entanto, delinear algumas novas tendências na década de 30, pelo menos para o caso de São Paulo. Em primeiro lugar, observamos um movimento geral de periferização das classes populares: o antigo padrão do cômodo de aluguel superdenso e da cidade limitada ao percurso do bonde foi gradativamente cedendo lugar à chamada expansão periférica, caracterizada pela abertura de loteamento e a autoconstrução em bairros distantes da área equipada da cidade e pelo transporte por ônibus. Por outro lado, todo um discurso de revalorização da mão-de-obra nacional, que passava pela xenofobia ao estrangeiro sindicalista e anarquista e já apelava para a propalada Indole pacífica do povo brasileiro, começava a disseminar-se nos círculos oficiais, preparando terreno para o grande movimento de migração interna que se instauraria a partir de 1940. Assim, aparece e ganha corpo e tema da "integração" do negro, dentro e fora da própria comunidade. Para os membros da comunidade, a desmarginalização colocava-se claramente em termos territoriais – era preciso sair dos cômodos e porões para organizar um novo território negro, familiar. Essa foi uma das palavras de ordem da Frente Negra Brasileira, agremiação política fundada em 1931 que pregava a necessidade de instrução e organização da vida familiar nuclear na comunidade para que os negros pudessem atingir a igualdade com o branco. Uma das ações concretas dos membros da Frente em São Paulo foi comprar terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade e fundar núcleos negros formados por casas próprias. Casa Verde, Vila Formosa, Parque Peruche, Cruz das Almas e Bosque da Saúde são exemplos dessa nova forma de territorialização: em bairros inicialmente sem qualquer infraestrutura e distantes do Centro, famílias negras

começaram a edificar casas próprias em lotes comprados.

É interessante apontar que novas e importantes instituições negras nasceram nesses bairros, definindo-os como futuros eixos de expansão e funcionando como uma espécie de base para a configuração dos atuais vetores territoriais negros da cidade de São Paulo.

Os dados censitários de 1940 e sua comparação com dados posteriores revelam o início da reversão da tendência ao embranquecimento das cidades. Se as primeiras décadas do século foram um momento de decréscimo relativo da proporção de negros nas cidades, a década de 40 parece ter marcado um ponto de inflexão. Para o município de São Paulo, dos quase 1,3 milhão de habitantes, são apenas 108 mil ou 8,45% os negros e mulatos.¹⁵ Em 1950, os 224.906 negros e mulatos representavam 10,23% da população.¹⁶ Para o Rio de Janeiro o mesmo fenômeno se verifica: a participação do negro na composição populacional da cidade atinge seu ponto mais baixo em 1940 (28,62% de uma população total de 1.764.142 habitantes), para subir novamente em 1950, quando beira os 30%.¹⁷ Sem dúvida, as migrações internas que levaram às duas grandes cidades mineiras e nordestinas contribuíram para elevar novamente o número e a participação de não-brancos na população. Se observamos a composição da população em alguns dos mais importantes estados de origem dos migrantes, temos Pernambuco com 50,14%, Bahia com 70,19% e Minas Gerais com 41,36% de sua população composta por negros e mulatos, o que apóia a hipótese de uma migração predominantemente não-branca para as grandes cidades a partir da década de 40.¹⁸

Com os dados de que dispomos é difícil avaliar o impacto territorial dessa onda negra. Para o município de São Paulo, o censo de 1940 só apresenta os totais gerais, sem discriminar os dados pelos distritos, o que só pode ser obtido através de tabulações especiais, o mesmo ocorrendo para 1950. Nas tabulações gerais para 1960, os dados não são apresenta-

dos discriminados por cor ou por município, aparecendo apenas os totais gerais do estado. Em 1970 a variável cor não entrou no censo, o que significa que só poderemos trabalhar um pouco mais detidamente com as informações de 1980.

Para o Rio de Janeiro, por ter sido Distrito Federal e posteriormente estado da Guanabara, podemos contar com dados em bases menores para 1950 e 1960. A distribuição da população por distrito e circunscrições censitárias por cor e sexo, no Censo de 1950, apresenta algumas características marcantes. Em primeiro lugar, a periferia da cidade, mais do que o Centro e a Zona Sul, é a que apresenta a maior participação de negros e mulatos — em Campo Grande e Guaratiba são negros e mulatos quase 40% dos habitantes; Anchieta, Realengo e Jacarepaguá aparecem, todos, com mais de 34% de não-brancos na população (enquanto a porcentagem para a cidade como um todo é de 19,79%). Em segundo lugar, há uma aparente homogeneidade no resto da cidade, que oscila entre 20% (Santa Teresa e Glória) e 30% (Lagoa, Gávea, Engenho Novo, Andaraí) de população não-branca.

No entanto, em alguns desses locais há uma grande desproporção entre o número de homens e mulheres no interior da população negra e mulata. Em bairros como Copacabana, são mulheres 70% dos não-brancos, o que provavelmente indica enorme contingente de empregadas, faxineiras, copeiras e arrumadeiras negras, necessário para a sobrevivência desse bairro eminentemente branco da Zona Sul carioca em 1950. Finalmente, há a especificidade das favelas cariocas, que, como já apontamos, concentram parte do território negro na cidade. Assim, uma proporção de 30,21% de negros e mulatos para as circunscrições de Gávea e Lagoa não significa necessariamente mistura racial nesses bairros, uma vez que ali se encontravam, já na década de 50, por exemplo, as favelas da Catacumba e Rocinha. Na verdade, são territórios bem demarcados e em oposição, o que sem dúvida é agravado pela proximidade e vizinhança. O

dilema desse tipo de configuração é histórico na trajetória das cidades brasileiras: o bairro segregado e exclusivo burguês produz um território marginal contíguo, depende de sua expansão para ter garantida sua manutenção, mas acaba por se envolver num conflito territorial inevitável e violento.

A resposta a essa situação foram, no caso do Rio de Janeiro, os programas de remoção de favelas, que atuaram com intensidade na década de 60, embora desde 1947 uma chamada "Comissão para Erradicação de Favelas" já existisse. Foram as condições de centralização de poder e recursos e o autoritarismo do período pós-1964 que possibilitaram a consecução dessa política, já enunciada anteriormente. Em 1968 foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio — CHISAM, órgão que, em 1973, já havia removido 62 favelas e transferido um total de 175.785 pessoas para conjuntos habitacionais populares — as refavelas ou "senzalões", como são popularmente conhecidos esses espaços no Rio de Janeiro e em São Paulo.¹⁹

Vale a pena apontar para a diferença espacial radical entre a favela e o grande conjunto habitacional, além da localização. Exatamente no projeto de homogeneidade, simetria e repetição do espaço dos conjuntos está a idéia do esquadramento possível da população, que se opõe frontalmente à imagem de caos associada à favela. Esse ponto é importante na medida em que, em termos de melhoria das condições de saneamento, acesso, infra-estrutura e equipamentos em geral, existe a opção de urbanização como alternativa à remoção. Além, evidentemente, das pressões imobiliárias pela remoção de uma ocupação pouco rentável na terra lucrativa, pesa consideravelmente o fato de se tratar de um território singular, espaço sobre o qual não se tem controle.

O objetivo deste artigo não é exatamente discutir os limites dos programas de remoção de favelas, fato é que eles não conseguiram varê-las da paisagem do Rio — alguns núcleos grandes e importantes persistem até hoje,

mesmo na Zona Sul (como a Rocinha e o Morro de Santa Marta). Mas, de qualquer forma, um processo de branqueamento da Zona Sul é visível se analisarmos os dados de 1980.

Em primeiro lugar, confirma-se a tendência à mulatização crescente da cidade como um todo. Se, em 1960, negros e mulatos representavam 30% da população da cidade, em 1980 a proporção eleva-se para 34,78%.²⁰ No entanto, sua distribuição pelos bairros do Rio de Janeiro é bem desigual. A predominância de brancos é bem marcada na Zona Sul (Copacabana, com 13,41% de negros e mulatos; Botafogo, com 16,35%; e a Lagoa com 22,43%) e no *filet-mignon* da Zona Norte (Tijuca, com 18,73%, e Vila Isabel, com 18,96%), regiões que sofreram um processo claro de "gentrificação".* Enquanto há regiões com mais de 80% de brancos, há outras com menos de 50%. É o caso, por exemplo, do distrito de Santa Cruz, com 52,6% de negros e mulatos. Os subúrbios de Campo Grande, Jacarepaguá, Bangu, Anchieta e Penha, que já apareciam, em 1950, como regiões concentradoras de não-brancos, em 1980 têm todas mais de 40% de sua população composta por negros e mulatos.

Se esses podem ser considerados indicadores de segregação, é legítimo concluir que o escurecimento da cidade foi acompanhado por demarcações territoriais mais claras. Como, no Brasil, a questão racial "não existe", os conflitos aparecem mais como tensões territoriais do que como tensões raciais. Se hoje a população negra e mulata está cada vez mais longe da vista e do alcance da Cidade Maravilhosa, nas áreas onde há proximidade (e não mistural) a conjuntura atual é de guerra civil. Os episódios violentos que envolveram nos últimos anos os moradores de algumas favelas (sobretudo Ro-

(*) Em inglês, gentrification: movimento das classes média e alta de retorno a áreas centrais da cidade outrora por elas abandonadas. (N.T.).

cinha e Santa Marta), o tráfico de drogas e a polícia apontam claramente para a existência de um território autônomo que perversamente encontrou na riqueza e poder gerados pelo tráfico de drogas que abastece a Zona Sul o caminho de sua autonomia. A perversidade não está na ilegalidade, senão no fato de que essa atividade é umbilicamente ligada e indissociável do modo de vida e modelo de cidade que se opõe à favela. Está, portanto, na armadilha que transforma um devir autônomo, um quilombo, em zona escrava.²² De qualquer forma, a violência das incursões policiais nesses locais tem contribuído para reforçar a demarcação desse território como zona inimiga e, conseqüentemente, para estigmatizá-lo ainda mais.

Para o caso de São Paulo, é impressionante constatar, com base nos dados censitários de 1980, o quanto os territórios já configurados converteram-se em direções ou vetores de expansão. De uma maneira geral, em São Paulo, como no Rio de Janeiro, observa-se um aumento da proporção de negros e mulatos – de 10,23% da população, em 1950, para 23,3% em 1980. Em segundo lugar, constata-se também o fenômeno da periferação da comunidade: a totalidade dos bairros centrais e o anel intermediário abrigam uma porcentagem de negros e mulatos abaixo da média da cidade – em alguns casos com taxas inferiores a 11% (Bela Vista, Cerqueira César, Jardins, Pinheiros). Poder-se-ia, então, argumentar que isso revela, mais do que segregação racial, um zoneamento social. No entanto, negros e mulatos tampouco estão uniformemente distribuídos nas zonas mais periféricas. Em primeiro lugar, há uma gritante concentração na região noroeste da cidade, a partir do Rio Tietê, que vai ficando cada vez maior à medida que nos afastamos do Centro. Assim, de Casa Verde (com 22,14%) se passa por Limão (com 26,14%), Nossa Senhora do Ó (com 26,67%), Pirituba (com 26,6%) e Vila Nova Cachoeirinha (com 27%) para chegar a Brasilândia – também conhecida como “África paulistana” –, com 49% de negros e mulatos.

Outra concentração está na região sudeste: em Jabaquara (30%) e no município de Diadema (que faz parte da Região Metropolitana e possui 40% de sua população negra e mulata). Um terceiro núcleo, no extremo sul, é composto por Capela do Socorro (com 36,4%) e o município de Embu (com 42%). Finalmente, na Zona Leste, a única região que apresenta uma concentração acima da média do município e da Grande São Paulo (que é de 26%) é Vila Matilde, com 27% de não-brancos na população. É importante lembrar que esses núcleos existem como territórios negros pelo menos desde a década de 30 e que neles se encontra hoje implantada uma rede complexa e variada de instituições negras. De acordo com o Cadastro de Entidades, organizado pelo Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu), realizado em São Paulo em 1984, só no município de São Paulo existem mais de 150 entidades, entre centros de cultura, grêmios recreativos e esportivos e escolas de samba. Um estudo da localização dessas entidades na cidade confirma completamente os dados censitários. Com exceção do Centro e do Bexiga (que aparece no censo como Bela Vista), os demais endereços referem-se a Casa Verde, Limão, Peruche, Tucuruvi, Vila Matilde, Vila Prudente e proximidades, Ipiranga, Jabaquara, Vila Guarani, Diadema ou Socorro e Embu.

A lista seria ainda mais completa e eloqüente se incluíssemos os terreiros religiosos, salões de baile *funk*, bares e quintais de pagode, relação que não possuímos no momento.²²

O mergulho no passado das duas cidades e este breve percurso ensaístico pelo presente fornecem-nos alguns elementos para refletir acerca do papel e do destino da comunidade negra na cidade e revelam-nos como os espaços que couberam aos negros ao longo da história da cidade foram investidos por um devir negro que estruturou e sustentou a comunidade mesmo nas situações mais extremas de confinamento, humilhação, segregação e miséria.

Quando nos referimos aqui – e insistimos – à existência de uma comunidade afro-brasileira, não o fizemos a partir de uma visão que

opõe tal noção àquela de sociedade moderna ou como referência a qualquer tipo de arcaísmo que perduraria insistentemente, apesar da industrialização e metropolização. Muito menos apelamos para uma visão romântica, idílica, de comunidade, como uma forma de organização social unitária e boa por natureza. Estamos falando, sim, de um grupo diferenciado e singular, de especificidades culturais e de um repertório comum que vai se forjando e transformando através da história e que, também, assim como toda a sociedade, é dividido, campo de tensões e conflitos os mais diversos.

Usamos para isso a noção de território urbano, uma geografia feita de linhas divisórias e demarcações que não só contém a vida social mas nela intervém, como uma espécie de notação das relações que se estabeleceram entre os indivíduos que ocupam tal espaço.

A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cida-

de: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva: do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas.

Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque é daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promíscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se institui uma espécie de *apartheid* velado que, se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular.

NOTAS

1. Em 1854, São Paulo tinha 31.824 habitantes, dos quais 22.834 eram livres e 8.068 escravos. Constavam ainda 922 estrangeiros. Cf. Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branco e negro em São Paulo*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975 (os dados não incluem as vilas de periferia, como Nossa Senhora do Ó, Pinheiros ou Penha).
2. Cf. Joaquim Norberto Souza e Silva, *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje feitas, aviso de 15 de março de 1870*, Rio de Janeiro, Perseverança, 1870.
3. Cf. “Recenseamentos da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 10 de agosto de 1872, Quadros Gerais”.
4. “Quitanda” e “cangalha” eram expressões com as quais a comunidade negra se referia, respectivamente, às atividades dos vendedores de rua e carregadores da cidade.
5. Palmareis, quilombo situado na Serra da Barriga, Alagoas, no século XVIII, tem sido o grande tema das histórias de quilombos. Ver Décio Freitas, *Palmareis – a guerra dos escravos*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, e Edson Carneiro, *Quilombo dos Palmareis*, São Paulo, 1958. Clóvis Moura, em seu estudo *Rebeliões da senzala*, Rio de Janeiro, 1972, faz um apanhado de várias outras histórias de quilombos brasileiros, todos do tipo rural, refúgio oculto nas matas.
6. A história do quilombo do Jabaquara, aldeia-refúgio situada no caminho de Santos, é um exemplo dessa ligação. A ala mais radical do movimento abolicionista, sem poder decisório no Parlamento, passou a apoiar com dinheiro a retaguarda organizativa, fugas em massa e alforrias de escravos. Jabaquara funcionava como reduto para onde Antônio Bento e seus caifazes encaminhavam os fugitivos. Cf. Alice Aguiar de Barros Fontes, “A prática abolicionista em São Paulo: os caifazes (1882-1888)”, Tese de Mestrado, Departamento de História da FFLCH-USP, 1976.

7. As fontes de dados são as seguintes: 1886 – *Relatório apresentado ao Exm^o Sr. Presidente da Província pela Comissão Central de Estatística*, São Paulo, Leroy Book-Walter, 1888; “1893 – Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo, Dr. Antonio Toledo Piza, em 31 de julho de 1894”.
8. Segundo L.A. Costa Pinto, *O negro no Rio de Janeiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953, p. 49.
9. Cf. “Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Júnior...,” *op. cit.*
10. Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, realizado em 1890 (31 de dezembro), IBGE/RJ (os distritos paulistanos recenseados são: Sé, Santa Efigênia, Consolação, Bráz, Freguesia do Ó e Penha).
11. Código de Posturas do Município de São Paulo, 6.10.1886. Arquivo Histórico Washington Lufs.
12. Até a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, situada no antigo Largo do Rosário, foi desapropriada e demolida para dar lugar à Praça Antônio Prado.
13. Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, realizado em 1890 (31 de dezembro).
14. O *compound* (como é denominado nos países africanos de língua inglesa), ou *collectivité* (nos de língua francesa), compõe-se de uma série de cômodos contíguos que dão para um pátio ou quintal comum. É geralmente habitado por uma família extensa. Cf. Basil Davidson. *The lost cities of Africa*, Boston, Little Brown, 1978. O mesmo tipo de configuração é apontado por Sidney W. Mintz “Houses and Yards Among Caribbean Peasantries”, in S. Mintz, *Caribbean Transformation*, Londres, The John Hopkins University Press, 1984.
15. Recenseamento Geral do Brasil, 1940, População de fato, por sexo e cor, segundo os municípios do IBGE/RJ.
16. Recenseamento Geral do Brasil, 1950, População de fato, por sexo e cor, segundo os municípios do IBGE/RJ.
17. *Idem* notas 15 e 16. 1940 – Distrito Federal; 1950 – População presente por sexo e cor, segundo os distritos e circunscrições do Distrito Federal.
18. Cf. Florestan Fernandes, *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo, Difel, 1972, p. 77-9.
19. CHISAM – Rio de Janeiro, Ministério do Interior, 1971, p. 78-103.
20. População residente por cor e sexo, segundo mesorregiões, microrregiões e municípios. Recenseamento Geral 1980 – IBGE/RJ.
21. A historiografia urbana norte-americana contemporânea tem desenvolvido raciocínio semelhante para interpretar a emergência da máfia e suas relações com a comunidade italiana. Cf. Humbert S. Nelli, “The italians and organized crime”, in B. Callow, Jr., ed., *American urban history*, Oxford, Oxford University Press, 1973.
22. Por exemplo, três dos maiores bailes *funk* da cidade, que congregam semanalmente alguns milhares de negros e mulatos (*Chic Show*, *Toko e Black Mad*), estão situados, respectivamente, na Ponte do Limão, na Vila Matilde e em Pirituba.

SUMMARY

Black territories in Brazilian cities

The inexistence of black ghettos in Brazilian cities may appear to reinforce the idea that there is no racial discrimination in Brazil. However, the history of black neighborhoods in São Paulo and Rio de Janeiro

tells quite another story: these cities have always had clearly defined, specified and singled-out black territories within their many working-class neighborhoods.

The history of these demographic concentrations/territories is the stigma they carry within the cities. If in the world of slavery to be Black was a synonym of “sub-human” and “barbarian”, in the republic of free and salaried labor, black territories are identified with marginality. It is exactly this fact that is revealed when we examine the panorama of São Paulo and Rio de Janeiro at the turn of the century – the main objective of this study.

We have also tried, although at times in only a fragmentary and partial manner, to trace the history of these areas beyond the 1920s, up to the present. By analyzing census data, incorporating oral histories of members of the community, and utilizing the black press, we can clearly see not only the persistence of black neighborhoods in the city, but also a strong

physical/territorial/cultural tradition within these areas.

The history of relations between these areas and the surrounding neighborhoods is marked by apparently contradictory movements. On the one hand, for the dominant white areas, black neighborhoods are a necessity and are thus allowed to expand, as long as they “serve” the city (by providing labor and cultural paradigms). On the other hand, they represent a threat, as they are viewed to be an endless source of unstabling difference and disorder. The result is a type of veiled apartheid that at the same time limits the black community in a stigmatized marginal position, while refusing to recognize its singularity and uniqueness.

RÉSUMÉ

Les territoires noirs des villes brésiliennes

L'absence de ghettos noirs dans les villes brésiliennes pourrait renforcer la thèse selon laquelle il n'existe pas de discrimination raciale dans notre société. Or l'histoire des communautés noires de São Paulo et Rio de Janeiro révèle une situation bien différente: dans ces villes, il a toujours existé, clairement définis, des territoires noirs dont la spécificité et la singularité marquaient l'ensemble des quartiers populaires qui les composaient.

L'histoire de ces concentrations démographiques ou enclaves territoriales est marquée par la stigmatisation au sein de la ville. Si durant la régime esclavagiste, négritude était synonyme de sous-humanité et de barbarie, dans la république du travail libre et salarié, tout territoire noir était identifié à une zone de marginalité. C'est exactement ce que révèle l'examen du panorama de São Paulo et Rio de Janeiro vers la fin du XIX^e et début du XX^e siècle, objet principal de l'analyse publiée dans cet essai.

L'auteur, quoique de façon encore fragmentaire et partielle, a aussi cherché à suivre cette trajectoire au delà des années 20 et jusqu'à nos jours. Il a pour cela

interprété des données provenant de recensements, des informations recueillies auprès de la communauté noire, dans des récits d'histoire orale et à la presse noire. Cette étude a clairement révélé la persistance non seulement de territoires noirs dans les villes, mais encore de toute une tradition physique, territoriale et culturelle qui se manifeste dans certains espaces et vecteurs de la ville.

L'histoire des relations entre ces espaces et les régions limitrophes est marquée par des mouvements apparemment contradictoires. D'un côté, pour la région blanche dominante, le territoire noir qui lui est contigu constitue une nécessité et reçoit donc toute latitude de s'étendre dans la mesure où il “fournit” la ville, aussi bien en main d'oeuvre qu'en paradigmes culturels. Mais, par ailleurs, il représente une menace dans la mesure où il est vécu en permanence comme une source de différences et de désordres destabilisants. Il en résulte un apartheid très voilé qui confine la communauté dans une position stigmatisante de marginalité sans que soient pour autant reconnus l'existence et la singularité de son territoire.

DESIGUALDADE AFRO-AMERICANA NA ESTRUTURA URBANA DOS ESTADOS UNIDOS: 1967 - 1987*

Joe T. Darden**

Durante o verão de 1967, cidades dos Estados Unidos foram abaladas por sérios conflitos raciais, provocando choques, medo e perplexidade. Detroit, Michigan, foi cenário de um dos piores tumultos ocorridos em todo o país. Num período de duas semanas, que começou em 23 de julho de 1967, 43 pessoas foram mortas nos conflitos.

Em 28 de julho de 1967, o presidente Lyndon Johnson organizou a Comissão Nacional de Assessoramento em Conflitos Cívicos e a orientou no sentido de obter respostas a três perguntas: Que aconteceu? Por que aconteceu? Que pode ser feito para evitar que aconteça novamente?

As conclusões básicas da Comissão foram as seguintes: "Nosso país vem se transformando em uma nação constituída por duas sociedades, uma negra e uma branca – separadas e desiguais." O racismo branco, segundo a Comissão, foi basicamente responsável pela reação em cadeia da violência racial no verão de 1967. O racismo branco expressava-se na segregação e na ampla discriminação em matéria de emprego, educação e moradia (ver o Relatório da Comissão de Assessoramento Presidencial, 1968).

Grande parte das desigualdades sociais e econômicas existentes entre negros* e brancos em 1967, quando diversas cidades explodiram, ainda prevalecia 20 anos após. As desigualdades entre brancos e afro-americanos são perpetuadas e reforçadas por níveis elevados de segregação residencial dos negros nas áreas metropolitanas dos Estados Unidos e por baixos níveis de suburbanização negra, que resultam da persistente discriminação em termos de moradia. Tal discriminação leva uma porcentagem desproporcional de negros a morar no Centro das cidades, enquanto os empregos e outras oportunidades vêm se deslocando para os subúrbios.

A situação resulta na redução das chances de mobilidade social e econômica para os ne-

* Trabalho apresentado na seção "Minorias étnicas, desigualdades urbanas e racismo", do seminário "Reestruturação urbana: tendências e desafios", da International Sociological Association/IUPERJ. Rio de Janeiro, 26 a 30 de setembro de 1988.

** Decano, Programas de Questões Urbanas, Universidade do Estado de Michigan, EUA.

* Os termos "negro" e "afro-americano" são usados alternadamente neste artigo.

QUADRO 1
Desigualdade de renda entre negros e brancos
(1967 e 1968)

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E ÍNDICE DE DESIGUALDADE PARA 1967				DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E ÍNDICE DE DESIGUALDADE PARA 1968			
CATEGORIAS DE RENDA	% BRANCOS	% NEGROS	DIFERENÇA ABSOLUTA	CATEGORIAS DE RENDA	% BRANCOS	% NEGROS	DIFERENÇA ABSOLUTA
Abaixo de \$2.500	8,4	22,8	14,4	Abaixo de \$2.500	1,5	4,6	3,1
\$2.500 a 4.999	14,3	28,0	13,7	\$2.500 a 4.999	2,0	9,4	7,4
\$5.000 a 7.999	20,8	21,9	1,1	\$5.000 a 7.499	3,1	8,4	5,3
\$7.500 a 9.999	29,2	12,4	-7,8	\$7.500 a 9.999	3,6	7,8	4,2
\$10.000 a 12.499	15,4	7,2	-8,2	\$10.000 a 12.499	4,5	7,0	2,5
\$12.500 a 14.999	8,2	3,6	-4,6	\$12.500 a 14.999	4,5	6,8	2,3
\$15.000 a 19.999	7,5	2,4	-5,1	\$15.000 a 19.999	9,6	10,7	1,1
\$20.000 a 24.999	2,7	1,1	-1,6	\$20.000 a 24.999	9,9	9,6	-0,3
\$25.000 a 34.999	1,7	0,4	-1,3	\$25.000 a 34.999	18,6	14,7	-3,9
\$35.000 a 49.999	0,6	0,1	-0,5	\$35.000 a 49.999	20,6	12,4	-8,2
\$50.000 e acima	0,4	0,2	-0,2	\$50.000 e acima	22,0	8,8	-13,2
Total	100,2	100,1	58,5	Total	100,0	100,0	51,3
Índice de Desigualdade (metade do total da diferença absoluta)			29,3	Índice de Desigualdade (metade do total da diferença absoluta)			25,8

Fonte: Cálculos efetuados pelo autor a partir de dados obtidos no Departamento de Comércio dos EUA, Bureau of the Census, Relatórios sobre a população atual, Money income of households, families, and persons in the United States: 1986, Consumer Income Series, P-60, n. 159.

gros e leva a um aprofundamento do fosso da desigualdade racial. As desigualdades entre negros e brancos em termos de renda, educação, ocupação e desemprego têm permanecido amplas e persistentes ao longo dos anos decorridos desde os conflitos de 1967.

Desigualdade entre negros e brancos – renda

Em 1987, o índice de desigualdade* entre o percentual de negros e brancos em 11 categorias de renda (de abaixo de US\$ 2.500 até acima de US\$ 50 mil) era de 29,3% (Quadro 1). O percentual de negros que ganhavam menos de US\$ 5 mil era mais que o dobro da-

quele dos brancos. Por outro lado, a proporção de brancos que ganhavam mais de US\$ 50 mil anuais era o dobro daquela dos negros.

Por volta de 1986, o índice de desigualdade baixou para 25,8%, ou 3,5 pontos percentuais (Quadros 1 e 2). Com um ritmo tão lento de mudança, a meta da igualdade de renda entre negros e brancos permanece distante. A proporção de famílias negras que ganham menos de US\$ 5 mil aumentou para quatro vezes o percentual obtido para as brancas. Nos níveis de renda mais altos, a proporção de famílias brancas que ganham US\$ 50mil ou mais aumentou para duas vezes e meia o percentual obtido para as negras (Quadro 1).

Além disso, dados recentes do Bureau do Censo sobre a renda de negros e brancos são ainda mais desanimadores. Em 1987, a renda média dos norte-americanos brancos aumentou em termos reais enquanto a dos negros sofreu um declínio. A renda familiar média dos norte-americanos brancos foi de US\$

* O índice varia de zero a 100 – ou seja, zero indica total igualdade e 100 denota absoluta desigualdade. Quanto maior o índice, maior a desigualdade.

Tendências de Desigualdade de Renda entre Negros e Brancos
(1967 - 1986)

CATEGORIAS DE RENDA	PERCENTUAL DA DIFERENÇA ABSOLUTA ENTRE NEGROS E BRANCOS											TOTAL	ÍNDICE DE DESIGUALDADE
	ABAIXO DE \$2.500	\$2.500 A \$4.999	\$5.000 A \$7.499	\$7.500 A \$9.999	\$10.000 A \$12.499	\$12.500 A \$14.999	\$15.000 A \$19.999	\$20.000 A \$24.999	\$25.000 A \$34.999	\$35.000 A \$49.999	\$50.000 E ACIMA		
1967	14,4	13,7	1,1	-7,8	-8,2	-4,6	-5,1	-1,6	-1,3	-0,5	-0,2	58,5	29,3
1968	11,9	15,0	1,9	-6,1	-6,9	-5,1	-6,2	-2,0	-1,4	-0,6	-0,3	57,4	28,7
1969	10,8	12,8	6,0	-3,0	-7,5	-5,6	-7,1	-3,0	-2,1	-0,8	-0,4	59,1	29,5
1970	10,8	10,8	5,8	-2,3	-5,7	-5,3	-7,0	-3,1	-2,5	-1,0	-0,5	54,8	27,4
1971	10,1	12,3	5,3	-1,0	-5,4	-5,5	-7,6	-3,5	-3,1	-1,0	-0,6	55,4	27,7
1972	9,6	12,8	5,7	-0,6	-5,0	-4,6	-7,1	-4,8	-3,8	-1,4	-0,7	56,1	28,1
1973	9,0	12,5	6,6	1,4	-2,8	-4,5	-8,9	-5,8	-4,5	-1,8	-1,0	58,8	29,4
1974	7,5	12,6	6,1	2,0	-2,4	-2,7	-8,2	-4,9	-6,3	-2,3	-1,2	56,2	28,1
1975	5,8	12,9	4,7	2,6	0,5	-2,6	-7,2	-6,2	-6,0	-2,6	-1,4	52,5	26,3
1976	4,9	12,8	6,6	2,6	-0,4	-1,0	-6,3	-6,2	-7,0	-3,4	-1,8	53,0	26,5
1977	5,4	10,9	7,7	3,3	1,0	-1,6	-5,7	-6,4	-8,2	-4,4	-2,3	56,9	28,5
1978	4,7	11,1	5,0	3,9	1,2	-0,1	-3,4	-6,3	-7,8	-4,8	-3,4	51,7	25,9
1979	4,5	9,5	7,2	4,5	2,2	0,1	-3,1	-5,2	-8,7	-6,3	-6,7	56,0	28,0
1980	3,7	8,0	8,1	4,4	2,0	0,9	-1,3	-4,0	-9,0	-7,3	-5,5	54,2	27,1
1981	3,5	8,7	7,5	3,8	2,8	0,6	-0,2	-3,4	-8,1	-7,8	-7,6	54,0	27,0
1982	3,5	8,9	7,3	4,2	3,1	0,5	-1,1	-1,9	-6,2	-9,2	-9,3	55,0	27,5
1983	3,8	8,0	7,2	4,4	2,2	1,4	-0,1	-2,1	-6,1	-8,8	-9,8	53,9	26,9
1984	3,1	7,9	6,5	4,6	3,0	1,6	1,6	-1,6	-6,7	-8,9	-11,1	56,6	28,3
1985	2,6	7,2	5,8	3,8	3,1	1,5	2,7	-1,4	-4,9	-7,9	-12,0	52,9	26,5
1986	3,1	7,4	5,3	4,2	2,5	2,3	1,1	-0,3	-3,9	-8,2	-13,2	51,5	25,8

Fonte: Departamento de Comércio dos EUA, Bureau of the Census, Relatórios sobre a população atual, Money income of households, families, and persons in the United States: 1986, Consumer Income Series, P-60, n. 159.

* O Índice de Desigualdade é igual à metade do total da diferença absoluta.

32.274 em 1987, comparada a US\$ 31.935 em 1986. A renda média das famílias negras norte-americanas em 1987 foi de US\$ 18.098, abaixo dos US\$ 18.247 em 1986. (O limiar da pobreza, baseado no custo da alimentação, é atualizado anualmente para refletir as mudanças no índice de preços ao consumidor. Em 1987 uma família de quatro pessoas era considerada pobre com uma renda de US\$ 11.600 ou menos.)

Nos últimos 20 anos, os ricos (desproporcionalmente brancos) têm se tornado mais ricos, enquanto os pobres (desproporcionalmente negros) têm se tornado mais pobres. Aqueles que se encontram entre os 20% mais ricos receberam 43,7% de toda a renda em 1987, enquanto esse percentual foi de 40,4% em 1967. Ao mesmo tempo, a renda agregada daqueles que se encontram entre os 20% de renda baixa foi de 4,6%, abaixo dos 5,5% obtidos em 1967. Similamente, os que se situam entre os 60% na faixa de renda média evidenciam uma renda agregada de 51,7%, em comparação com os 54,1% de 1967 (U.S. Bureau of the Census, 1988a; Tolchin, 1988). A proporção de norte-americanos brancos em estado de pobreza declinou significativamente no decorrer de 1987, enquanto a proporção de pessoas negras pobres aumentou. A proporção de norte-americanos brancos pobres era de 10,5%, em comparação aos 11% de 1986. Um total de 21,4 milhões de norte-americanos brancos vivia em estado de pobreza em 1987, contra 22,2 milhões em 1986.

Entretanto, a proporção de norte-americanos negros vivendo em estado de pobreza era de 33,1% — ou seja, mais de três vezes o percentual para os brancos. A proporção de negros pobres aumentou em dois pontos percentuais, a partir dos 31,1% obtidos em 1986. Um total de 9,7 milhões de negros vivia em estado de pobreza em 1987, em comparação com os 8,9 milhões em 1986 (U.S. Bureau of the Census, 1988a; Tolchin, 1988).

Desigualdade entre negros e brancos — grau de instrução

Os Quadros 3 e 4 mostram a extensão da desigualdade entre negros e brancos quanto ao grau de instrução em 1985. O índice de desigualdade entre homens negros e brancos era de 16,8% (Quadro 3), em comparação aos 12,9% para mulheres negras e brancas (Quadro 4).

Tendências recentes mostram que os negros vêm perdendo terreno no campo da educação superior. Os ganhos educacionais obtidos pelos negros no decorrer dos anos 60 e início da década de 70 vêm experimentando um declínio desde 1975.

Entre 1975 e 1985, enquanto o nível de participação de jovens brancos em faculdades aumentou de 53% para 55%, o nível para os negros declinou de 48% para 44% (U.S. Bureau of the Census, 1988b).

No nível de pós-graduação, a queda foi ainda mais drástica. Entre 1976 e 1985, o número de negros que obtiveram título de mestre decresceu em 32%. O número de negros que atingiram o doutoramento declinou em 5% no mesmo período, para os negros do sexo masculino, a queda foi de 27% (America Council on Education, 1988:12-13).

Relatórios recentes sobre o acesso à educação superior sugerem que o declínio na proporção de estudantes negros matriculados em universidades pode ser atribuído a uma combinação de circunstâncias demográficas, econômicas, sociais e políticas:

1) O montante do auxílio federal destinado a estudantes tem sofrido flutuações e algumas limitações vêm sendo colocadas relativamente aos candidatos habilitados a receber o auxílio, enquanto as taxas cobradas pelo ensino universitário têm aumentado substancialmente.

2) Muitas faculdades reduziram ou eliminaram serviços especializados para estudantes negros, tais como programas de recrutamento, cursos de recuperação e orientação de estudos.

3) Muitos estudantes negros tiveram fechadas as portas da faculdade em decorrência da

QUADRO 3
Número¹ e distribuição percentual da população² masculina negra e branca dos Estados Unidos por grau de instrução e índice de desigualdade (março de 1985)

GRAU DE INSTRUÇÃO	NÚMERO DE HOMENS NEGROS	PERCENTUAL DO TOTAL DE HOMENS NEGROS	NÚMERO DE HOMENS BRANCOS	PERCENTUAL DO TOTAL DE HOMENS BRANCOS	DIFERENÇA ABSOLUTA ENTRE NEGROS E BRANCOS	ÍNDICE DE DESIGUALDADE*
0-4 anos	536					
5-7 anos	673	5,9	1.488	2,0	3,9	
8 anos	638	7,4	3.153	4,2	3,2	
1-3 anos	2.274	7,0	4.935	6,5	0,5	
4 anos	2.884	24,9	11.843	15,7	9,2	
1-3 anos	1.361	31,6	25.949	34,4	-2,8	
4 anos ou mais	489	14,9	13.020	17,2	-2,3	
5 anos ou mais	285	5,3	8.398	11,1	-5,8	
Total	11.092	3,1	6.700	8,9	-5,8	
		100,1	75.487	100,0	33,5	16,8

Fonte: Cálculos efetuados pelo autor a partir de dados obtidos no Departamento de Comércio dos EUA, Bureau of the Census, Relatório sobre a População Atual Educacional, Attainment in the United States: Research 1982 to 1985, Series P-20 n. 415.

¹ Números em milhares.

² Pessoas com 15 anos ou mais.

* O índice de desigualdade é igual à metade do total da diferença absoluta.

QUADRO 4
Número¹ e distribuição percentual da população² feminina negra e branca dos Estados Unidos por grau de instrução e índice de desigualdade (março de 1985)

GRAU DE INSTRUÇÃO	NÚMERO DE MULHERES NEGRAS	PERCENTUAL DO TOTAL DE MULHERES NEGRAS	NÚMERO DE MULHERES BRANCAS	PERCENTUAL DO TOTAL DE MULHERES BRANCAS	DIFERENÇA ABSOLUTA ENTRE NEGRAS E BRANCAS	ÍNDICE DE DESIGUALDADE*
0-4 anos	410					
5-7 anos	758	3,7	1.431	1,8	1,9	
8 anos	723	6,9	2.908	3,6	3,3	
1-3 anos	2.667	6,5	5.280	6,5	0,0	
4 anos	3.854	23,9	13.265	16,3	7,6	
1-3 anos	1.712	34,7	33.098	40,6	-5,9	
4 anos ou mais	632	15,4	14.035	17,2	-1,8	
5 anos ou mais	355	5,7	7.418	9,1	-3,4	
Total	11.092	3,2	4.167	5,1	-1,9	
		100,0	81.603	100,2	25,8	12,9

Fonte: Cálculos efetuados pelo autor a partir de dados obtidos no Departamento de Comércio dos EUA, Bureau of the Census, Relatório sobre a População Atual Educacional, Attainment in the United States: Research 1982 to 1985, Series P-10 n. 415.

¹ Números em milhares.

² Pessoas com 15 anos ou mais.

* O índice de desigualdade é igual à metade do total da diferença absoluta.

tentativa de aumentar os padrões tanto de admissão como de desempenho acadêmico nos graduandos. Como a maioria dos estudantes negros gradua-se em escolas racialmente segregadas nos bairros urbanos centrais, muitos deles não estão preparados para ter um bom desempenho na faculdade (*Chronicle*, 7.8.85, p. 15; 7.11.84, p. 17).

4) As políticas do governo federal abandonaram a ação afirmativa e as iniciativas na área dos direitos civis das décadas de 60 e 70, tais como a adoção de quotas, metas e cronogramas que impedissem práticas discriminatórias. Quando o governo federal reduziu seus esforços nesse sentido; as faculdades fizeram o mesmo (*Chronicle*, 7.8.85, p. 15).

Desigualdade entre negros e brancos – ocupação e desemprego

O Quadro 5 mostra a extensão da desigualdade na estrutura ocupacional de 1988. O índice de desigualdade foi de 18,9%. Os brancos tinham uma vez e meia mais chance do que os negros de se tornarem administradores ou profissionais liberais em 1988, enquanto os negros tinham quase duas vezes mais chance que os brancos de se tornarem trabalhadores mal remunerados no setor de serviços.

A desigualdade também se reflete nas taxas de desemprego para negros e brancos. Mesmo quando os negros possuem o mesmo grau de instrução que os brancos, a diferença nas taxas de desemprego ainda persiste. O Quadro 6 mostra que em 1977 os negros com curso colegial completo apresentavam uma taxa de desemprego (14,4%) maior que o dobro daquela para os brancos com igual instrução (6,8%). Além disso, as diferenças na taxa de desemprego persistem, independentemente da igualdade nos níveis de instrução. Ainda mais: os negros que tinham de um a três anos de faculdade apresentavam uma taxa mais alta de desemprego (12,5%) que os brancos com apenas quatro anos de curso colegial (6,8%).

Para os negros graduados no curso colegial, o nível de desigualdade pouco mudou ao longo

do período de dez anos. Em 1987 continuaram a apresentar uma taxa de desemprego mais que duas vezes maior que a taxa para os brancos em mesmas condições. Para os negros com diploma universitário, a situação piorou durante o período. Em 1977, a taxa de desemprego para os negros era de 5%, em comparação com os 3,2% para os brancos com diploma universitário. Em 1987, a taxa de desemprego para os negros aumentou para 5,3%, mas se reduziu a 2,3% para os brancos, ampliando o nível de desigualdade (Quadro 6). Um negro com quatro anos ou mais de estudos universitários tinha menores chances de emprego que um que tivesse abandonado os estudos.

O 'continuum' da discriminação

A discriminação da maioria branca para os grupos minoritários (pessoas de cor) nos Estados Unidos ocorre ao longo de um *continuum*. Os asiáticos experimentam menor discriminação em termos de moradia e, conseqüentemente, têm maiores oportunidades de emprego. O nível de discriminação aumenta na medida em que se trate de asiáticos, de hispânicos, de norte-americanos nativos (isto é, índios norte-americanos) e negros.

O grau de discriminação para os hispânicos varia dependendo das características raciais. Por exemplo, os hispânicos experimentam maior discriminação que os hispânicos brancos e podem até mesmo sofrer a mesma discriminação reservada aos negros não-hispânicos (ver U.S. Department of Housing and Urban Development, 1979:3). Além disso, os padrões de segregação que envolvem os hispânicos brancos e negros seguem de perto os padrões de segregação observados para os brancos e negros não-hispânicos em geral. Os hispânicos brancos são altamente segregados dos negros e dos hispânicos negros. Por outro lado, os hispânicos brancos são apenas moderadamente segregados dos brancos não-hispânicos (ver Massey e Mullan, 1985: 396-397). Aparentemente, a cor é mais significativa que a etnia, já que os hispânicos negros são mais segregados

QUADRO 5
Distribuição percentual de empregados civis negros e brancos¹
nos Estados Unidos e índice de desigualdade
(maio de 1988)

CATEGORIAS OCUPACIONAIS	NEGROS	BRANCOS	DIFERENÇA ABSOLUTA ENTRE NEGROS E BRANCOS	ÍNDICE DE DESIGUALDADE ²
Administradores e profissionais qualificados	16,1	26,5	-10,4	
Técnicos, profissionais de vendas e de apoio administrativo	26,9	30,8	-3,9	
Ocupações de serviços	23,9	12,1	11,8	
Produção de materiais de precisão, artífices e profissionais de manutenção	8,8	12,6	-3,8	
Operadores, profissionais de produção e operários	21,8	14,7	7,1	
Atividades agropecuárias, florestais e de pesca	2,6	3,4	-0,8	
Total	100,1	100,1	37,8	

Fonte: Cálculos efetuados pelo autor a partir de dados obtidos no Departamento do Trabalho dos EUA, *Employment and earnings*, junho de 1988.

¹ Total de empregados com 16 anos ou mais (em milhares) – negros: 11.400; brancos: 99.414.

² O Índice de Desigualdade é igual à metade do total da diferença absoluta.

QUADRO 6
Taxa de desemprego por sexo, raça e grau de instrução
(1977 e 1987)

	1977					1987				
	CURSO COLEGIAL			UNIVERSIDADE		CURSO COLEGIAL			UNIVERSIDADE	
	TOTAL	1-3 ANOS	4 ANOS	1-3 ANOS	4 ANOS OU MAIS	TOTAL	1-3 ANOS	4 ANOS	1-3 ANOS	4 ANOS OU MAIS
Homens	7,5	13,4	7,2	5,5	2,8	7,4	15,4	7,5	5,7	2,7
Mulheres	8,5	14,3	7,8	6,8	4,2	6,6	14,0	6,8	4,9	2,4
Branco	7,2	12,7	6,8	5,5	3,2	6,1	13,1	6,2	4,5	2,3
Negros	14,7	20,0	14,4	12,5	5,0	14,5	23,2	14,3	11,6	5,3
Hispânicos	11,4	17,2	10,0	8,2	5,0	10,2	14,8	9,4	7,2	2,6

Fonte: U.S. Bureau of the Census, *Statistical abstract of the United States: 1988*, 108ª edição, Washington, D.C., 1987.

dos hispânicos brancos do que dos negros não-hispânicos. Fica evidente que o fator "cor da pele" tem resultado em uma discriminação mais intensa e persistente para os negros do que para quaisquer outros grupos.

O efeito de tal discriminação no que diz respeito a moradia é evidente nos variados graus de segregação residencial e suburbanização para os grupos minoritários. Os padrões diferenciados de segregação residencial e suburbanização têm impacto sobre as oportunidades de emprego existentes. Essas oportunidades diferenciadas resultam em níveis diferenciados de renda, instrução e ocupação.

Segregação residencial e suburbanização de grupos minoritários

O exame da segregação residencial de cada grupo de minorias raciais-étnicas da população majoritariamente branca evidencia claramente que os negros são os mais segregados em termos residenciais. A extensão da segregação residencial entre brancos e negros, comparada à de outros grupos minoritários, é demonstrada através do uso de dados do Censo e do índice de desigualdade para dez Áreas Estatísticas Metropolitanas Padrão (AEMP) na Região Centro-Norte (Quadro 7). O índice vai de zero – que indica ausência de segregação residencial – a cem, que indica total segregação (para calcular o índice, ver Darden e Tabachneck, 1980). O nível médio de segregação entre negros e brancos (80,5%) foi mais que o dobro do nível médio de segregação entre asiáticos e brancos (34,8%). A segregação entre hispânicos e brancos era de 43,3% e o nível médio para os norte-americanos nativos era de 43,9%.

Essas constatações são compatíveis com um estudo anterior sobre 12 Áreas Estatísticas Metropolitanas Padrão dentro do estado de Michigan (Darden, 1986:118). O nível médio

de segregação entre negros e brancos foi de 66,8%, em comparação com um nível de segregação entre asiáticos e brancos de apenas 27%. Os níveis para hispânicos e norte-americanos nativos foram de, respectivamente, 36,9% e 34,8%.

O padrão do *continuum* da segregação residencial entre grupos majoritários e minoritários também é confirmado por outros estudos (Farley, 1986:18; Woolbright e Hartmann, 1987:145; Massey e Denton, 1987).

O padrão do *continuum* da segregação residencial em termos de cor é duplicado no padrão de suburbanização. Os dados sobre os percentuais para cada grupo racial-étnico da população residente nos subúrbios em 1980 são apresentados nos Quadros 8 e 9. Nas áreas metropolitanas selecionadas da Região Centro-Norte e no país como um todo, os negros são os menos suburbanizados. Em todo o país, menos de 1/3 dos negros nas AEMP mora em subúrbios, em comparação com aproximadamente a metade da população asiática.

Tanto a segregação residencial como o grau de suburbanização dos asiáticos e hispânicos são altamente relacionados ao *status* sócio-econômico (Massey e Denton, 1987:819). Na medida em que aumenta o *status* sócio-econômico desses grupos, a segregação residencial decresce e aumenta a suburbanização. Para asiáticos e hispânicos, a suburbanização é uma etapa fundamental dentro do processo mais amplo de assimilação espacial, um processo amplamente vedado aos negros. O nível de segregação dos negros não parece estar estreitamente relacionado ao *status* sócio-econômico desse segmento não está rigorosamente relacionado à sua suburbanização (Massey e Denton, 1987:823). Independentemente do *status* sócio-econômico, a maioria dos negros permanece altamente segregada nos centros urbanos das áreas metropolitanas.

QUADRO 7

População e segregação de grupos raciais minoritários em dez áreas estatísticas metropolitanas
Padrão da Região Centro-Norte, 1980

AEMP	POPULAÇÃO NEGRA	NEGROS VS. BRANCOS	POPULAÇÃO HISPÂNICA	HISPÂNICOS VS. BRANCOS	POPULAÇÃO ASIÁTICA	ASIÁTICOS VS. BRANCOS	POPULAÇÃO AMERICANA NATIVA	AMERICANOS NATIVOS VS. BRANCOS
Cincinnati	173.656	72,3	2.956	30,3	6.115	33,0	1.194	39,9
Chicago	1.427.827	88,5	580.592	64,0	141.339	52,2	10.709	62,1
Cleveland	345.632	87,5	25.920	55,4	13.164	35,8	2.014	62,4
Detroit	890.417	85,8	71.859	43,6	33.257	26,1	12.483	36,3
Flint	78.871	83,3	8.467	33,4	2.084	25,3	3.013	30,0
Indianapolis	157.258	76,2	8.845	33,2	5.437	36,0	1.486	56,3
Kansas City	173.184	78,9	31.820	42,1	8.420	30,8	4.646	26,9
Milwaukee	150.677	83,0	34.343	56,2	7.630	38,6	6.534	45,1
Minneapolis	50.046	68,3	22.271	40,9	19.686	36,9	15.959	42,4
St. Louis	407.734	81,3	22.284	33,9	12.624	32,9	3.268	37,3
Média	385.530	80,5	80.909	43,3	24.976	34,8	6.131	43,9

Fonte: Cálculos efetuados pelo autor a partir de dados obtidos no U.S. Bureau of the Census, 1980, Population and Housing, Summary Tape, Arquivo 4, Washington, D.C., Data User Services, 1983.

QUADRO 8

Percentual de cada grupo racial da população residente em subúrbios de áreas metropolitanas selecionadas da Região Centro-Norte, 1980

SUBÚRBIOS DAS AEMP	% BRANCOS	% ASIÁTICOS	% AMERICANOS NATIVOS - INDÍOS	% HISPÂNICOS	% NEGROS	% DA POPULAÇÃO SUBURBANIZADA DAS AEMP
St. Louis	87,7*	86,6*	80,4	75,2	49,4	80,8
Cincinnati	79,4*	63,8	64,4	62,1	24,9	72,5
Detroit	87,7*	80,1*	72,6*	59,5	14,8	72,4
Cleveland	79,8*	74,3*	45,7	31,4	27,3	69,8
Minneapolis	71,8*	65,5	28,1	43,7	16,6	69,7
Flint	79,3*	69,6*	67,8	53,1	16,2	69,4
Kansas City	72,2*	58,4	65,1	53,8	29,2	66,2
Chicago	71,4*	51,0	43,3	27,3	16,2	57,7
Milwaukee	61,6*	52,8	23,2	24,0	2,5	54,5
Indianápolis	56,9*	30,3	33,1	30,5	2,9	39,9
Média	73,7*	63,2	52,4	46,1	20,0	65,3

Fonte: Compilação do autor a partir de dados obtidos no Departamento do Comércio dos EUA, Bureau of the Census, 1980, Census of Population and Housing, Advance Reports, diversos Estados.
* Mais alto que o percentual da população suburbanizada das AEMP.

QUADRO 9

Percentual de cada grupo racial da população residente em centros urbanos e em subúrbios de áreas metropolitanas dos Estados Unidos em 1988

ÁREA	% DO TOTAL BRANCOS	% DO TOTAL NEGROS	% DO TOTAL HISPÂNICOS	% DO TOTAL AMERICANOS	% DO TOTAL ASIÁTICOS
Centros Urbanos	34,1	71,3	57,4	42,5	50,8
Subúrbios	65,9	28,7	42,6	57,5	49,2

Fonte: Compilado pelo autor a partir de dados obtidos no Departamento do Comércio dos EUA, Bureau of the Census, General Social and Economic Characteristics, U.S. Summary, Washington D.C., U.S. Government Printing Office, 1982.

Consequências sociais e econômicas da concentração de negros nos centros

O fato de 71% da população negra da AEMP residirem em centros urbanos (um nível mais alto do que o encontrado para qualquer outro grupo racial-étnico) traz sérias consequências sociais e econômicas. Os empregos e outras oportunidades econômicas

vêm se localizando nos subúrbios e nas áreas não-metropolitanas. Desde 1948 as áreas suburbanas têm recebido mais de 80% dos novos empregos nos setores de manufatura, comércio varejista e atacadista e serviços especializados (Gold, 1972). Assim, as novas e melhores oportunidades de trabalho situam-se a maior distância dos locais de residência dos negros, forçando as famílias negras a gastar

mais tempo e dinheiro no deslocamento para o trabalho ou na procura de emprego (Darden, 1986:112).

Admitindo-se que os negros sofrem maiores restrições na escolha do local de suas moradias que quaisquer outros grupos raciais minoritários, o custo associado à distância reduzirá o acesso a determinados empregos. O resultado líquido da imposição desses custos de transporte é a redução do salário real percebido pelos negros residentes nos centros urbanos em comparação com os residentes nos subúrbios.

A queda do número de empregos nos centros urbanos foi mais pronunciada em determinadas cidades da Região Centro-Norte. As tendências do emprego no pós-guerra em vários setores da economia de Detroit indicam a extensão do declínio da oferta de empregos nos centros urbanos. Entre o final da década de 40 e o início dos anos 80 a participação de Detroit no total de empregos do setor manufatureiro da Região Metropolitana baixou de 60,3% para 25%, de 72,6% para 15,4% no comércio varejista, de 75,3% (em 1958) para 23,6% nos serviços e de 90,1% para 29,6% no comércio atacadista (Vernon, 1966; Darden e outros, 1987:22-23). Entre 1958 e 1982, Detroit perdeu 187.100 empregos, a maioria no setor de manufaturas e no comércio varejista (Darden e outros, 1987:22).

A principal razão pela qual os negros têm sido mais afetados economicamente é a segregação, tanto ocupacional como residencial. Os trabalhadores negros tendem a se concentrar nos empregos do setor da produção, onde ocorreram as mais significativas perdas industriais. Os trabalhadores negros do setor da

produção tendem a estar concentrados nas indústrias mais antigas e são essas as que mais frequentemente vêm encerrando suas atividades. Finalmente, os negros tendem a se concentrar em bairros antigos dos centros urbanos – e é lá que as fábricas e os empregos na produção estão desaparecendo mais rapidamente (Hill e Negrey, 1988:21).

A queda na oferta de empregos para os negros tem provocado custos significativos para a população negra e para a sociedade como um todo. Como foi mencionado anteriormente, a renda das famílias negras diminuiu e os níveis de pobreza aumentaram.

Conclusão

O principal objetivo desse trabalho foi investigar se as desigualdades sociais e econômicas que existiam entre negros e brancos em 1967, quando houve uma explosão em diversas cidades, ainda prevaleciam na estrutura urbana dos Estados Unidos. A evidência dos registros do Censo mostra que a desigualdade dos afro-americanos tem persistido e é perpetuada e reforçada por níveis elevados de segregação residencial nas áreas metropolitanas dos Estados Unidos e por baixos níveis de suburbanização dos negros que resultam da discriminação em termos de moradia. Tal discriminação leva uma porcentagem desproporcional de afro-americanos a morar nos centros urbanos, enquanto os empregos e as oportunidades em geral vêm se localizando nos subúrbios. A situação resulta na redução das oportunidades para os afro-americanos, levando a um persistente fosso de desigualdade racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN COUNCIL ON EDUCATION. 1988. *One third of a nation*. Relatório da Comissão de Participação das Minorias na Educação e na Vida Americana. Washington, D.C.
- BERNSTEIN, Richard. 1988. "20 year after the Kerner Report: three societies, all separate." *New York Times*, 29 fev.
- CHRONICLE of Higher Education. 1984. 7 nov., p. 17.

CHRONICLE of Higher Education. 1985. 7 ago., p. 15.

- DARDEN, Joe T. e TABACHNECEK, Arthur. 1980. "Algorithm 8: graphic and mathematical descriptions of inequality, dissimilarity, segregation or concentration." *Environment and planning A*. 12:227-234.
- DARDEN, Joe T. 1986. "Accessibility to housing: differential residential segregation for Blacks, Hispanics, American Indians and Asians." In: Jamshid Momeni, org., *Race, ethnicity, and minority housing in the United States*. Westport, Greenwood, p. 109-26.
- DARDEN, Joe T., CHILD HILL, Richard, THOMAS, June, e THOMAS, Richard. 1987. *Detroit: race and uneven development*. Filadélfia, Temple University Press.
- FARLEY, Reynolds. 1986. "Assessing Black progress: voting and citizenship rights, residency and housing, education." *Economic Outlook USA*. 13:16-19
- GOLD, Neil. 1972. "The mismatch of jobs and low-income people in metropolitan areas and its implications for the central city poor." In *Report of the Commission on Population Growth and the American Future*. Washington, D.C. Government Printing Office, p. 443-86.
- HILL, Richard, e NEGREY, Cynthia. 1988. "Deindustrialization and racial Minorities in the Great Lakes Region, USA." *Discussion Paper Series*, East Lansing, Urban Affairs Programs, MSU, 2, inverno.
- MASSEY, Douglas e DENTON, Nancy A. 1987. "Trends in the residential segregation of Black, Hispanics and Asians: 1970-1980." *American Sociological Review*. 52:802-825.
- MASSEY, Douglas, e MULLAN, Brendan P. 1985. "Commentary and debate: reply to Goldstein and White." *American journal of Sociology*. 91.396-399.
- PRESIDENTIAL Advisory Commission Report on Civil Disorders, 1968.
- TOLCHIN, Martin. 1988. "Minority poverty on the rise even as White poor decrease in U.S." *New York Times*, 1 set.
- U.S. BUREAU OF THE CENSUS. 1988a. *Money income and poverty status in the United States, 1987*, Relatório Final, P-60, # 161; *Estimates of poverty including the value of non cash benefits, 1987*, Relatório Técnico, # 58.
- U.S. BUREAU OF THE CENSUS. 1988b. "School enrollment – social and economic characteristics." *Current Population Reports*. Série P-20, n. 404, 409, 426. Washington, D.C., U.S. Government Printing Office.
- U.S. DEPARTMENT OF HOUSING AND URBAN DEVELOPMENT. 1979. *Discrimination against Chicanos in the Dallas rental housing market*. Washington, D.C., Office of Policy Development and Research.
- VERNON, Raymond. 1966 "The changing economic function of the central city." In James Wilson, org., *Urban renewal: the record and the controversy*. Cambridge, Massachusetts Institute of Technology Press, p. 6-15.
- WOOLBRIGHT, Louie A., e HARTMANN, David J. 1987. "The new segregation: Asians and Hispanics". In Gary Tobin, org., *Divided neighborhoods*. Beverly Hills, Sage, p. 138-157.

SUMMARY

Afro-American inequality within the urban structure of the United States: 1967-1987

Most of the social and economic inequalities that existed between blacks and whites in 1967, when several cities exploded, were still prevalent twenty years later. The inequalities between Afro-Americans and whites are perpetuated and reinforced by high levels of black residential segregation in American metropo-

litan areas and by low levels of black suburbanization resulting from persistent discrimination in housing. Such discrimination forces a disproportionate percentage of blacks to live in central cities while jobs and other opportunities are moving to the suburbs.

The situation results in reduced opportunities for

black social and economic mobility, and leads to a continuing racial inequality gap. Inequalities between blacks and whites in income, education, occupation, and unemployment have remained widespread and persistent in the years since the upheavals of 1967.

In the past 20 years, the rich (disproportionately white) have been getting richer while the poor (disproportionately black) have been getting poorer.

Recent trends show that blacks are losing ground in the area of higher education. The educational gains made by blacks during the 1960s and early 1970s have been eroding since 1975.

Recent reports on access to higher education suggest that the drop in the proportion of black students enrolled in college can be attributed to a combination of demographic, economic, social, and political circumstances.

The federal government's policies have turned away from affirmative action and civil-rights initiatives of the 1960s and 1970s, such as using quotas,

goals, and timetables to end discriminatory practices.

Inequality is also reflected in the rates of black and white unemployment. Even when blacks have the same level of education as whites, the gap in unemployment rates persists.

Discrimination by the white majority against minority groups (people of color) in the United States occurs along a continuum. Asians experience the least housing discrimination and as a result, have greater employment opportunities. The level of discrimination increases from Asians to Hispanics to Native Americans (i.e., American Indians), to blacks.

The effect of such discrimination in housing is evident in the varying degrees of minority group residential segregation and suburbanization. The differential patterns of residential segregation and suburbanization have an impact on the employment opportunities available. These differential opportunities result in differential levels of income, education, and occupation.

RÉSUMÉ

L'inégalité des afro-américains au sein des structures urbaines aux Etats-Unis: 1967-1987

La plupart des inégalités sociales et économiques existantes entre noirs et blancs en 1967, quand des explosions raciales eurent lieu dans plusieurs villes, prédominaient encore vingt ans plus tard. Les inégalités entre afro-américains et blancs se sont perpétuées et renforcées du fait de l'importance de la ségrégation des zones résidentielles noires dans les métropoles américaines et du fait qu'une faible proportion des noirs a accès aux banlieues en conséquence d'une discrimination persistante par le logement. Cette discrimination oblige un pourcentage disproportionné des noirs à vivre au centre des villes quand les emplois et autres facilités émigrent vers les banlieues.

Il résulte de cette situation une réduction des occasions de mobilité sociale et économique pour les noirs, ce qui conduit à une augmentation constante de l'inégalité raciale. Les inégalités entre blancs et noirs quant aux revenus, à l'éducation, à l'emploi et au chômage demeurent générales et persistent au long des années depuis les soulèvements de 1967.

Au cours des 20 dernières années, les riches (chez qui le nombre de blancs est disproportionné) sont devenus plus riches, tandis que les pauvres (chez qui le nombre de noirs est disproportionné) sont devenus plus pauvres.

De récentes tendances montrent que les noirs perdent du terrain dans le domaine de l'enseignement su-

périeur. Les progrès éducationnels réalisés par les noirs au cours des années 60 et au début des années 70 ont été peu à peu grignotés depuis 1975.

De récents rapports sur l'accès à l'enseignement supérieur suggèrent que la chute des inscriptions d'étudiants noirs peut être attribuée à un ensemble de circonstances démographiques, économiques et politiques.

Les politiques mises en place par le gouvernement ont abandonné toute action positive ainsi que les initiatives prises en faveur des droits civils au cours des années 60 et 70, telles que l'usage de quotas, les buts et les emplois du temps destinés à faire cesser les pratiques discriminatoires.

L'inégalité se reflète aussi dans les taux de chômage affectant blancs et noirs. Même quand les noirs ont un niveau d'instruction égal à celui des blancs, la disparité des taux de chômage demeure.

La discrimination pratiquée par la majorité blanche contre les groupes minoritaires (gens de couleur) aux Etats-Unis suit un continuum. Les asiatiques sont les moins discriminés sur le plan du logement et ont, en conséquence, de plus grandes chances d'emploi. Le niveau de discrimination augmente des asiatiques aux hispaniques, de ceux-ci aux américains d'origine (c'est à dire les indiens d'Amérique) et de ces derniers aux noirs.

Les effets d'une telle discrimination dans le logement sont visibles dans les différents degrés de ségrégation résidentielle et d'accès des groupes minoritaires aux banlieues. Les différents types de ségrégation

résidentielle et d'accès aux banlieues ont un impact sur les chances d'emploi. Ces chances différenciées ont pour résultat une différence de niveaux de revenus, d'instruction et de profession.

A COMUNIDADE ARGELINA NA FRANÇA*

Juliette Minces**

Antes de falar da minoria norte-africana na França, proponho focalizar minha exposição sobre a comunidade argelina, na medida em que ela se apresenta como um caso específico da imigração na França. As comunidades tunisina e marroquina são, no conjunto geral da imigração, quanto ao seu *status*, mais próximas das outras comunidades. Se elas são por vezes mais discriminadas, isso se deve ao fato de a sociedade francesa ter a tendência de confundí-las com os argelinos, não sabendo *distinguir* uns dos outros.

Não se pode falar da imigração argelina sem fazer referência ao passado colonial da Argélia. Sem isso, fica difícil compreender por que, ainda hoje, essa comunidade sofre discriminações específicas – apesar de vir imigrando desde o início do século – que perduram, inclusive, através de seus filhos.

O passado colonial

Durante 130 anos a Argélia foi uma dentre as várias colônias francesas. Diferentemente das outras, porém, ela foi uma colônia de povoamento. Esse fenômeno esteve na origem da desestruturação da organização social e econômica do país, bem como de sua despersonalização, do ponto de vista da identidade nacional, isto é, de uma ruptura violenta em relação a seu passado.

Após a Segunda Guerra Mundial, as autoridades francesas dividiram a Argélia em quatro departamentos, ligando-a ainda mais diretamente à metrópole. Viviam, então, no país, um milhão de europeus (os *pieds-noirs*, como se dizia então), ao lado de dez milhões de árabes (ou muçulmanos, como eram chamados). Estes últimos, com a passagem da Argélia de colônia a departamento francês, tornaram-se também cidadãos franceses, muito embora fossem considerados cidadãos de segunda classe. Se, entre eles, alguns chefes tradicionais ou grandes comerciantes conseguiram preservar ou acumular alguma riqueza, a maioria era constituída de pequenos proprietários, ou mesmo de camponeses sem terra,

* Trabalho apresentado na seção "Minorias étnicas, desigualdades urbanas e racismo", do seminário "Reestruturação urbana: tendências e desafios", da International Sociological Association/Iuperj. Rio de Janeiro, 26 a 30 de setembro de 1988.

** Socióloga, pesquisadora independente de instituições, autora de várias obras sobre o mundo árabe e imigração (último livro: *La generation suivante*, 1986).

que se tornaram assalariados agrícolas ou, quando nas grandes cidades, desempregados, operários, camelôs ou pequenos comerciantes. Quando tinham acesso ao serviço público, não ocupavam senão postos subalternos. Seus filhos raramente freqüentavam a escola oficial, destinada quase exclusivamente aos franceses.

Durante todo o período colonial, a Argélia assistiu a numerosas revoltas, que foram violentamente reprimidas. Em 1954, militantes nacionalistas, servindo-se do islão como elemento de coesão e mobilizando as massas com promessas modernizadoras (reformas agrária, fim do estatuto de colono, democracia), desencadearam uma luta armada que durou oito anos. Essa luta teve o apoio, na França, de militantes da comunidade argelina imigrante e conduziu a Argélia à independência em 1962. A guerra foi dura e brutal de ambos os lados, fazendo inúmeras vítimas. A partir de 1960, os *piets-noirs* enveredaram por uma atuação política de *terra arrasada*, o que provocou o êxodo maciço dos franceses, que continuavam a proclamar que a Argélia pertencia, ou antes, era a França. Em largos setores da sociedade francesa, a independência argelina não foi assimilada.

Como qualquer sistema colonial, o da Argélia havia desenvolvido o desprezo e o racismo face aos colonizados — e, chegada a independência, o rancor e a animosidade dos colonos voltaram-se contra aqueles que os tinham *jogado ao mar*. A chegada em massa, na França, dos repatriados da Argélia contribuiu grandemente para a difusão, ou reforço, dessa ideologia do desprezo no seio da população da metrópole. Em outras palavras: ao racismo vulgar (embora ocultado durante longo tempo) somou-se, no que se refere aos argelinos, todas as seqüelas do racismo colonial. Vinte e seis anos depois a França ainda não está curada desse mal.

Vale lembrar que, até a independência, a mão-de-obra argelina foi utilizada, inclusive na metrópole, segundo as necessidades econômicas do momento. Devolvida à Argélia quando não mais era necessária, essa mão-de-

obra submetia-se perfeitamente à conjuntura. Chegou mesmo a haver conflitos entre o governo francês e os colonos empregadores da Argélia, pois estes tinham a escassez de mão-de-obra local e receavam a influência que sobre ela poderiam ter o sindicalismo e a ideologia democrática da metrópole. Contudo, sendo o desemprego endêmico na Argélia, e como o seu estatuto de departamento francês tornava difícil impedir a livre circulação de pessoas, a emigração para a França cresceu bastante. Em 1954, já havia entre 400 e 600 mil argelinos em território francês; a maior parte deles veio sem família e vivia muitas vezes em condições dramáticas. Esse movimento atenuou-se ligeiramente logo após a independência, para retornar com mais vigor mais adiante, impulsionado pelas mesmas causas que levam os homens do Terceiro Mundo a procurar trabalho nos países industrializados.

Pouco a pouco, essa imigração só de homens de transformou numa imigração de famílias, sem que fossem criadas estruturas apropriadas de acolhimento. Para os trabalhadores, fazer vir as esposas, mesmo em condições difíceis, significava voltar a ter uma vida normal, mesmo que em uma favela. Os filhos, sobretudo, poderiam ter uma escolaridade correta, regular, que os possibilitassem aspirar a uma vida profissional mais gratificante que a de seus pais.

A crise econômica e, depois, a suspensão da imigração, em 1974, aceleraram em todas as comunidades um movimento de reagrupamento familiar. De fato, com a imigração oficialmente suspensa, somente às "famílias reunidas" (mulheres ou filhos que viajavam para unirem-se aos maridos ou pais) era permitido, em certas condições, entrar na França. Mas muitos dos que não preenchiam essas famigeradas condições entraram clandestinamente. Isso não fez senão aumentar as dificuldades. Além do mais, a chegada de esposas e filhos modificou completamente o ambiente de imigração. Tornaram-se necessários alojamentos, creches, escolas e equipamentos médicos e sociais. Afastados dos bairros ou subúrbios residenciais, os imigrantes vão reagrupar-se em

alguns subúrbios operários, onde podiam encontrar trabalho. As autoridades recusavam-se a construir moradias para os estrangeiros, sobretudo quando se tratava de argelinos, cujas famílias numerosas assustavam a vizinhança européia: eram famílias difíceis de suportar, "famílias-problemas". Essa rejeição era justificada pela existência de diferenças culturais marcantes, em vez de se reconhecer que a razão estava no fato de se tratarem de famílias pobres. Na França de hoje o eufemismo continua a reinar.

O medo do desemprego também servia de justificativa para essa rejeição. Foram feitas várias tentativas para limitar, ou até mesmo impedir, o reencontro de famílias argelinas, ao mesmo tempo em que se implementaram políticas destinadas a estimular o retorno dos imigrantes. Na teoria, esses estímulos destinavam-se a todos os imigrantes. Na prática, o que se pretendia era atingir os africanos negros, os magrebins e, muito especialmente, os argelinos.

Essa rejeição e discriminação aos argelinos é perceptível na sua participação no mercado de trabalho, no qual ocupam sistematicamente funções mais desvalorizadas, mais duras e insalubres. Sua promoção profissional é infinitamente mais lenta do que a das outras comunidades. De 320 mil argelinos economicamente ativos*, 16,4% são serventes, 37,5% operários, 36,9% operários especializados, havendo sempre 7,4% de empregados qualificados e 1,8% de agentes técnicos.

Para uma população aproximadamente igual (cerca de um milhão de pessoas), há quase três vezes mais desempregados argelinos que portugueses. É entre os argelinos, aliás, que se encontra o maior número de desempregados. Ora, de um modo geral, os imigrantes só são tolerados na medida em que tenham a justificativa de um emprego. Eles mesmos sentem isso. Encontrar-se sem trabalho – e, portanto, sem salário – significa não poder mais justificar a sua imigração. Para os franceses a resposta é clara: devem retornar a seu

país. Mas não é tão simples assim quando eles têm filhos.

Fora do trabalho, as mesmas discriminações são encontradas quando se trata de achar um lugar para morar: os imigrantes ocupam os lugares que os franceses não querem mais, os únicos que estão autorizados a ocupar, tendo em conta a sua baixa renda.

Originalmente, os franceses de classe média procuraram os bangalôs, nos arredores dos grandes centros urbanos, para viver um pouco mais perto da natureza – uma alternativa aos bairros do Centro das cidades, onde as residências eram demasiado pequenas e desconfortáveis. Após a Segunda Guerra Mundial, a França passou por uma grave crise de moradia popular que foi resolvida, parcialmente, pela construção de grandes conjuntos residenciais. Af foram instaladas, provisoriamente, famílias francesas de operários especializados, quadros médios e funcionários, enquanto esperavam por moradias melhores. Passado esse período de transição, os blocos foram então destinados a um outro tipo de classe social, os operários não-qualificados, que passaram a construir, de certo modo, o núcleo estável desses grandes conjuntos residenciais periféricos.

A partir dos anos 70, assiste-se na França a um forte estímulo ao acesso à propriedade residencial, especialmente do tipo bangalô. Ou, ao contrário, estimula-se a reconstrução urbana dos Centros das cidades, outrora abandonados pelos autóctones e, em consequência, ocupados pelos imigrantes. Essas reconstruções, essa renovação urbana, vão trazer de novo para o Centro reabilitado as classes médias, na mesma proporção em que, com a elevação subsequente dos aluguéis, os imigrantes são levados a abandoná-lo.

Esses imigrantes vão passar, então, da casa de cômodos aos quartos alugados ou mesmo aos pardieiros sem conforto, às casas ou aos barracos de fundo de loja, ou às favelas, até chegarem aos grandes conjuntos residenciais, o que é sentido por eles como uma promoção. Isso ocorre nos anos 70. Esses conjuntos são

chamados, então, de cidades-dormitórios e, depois, de "bairros-guetos".

Embora haja segregação residencial nesses grandes conjuntos, é difícil caracterizá-los como guetos, mesmo no sentido norte-americano do termo. Isso porque essa segregação é antes de tudo social e atinge tantos os franceses de origem quanto os imigrantes. De fato, esses bairros, ou esses grandes conjuntos, apresentam uma forte homogeneidade social ao mesmo tempo em que possuem uma heterogeneidade étnica – ao contrário do gueto. Neles, a população francesa é quase sempre majoritária, mas são somente os estrangeiros que a gente repara.

Nesses lugares, particularmente nos grandes conjuntos onde as habitações sociais são atribuídas (as esperas para obtê-las são, em geral, muito demoradas), a coabitação é imposta. Se o beneficiário a recusa, arrisca-se a não ser realojado em outro lugar. Os franceses normalmente sentem a coabitação como desvalorizadora, humilhante, embora pertençam ao mesmo nível social dos imigrantes. Estes lhes oferecem uma imagem deles mesmos que é rejeitada, porque os angustia.

Além disso, ao serem ocupados por imigrantes, sobretudo argelinos com famílias numerosas, esses bairros ficam *marcados*, são *categorizados*, o que acentua ainda mais a sua desvalorização, pois se lhes atribui especificidades vergonhosas. Violações, roubos, drogas, prostituição, insegurança, essas são as descrições, nem sempre falsas, que se fazem desses lugares. Embora sejam os imigrantes o alvo do estigma, são os franceses que se sentem estigmatizados e que farão tudo para se demarcarem, para não se parecerem com esses imigrantes. Acima de tudo, marcar a diferença, por ínfima (se é que existe) que ela seja. Os argelinos, nesse panorama geral, são de qualquer forma um caso à parte.

Não se pode explicar as dificuldades de integração e, portanto, de coabitação dos argelinos – cujas famílias se encontram, em termos globais, entre as menos bem alojadas – como decorrentes apenas da *distância cultural* devi-

da a uma imigração recente. A sua falta de qualificação (cerca de 53,9% deles são serventes ou operários não-especializados), o seu baixo salário, o fato de haver entre eles uma grande maioria de homens solteiros ou, ao contrário, que constituíram famílias demasiado numerosas constituem também explicações para a referida falta de integração.

Na realidade, o que nos parece claro é que essas características são sobretudo reveladoras daquilo que a sociedade francesa reserva aos argelinos. Eles são os mais "marcados", os mais visados pelo racismo, os mais humilhados. Poucos são os proprietários que aceitam alugar-lhes um apartamento. Não lhes é dado, de modo algum, o direito de se qualificarem e, portanto, de residirem em melhores condições. Além disso, são feitos todos os esforços para limitar ao máximo a imigração familiar.

Dessa forma, os argelinos, mais do que as outras comunidades de imigrantes e mais do que os próprios franceses, estão em primeiro lugar entre os que vivem em quartos alugados; em segundo, depois dos turcos, entre os que residem em *trailers*, cabanas etc., e são os terceiros, após os turcos e marroquinos, entre os residentes em *repúblicas* de trabalhadores. Entre todas as comunidades imigrantes, eles são os que vivem na maior promiscuidade e mais raramente que os outros têm uma residência que possua cozinha, água corrente e, muito menos ainda, água quente e banheiro. Essa insalubridade agrava as consequências do superpovoamento.

Contudo, se os argelinos moram na cidade, mesmo nas condições acima descritas, eles podem, em contrapartida, beneficiar-se da estruturas que o Centro da cidade oferece. Se, ao contrário, residem nos grandes conjuntos da periferia, embora usufruam de residências mais novas, mais espaçosas e confortáveis, estão por outro lado envolvidos num meio ambiente carente, pobre, triste, com deficiência de meios de comunicação, e sujeitos a um controle social e institucional muito mais estreito e constrangedor. Por esses conjuntos habitacionais serem assim é que os antigos re-

* Censo da França, de 1982.

sidentes franceses os abandonaram logo que puderam, deixando-os para os argelinos. Em troca, estes tiveram de se submeter às normas estipuladas (não fazer barulho, não pendurar roupas nas janelas etc.) ou, em outros termos, tiveram de tornar-se socialmente invisíveis para serem aceitos. Essa *invisibilidade* desaparece tão logo haja mulheres e filhos. Af, então, os argelinos são declarados inassimiláveis, já que são demasiado *diferentes*. Por que isso não se passa da mesma maneira com os tunisinos e os marroquinos? Essas diferenças, justificadas pelo estilo de vida dos argelinos (aliás, muito parecido com os dos outros magrebinos e até mesmo com o dos *pieds-noirs* judeus os cristãos que foram repatriados da Argélia), são julgadas como definitivamente irreversíveis. Mais ainda, a representação social do argelino é quase sempre assustadora. Antes de *mais nada*, põe-se em evidência a sua violência, a sua suscetibilidade, o caráter briguento, e é af que reencontramos o racismo de origem colonial — eles metem medo.

O islão, nesse caso, vem reforçar esse medo, ampliado por aquilo que os meios de comunicação divulgam: a guerra do Líbano, a tomada de reféns, a barbárie do regime do Irã, ou o que se passa no Sudão ou no Paquistão. Esse islão é, na realidade, assustador, mas pouco tem a ver com os argelinos, que estão mais próximos dos palestinos, com quem são mais solidários do que quaisquer outras comunidades muçulmanas.

Enfim, é nesse contexto que devem viver os seus filhos. A extrema complexidade da situação jurídica desses jovens aumenta ainda mais suas dificuldades. Essa é, aliás, uma das razões pelas quais é difícil saber o seu número, pois em uma mesma família alguns têm a nacionalidade francesa, outros a argelina, mas todos consideram-se argelinos. De um modo geral, só com a idade de 16 anos, quando vão tirar o certificado de residência, é que descobrem se são franceses ou argelinos, embora qualquer uma das opções não faça grande diferença. Esse fato é também uma seqüela do período colonial, na medida em que muitos ar-

gelinos recusaram a nacionalidade francesa por esta lhes ser imposta.

Pelo seu lado, a Argélia recusa a dupla nacionalidade e considera todos esses jovens como argelinos, aguardando que eles venham cumprir o serviço militar no *seu país*, que muitos deles nem mesmo conhecem. Além disso, a maior parte desses jovens, rapazes e moças, não tenciona vir a residir na terra de seus pais, da qual mal falam a língua, mas conhecem as dificuldades econômicas, o puritanismo hipócrita e a ausência de democracia. Ademais, educados num país laico — mesmo que se reivindicuem muçulmanos —, eles não suportam que se lhes imponham um forçada prática religiosa. Em suma, quando podem viajar para lá durante as férias, medem a distância que os separa de seu país dito *de origem*, onde são geralmente tratados como *emigrados*.

No entanto, na França, esses filhos de argelinos — franceses ou não — são constantemente identificados pelo seu lado estrangeiro, seja na rua, na escola, na procura de um emprego ou de uma residência. Todas as características diferenciais são aumentadas, exageradas e interpretadas como uma incapacidade definitiva, quase genética, de viverem na França.

Ora, mesmo se por desafio se declaram argelinos, esses jovens sentem-se igualmente *da França*. Conseqüentemente, diante dessa rejeição, que sentem de modo muito mais doloroso do que seu país, assiste-se a uma escalada de recusa mútua que hoje em dia toma proporções alarmantes.

Majoritariamente nascidos na França, esses jovens de origem argelina não estão dispostos a sofrer — como ocorreu com seus pais no contexto da imigração. E não têm qualquer razão para fazê-lo, uma vez que realmente não são imigrantes, ou para sentirem-se demasiado felizes quando os aceitam e lhes dão trabalho. Eles fazem parte, queira-se ou não, do tecido social francês.

Muitos deles, exasperados por essa situação, e também com o discurso oficial que se

tem sobre eles, tanto comiserador quanto negativo, reagem como o fariam muitos jovens em situação semelhante: com pequenos delitos, infrações e violências que parecem gratuitas mas que lhes dão, de alguma maneira, uma existência social. Em contrapartida, isso provoca um controle social e policial quase permanente, que só faz exacerbar as tensões. O simples aparecimento de um uniforme policial transforma-se numa provocação.

Assim sendo, esses jovens formados mas desocupados (os mais atingidos pelo desemprego, mesmo tendo qualificação), sem objetivo de vida, vivem a maior parte do tempo em turmas, o que os conforta uns em relação aos outros, em um contexto tenso e hostil no qual o desenvolvimento pessoal torna-se difícil. A violência contra eles mesmos (drogas, alcoolismo, prostituição etc.) e contra os outros é quase sempre a regra. Os pais, ausentes de uma forma ou de outra, com salários insuficientes, discriminados e desprezados e vivendo no ostracismo, já não têm qualquer autoridade sobre os filhos, que (sobretudo os rapazes) acabam também por realimentar esses desprezo para com seus progenitores. Muitos deles, principalmente os homens, tornam-se cada vez mais frágeis e sofrem depressão nervosa, de doenças psicomáticas ou de alcoolismo. Tudo isso aprofunda ainda mais o fosso que os separa dos filhos e cria um profundo mal-estar na família. Divididos entre o desejo de reestruturarem uma identidade própria e a necessidade de modernidade, as famílias argelinas, mais do que as outras, têm dificuldades em encontrar um equilíbrio satisfatório.

Geralmente, quando os jovens estão prontos para fazer o jogo da integração, surgem as campanhas racistas, a *marcação*, o que leva grande parte deles a se afirmar como estrangeiros não integráveis (contra toda a realidade) e, portanto, hostis à sua terra de nascimento – ao mesmo tempo em que reivindicam ser parte integrante dessa mesma sociedade. Daí esses comportamentos de recusa de toda a espécie, especialmente a rejeição às regras e normas de uma sociedade pela qual não se sentem admi-

dos ou respeitados, bem como suas reivindicações étnicas e culturais, que se constituem em um modo de se imporem e de se afirmarem.

A delinqüência acarreta o que para a opinião pública caracteriza esses jovens: o fracasso escolar – também explicado pela sua condição social, ou pelo fato de os pais não poderem ajudá-los, ou ainda pela existência de problemas lingüísticos. Para aqueles que começaram a frequentar a escola francesa desde o jardim de infância – o que, hoje em dia, constitui a maioria –, o argumento lingüístico, sobre o qual mais se insiste, não tem qualquer validade. Na realidade, essas crianças têm o mesmo tipo de dificuldades que os seus colegas de bairro provenientes da mesma camada social e, no entanto, franceses de origem. Porque o que a escola espera dessas crianças é que saibam manejar a linguagem escrita, bem diferente daquela faladas em subúrbios. É fato sabido, todos os estudos mostram isso, que o fracasso escolar dos filhos de imigrados é tão elevado quanto o de qualquer criança francesa que estude no mesmo tipo de escola. Esse fracasso é, antes de mais nada, o de uma classe social em relação a um ensino que não foi concebido para ela. Não reconhecer isso leva a que não se ponha em questão a escola, o conteúdo do ensino, a formação de seus professores, contribuindo dessa forma, para a perpetuação das desigualdades sociais que a escola não consegue reduzir. Leva a que não se questione para quem e para que existe a escola. Assim sendo, um bom número de jovens originários dessa imigração tolera menos do que outros as posições escolares.

Educados em geral com muito mais relacionamento, não aprendendo a fazer esforço nem a praticar a continuidade do esforço, esses jovens têm, freqüentemente, repugnância pela escola, da qual se ressentem, considerando-a inferiorizante. Ao mesmo tempo, o fracasso escolar afeta-os muito, porque, para eles e para seus pais, a escola, apesar de tudo, é um meio quase mítico de instrução e de ascensão social, instrução que deveria proporcionar-lhes *boas profissões*, diferentes daquelas nor-

malmente reservadas para os imigrantes. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, aos olhos deles, a escola legítima, pelo fraco desempenho nela obtido, o seu estatuto de inferioridade.

O mesmo não ocorre com as moças, que geralmente têm melhor desempenho escolar que seus irmãos. São assíduas, aplicadas e muito vigiadas pela família e vizinhos no que se refere a saídas e divertimentos. Elas têm consciência do que está em jogo e do que têm a perder no caso de um fracasso. Se fracassarem, correm o risco de permanecer confinadas como suas mães, de ser obrigadas a casar precocemente com um homem que não escolheram, ou então, com o mesmo objetivo, de ser enviadas de volta à aldeia dos pais. O que desejam é poder levar o mesmo estilo de vida que suas colegas de classe, sem o controle permanente que as humilha. Elas estão conscientes de que não poderão justificar essa autonomia

que reivindicam se os seus resultados escolares não forem convincentes. Altamente motivadas, freqüentemente apoiadas pelos seus professores e, por vezes, pelas próprias mães, que cada vez mais tendem a tornar-se suas cúmplices, essas moças obtêm resultados muito melhores que seus irmãos, inclusive no nível universitário. É muito comum, atualmente, trazerem um salário para casa e imporem-se por isso.

No entanto, essas jovens vivem o mesmo sentimento de revolta de seus irmãos, talvez maior ainda. São elas, afinal de contas, que aceleram a inserção das famílias, a integração dos jovens dessa comunidade sem que para isso tenham que renegar as suas origens ou religião. Em suma, são elas que, pouco a pouco, vão levando a sociedade francesa a reconsiderar os estereótipos racistas que ainda tão fortemente marcam a imigração argelina na França.

SUMMARY

The Algerian community in France

The most noteworthy characteristic of the Algerian community in France is not so much its size (over 800,000) but the specific way in which it is treated and from which its children consequently suffer.

It is usually assumed that the older an immigrant group is, the better integrated it is, thanks to improved working conditions, wages and hence housing. The Algerian immigrants, however, do not fit that assumption.

Although one of the groups that has been in France for the longest time, it has the highest unemployment rate, three times higher than the Portuguese, whose community is almost as numerous. It is also among the Algerians that job promotion is the slowest. According to the latest census (1982), even if things have improved since 1976, 16% of the 320,000 active Algerians were unskilled, 37.5% were semi-skilled and 36.9% were skilled workers. Only 7.4% were white-collar workers and 1.8% technical workers or cadres.

Among equally skilled people, and in the absence of applicants of old French extraction, employers will hire any other immigrant rather than an Algerian. If the "Algerian" has French citizenship (which is often

the case with the children) he will nonetheless be treated as an Algerian, which is to say discriminated against.

Discrimination is also to be found in housing. When the men come to France without their families, they usually live in hostels, in rooming houses, or in makeshift lodgings. When their families come over (which has been even more frequent since the interruption of immigration in 1974), they live in the numerous slums that are still to be found in the oldest parts of French cities, in the isolated buildings for immigrants that have replaced the shanty towns, or in tenements in the working class suburbs where cohabitation with the other foreigners, and even more so with the French, is extremely difficult.

In other words, their housing conditions on the whole are among the worst, located in areas that become socially "marked" and are so poorly equipped that those who can afford to do so try to settle elsewhere.

The Algerians are victims of specific discrimination that is not equally applied to the other two Maghrebian communities, the Tunisians and the Moroccans. That discrimination can only be accounted for

by the history of Algeria (a French settlement for 130 years — not the case with Tunisia and Morocco), and by the eight-year war that it waged against the French army which preceded independence in 1962.

To put it another way, behavior and attitudes that some people try to pass off as "cultural differences" are actually rooted in what can be termed colonial racism.

RÉSUMÉ

La communauté algérienne en France

Les principales caractéristiques de la communauté algérienne ne résident pas tant dans le nombre élevé de ses membres (plus de 800.000) que dans la manière particulière dont elle est traitée, avec les conséquences que cela comporte pour ses enfants.

Il est communément admis que plus un mouvement migratoire est ancien, meilleure est son intégration, grâce à l'amélioration des conditions de travail et des salaires, qui entraîne aussi une amélioration du logement. L'immigration algérienne ne correspond pourtant pas à ce modèle.

Bien qu'elle soit la plus ancienne, son taux de chômage est le plus élevé, trois fois celui des portugais dont la communauté est presque aussi nombreuse. C'est aussi parmi les algériens que l'avancement dans l'emploi est le plus lent. Le dernier recensement enregistre une amélioration par rapport à 1976 mais constate tout de même que 16,2% des 320.000 algériens actifs n'ont aucune qualification tandis que 37,5% sont semi-qualifiés et 36,9% qualifiés. Seuls 7,4% sont des "cols-blancs" et 1,8% des techniciens ou des cadres.

Si un employeur doit faire un choix parmi des travailleurs ayant une qualification égale mais ou ne se présente aucun français de souche, il engagera n'importe quel immigrant plutôt qu'un algérien. Si l'algérien a la nationalité française (ce qui est souvent le cas des enfants) il sera quand même traité comme un algérien, c'est à dire discriminé.

La discrimination s'observe aussi au niveau du logement. Quand les hommes viennent en France sans leurs familles, ils vivent souvent dans des pensions ou dans des chambres louées. Quand viennent leurs familles (ce qui a été encore plus fréquent depuis l'interruption de l'immigration en 1974), ils vivent dans les nombreux taudis que l'on peut encore trouver dans les plus vieux quartiers des villes françaises, dans les cités de transit destinées exclusivement aux migrants qui ont remplacé les cités de baraquements ou au fond des banlieues ouvrières où la cohabitation avec les français est extrêmement difficile.

En d'autres mots, leurs conditions de logement sont globalement les plus mauvaises, dans des lieux qui deviennent "marqués" sur le plan social et sont si peu équipés que tous ceux qui peuvent les éviter essaient de déménager.

Les algériens sont victimes d'une discrimination spécifique qui ne frappe pas de la même façon les autres communautés maghrébines, les tunisiens et les marrocains.

Cette discrimination ne peut être attribuée qu'à l'histoire de l'Algérie (colonie française pendant 130 ans, ce qui ne fut pas le cas pour la Tunisie et le Maroc) et par la guerre d'indépendance nationale qu'elle a menée contre l'armée française pendant 8 ans jusqu'à la victoire en 1962.

En d'autres mots, ce que les gens essayent de désigner sous le nom de "différences culturelles" prend en réalité ses racines dans ce que l'on pourrait appeler le racisme colonial.

'APARTHEID' URBANO: O 'NEW LOOK' DAS CIDADES SUL-AFRICANAS*

Walton R. Johnson**

O cenário da vida nos distritos africanos foi sempre terrivelmente cruel. Atualmente as invasões tornaram-se um modo de vida necessário para um número cada vez maior de pessoas, já que os programas governamentais de habitação não conseguem acompanhar o ritmo do crescimento da população. Os favelados moram em casas precárias, construídas com papel betuminado ou chapas corrugadas, sem redes de esgoto ou eletricidade. Recolhem a água de uma bica comunal. A remoção do lixo ocorre sem regularidade.¹ Ao longo das favelas e dos distritos pobres, as crianças de rua perambulam sem lar. Sem famílias para cuidar delas, apelam para o pequeno comércio das ruas, o roubo e a mendicância como meios de sobrevivência.² Os assistentes sociais apontam o sistema de trabalho migrante como o responsável pela crescente "epidemia de crianças abandonadas", já que os trabalhadores itinerantes continuam a deixar a marca de sua presença transitória.³

Os distritos oferecem pouca segurança pessoal ou estabilidade familiar.⁴ Nos termos da Lei das Áreas de Grupo (*Group Areas Act*) e da política de "desenvolvimento em separado", as remoções forçadas e brutais continuam a desarraigar as famílias negras das cidades. Por vezes elas são levadas para outras áreas na mesma cidade para dar espaço a projetos "brancos" – e às vezes são removidas para suas supostas "terras de origem", longe das cidades onde moram. As estatísticas oficiais informam que, nos anos de 1982 e 1984, 76.176 pessoas foram "reassentadas".⁵ Pesquisadores calculam que mais três milhões de pessoas ainda enfrentam a perspectiva de "remoção".⁶

A falta de empregos para a crescente força de trabalho africana tem criado inúmeros problemas. O desemprego continua a aumentar e o total de desempregados negros em 1986 situou-se entre 4.838.510 e 5.995.541.⁷ A taxa de desemprego nos distritos é desconcertante. Por exemplo, em Port Elizabeth/Uitenhage ela é de 56% e chega a 60% em Crahamstown.⁸ Como o setor formal não vem proporcionando

* Trabalho apresentado na seção "Minorias étnicas, desigualdades urbanas e racismo", do seminário "Reestruturação urbana: tendências e desafios", da International Sociological Association/IUPERJ. Rio de Janeiro, 26 a 30 de setembro de 1988.

** Professor do Departamento de Estudos Africanos da Universidade de Rutgers, EUA.

empregos, a economia informal vem se expandindo nos distritos. Mas, embora essa economia sustente muitos pequenos empresários e operações de "bastidores", um número crescente de empreendimentos ilícitos, tais como o comércio de drogas, a prostituição, o jogo, o roubo e a venda ilegal de bebidas alcoólicas, se soma aos incômodos enfrentados pelas populações forçadas a morar nesses locais.⁹

Desde o início do último Estado de Emergência, em 1986, mais de 30 mil pessoas foram presas, a maioria sem qualquer acusação formal ou julgamento. Devido a seu papel de destaque na oposição ao *apartheid*, os jovens, incluindo centenas com menos de 16 anos, constituem cerca de 1/4 do total de detidos.¹⁰ Em resposta à rebeldia africana, entre cinco mil e oito mil soldados foram designados para os distritos africanos.¹¹

Para completar o ciclo de repressão, o governo literalmente eliminou todas as organizações *anti-apartheid* com liderança negra existentes, incluindo a Frente Democrática Unida, a Cosatu, a Comissão de Apoio aos Pais dos Detidos e o Comitê para a Libertação de Mandela. Nos dez primeiros meses de 1988, o governo proibiu o funcionamento de 23 organizações.¹²

Os estudantes de urbanismo têm consciência de que o caráter da vida e da reestruturação urbana é sempre altamente influenciado pela política. A vontade política, a ação política e a inércia política estão entre os principais fatores a determinar a natureza da vida nas cidades e a direção da mudança urbana. A história dos africanos na África do Sul urbana é uma deprimente ilustração dessa realidade.

Desde a virada do século, os governos sul-africanos tomaram decisões políticas que resultaram na atual configuração da vida urbana dos africanos. A Lei das Minas e do Trabalho (*Mines and Works Act*), de 1911, reservou aos brancos todos os empregos que envolviam alguma especialização na indústria mineira em expansão.

A Lei da Terra dos Nativos (*Natives Land Act*), de 1913, "reservou" 92,7% da África do

Sul para a propriedade de brancos, incluindo todas as áreas urbanas. Mais tarde os políticos adotaram a mais generalizada e quase oficial doutrina Stallard, que proclamava: "O nativo deverá ser autorizado a entrar nas áreas urbanas, que são essencialmente criação do homem branco, apenas no caso em que pretenda prestar serviços ao homem branco, devendo sair de lá no momento em que terminar o serviço."¹³ Foi essa a política que fez com que a maior parte da mão-de-obra africana se tornasse contratada, migrante, alojada em grandes hospedarias só para homens. Em consequência, poucas providências foram tomadas no sentido de prover moradias adequadas, vida familiar, serviços sociais, educação ou lazer para os trabalhadores, com base no fato de que eles eram apenas residentes temporários nas cidades.

Pelas mesmas razões, até mesmo os residentes urbanos permanentes foram forçados a viver em "localidades" miseráveis fora das cidades, pagando aluguéis mensais por suas acomodações de baixo padrão. Os infames carnês de "passe" eram utilizados para policiar a movimentação dos africanos de e para as cidades "brancas". O governo justificava o fato de os africanos não terem "voz" na administração de suas comunidades pela referência à sua situação transitória. Em todos os serviços públicos e privados os africanos eram rigidamente segregados, já que se encontravam em áreas "brancas".¹⁴

É bem sabido que, depois de 1948, o Partido Nacional promoveu uma era ainda mais sombria, com o *apartheid* tornando-se a política oficial. Em 1950, a Lei do Registro da População (*Population Registration Act*) classificou formalmente cada sul-africano em um dos quatro grupos raciais. A Lei dos Nativos (*Natives Act*), de abolição dos passes e coordenação de documentos, de 1952, determinou que todos os africanos com mais de 16 anos deveriam levar consigo, em todas as ocasiões, carteiras de identidade (passes), que poderiam ser obtidas mediante requerimento à polícia e outras autoridades públicas.¹⁵ A discriminação no acesso à escola, aos transportes e serviços

públicos foi posteriormente reforçada por outras leis. A Lei de Reserva de Diversão em Separado (*Reservation of Separate Amenities Act*), de 1953, a Lei de Extensão da Instrução Universitária (*Extension of University Education Act*), de 1959, a Lei de Emenda às Leis de Portos e Ferrovias (*Railways and Harbours Acts Amendment Act*), de 1949, a Lei de Emenda sobre Instituições Assistidas pelo Estado (*State-Aided Institutions Amendment Act*), de 1957, estão entre as que reforçaram essa segregação social.

A lei que determinou o caráter mais visível das cidades e aldeias sul-africanas, contudo, foi a Lei das Áreas de Grupo, de 1950. Tal lei designava áreas residenciais em separado para cada grupo racial.¹⁶ Era a maneira de o governo lidar com o fato de grande número de africanos morar em áreas que em princípio estavam reservadas apenas aos brancos. De fato, por volta de 1980, muito mais de 60% da população negra sul-africana viviam nas chamadas "áreas brancas". Nenhuma aldeia ou cidade sul-africana tem maioria de população branca.¹⁷ Por essa razão, a Lei das Áreas de Grupo é encarada por alguns como salvaguarda essencial para as cidades "brancas".

Embora o caso sul-africano ilustre dolorosamente como a política pode impor sua marca indelével sobre a vida urbana, paradoxalmente também revela o modo como as forças sócio-econômicas e demográficas podem ditar a política urbana até mesmo para o regime mais forte e autoritário.

Os negros são o segmento que cresce mais rapidamente na população sul-africana. Esse fato demográfico traz conseqüências sócio-econômicas importantes. Por exemplo, os africanos têm ampliado crescentemente o seu papel enquanto trabalhadores. A escassez de mão-de-obra branca para os níveis profissionais, técnicos e administrativos superiores significa que a economia sul-africana só poderá evitar a catástrofe pela contratação de grande número de negros em posições de mando. Assim, a classe trabalhadora africana tem ampliado crescentemente o seu poder. Deste

1980, os sindicatos recém-criados vêm organizando uma média de 290 greves por ano e frequentemente têm conseguido melhorias substanciais nas condições de trabalho, nos salários e benefícios.

Como a África do Sul é uma economia de mercado, os africanos têm aumentado substancialmente a sua capacidade de consumo. Os dados são bastante evidentes. O mercado consumidor branco está quase saturado. Enquanto em 1965 os brancos ganhavam 70% da renda líquida sul-africana, até o final da década de 90 o poder de compra dos africanos terá alcançado o dos brancos. Com esse aumento da capacidade de consumo dos africanos, o comércio não somente vem dirigindo a sua publicidade à comunidade negra como um alvo específico, mas também tem evitado conscientemente explorar os temas e estereótipos do *apartheid* nos anúncios.¹⁸ A maioria dos integrantes do mundo dos negócios tem dado boa acolhida a essas tendências. Os varejistas do setor do vestuário, por exemplo, observam que a estrutura da distribuição de renda vem se modificando e que a importância do consumo negro está afetando o planejamento do varejo para o futuro. Diz um dirigente administrativo: "Somos afortunados na África do Sul, por termos um crescimento populacional afetivo e uma crescente demanda real (...) se atingirmos um crescimento de 5% na economia, haverá um aumento de 20% no consumo negro de roupas e calçados (...) o setor varejista estará em festa [desde que haja uma reforma genuína] (...)." ¹⁹

Além disso, a expansão da produção de manufaturas no país depende amplamente da expansão do mercado de consumo negro. Tal fato vem rompendo outras barreiras do *apartheid* na economia. Para dar um exemplo, ao defender uma "indústria sem barreiras de raça", o presidente da Federação das Indústrias de Construção (Bifsa) disse aos membros dessa entidade que a comunidade negra "representa uma área de crescimento da economia virtualmente intocada, potencialmente ilimitada".²⁰ Para explorar esse mercado potencial, a

Bifsa vem "(...) promovendo a associação com empreendimentos dos negros e com o setor informal" e vem patrocinando o ensino e a assistência financeira "sem discriminação" a empresas no setor da construção e industriais afins.²¹

Os músculos da economia negra vêm sendo crescentemente exercitados na forma de boicotes de consumidores. Em 1986, por exemplo, os negócios dos brancos em Port Elizabeth e East London foram submetidos a boicotes por cerca de 750 mil pessoas e alguns deles tiveram uma queda de 20% nos lucros. Uma cadeia de lojas de roupas faliu, em parte devido ao boicote.²² De outro lado, a maioria dos hotéis sul-africanos aboliu suas práticas restritivas em respeito aos clientes negros com renda acima de cinco milhões de rands. De fato, fazendo isso, alguns hotéis com dificuldades financeiras puderam se recuperar.²³

A crescente importância dos africanos enquanto trabalhadores e consumidores constitui apenas dois aspectos da nova realidade sócio-econômica na África do Sul. Alguns indicadores adicionais dos parâmetros dessa nova realidade são:

- Os africanos serão responsáveis por 90% do crescimento populacional nos próximos 20 anos, incrementando o percentual de sua participação no total da população para 80%.²⁴

- Por volta do ano 2020 a população da África do Sul será de 80 milhões de habitantes, dos quais apenas 6,5 milhões serão brancos.²⁵

- Por volta do ano 2010 haverá 29,5 milhões de africanos morando em áreas urbanas. Somente em Joanesburgo haverá oito milhões.²⁶

- Calcula-se que entre 1985 e o ano 2000 o poder de compra dos negros aumentará em 216%.²⁷

- O número de escolares negros deverá duplicar, de pouco mais de cinco milhões do início da década de 80 para aproximadamente dez milhões por volta do ano 2000.

- Por volta do ano 2000 apenas 20% dos diplomados no curso colegial na África do Sul serão brancos.

- Os brancos atingiram o ponto de saturação no fornecimento de mão-de-obra para as ocupações técnicas e profissionais. A única possibilidade de atender às necessidades do país é o treinamento de um número bem maior de negros.

- Existe uma séria drenagem de cérebros entre os brancos. Para 1987, "os dados totais da emigração evidenciaram uma perda líquida de 3.221 engenheiros (...) e uma perda de 1.858 profissionais (...), a perda líquida de engenheiros em 1986 chegou a 6.717 e a de profissionais foi de 2.165".²⁸

À luz das novas circunstâncias, a doutrina Stallard e muitos dos regulamentos do grande *apartheid* simplesmente já não são mais viáveis. Enfatizando esse aspecto, o presidente da Fundação Urbana da África do Sul, J. H. Steyn, argumentou: "Nos tempos atuais, nossas cidades apresentam algumas características marcadamente não-funcionais no que se refere a seu desenvolvimento potencial. O zoneamento racial (o efeito combinado de leis como a Lei das Áreas de Grupo e todas as demais que determinam o padrão de assentamento dos negros) produziu uma situação na qual os pobres em nosso país gastam uma parte substancial de seu orçamento doméstico e de seu tempo em deslocamentos (...). Além disso, nossas políticas referentes à dispersão das cidades reduziram o nível de concentração de mercado entre as populações urbanas. Vinculado a esses problemas, existe o fato de que tanto o zoneamento racial como as numerosas restrições de planejamento reduziram as oportunidades de se desenvolver um mercado habitacional dinâmico, que é um elemento central de desenvolvimento urbano (...). O conjunto de todos esses fatores e de outros mais tem significado que nossas cidades não se transformaram em mecanismos vibrantes e dinâmicos da demanda dos consumidores, coisa que, não fosse isso, talvez tivesse ocorrido (...)."

Líderes empresariais fazem eco aos sentimentos de Steyn: "(...) devemos modificar os métodos atuais se pretendemos sobreviver enquanto sistema capitalista e disputar num mundo agressivo e competitivo (...). Nosso mercado é muito pequeno para oferecer oportunidades de trabalho suficientes para as necessidades de emprego do grande número de pessoas que ingressam anualmente no mercado de trabalho."²⁹

"Todos os sul-africanos deveriam ter a liberdade de participar sem restrições do sistema de livre empresa e desfrutar dos benefícios de sua participação (...). Isso torna necessária a remoção, tão rápida quanto possível, dos obstáculos estatutários, sociais, econômicos e educacionais que ainda prevalecem e impedem tal possibilidade".³⁰

Como resultado de suas metas econômicas, muitos aspectos do *new look* urbano são encontrados no setor privado. Em conformidade com os princípios Sullivan, o Código da Comunidade Européia e outros códigos de trabalho, muitos empregadores dessegregaram os serviços de alimentação e bem-estar e as instalações de trabalho, instituíram práticas mais justas de emprego, passaram a oferecer salário igual para trabalho igual ou comparável, promoveram programas de treinamento para negros que assumem cargos de supervisão, administrativos, burocráticos e técnicos e efetivamente aumentaram o número de negros em posições de direção e supervisão.³¹ Essas orientações têm significado um aumento visível do número de negros em posições anteriormente reservadas aos brancos. Assim, muitas barreiras de emprego vêm sendo rompidas e é possível perceber mudanças na estrutura do grande *apartheid*.

Embora sejam visíveis muitas mudanças positivas, os principais problemas têm menor visibilidade. Durante o período 1983-1985, por exemplo, os signatários dos princípios Sullivan aumentaram o número de gerentes negros em suas companhias de 3,7% para apenas 5%.³² Portanto, mesmo nas empresas "progressistas", tal como no país como um to-

do, os brancos, que constituem 15% da população, ainda detêm 95% das posições de chefia.³³ Além disso, o efeito de grande parte da estratégia de "avanço negro" foi mais o de sustentar o sistema do *apartheid* do que modificá-lo. Por exemplo, embora uns poucos executivos negros tenham recebido financiamento para a compra de casas em áreas "brancas", a esmagadora maioria dos esquemas habitacionais corporativos cumpre as determinações do *Group Areas Act*. As casas são construídas em áreas "negras".³⁴

Não obstante, mesmo com o grande número de setores onde a mudança tem sido lenta ou inexistente, fica evidente que as forças sócio-demográficas estão provocando algumas modificações no *apartheid*. Até mesmo o governo vem se adaptando com relutância. Um editorial do *Cyri Press* colocou a questão da seguinte maneira: "As fábricas na África do Sul viram o desaparecimento da preferência por mão-de-obra branca - e não em razão da legislação governamental. O serviço de transportes na África do Sul tem se tornado crescentemente negro - e não devido aos desejos de alguns políticos (...). Os bancos e supermercados são predominantemente operados por negros na linha de frente - e não porque os políticos desejaram que assim fosse. As áreas centrais de cidades como Joanesburgo, Cidade do Cabo e Durban estão se tornando negras - e não porque os partidos políticos brancos desejem que sejam assim (...). De fato, os economistas parecem oferecer uma explicação melhor. Afirmam que é a racionalidade das forças do mercado que está mudando a face da África do Sul hoje".³⁵

Assim, o governo sul-africano já não supõe que os africanos são apenas residentes temporários nas cidades. O "controle de fluxo" e os infames "carnês de passe" foram abolidos. A "urbanização ordenada" de africanos é agora vista como desejável. Contratos de arrendamento para africanos e até mesmo títulos limitados de posse em áreas urbanas são considerados legais. "Áreas de Livre Comércio" são permitidas em cem CBDs, revertendo a

antiga proibição, para os negros, de possuir ou arrendar propriedades e gerir empreendimentos em áreas urbanas centrais".³⁶ O mesmo se aplica à maioria das áreas industriais.³⁷ A proibição de residência permanente de africanos na Cidade do Cabo foi revogada. Os sindicatos de negros foram legalizados. A maior parte das restrições de raça em hotéis, restaurantes e estabelecimentos congêneres foi abolida.

Esse novo enfoque governamental está alterando a vida urbana. As autoridades brancas devem ocupar-se agora das sérias questões de moradia, saúde, instrução, transporte e administração existentes nos distritos e anteriormente ignoradas. De fato, entre as consequências práticas do *new look*, situa-se um aumento de 40% nos gastos com a instrução dos negros e um aumento também de 40% no orçamento dos serviços sociais reservados aos negros.³⁸ Além disso, a "(...) segregação social vem sendo aplicada menos rigidamente que no passado. Os teatros estão atualmente dessegregados e as principais cadeias de cinema renovam suas tentativas de persuadir as autoridades a permitir que os cinemas façam o mesmo. Algumas autoridades locais fizeram uso de suas limitadas prerrogativas para dessegregar determinados serviços sob seu controle (...). Além da isenção formal das exigências da lei e do abrandamento formal de determinadas leis, fica claro que em algumas instâncias as autoridades fecham os olhos a violações".³⁹

Até mesmo a Lei das Áreas de Grupo vem sendo modificada. Alguns prevêem que "(...) as cidades sul-africanas (...) deverão estar quase totalmente integradas por volta de 1995, com o *Group Areas Act* sendo abolido simplesmente porque o peso da opinião pública tornará impossível sua aplicação".⁴⁰

Com tão poucos brancos para o número de moradias existente - e com os negros desejosos de pagar altos aluguéis -, os agentes imobiliários e proprietários de imóveis apóiam os pedidos de extinção das Áreas de Grupo. Um agente imobiliário de Durban comentou: "Falando por mim mesmo, sou amplamente favo-

rável à escolha local no que diz respeito a esse assunto. Se os habitantes de uma área não se importam que ali vivam integrantes de todas as raças, que assim seja. O mundo não vai acabar porque pessoas negras estão morando em bairros de brancos (...), o Estado deverá enfrentar essa questão mais cedo ou mais tarde (...) [dada a existência de apartamentos vazios em áreas brancas e a escassez de moradias entre os negros]. Os negros deveriam ser autorizados a usar unidades desocupadas nas comunidades brancas. Tal permissão seria boa para a economia e resguardaria os custos do capital".⁴¹

É freqüente a visão de adesivos e cartazes nas ruas a solicitar: "Acabem com todas as Áreas de Grupos". Além disso, uma pesquisa nacional intitulada "Salve a África do Sul", realizada em outubro de 1988, indicou que o número de sul-africanos que desejam a abolição imediata do *Group Areas Act* é o dobro daqueles que preferem a sua manutenção.⁴² Também há o lado prático. Os negros já estão morando em áreas "brancas", constituindo comunidades que os sul-africanos descrevem como "pardas".⁴³ A Lei das Áreas de Grupos foi de fato derrubada. A questão, então, não é se haverá mudança na lei, mas que forma de legislação nova virá substituí-la.

Como o demonstra a reação às Áreas de Grupo, as mudanças na política governamental, lamentavelmente, não representam um afastamento dos objetivos do *apartheid*. Mais possivelmente representam "instrumentos" atualizados diante das forças sócio-demográficas emergentes. Adotou-se a postura do "mudar para não mudar". Para as Áreas de Grupos, o governo iniciou o projeto de Áreas de Assentamento Livre (*Free Settlement Areas*) que permite que algumas áreas sejam declaradas "livres". As Áreas já "pardas" se tornariam então legais e a legislação permitiria criar outras áreas "livres" conforme as circunstâncias. Ao mesmo tempo, contudo, foram introduzidos o projeto de emenda à Lei das Áreas de Grupo e o projeto de emenda à Lei das Áreas de Invasão, que deverão impor pesadas

penalidades e o cumprimento mais severo da lei nas áreas "brancas".⁴⁴ A penalidade máxima para as violações das Áreas de Grupo, por exemplo, irá de 400 rands ou dois anos de prisão a dez mil rands ou cinco anos de prisão.⁴⁵

A decisão de permitir a "urbanização ordenada" de africanos é outra questão em debate. A mudança de orientação é uma resposta estratégica às tendências demográficas. O Conselho de Pesquisas de Ciências Humanas (HSRC), financiado pelo governo, previu que, se fossem mantidas as políticas do grande *apartheid*, a população negra na África do Sul chegaria a 846 milhões no ano 2100. Mas devido à correlação entre populações urbanas industrializadas e baixa fertilidade, a permissão para os africanos morarem nas cidades reduz a projeção para 132 milhões em 2100 – um número muito menor de pessoas para controlar! Além disso, os pesquisadores afirmam que, caso a industrialização também seja promovida, a população negra no ano 2100 será de apenas 73 milhões.⁴⁶ Portanto, a política de autorizar a residência permanente de africanos nas áreas urbanas da África do Sul e de aumentar suas oportunidades econômicas não é uma mudança de atitude por parte do governo sul-africano. Pelo contrário, tais mudanças são imperativas para a preservação do domínio branco.

A política de "desenvolvimento em separado" não foi abandonada e é também relevante quanto a isso. Tal política foi concebida para negar aos africanos a prerrogativa de reivindicar o direito à cidadania, retirando-lhes a cidadania sul-africana. Se todos os africanos fossem forasteiros na África do Sul, as leis normais e não-raciais relativas ao controle dos estrangeiros cumpririam os objetivos do *apartheid*. Estrangeiros não estão autorizados a votar. Não têm direito a empregos ou residência. É possível restringir com facilidade os seus movimentos e eles podem ser facilmente repatriados.

De fato, já ocorreu uma substancial desnacionalização dos africanos. Transkei, Bophu-

thatswana, Venda e Ciskei foram desmembrados enquanto supostos Estados independentes. Cerca de nove milhões de africanos, muitos deles residentes urbanos, foram declarados cidadãos desses países imaginários.⁴⁷ Assim, de acordo com a mitologia governamental, em sua maioria os africanos das cidades já não são mais sul-africanos. Estão sujeitos à Lei dos Estrangeiros, a qual, por exemplo, determina que nenhum estrangeiro deverá entrar ou permanecer na República Sul-Africana a menos que obtenha um visto de residência permanente ou um visto temporário concedido para uma finalidade específica. A lei impõe uma possível multa de cinco mil rands ou dois anos de prisão para qualquer um que empregue, administre um negócio ou mantenha atividade profissional, dê abrigo, alugue ou venda imóvel ou forneça acomodações a um estrangeiro em situação ilegal.⁴⁸ Portanto, embora os africanos já não sejam forçados a portar seus passes, aqueles que tiveram sua cidadania imposta enquanto estrangeiros ainda podem ser obrigados a portar passaportes ou outros documentos de identidade. E não obstante os africanos já não precisarem de permissões de emprego segundo os termos das leis de controle do fluxo, nos termos da Lei dos Estrangeiros esses recém-criados forasteiros ainda precisam de permissão para trabalhar.

Acima de tudo, a Lei das Áreas de Grupo permanece. A residência ainda é baseada na raça e as severas leis contra a violação de limites ou as invasões estão sendo reforçadas. Portanto, embora a revogação do controle de fluxo agora possibilite que alguns africanos se desloquem por toda a África do Sul em busca de emprego, eles ainda têm que encontrar uma residência legal. Não podem morar em áreas "brancas" e, em razão das listas de espera que se prolongam por anos, é improvável que obtenham residência legal em um distrito. Portanto, a liberdade de movimentos para os africanos ainda é seriamente circunscrita, agora reforçada pelas Leis das Áreas de Grupo, de Vadiagem, de Invasão e de Violação de Limites.

Contudo, o *new look* de fato significa que muitos aspectos do *apartheid* estão sendo desracializados e tornados mais palatáveis. Em particular, os interesses da burguesia africana urbana estão sendo atendidos. Em outubro de 1988 haviam sido registrados 72 mil contratos de arrendamento por 99 anos de 241 títulos de posse.⁴⁹ Além disso, 24.331,5 hectares de terra foram especificamente reservados pelo governo para o programa habitacional da classe média africana.⁵⁰ As moradias ainda são segregadas, mas são de padrão bem superior àquele a que os africanos tinham acesso anteriormente. A reserva de empregos vem desaparecendo e a paridade de salários é crescentemente autorizada.

Relativamente ao poder negro nos locais de trabalho, o governo vem aplicando uma estratégia semelhante. Embora tenha legalizado os sindicatos africanos, a curto prazo foi proscrita a maior federação sindical africana, a Cosatu. Para o prazo mais longo, a Lei de Emenda às Relações de Trabalho (*Labour Relations Amendment Act*), de 1 de setembro de 1988, restringe seriamente a atividade sindical ao redefinir as normas sobre locais de trabalho em favor das empresas e ao ampliar o poder das companhias privadas. Particularmente, a legislação autoriza as empresas a processar os sindicatos por danos sofridos durante greves não-autorizadas e reserva aos sindicatos o ônus da prova de seu não-envolvimento nas ações dos trabalhadores. A maioria dos observadores considera essa cláusula como um instrumento destinado a levar os sindicatos à ruína financeira. Durante os dois primeiros meses de vigência da lei, três empresas iniciaram ações contra a Cosatu no valor de 4 milhões de rands.⁵¹

A manifestação política do *new look* no *apartheid* urbano deveria dar-se em 26 de outubro de 1988. A eleição das autoridades locais nessa data foi alardeada pelo governo como a primeira vez em que sul-africanos de todas as raças iriam para o pleito simultanea-

mente.⁵² De fato, a tentativa de estabelecer uma estrutura para a administração africana de seus distritos foi o reconhecimento da impossibilidade de manter o controle branco diretamente sobre a vasta população negra urbana. Em 26 de outubro, a meta era atrair os negros para que elessem os membros do Conselho que assumiria as administrações distritais impopulares e repressivas.⁵³

Não funcionou. Os negros urbanos ficaram longe do pleito.⁵⁴ Corretamente, viam "(...) os Conselhos como estruturas que consolidam o *apartheid* - parte do grande plano de desenvolvimento em separado que verá as terras de origem vinculadas às chamadas cidades-Estados. Todo o processo que levará à participação no proposto conselho nacional é visto como concebido para manter os negros na periferia da política do país."⁵⁵

De fato, os conselheiros urbanos que os africanos foram solicitados para eleger são justamente aqueles contra os quais estão sendo dirigidos os atuais boicotes dos aluguéis.

E, no entanto, o governo moveu céus e terra em seu esforço de obter o voto negro. Gastou 4,5 milhões de rands em uma campanha de propaganda maciça. O apelo ao boicote às eleições, como fizeram a Igreja e os grupos anti-*apartheid*, tornou-se uma ofensa, punível por multa severa ou dez anos de prisão.⁵⁶ A nova Lei dos Votos Precedentes (*Prior Votes Act*) estabeleceu um longo período de 13 dias, durante o qual os eleitores poderiam procurar os postos eleitorais. Um número crescente de prisões teve lugar e uma atmosfera particularmente repressiva foi imposta aos distritos africanos. Na eleição, o governo foi acusado de ampla coerção e de práticas eleitorais corruptas.⁵⁷

O comportamento do governo sul-africano evidencia que até mesmo o regime mais autoritário deve atentar para as forças sócio-econômico-demográficas ao projetar as políticas urbanas. Nesse caso, as metas do *apartheid*

foram mantidas. Contudo, uma alteração substancial do grande *apartheid* foi imposta às autoridades. Alguns chegam a sugerir que, no final, o *apartheid* se renderá a essas forças. Lamentavelmente, a evidência é de que, em-

bora o *apartheid* urbano venha mudando de forma, permanece o mesmo em seus aspectos fundamentais. O arbtrio político no que diz respeito à vida nas cidades ainda não foi vencido. A luta continua!

NOTAS

1. *Early Times*, outubro, 1988.
2. "Homeless hawkers", *Early Time*, outubro, 1988.
3. "Children of the ghetto", *Sowetan*, 28 de outubro, 1988.
4. Em 1986, para apoiar os soldados nos distritos, o governo criou um novo corpo policial africano (*Kitskonstabels*). Após um curso de treinamento intensivo bastante rápido, esses policiais foram equipados com espingardas e enviados às áreas africanas. Para um panorama posterior dos horrores da vida nos distritos, um ano mais tarde essas mesmas armas distribuídas aos soldados tinham sido usadas em 95 crimes, incluindo 12 assassinatos, 27 tentativas de morte e sete assaltos a mão armada. ("Kits [Konstabel] Kaskenades", *Weekend Argus*, 19 de março, 1988). Em março de 1988, 632 processos disciplinares foram abertos contra esses soldados por abuso de autoridade ou negligência no cumprimento do dever (*idem*).
5. *Race relations survey*, 1985, p. 329.
6. "The 3 million unwanted", *Weekly Mail*, 28-10/3-11-1988. Em caso documentado, a "operação (...) envolvia cerca de 200 homens com o apoio de helicópteros e foi planejada e executada com precisão militar (...). O objetivo da operação, cujo nome de código era Dassenberg, era a remoção de cerca de 650 invasores da área para Khayelitsha, às 4h e 30min da manhã de 2 de dezembro (...). O contingente consistia em 53 policiais uniformizados, 15 detetives, cem *Kitskonstabels*, quatro policiais de trânsito e uma unidade de vídeo com dois homens. O equipamento incluía dez viaturas policiais, dois veículos de patrulha e dois caminhões fornecidos por um particular para transportar os invasores e seus bens." Os invasores foram removidos porque interferiam na construção de um condomínio suburbano de três milhões de rands. ("Grypgroep" Operation", *South*, 17-23.3.1988).
7. *Race relations survey*, 1986, Parte II, p. 718.
8. *Idem*.
9. "Estimativas sobre o tamanho do setor informal relativamente à economia global situam-se entre 30% e 45%, para os quais a economia 'submersa' - um setor informal dentro do setor informal - dá de longe a maior contribuição ("Shadow" economy Shock", *Weekend Argus*, 22 de outubro, 1988).
10. O atual Estado de Emergência na África do Sul foi imposto em 12 de junho de 1986. Durante os 12 primeiros meses, 14.974 pessoas foram presas. Em junho de 1987, entre 25 mil e 30 mil pessoas haviam sido detidas. De cada 12 detidos, 11 não tinham acusação formal contra eles. Por volta de março de 1988, mais 2.674 pessoas tinham sido presas ("Vlok tables 52 detainees 'Names'", *Cape Times*, 18 de março, 1988). Além dessas prisões efetuadas na vigência do Estado de Emergência, ao final de dezembro de 1987, entre as pessoas detidas à espera de uma sentença encontravam-se 210 crianças de 15 anos de idade ou menos. Havia também 995 jovens de 16 e 17 anos e outros 6.277 com idades entre 18 e 19 anos na prisão ("210 under-16s were in jail waiting or seeing", *Cape Times*, 19 de março, 1988). Entre 1985 e 1988, 101 pessoas foram sentenciadas à morte em razão de "incidentes relacionados a distúrbios" (*Weekly Mail*, vol. 4, n. 39, 10-20.10.1988).
11. Neste artigo utilizo o termo "africano" para me referir ao povo nativo. "Negro" é o termo que emprego para indicar todos os sul-africanos não-brancos, incluindo africanos, mestiços asiáticos.
12. "23 groups banned by Government this year", *Cape Times*, 2.11.1988.
13. J. Addison, *Apartheid*, Londres, Anchor Brendon, 1981, p. 25.

14. Em seguida, o Relatório Sauer, encomendado pelo Partido Nacional, sustentava que a "segregação total" era a única salvação para os brancos na África do Sul. Por conseguinte, entre outras ações, o Partido Nacional "empenhou-se em proteger o 'caráter branco de nossas cidades'. O número de africanos destribilizados seria estabilizado por um rígido controle de fluxo. O africano em uma área urbana deve ser encarado como um visitante 'que nunca estará habilitado a reivindicar quaisquer direitos políticos ou direitos sociais'." Mais tarde, a Seção 10 da Lei de Consolidação dos Negros (*Blacks Consolidation Act*, referente a áreas urbanas), de 1945, proibiu os africanos de permanecerem em áreas reservadas aos brancos a menos que fossem preenchidas determinadas condições específicas.

15. Entre 1948 e 1973, mais de dez milhões de africanos foram presos porque seus passes não estavam em ordem (Addison, p. 37).

16. Antes de 1950, aplicou-se a Lei das Áreas Urbanas dos Nativos (*Native Urban Areas Act*), de 1923. Tal lei permitia que as autoridades locais proporcionassem moradia a africanos dentro das áreas "brancas". Como os africanos eram vistos unicamente como visitantes nessas áreas, o modelo de "acomodações" urbanas de baixo padrão tornou-se comum.

17. *Idem*, p. 34.

18. *Race relations survey*, 1986, Joanesburgo, South African Institute of Race Relations, 1987, Parte I, p. 35.

19. "Challenge for South Africa's retailers", *Business Day*, 27.10.1988, e "Black consumers offer a challenge", *Cape Times*, 26.10.1988.

20. "Bifsa aiming to open doors to all", *The Star*, 27.10.1988.

21. "Bifsa a trustee of FEST", *Business Day*, 28.10.1988.

22. *Idem*, p. 38, e *Race relations survey*, 1985, p. 107

23. *Race relations survey 1986*, p. 38. As organizações negras como a Fundação para os Negócios Africanos e os Serviços ao Consumidor (Faccos) estão lutando conscientemente para maximizar e ampliar a capacidade de consumo dos africanos. O sucesso mais notável até hoje foi a empresa negra de táxis, que assumiu mais de 50% da companhia governamental de ônibus e trens ("Build the Black rand, urges new organization", *Weekly Mail*, 14-20.10.1988).

24. "Blacks are increasingly important", *Business Day*, 24.10.1988.

25. "SA Whites still have a choice, says IP", *Sunday Times*, 13.3.1988.

26. "Election 88", *Sunday Times*, 13.3.1988.

27. Green e Lascaris, *Third world destiny*, Human and Tafelberg, 1988, p. 108.

28. "Mosgas attract engineers, reverses the brain drain", *Cape Times*, 29.3.1988. Calcula-se que 31% do turnover entre grupos de administradores têm origem na emigração ("Emigration drains computer brains", *Sunday Times*, 30.10.1988).

29. "Businessmen called on to improve worker's lot", *Weekend Argus*, 19.3.1988.

30. "Business has duty to involve Blacks in free enterprise", *Business Day*, 15.3.1988.

31. Além da eliminação do *apartheid* nos locais de trabalho, os signatários do código comprometem-se a trabalhar pela melhoria da qualidade de vida dos empregados fora do emprego. Seus programas de "responsabilidade social" recém-instituídos geralmente compreendem quatro áreas: (1) educação - financiamento de escolas, laboratórios de ciências, programas de desenvolvimento; (2) desenvolvimento comunitário - programas de moradia para empregados, serviços médicos e desenvolvimento de pequenos negócios; (3) treinamento e desenvolvimento de negros em postos de chefia; (4) justiça social - atividades de oposição ao *apartheid* tais como o financiamento ao governo de auxílio legal e o lobby junto ao governo.

32. D. Hauck, "Wat happens when US companies sell their South African operations?", *South Africa Review Service*, IRRC, maio 1987, p. 6.

33. "FNB takes totally 'equal' views", *Business Day*, 28.10.1988.

34. Por essas e outras razões, uma pesquisa recente entre administradores negros "revela uma profunda descrença na real disposição dos empresários brancos de ir além da retórica e um ceticismo às raízes do escárnio quanto a muitos programas de desenvolvimento corporativo". Além disso, sindicatos negros argumentam que, se uma empresa encarasse seriamente o progresso econômico dos negros, reservaria os 12% de seu orçamento sob a rubrica de responsabilidade social para programas salariais ("The big question: how best to help?", *Business Day*, 28.10.1988).
35. "Comment", *City Press*, 30.10.1988.
36. O *new look* também inclui a revogação da Lei de Casamentos Mistos (*Mixed Marriages Act*) e da Lei da Imoralidade (*Immorality Act*).
37. "Most restrictions on Black businessman have now been lifted", *Business Day*, 3.11.1988.
38. "Quartely reform overview", *The South Africa Foudation News*, set. 1987, p. 3. Esses dados são comparados a um aumento de 35% nos gastos com segurança e um aumento de 26% nos fundos para o desenvolvimento das terras de origem.
39. "What is Apartheid?", *SAIR Topical Briefings*, 31.8.1985, p. 3.
40. "They 'stay at home' factor", *Sunday Times*, 30.10.1988.
41. "Mixed couples to fight Group Areas", *The Argus*, 21.3.1988. Quanto à política governamental, os líderes do Partido Nacional do Transvaal argumentaram que as áreas separadas "nem sempre eram práticas" (De Klerk heckled by CP supporters", *The Star*, 25.3.1988).
42. "Scrap Areas Act - pool verdict", *The Argus*, 18.10.1988.
43. Essas comunidades incluem Salt River, Landsdowne, Wynberg, Observatory e Woodstock na Cidade do Cabo; Clairwood e Greyville em Durban; North End e Korsten em Port Elizabeth; e Hillbrow, Berea, Mayfair e Joubert Park em Joanesburgo.
44. "Blunting the blow of Group Areas Bills, PW holds back", *Weekly Mail*, 21-27.10.1988. "Botha refers bills to PC", *Business Day*, 28.10.1988.
45. "No deadline for report on Areas Bills", *The Citizen*, 2.11.1988.
46. "HSRC study projects drop in population growth rate", *Daily Dispatch*, 8.10.1988. Nesse sentido, é preciso notar que ainda vigora a política de industrialização e descentralização, que propõe a criação de empregos industriais nos arredores ou nas próprias terras de origem. De fato, em 1985-86, esse programa custou ao governo 776,5 milhões de randas "The price we pay for apartheid", *Sunday Star*, 31.8.1986.
47. "Identity document, freedom of movement, restoration of citizenship: a simplified summary of the new laws", *The Black Sash Joannesburg Advice Office*. Quando consideramos que o Censo de 1980 registrou apenas sete milhões de africanos moradores em áreas urbanas e o Censo de 1984 evidenciou uma população africana total de 17,7 milhões, o significado dessa política torna-se transparente. O Ministro dos Assuntos Internos informou ao Parlamento que 1.751.400 pessoas deveriam ter de volta a sua cidadania. Até agosto de 1988, porém, ninguém a havia recuperado.
48. O governo afirma que não pretende aplicar essa lei aos cidadãos dos bantustões. No entanto, é necessário entender o que diz a lei.
49. "Apartheid barometer", *Weekly Mail*, 28, 10 a 3.11.1988. O plano de autorizar arrendamentos e títulos de posse para africanos também deve ser esclarecido. Primeiro, o plano não foi aplicado em toda parte, aparentemente com base no fato de que ainda não foram efetuados os levantamentos necessários. Segundo, o plano se aplica apenas aos distritos africanos urbanos. A Lei das Áreas de Grupo ainda proíbe os africanos de adquirirem propriedades em áreas urbanas "brancas" e em quaisquer áreas rurais fora de suas terras de origem. Terceiro, numa tentativa de conter os efeitos dos frequentes boicotes aos alugueis, a nova legislação proposta estipula que nenhuma transferência será feita a africanos, na forma de arrendamentos ou títulos de posse, a menos que tenham sido pagos todos os tributos e encargos pendentes que incidam sobre a propriedade.
50. "Land set aside for urban Blancs", *Weekly Mail*, 11 a 17.3.1988. O governo vem também melhorando as condições de muitos mestiços e indianos, numa tentativa de conter sua insatisfação. Por exemplo, em março de 1988 foram aprovados aumentos mensais para os aposentados mestiços e indianos, "com o objetivo de diminuir a

diferença relativamente às aposentadorias dos brancos". Naquela época, a diferença era de 51 *rands* por mês ("Pensions up – not for Whites", *Cape Times*, 21.3.1988). Em 1988 o empresário Sam Tuntubele tornou-se o primeiro africano a comprar oficialmente o título de posse de uma casa em Western Cape. O Sr. Tuntubele adquiriu uma casa de quatro quartos em um novo condomínio negro de dez milhões de *rands* chamado Faircape Homes. O dirigente do condomínio explicou: "As pesquisas mostram que os negros desejam ter sua própria Constantia [bairro luxuoso e de muito prestígio]. A única razão pela qual eles teriam considerado a possibilidade de morar em uma Constantia seria a oportunidade de possuir um lar decente."

51. "Labour's inlaws and outlaws", *Indicador SA*, vol. 5, n. 1, primavera de 1987, e "Three firms to sue unions for R4-m", *Weekly Mail*, 21 a 27.10.1988.

52. Essa formulação, que evita afirmar que eram eleições diferentes, pretendia transmitir uma impressão de democracia.

53. "Township elections had to look popular", *City Press*, 30.10.1988.

54. "Em Soweto – o maior distrito da África do Sul, com uma população estimada em três milhões de habitantes –, a maioria das pessoas atendeu aos apelos de boicote às eleições e apenas 2,8% dos residentes adultos se registraram e votaram. Em todo o país foram registrados apenas 1,5 milhão dos 26 milhões de sul-africanos negros habilitados a votar – portanto, aqueles que efetivamente votaram constituíram 0,13% da população negra ("Percentage polls 'misleading'", *Sowetan*, 28.10.1988.

55. "Whites given message in Black poll boycott", *Sunday Times*, 30.10.1988.

56. "Township elections had to look popular", *City Press*, 30.10.1988.

57. "Neither fair nor free, says human rights dossier", *Weekly Mail*, 28.10 a 3.11.1988.

SUMMARY

Urban apartheid: the new look in South African towns

Grand apartheid was rooted in the notion that Africans were only temporary sojourners in Shout Africa's urban areas. They were there to minister to the needs of whites and to return to their 'homelands' once their services had been performed. As a result of this fundamental idea, most African labor in the towns has been migrant labor, living in all-male hostels which generated a host of social problems; the system of 'passbooks' was instituted to implement 'influx control' of Africans; even Africans born in the towns had no say in the governance of their communities; life-long residents of major cities were prohibited from owning their homes, being forced to rent on a month-to-month basis from the government; and public amenities were strictly segregated along racial lines.

Grade apartheid is dead. Faced with overwhelming socio-economic and demographic realities, the South African government can no longer assume that Africans are only temporary residents in all-white towns. More and more African labor is becoming permanent; the system of 'passes' has had to be abo-

lished; 'puppet' structures now exist for Africans to participate in the governance of 'their areas'; 99 year leases and even a few freehold titles are offered to some African homeowners; some Africans even live in 'white' areas; and segregation of public facilities has declined significantly.

The new situation in South Africa's urban areas can fairly be described as neo-apartheid. The changes can be attributed to harsh facts – such as: African purchasing power will increase by 200% in the next decade; by the year 2000, only 20% of the high school graduates will be white; and, the economy can only meet its managerial needs by training large numbers of blacks. There has been no change, however, in white unwillingness to have democratic government, cease their brutal suppression of anti-apartheid activity, or acknowledge African rights. Nevertheless, the character of South Africa's towns is changing, though not always for the better. This paper discusses these changes and describes the forces which are compelling them.

RÉSUMÉ

L'apartheid urbain et le nouvel aspect des villes sud-africaines

A son apogée, l'apartheid prenait ses racines dans la notion selon laquelle de séjour des africains dans les régions urbaines de l'Afrique du Sud n'était que temporaire. Ils étaient là pour pourvoir aux besoins des blancs et devraient retourner dans leurs "homelands" aussitôt leurs services terminés. En conséquence de cette idée de base, la plupart de la force de travail africaine était composée de migrants, vivant dans des pensions pour hommes, ce qui donnait lieu à une multitude de problèmes sociaux; le système de laissez-passer avait été institué dans le but de promouvoir un "contrôle des afflux" d'africains; même les africains nés en ville n'avaient pas voix au chapitre en ce qui concernait le gouvernement de leur propre communauté; les habitants définitifs des grandes villes ne pouvaient accéder à la propriété des maisons où ils vivaient: ils étaient obligés de les louer au mois au gouvernement et la plupart des services publics étaient strictement attribués selon des critères ségrégationnistes raciaux.

L'apogée de l'apartheid est terminé. Submergé par une réalité socio-économique et démographique accablante, le gouvernement sud-africain ne peut plus soutenir que les africains ne sont que des résidents temporaires dans des villes blanches. De plus en plus, la force de travail africaine devient permanente; le

système de laissez-passer a dû être aboli; il existe maintenant des structures permettant aux africains de participer au gouvernement de leurs secteurs; on offre aux africains des baux de 99 ans et même, à quelques uns d'entre eux, un petit nombre de titres de propriété; quelques africains vivent même dans des secteurs blancs et la ségrégation des services publics est en franc déclin.

Pour décrire la situation actuelle dans les zones urbaines d'Afrique du Sud, on peut véritablement parler de néo-apartheid. Ces changements peuvent être attribués à la brutalité des faits: le pouvoir d'achat des africains augmentera de 200% durant la prochaine décennie; vers l'an 2000, le nombre de diplômés de niveau supérieur blancs n'excédera pas 20% du total et les besoins de l'économie en cadres ne seront remplis que par la formation d'amples contingents de noirs. Aucun changement ne s'est toutefois encore produit et les blancs continuent à voir de mauvais gré la possibilité d'un gouvernement démocratique. Ils se refusent à cesser de réprimer brutalement les activités anti-apartheid et à reconnaître les droits des africains. Malgré cela, l'aspect des villes sud-africaines change, même si ce n'est pas toujours en mieux. Le présent article étudie ces changements et décrit les forces qui les mettent en mouvement.

ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: PERSPECTIVAS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS EM ESTADOS ÉTNICOS*

Heribert Adam**

* Trabalho apresentado no seminário "Novas fronteiras na pesquisa social: relações étnicas, de raça e de minorias", promovido pelo Centre for Race and Ethnic Studies, da International Sociological Association. Amsterdam, 8 a 12 de dezembro de 1988.

** Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Simon Frazier, Canadá.

Estudos Afro-Asiáticos n.º 17, 1989

Resumo

Israel e África do Sul representam Estados étnicos. Diferentemente de Estados pluralistas, com disposições que garantem a partilha do poder, um grupo monopoliza o Estado como seu refúgio. Do poder político e econômico aos símbolos e costumes do Estado, o controle exclusivo fica nas mãos de um grupo étnico dominante que definiu o Estado multiétnico como seu domínio.

Tanto na África do Sul quanto em Israel, essa hegemonia tem sido de há muito ameaçada pelos cidadãos considerados de segunda classe. Entretanto, o que os palestinos buscam agora é a secessão, enquanto a divisão do território não constitui uma opção na África do Sul. A interdependência econômica e a dependência em relação à mão-de-obra negra limitam a capacidade coercitiva de Pretória. Antes de mais nada, o Estado do *apartheid* é internamente vulnerável. Israel, por outro lado, permanece externamente vulnerável devido à perda de legitimidade em relação à sua diáspora, e à conseqüente perda do apoio que desta recebe. A relativa auto-suficiência da África do Sul permite-lhe ignorar as pressões externas, mas não a instabilidade interna. Portanto, diferem as respostas dos dois Estados: estratégias de cooptação na África do Sul e de exclusão em Israel. Essas diferenças estruturais em duas "sociedades de colonos" também dão conta das diferentes estratégias adotadas pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e pelo Congresso Nacional Africano (CNA), os quais constituem o foco desta análise.

Israel e África do Sul: perspectivas para a solução de conflitos em Estados étnicos

Os quadros são surpreendentemente similares: apedrejamentos, barricadas nas ruas, represálias do exército, boicotes organizados por consumidores, fechamento de escolas, censura à imprensa, emergências permanentes. A vitó-

ria final dos palestinos, advertem os mais perspicazes simpatizantes de Israel, transformará esse país numa outra África do Sul. O continuado controle sobre a Cisjordânia e sobre Gaza, escreve Shlomo Avineri (*Jerusalem Post*, 16.12.88), "significa a continuada opressão de um milhão e meio de palestinos e a lenta 'sul-africanização' de Israel". Outros acadêmicos (Chazan, 1988) apontam para o óbvio ressentimento transparente em tais analogias: "A maioria dos israelenses mostra uma profunda relutância em concordar com a substância e as ramificações da comparação entre eles próprios e os brancos sul-africanos." No entanto, o diretor da Liga Israelense para os Direitos Humanos e Civis, Israel Shahak (1988), afirma sem rodeios: "As condições [em Israel] são real, teórica e oficialmente piores que na África do Sul." Por outro lado, os brancos sul-africanos gostam de ser comparados com o povo escolhido de Israel, contando com a proteção divina em sua luta contra um inimigo mais numeroso. Isso aponta para a maior legitimidade de Israel enquanto Estado étnico, em comparação com a África do Sul como um Estado racial.

A analogia com o pior Estado-pária internacional priva Israel de sua legitimidade moral. Um Estado singular – em razão das atrocidades cometidas contra os sobreviventes do holocausto – está em via de perder a sua alma. Estaremos testemunhando a normalização final de Israel, a destruição do mito de que Israel é especial, devido à sensibilidade coletiva das vítimas de uma perseguição secular? Teria Israel se tornado apenas um outro Estado oriental, tão inexorável em seu esforço expansionista e tão indiferente aos direitos das minorias quanto seus adversários árabes?

Quando os patrocinadores internacionais de Israel perdem a fé na singularidade de sua existência, a base financeira dessa mesma existência encontra-se diretamente ameaçada. A África do Sul pode dar-se ao luxo de ignorar o protesto internacional; Israel continua dependente do apoio externo. Somente de fontes norte-americanas, recebe anualmente

US\$ 3 bilhões. A África do Sul é, acima de tudo, internamente vulnerável, enquanto Israel o é externamente.

A freqüente comparação entre Israel e África do Sul degenerou ela mesma numa arma na guerra ideológica, desde que as Nações Unidas declararam que sionismo é igual a racismo. O foco na estreita colaboração econômica entre os dois notórios proscritos obscureceu mais ainda as diferenças estruturais. Isso será explorado nesta análise, particularmente o que se refere à negligenciada área da resistência política e dos progressos da população subordinada. Dissecar as estratégias da OLP e do Congresso Nacional Africano e especular sobre as opções e resultados dos conflitos étnicos em duas sociedades profundamente divididas é testar os limites da análise comparativa. É uma tentativa de aplicar *insights* teóricos provenientes da literatura sobre relações étnicas (van den Berghe, 1981; Rex e Mason, 1986; Horowitz, 1985; Banton, 1983; Lijphart, 1977) a dois casos concretos que constituem provavelmente os maiores desafios morais e políticos à regulação de conflitos no mundo contemporâneo. Esta análise usa a situação israelense como pano de fundo para realçar os acontecimentos na África do Sul, em vez de desenvolver detalhadamente as tendências e opções de Israel, muito mais claras.

Estados étnicos e estratégias de dominação

Há similitudes entre Israel e África do Sul que transcendem o rótulo "sociedades de colonos". Ambos são Estados étnicos. Diferentemente de Estados pluralistas com disposições que garantem a partilha do poder entre os diferentes segmentos (sejam elas verdadeiras ou declaradas), os Estados étnicos definem-se como o domínio de um só grupo. Israel define a si mesmo como um Estado judaico. A África do Sul nega à maioria de seus cidadãos o direito de escolher os membros do governo central. Mas quer os intrusos étnicos tenham o direito de voto, como os 700 mil árabes israelenses,

quer sejam tratados como não-cidadãos, como os 1,6 milhão de palestinos dos territórios ocupados ou os habitantes dos bantustões sul-africanos, o poder político e econômico continua de posse do grupo étnico dominante, que vê o Estado como seu santuário. Do hino nacional, rituais e monumentos, de caráter simbólico, até o gabinete ministerial, os conselhos das empresas e as leis do Estado, tudo reflete os valores de um único grupo. Os demais são tratados como cidadãos de segunda classe, na melhor das hipóteses, ou como competidores ameaçando a hegemonia política, na pior delas.

Sob a Lei do Retorno, qualquer pessoa judia em qualquer parte do mundo está habilitada à cidadania instantânea, tão logo imigre, enquanto muitos palestinos nascidos em Israel ou nos territórios ocupados são exilados permanentes. A diáspora palestina de 2,6 milhões de pessoas nos Estados árabes – como a judaica, de aproximadamente nove milhões – na verdade excede a população na terra natal. Similarmente, apenas "brancos" podem imigrar para a África do Sul e a política do grande *apartheid* procura desnacionalizar como cidadãos dos bantustões o maior número possível dos 73% de negros sul-africanos.

Os Estados étnicos de Israel e da África do Sul não são colônias nem "postos avançados imperiais", embora tenham sido amplamente denunciados como regimes ilegítimos, estrangeiros, baseados na conquista colonial. Não obstante os muitos traços de relações sociais coloniais, falta-lhes a terra natal metropolitana à qual africanos ou judeus pudessem retornar. A longa história de residência nos territórios em disputa resultou na emergência de grupos nacionais distintos com direitos próprios. Isso já foi há muito reconhecido pela oposição ligada ao Congresso Nacional Africano na África do Sul e em tempos recentes, também oficialmente, pela Organização para a Libertação da Palestina com respeito aos direitos de Israel. No cerne da disputa está que espécie de nação deve ser construída na área sob controle do Estado étnico.

Diferentemente de Israel, que desde 1981 mudou para um controle mais direto dos territórios ocupados em resposta à influência da OLP na administração local semi-autônoma, as proporções populacionais e os limitados recursos da minoria branca levaram a um precoce controle indireto. O estabelecimento dos bantustões fracassou em se livrar dos negros através de uma repartição territorial imposta de cima. Pressionando os negros a serem a sua própria polícia e a administrarem a sua própria pobreza nas *townships* e nos bantustões, contudo, Pretória desviou o ódio de volta à clientela negra. O zelo com que conselheiros municipais corruptos e outros elementos percebidos como "colaboradores" são atacados reflete o ressentimento daqueles que participam de sua própria dominação. Ao mesmo tempo a dominação indireta divide a população em facções dolorosamente opostas, diferentemente dos palestinos da Cisjordânia, que, em comparação, são menos fragmentados ideologicamente.

Quando o Congresso Nacional Africano pediu aos policiais negros para virarem seus revólveres para o outro lado, ninguém ouviu. A polícia sul-africana ainda tem mais candidatos negros do que pode recrutar. Quando a liderança dos revoltosos exigiu que se demitsem os funcionários palestinos a serviço de Israel, a maioria obedeceu de pronto, embora muitos voltassem atrás. Mais de 90% das pessoas politicamente conscientes nos territórios ocupados são consideradas favoráveis à OLP, conquanto esta mesma seja uma organização guarda-chuva de várias facções. Nas *townships* sul-africanas, por outro lado, a Frente Unida Democrática (FUD-CNA), a Inkatha, a AZAPO-Consciência Negra ou os "justiceiros" locais, ideologicamente confusos, freqüentemente competem entre si pelo controle em aceras batalhas.

Conseguir tal divisão tem sido de há muito, é claro, o objetivo das políticas do *apartheid*. Projetos estatais deliberados, contudo, não explicam o comparativo sucesso por elas obtido. A heterogeneidade étnica dos negros, sobre a qual se construiu o edifício do *apartheid*, com-

parada com a maior homogeneidade étnica dos palestinos, também não explica os violentos conflitos. A maioria das dissensões intranegros na África do Sul ocorre no interior dos grupos étnicos: os assassinatos de Pietermaritzburg foram motivados por diferenças políticas entre os zulus, as devastações de Crossroads foram uma questão dos xhosa, assim como os conflitos entre FUD e AZAPO no Cabo Oriental.

Da perspectiva da teoria marxista ortodoxa, as divisões entre os negros sul-africanos são ainda mais surpreendentes na medida em que os negros urbanos representam um proletariado relativamente homogêneo, confinado em habitações idênticas. As oportunidades de vida dos habitantes do gueto são determinadas pela exclusão comum. Em contraste, os palestinos fora dos campos de refugiados constituem uma sociedade muito mais estratificada. Compreendem uma ampla pequena burguesia de mercadores, profissionais e pequenos proprietários rurais. Até serem substituídos pela juventude politizada da recente *intifada*, eram esses notáveis de classe média que até então davam o tom. Os trabalhadores palestinos geralmente são obrigados a percorrer razoáveis distâncias entre a moradia e o local de trabalho, à diferença dos trabalhadores sul-africanos, cidadãos permanentes ou migrantes temporários. Seria de esperar que as divisões de classe se expressassem de maneira bem mais explícita na sociedade palestina e, ao contrário, que houvesse uma postura ideológica muito mais compartilhada no caso sul-africano. A realidade empírica contrária a esses pressupostos economicistas desafia o reducionismo grosseiro.

O que se deixa de lado nessas considerações é uma série de fatores que são singulares em cada situação. Na África do Sul, a própria pobreza criada pelo governo da minoria destruiu parcialmente as normas e os valores tradicionais africanos. Uma existência atomizada no ambiente estranho das *townships* tomou o lugar das tradicionais estruturas familiares, minadas por décadas de trabalho migrante, insegurança perante a lei e dependência econômica. Nessa atmosfera de desesperança, as

pessoas voltam-se umas contra as outras em vez de se voltarem contra sua oculta fonte de miséria. O oponente parece demasiado esmagador para ser atacado diretamente. Poucos podem identificar as causas exatas dos baixos salários ou do desemprego na ausência de uma educação política. A ilegalidade de se organizar politicamente impede que vagas frustrações sejam coletivamente articuladas e atribuídas.

Em vez disso, freqüentemente se procura a fuga individualista a uma realidade deprimida. O uso generalizado de drogas ou os mundos de sonho construídos em torno das igrejas independentes (às quais 30% dos negros pertencem ativamente) são o testemunho de um estado de anomia política diariamente reforçado pela efetiva manipulação dos meios de comunicação no sentido do consumismo e do individualismo apolítico.

Na verdade, volta e meia jovens semi-integrados rompem esse ciclo de desespero em levantes periódicos, mas apenas para que lhes ensinem, com uma repressão cada vez mais sofisticada, que sua esperança é vã. A lei e a ordem triunfam, ainda que em permanente emergência. A obediência sem aprovação é a característica de um Estado que há muito abandonou a luta pela legitimidade em face da maioria. As autoridades não precisam de apoio, apenas de obediência. A aquiescência, não a identificação, continua sendo a marca da dominação étnica num sistema autoritário. Como seu objetivo é a passividade despolitizada em vez do envolvimento ativo de seus cidadãos de segunda classe (como em seus correspondentes totalitários de tipo fascista ou stalinista), ela dirige sua coerção principalmente contra os ativistas. Se fosse praticar punições coletivas, como o toque de recolher ou os espancamentos indiscriminados em Israel, a África do Sul ficaria privada de sua força de trabalho. Diferentemente de Israel, onde a mão-de-obra árabe até agora só é fator significativo na construção civil e na agricultura, nenhum setor da economia sul-africana sobrevive sem a mão-de-obra negra. Em Israel, apenas 7% dos trabalhadores são palestinos

originários dos territórios ocupados; na economia sul-africana, 70% dos empregados são africanos negros.

O general C. J. Lloyd, secretário do Conselho de Segurança Sul-Africano, enfatizou explicitamente que, ao "eliminar" o pequeno número de revolucionários do Congresso Nacional Africano nas *townships*, as forças de segurança devem tomar cuidados para não "incorrer na ira das massas", ferindo "acidentalmente" membros descompromissados, não-revolucionários, da comunidade. Na verdade, o exército sul-africano emprende um programa de longo alcance com o objetivo de introduzir "melhoramentos" em algumas *townships* incômodas, na esperança de pacificar essas comunidades através aperfeiçoamentos materiais, como melhores casas, estradas e sistemas de esgotos. Enquanto alguns israelenses de visão mais ampla temem que seu país decaia ao nível de uma outra África do Sul, alguns africanôeres, ironicamente, receiam o contrário. "Nenhuma pessoa sensata", disse Mike de Vries, reitor da Universidade de Stellenbosch, em discurso na Academia Militar, "desejaria que a situação da África do Sul degenerasse ao nível daquela de Israel, que teve de se posicionar contra o mundo árabe." A cultura africanôer se extinguiria à falta de amigos na África e na impossibilidade de estabelecer, "sem temor, contatos com outras raças" (*Sunday Tribune*, 24.1.88). Os governantes sul-africanos chegam a encorajar a "autocrítica", que leva a "corrigir falhas". Em sua repressão sofisticada e seletiva, os sul-africanos estão bem à frente do método israelense de punir qualquer pessoa numa área de conflito na esperança de causar uma reação contra os ativistas. A minoria sul-africana não pode dar-se ao luxo de viver no clima de guerra comunal em que floresce a maioria israelense.

Em suma, na África do Sul a economia comum constitui um limite importante à crueldade do *apartheid*, reforçada pela total integração econômica que a produção moderna cada vez mais exige. Esses constrangimentos não existem em Israel. A despeito do uso cada vez

maior da força de trabalho palestina, o que contraria os ideais dos primeiros sionistas, a ação econômica árabe pode arranhar, mas não ferir seriamente a economia israelense. Uma prolongada greve geral e boicotes ao consumo por parte dos negros, contudo, poderiam paralisar o Estado do *apartheid*. Isso ainda não aconteceu em escala nacional porque os próprios trabalhadores negros não podem permitir-se tomar esse caminho e, também, porque se encontram divididos no que se refere à estratégia.

Diferentes papéis dos sindicatos nos Estados étnicos

Na África do Sul, o mais formidável desafio ao Estado origina-se do movimento sindical. Sindicatos cada vez mais bem organizados refreiam as políticas públicas adotadas pelo Estado e chegam a forçar empregadores a defenderem, ocasionalmente, os direitos dos trabalhadores no interesse da estabilidade e da produtividade. O movimento operário sul-africano opera fora das estruturas do Estado, ao mesmo tempo contra o capital e contra o governo. Esse relacionamento adverso é regulado pela mútua adesão aos mecanismos de acordos, contratos de reconhecimento e leis trabalhistas, que permitem aos sindicatos funcionar legalmente segundo códigos mutuamente restritivos, não obstante freqüentes medidas repressivas e conflitos a respeito das leis trabalhistas.

Em Israel, por outro lado, a poderosa federação sindical Histadrut é parte integrante do *establishment* judaico. É muito mais que um sindicato, devido às origens socialistas de suas indústrias cooperativadas. A Histadrut é o segundo maior empregador de Israel, depois do governo, empregando perto de 1/4 da força de trabalho israelense. É proprietária da maior empresa construtora (a Solel Boneh), de companhias de ônibus (Eged, Dan) e de casas de comércio. Subsidiárias da multinacional Indústrias Koor, de propriedade da Histadrut, estão envolvidas em projetos sofisticados nas

áreas de produção de armamentos e eletrônica militar. A despeito de protestos vindos de dentro da federação, a empresa construtora da Histadrut foi responsável por mais de 1/4 dos estabelecimentos judaicos nos territórios ocupados – e ela não desejaria perder os lucrativos contratos.

Acima de tudo, a Histadrut não se considera responsável pelos trabalhadores da Cisjordânia, conquanto os contratos legalmente firmados entre a federação e os empregadores cubram todos os trabalhadores, sem distinção de nacionalidade. Na prática, isso levou a um mercado de trabalho dividido: os palestinos frequentemente ganham menos por trabalho igual e são os primeiros a serem despedidos. Não obstante, todos os trabalhadores dos territórios são recrutados através de repartições governamentais e têm um “imposto de organização” de 1% deduzido de seus salários, em benefício da Histadrut, a título de “proteção sindical”. Os trabalhadores dos territórios, contudo, não estão qualificados para votar nas eleições sindicais nem nos conselhos locais de trabalhadores. Os palestinos estão impedidos de ser membros das cooperativas e são empregados principalmente como diaristas.

A Histadrut parece-se com as paraestatais sul-africanas. Fundadas originalmente para permitir o avanço econômico africanando com o apoio do Estado numa economia controlada pelos ingleses, as corporações do setor público sul-africanas, não obstante, têm gradualmente incluído também empregados oriundos de outros grupos. Até agora a Histadrut resistiu à diluição étnica e permanece comprometida com suas origens judaicas. É hostil aos sindicatos palestinos, vistos como fachadas de “organizações terroristas”. Com o Partido Trabalhista como seu porta-voz político – e o partido juntamente com as empresas da federação como sua base econômica –, os sindicatos israelenses são agora, de modo intrincado, mais integrantes do Estado étnico do que seus correspondentes sul-africanos.

Na África do Sul, a complexa integração econômica levou a um padrão de interação so-

cial entre oponentes que está ausente em Israel. Negros e brancos trabalham lado a lado por toda parte. Por exemplo, a maioria dos lares brancos na África do Sul utiliza o auxílio doméstico negro em tempo integral. Poucas famílias judaicas poderiam sonhar com tal luxo. As desiguais porém íntimas relações amo-ser-vo, não obstante, estabelecem laços paternalistas. Os brancos sul-africanos, tomados em conjunto, não odeiam tanto os negros quanto os exploram. Os israelenses desprezam os árabes e, acima de tudo, os excluem. A distância social entre árabes e israelenses é bem maior do que a existente entre as raças sul-africanas, a despeito de uma tradição mais antiga de integração de instituições como hospitais ou universidades em Israel. Para Golda Meir, os palestinos não existiam; para os brancos sul-africanos, os negros têm um papel definido na hierarquia social feudal. Devem ser controlados, mas não se pode dispensá-los. Em certo sentido, a segregação não foi motivada pela crença na inferioridade dos negros, mas por sua superioridade numérica. Por outro lado, muitos judeus vêem os palestinos como a vanguarda de uma ameaça árabe. Eles são considerados competidores nacionalistas, mais que uma raça inferior. No entanto, como judeus e palestinos vivem em economias e subculturas distintas, até agora os acadêmicos judeus têm tido menos contato com intelectuais palestinos do que os profissionais brancos e negros na formalmente segregada mas economicamente integrada África do Sul. Ademais, apenas Israel tem uma lei, impossível de fazer cumprir, proibindo aos cidadãos do país o contato com agentes da OLP, embora Pretória tenha ameaçado seguir o exemplo.

Custo da dominação étnica

Há óbvios custos ligados à prolongada dominação étnica pela força. Deixando-se de lado a perda da legitimidade internacional e suas implicações econômicas, sobressaem dois

custos internos da instabilidade: disciplina militar e emigração.

O uso do exército contra a população civil, tanto na África quanto em Israel, tem minado o moral e a coesão militares. A objeção de consciência entre os recrutados tem crescido. Concebido como um instrumento de unificação e integração de adolescentes heterogêneos, o exército como força doméstica de ocupação inevitavelmente produz dissensão interna. Um exército não é treinado basicamente para suprimir o descontentamento em seu próprio país. Se, não obstante, é usado em permanente emergência contra civis descontentes, as prováveis brutalidades e arbitrariedades corroem a própria disciplina e o profissionalismo de que se orgulham tanto o exército de Israel quanto o da África do Sul. De uma abrangente lealdade não-partidária ao Estado, a força militar fragmenta-se num partidarismo sectário.

Nessa dificuldade, grupos liberais como o Partido Federal Progressista, o PFP sul-africano, têm sugerido um exército inteiramente profissional como solução para a questão da confiabilidade dos recrutas e dos escrúpulos morais dos pacifistas. Essa opção, contudo, provavelmente aumentará o caráter sectário do exército. Com base no auto-recrutamento, uma predileção predominantemente direitista entre os soldados profissionais poderia causar ameaça até maior ao pluralismo societário do que um bando conflituado de recrutas mal-treinados provenientes de todos os segmentos da população. Ademais, um Estado étnico com uma população hostil no seu interior é forçado a ser um Estado-guarnição no qual todos os membros masculinos do grupo dominante são treinados no uso potencial da força. Tais sociedades divididas não podem permitir-se o custo que um grande exército profissional exigiria para se manter unido.

Os números da emigração indicam, em ambos os casos, uma crescente alienação nessas sociedades sitiadas. As estatísticas oficiais contam apenas parte da história, pois muitos saem como turistas ou estudantes sem declarar de maneira formal sua intenção de viver permanentemente no estrangeiro. As estatísticas

também ocultam a qualidade dos emigrantes, desproporcionalmente compostos de profissionais mais instruídos e de habitantes prósperos de ambas as sociedades. Embora variem as razões da partida, a relutância em ser convocado e em criar os filhos num ambiente de incerteza conta muito, ao lado, em ambos os casos, de uma vida materialmente melhor no estrangeiro.

A política de Israel e da África do Sul também afetou a natureza da imigração. Quando Israel mudou de um Estado moral – planejado para ser um exemplo para o mundo, na visão de Ben Gurion – para um Estado expansionista, sob o governo Begin, do mesmo modo mudou a composição de seus imigrantes. Em vez de se tornar atraente terra natal para os aproximadamente nove milhões de judeus da diáspora, o país passou a seduzir unicamente os fanáticos religiosos. Menos de 10% dos imigrantes judeus oriundos da União Soviética escolhem Israel, uma vez chegando ao Ocidente. Um padrão similar pode ser observado em relação à África do Sul. No caso sul-africano, a maciça evasão de capitais desde 1985, a despeito das restrições oficiais, precedeu uma silenciosa mas contínua emigração, predominantemente de brancos de língua inglesa com opções no exterior. Ultimamente, diversos empresários de alto nível têm engrossado o êxodo inicial de liberais desencantados. Muitos brancos que deixam o país também temem a tomada do poder pelos negros, mas posam de preocupados anti-racistas.

Os padrões de emigração-imigração obviamente têm influenciado a política e a votação em favor dos partidos de direita. Enquanto o influxo de judeus orientais e o declínio de imigrantes europeus vêm beneficiando o Likud, os muitos brancos rodesianos que se estabeleceram na África do Sul são conhecidos pela forte inclinação que têm pelo Partido Conservador. Também se pode supor que os imigrantes europeus que buscam o Estado do *apartheid* não se incluem entre os adeptos dos partidos de esquerda. Em vez disso, estudos têm mostrado que eles tendem a se supera-

daptar aos costumes locais (Stone, 1973). Por outro lado, os eleitores do PFP, de tendência liberal, freqüentemente têm dois passaportes. O declínio desse partido desde 1987 pode ser atribuído, em parte, à emigração desproporcional de seus eleitores.

Ademais, diferentemente do sionismo, o nacionalismo africânder não conta com uma diáspora simpatizante. De muitas maneiras, seu próprio Estado é a sua diáspora. Isso priva o africanderismo dos recursos internacionais e dos poderosos *lobbies* à disposição do sionismo. Além disso, as políticas do *apartheid* criaram uma diáspora *hostil* de exilados sul-africanos. São os ativistas exilados que agora se encontram à frente dos esforços no sentido das sanções internacionais. Ressentidos ou culpados por terem deixado o país para gozar a boa vida no estrangeiro, sentem-se obrigados a provar seu comprometimento quanto mais distantes se encontrem da luta. O lapso da distância e da informação confere aos pronunciamentos dos exilados um tom particularmente duro e intransigente. Em suma, enquanto Israel pode confiar numa grande dose de apoio ou, pelo menos, compreensão de parte de seus confrades étnicos do Ocidente, a maioria dos emigrados sul-africanos ou se junta à oposição ou se torna apolítica.

Por outro lado, o reconhecimento da OLP pelos Estados Unidos e o novo pragmatismo dessa organização em relação a Israel, juntamente com o debate ortodoxo sobre "quem é judeu", dividiram a diáspora judaica. Como afirmou Leonard Fein (1988), o prolongado pacto de apoio incondicional a Israel pelos judeus norte-americanos e sua incondicional aceitação, por sua vez, foram quebrados pela controvérsia. Ela afetou fundamentalmente as relações dos judeus norte-americanos com Israel e entre si. Apenas 10% deles são ortodoxos, enquanto 30% se identificariam como judeus reformados, 34% como judeus conservadores e 26% não pertencem a nenhum desses ramos. Em particular, aqueles que foram convertidos por rabinos reformados ou conservadores ou são filhos de tais convertidos (cerca

de meio milhão inclui-se nessa categoria) sentem que foram relegados a um *status* de segunda classe, embora apenas algumas dezenas nessa categoria pudessem chegar a considerar a possibilidade de emigrar para Israel.

Reações à dominação étnica

Obviamente, há muitos fatores que inspiraram uma juventude frustrada, em ambos os países, a procurar a iniciação política nas batalhas de rua. Embora se ressaltem a falta de oportunidade de emprego e ressentimentos específicos acerca do sistema educacional ou das condições de vida, geralmente se subestima o quanto o incremento da educação formal, ao lado do grande aumento da exposição aos meios de comunicação, contribuiu para uma politização informada.

O exclusivismo da economia israelense impossibilitou a absorção dos palestinos com diplomas secundários e universitários. A relativa independência do sistema educacional palestino garantiu um número consideravelmente elevado de jovens instruídos que se tornaram os principais organizadores do levante. Nem o emprego adequado numa economia doméstica subindustrializada nem a emigração para os Estados do Golfo mergulhados na recessão continuavam sendo opções viáveis para uma juventude politizada e excluída.

Comparada com o fechado sistema israelense — no qual a Histadrut monopoliza o mercado de trabalho no interesse dos competidores judeus e no qual os palestinos não-israelenses têm acesso apenas a trabalhos mal-remunerados e de baixa qualificação —, a economia sul-africana ainda se ressentia da falta de mão-de-obra habilitada. A maioria das empresas privadas, e até certo ponto também o setor estatal, está pronta agora a admitir diplomados não-brancos, desde que bem-treinados. Na África do Sul, a questão não é mais o exclusivismo étnico numa economia branca, mas o empobrecimento do sistema educacional negro dependente. Juntamente com a vida

dissolvente nas *townships*, escolas com poucas verbas e professores mal-preparados, isso fez com que os frustrados produtos da educação banto reagissem com uma militância similar à dos palestinos, apesar de na África do Sul haver maiores oportunidades objetivas de emprego para negros habilitados.

Da mesma forma que o governo sul-africano oscilou entre o fechamento das escolas e uma instrução obrigatória sob supervisão policial, os governantes israelenses encontraram-se num dilema semelhante depois que os alunos da Cisjordânia foram mandados para casa por longos períodos. Segundo observadores (Joel Brinkley, "Duras lições extraídas da inquietação árabe", *New York Times*, 22.5.88), "o governo israelense não percebeu que, quando os 277 mil escolares da Cisjordânia se libertaram do currículo altamente controlado e politicamente esterilizado, muitos deles preferiram freqüentar escolas livres subterrâneas que ignoravam todas as normas governamentais". Dois fatores contribuíram para as tentativas de se criar um sistema educacional alternativo, em comparação com os problemas da "educação dos povos" na África do Sul: em primeiro lugar, a relativa independência dos professores palestinos, pagos pela Jordânia, não os intimidou tanto quanto o que ocorreu no autoritário sistema sul-africano; em segundo lugar, a relativa homogeneidade cultural, a disciplina comunal e a coesão da sociedade palestina facilitaram a instrução alternativa, em comparação com a vida empobrecida nas *townships* sul-africanas. A "educação do povo" na África do Sul tinha por objetivo transformar o sistema existente, em vez de criar um sistema distinto. Do mesmo modo que a educação subterrânea da *intifada*, ela politizou a juventude através da ênfase na relevância política para a guerra de libertação. Mas a luta palestina jamais exigiu um sistema integrado de educação controlado por um único ministério, com verbas e direitos iguais para todos os participantes, como na África do Sul.

A televisão em particular introduziu um ultraje comparativo entre as vítimas da violên-

cia do Estado. Estas não mais consideram que seu destino esteja isolado de outros eventos no mundo. O *New York Times* (20.1.88) relata: "Quando o ministro da Defesa percorria Ramallah, um morador árabe protestou: 'Eu os vi batendo. Na África do Sul eles não ferem assim.' 'Que é que você sabe sobre a África do Sul?', perguntou o Sr. Rabin. 'Nós sabemos', respondeu o homem. 'Vemos na TV.'" Similarmente, os protestos sul-africanos têm sido inspirados, se não desencaminhados, por sonhos sobre o iminente colapso do governo branco, reforçados pela retórica anti-Pretória no estrangeiro. A hostilidade mundial contra a África do Sul tem encorajado falsas analogias com a libertação em outras partes da África. Ocasionalmente, tem-se desenvolvido o mito subconsciente de que a liberdade será trazida de fora por guerreiros do Congresso Nacional Africano ou exércitos invasores. Os crentes na libertação já acreditaram em submarinos russos aportando a Costa Selvagem do Transkei. Todas essas falsas esperanças têm prejudicado a tarefa de se criar uma organização política realista no interior do país.

Foi o sentimento de negligência por parte dos Estados árabes em relação às punições coletivas praticadas pelos israelenses que levou à emergência de uma nova liderança interna entre os palestinos. A liderança subterrânea cada vez mais dirige os exilados da OLP, os quais foram apanhados de surpresa, do mesmo modo que o Congresso Nacional Africano não estava preparado para o levante de Soweto em 1976. As ocorrências serviram como fatores de unificação. Inesperadamente para Israel, os árabes israelenses pela primeira vez aderiram ao esforço de greve. Acima de tudo, emergiu um novo e secreto Comitê Nacional interno. Ele compreendia representantes de todas as cinco facções: a El Fatah, de Arafat (a mais poderosa), as três organizações "socialistas", alinhadas com diferentes patrocinadores externos - a Frente Popular de Libertação da Palestina, a Frente Democrática e o Partido Comunista -, e, finalmente, o Jihad Islâmico, os fundamentalistas com muito apoio nos campos de refugiados.

Foi a liderança interna que permitiu que a facção moderada da OLP reconhecesse formalmente Israel. A *intifada* havia superado os exilados. Os que estão sob o domínio direto de Israel desejam ter o seu próprio Estado independente, mesmo que isso importe apenas na soberania simbólica e tenha de ser obtido às expensas do sonho de substituir o Estado judaico. É a liderança interna que agora dá o tom da política de resistência. Mas o movimento interno, tanto nos territórios ocupados quanto na África do Sul, vê a si mesmo como formando uma unidade com seu braço exilado. Portanto, em ambos os casos não pode haver acordo sem o total reconhecimento e participação da OLP e do CNA.

Há uma importante diferença no papel internacional da OLP e do CNA, que nada tem a ver com a melhor imagem deste. A intensa competição entre os diferentes patrocinadores árabes da OLP exacerbou o fracionalismo entre os ativistas exilados. As facções da OLP têm de suplantar umas às outras e se alinhar com os interesses conflitantes da Síria, Iraque, Líbia, Jordânia e Arábia Saudita. Como a maioria dos palestinos vive na diáspora sob a tutela desses Estados, qualquer "solução" potencial afeta diretamente uma área muito mais ampla. Apesar do retórico apoio árabe aos palestinos, estes são meros peões num jogo maior e geralmente sofrem o ressentimento das populações dos Estados árabes. Em contraste, os comparativamente poucos exilados sul-africanos que vivem nos países da Linha de Frente recebem um apoio honesto à sua causa, embora o CNA seja financeiramente mais pobre que a OLP. O CNA no exílio tem preservado uma notável unidade (em contraste com a oposição interna), em parte porque não depende de patrocinadores em conflito.

Mobilização étnica para a sobrevivência: mito e realidade

O reconhecimento mútuo significa a ausência do "mais grave motivo numa luta" (Shi-pler, 1986:12): a sobrevivência. Certamente,

há uma retórica de sobrevivência e preocupações de segurança entre os brancos sul-africanos. Mas as ansiedades destes não se relacionam muito à existência física e sim à sobrevivência da riqueza. Os brancos temem uma invasão terceiro-mundista em seus privilégios de Primeiro Mundo, os quais estão relutantes em compartilhar. Os protestos dos excluídos traduzem-se em ameaças à segurança. Segurança para os brancos significa uma baixa taxa de criminalidade entre os pobres, sem conflitos de rua nem explosão de bombas. Até o momento, a vida diária da maioria dos brancos pouco tem sido afetada pela resistência dos excluídos. Por trás das cercas e janelas gradeadas em seus subúrbios exclusivos, a boa vida continua, a despeito do estado de emergência permanente.

Em Israel, por outro lado, a sobrevivência tem uma qualidade existencial. Ela diz respeito antes de mais nada à coletividade, não ao indivíduo. Depois de quatro guerras contra o Estado judaico, o "ataque total" é verdadeiro, não uma invenção da propaganda do Estado. Quinze mil israelenses foram mortos numa série de guerras entre Estados, em oposição a umas poucas centenas de brancos desaparecidos na caprichosa aventura de seu governo em Angola. Situados entre inimigos hostis dotados de exércitos poderosos, a genuína ameaça aos 3,6 milhões de judeus israelenses não se compara com a retórica hostil dos dependentes Estados da Linha de Frente na África Austral.

Nem as atrocidades dos britânicos contra a população civil durante a Guerra dos Bôeres podem ser igualadas ao genocídio sistemático cometido contra os judeus. Os "campos de concentração" britânicos, com mulheres e crianças bôeres morrendo de fome, não se assemelham ao holocausto. Diferentemente dos judeus, os africanos não são um povo perseguido por *pogroms* numa diáspora global. A história da perseguição aos judeus confere à sobrevivência do refúgio israelense sua especial legitimidade. Em suma, o motivo moral da sobrevivência tem maior credibilidade como instrumento de mobilização em Israel do que na África do Sul, onde a potencial coexistência em regime de igualdade não é um assunto em

questão. Por outro lado, um Israel altamente militarizado pouco tem a temer de um provável Estado palestino pequeno e desmilitarizado. Sua maior ameaça a Israel não seria como vanguarda militar dos divididos Estados árabes. Na realidade, os planejadores israelenses temem a influência de uma OLP bem-sucedida sobre os árabes de seu país e vêem o Estado palestino como uma força irredentista potencial. Além disso, eles receiam as perdas econômicas que uma federação palestino-jordaniana (mesmo com a inclusão de Israel) num mercado comum iria acarretar.

O projeto de "construção nacional" na África do Sul negra – tanto na visão chartist*/CNA quanto na trabalhista/socialista – rejeita o chauvinismo negro e o separatismo étnico. Os três ingredientes mais importantes para o nacionalismo em qualquer parte – uma base territorial, uma língua e uma religião distintas – estão todas ausentes para um "nacionalismo" negro: os africanos formam agora a maioria em todas as áreas metropolitanas; o inglês é o meio de protesto preferido e domina o discurso dos intelectuais negros; os mais destacados líderes da oposição são clérigos cristãos. Diferentemente da distinta identidade palestina – reforçada pelo território, pela língua e pela diferente religião do grupo dominante –, a identidade negra define-se meramente por oposição a uma política, não como uma cultura diversa. Existe um nacionalismo comum palestino, mas apenas um nominal e fragmentado "nacionalismo" africano.

A identidade política dos negros sul-africanos é a cultura de resistência contra o *apartheid*. Diferentemente do que ocorreu aos palestinos, a história e a identidade dos africanos nunca foram negadas. A colonização judaica, por outro lado, gradualmente deslocou muitos palestinos de sua área de nascimento e os transformou em refugiados sem pátria. O sionismo nutriu o nacionalismo palestino. O

apartheid, por outro lado, tentou utilizar diferentes histórias e culturas para fins divisionistas. Como o *apartheid* promoveu o conceito de diferentes nacionalidades, suas vítimas não podem abraçar as definições impostas pelo opressor. Se nações são "comunidades imaginadas", elas pressupõem a auto-identificação. Pelo fato de o "desenvolvimento separado" ter descreditado as estruturas institucionais dos bantustões, mesmo o amplo patrocínio que recebem não legitima o tribalismo. Os não-racialistas do CNA denunciam com veemência um incipiente nacionalismo zulu, tanto quanto o nacionalismo africânder. Portanto, os negros sul-africanos não poderiam engajar-se no tipo de renascimento cultural que produziu uma consciência nacional palestina. Se os heterogêneos negros sul-africanos promovessem uma revivescência similar de suas distintas tradições culturais, cairiam na armadilha do *apartheid*.

Foi o próprio Estado do *apartheid* que imunizou a maioria contra um nacionalismo sectário. Ele deu à cultura de oposição uma tendência inclusive, e não exclusiva. A "cultura dos povos" na África do Sul é essencialmente uma afirmação política: os destituídos de poder contra os detentores do poder. Não pode ser uma mobilização racial ou étnica reversa pelo fato de congregar membros de todas as comunidades. Se a oposição ao *apartheid* se desintegrasse numa estratégia "unicamente africanista" – como advogavam o Congresso Pan-Africanista (CPA) e, até certo ponto, o movimento Consciência Negra –, ela se privaria do apoio essencial dos segmentos não-africanistas, seja nacional seja internacionalmente.

Tanto na sociedade palestina quanto na sociedade negra sul-africana, contudo, também existe um conceito sectário de nação. Trata-se de um postura irredutível contra o reconhecimento do oponente e quaisquer compromissos pragmáticos. O desafio à principal corrente nacionalista (OLP) pelos fundamentalistas islâmicos (Hamas) parece-se com o choque ideológico entre o CNA e os CPA-africanistas. Para o Hamas, "não há solução para o

* Relativo ao Freedom Charter – Carta da Liberdade, declaração de princípios do CNA. (N.T.)

problema palestino a não ser por meio do Jihad [Guerra Santa]. Todas as iniciativas, conferências e propostas são perda de tempo". De modo semelhante, para muitos africanistas as negociações atingiram o ponto de esgotamento. Tal desconfiança é sublinhada pela relutância dos fundamentalistas, tanto islâmicos quanto africanistas, em considerar qualquer fórmula realista de acordo entre oponentes etnicamente percebidos. Para o Hamas, a realidade histórica é obstruída com fórmulas religiosas. A totalidade da Palestina histórica, incluindo Israel, é considerada "uma verdade islâmica para todos os muçulmanos até a ressurreição". A decisão da Organização para a Libertação da Palestina de reconhecer Israel pela criação de um Estado distinto é inconcebível para os fundamentalistas porque "desistir de parte da Palestina é como desistir de parte da religião".

De modo semelhante, os africanistas ficaram profundamente ofendidos com a condição estabelecida pela Carta da Liberdade de que a terra na África do Sul pertence a todos que nela vivem. Isso implicaria o reconhecimento da conquista. Para os africanistas, a terra pertence aos habitantes originais, que foram roubados pelo colonialismo. Quaisquer reivindicações dos "colonos", inclusive os descendentes de famílias africânderes de 300 anos, não têm base no direito, mas na tolerância dos indígenas donos da terra.

Os fundamentalistas dos territórios ocupados, assim como da África do Sul, obviamente representam uma opinião minoritária, comparada com a corrente central de apoio à Organização para a Libertação da Palestina e com a tradição do Congresso Nacional Africano. Nem todos os militantes islâmicos, por exemplo, apóiam a linha divisionista dos Hamas. Grupos menores, como o Jihad Islâmico, cooperam com a OLP e desempenharam importante papel no interior da Liderança Nacional Unificada que conduziu à revolta. Similarmente, muitos africanistas têm-se desviado para a orientação do CNA em favor da unidade. Entretanto, quanto mais demorar a surtir efeito a posição relativamente moderada tanto

da OLP quanto do CNA, mais poderá crescer o apoio aos fundamentalistas em ambos os países. Uma realidade sombria e sem esperança dá vez aos sonhos extremistas de salvação utópica.

Mais na África do Sul do que nos territórios ocupados, a visão de um Estado que pertence a todos os que nele vivem tem prevalecido até o momento. Em contraste, se o concebido Estado da Palestina na Cisjordânia e Gaza algum dia tornar-se realidade, provavelmente será uma imagem especular do Estado judaico: uma terra natal apenas para os palestinos, e não uma entidade não-étnica ou multicultural. Isso poderia fazer deteriorar-se a situação dos 700 mil palestinos israelenses que então supostamente exercerão seus direitos em sua terra natal vizinha (Shammas, 1988). Os bem-intencionados acadêmicos israelenses (por exemplo, Harkabi, 1988) que justamente defendem a divisão do território como a mais viável "opção para lidar com os palestinos na Cisjordânia e na faixa de Gaza" (Smooha, 1988) não apenas subestimam o crescente apoio da direita à anexação e expulsão formal (eufemisticamente chamada "transferência involuntária), mas também deixam de considerar a perigosa posição dos palestinos israelenses nesse cenário.

Em contraste, a tradição universalista e não-étnica na África do Sul testemunha a influência de uma tradição marxista internacionalista (na forma do Partido Comunista Sul-Africano), a qual sempre foi mais forte num ambiente relativamente secularizado do que num conflito percebido em termos religiosos. O fracasso do africanismo também demonstra que nem a cor da pele nem a opressão comum, isoladamente, fornecem um laço suficiente para a solidariedade grupal na ausência de uma história comum e de veículos religiosos ou linguísticos para a mobilização do grupo. De fato, a violência mais prolongada na África do Sul não corre entre negros e brancos, mas deriva das diferenças políticas no interior dos grupos raciais. Tanto os conflitos no interior do africanismo como aqueles que ocorrem entre os adeptos da FUD/Cosatu e do Inkhata,

por exemplo, excedem a divisão racial, de há muito difusa, em termos de intensidade subjetiva.

A atual hegemonia da tradição de resistência não-racial na África do Sul não significa que esta venha a prevalecer necessariamente numa ordem pós-*apartheid*, nem que deva perdurar para sempre. Sob condições de extrema escassez, uma política de exclusão vê-se tentada a utilizar a etnicidade para determinar quem se qualifica para receber auxílios. Se há privilégios ligados a novas identidades sociais, estas podem ser facilmente adotadas. Histórias adormecidas podem ser revividas com o objetivo de designar quem está de fora. Há uma rica tradição de identidades ligadas à raça e de patrocínio tribal, prontas a serem "voluntariamente" reativadas, precisamente porque as definições impostas pelo Estado foram abandonadas. A revogação das leis raciais não anula décadas de doutrinação racial.

Há uma vasta literatura sustentando que a identidade nacional é acima de tudo moldada pela exclusão dos outros: inimigos, estrangeiros e minorias. Dado o forte legado de nacionalismo africânder numa ordem pós-*apartheid*, ao novo patriotismo não-racial concebido não faltarão inimigos, muito mais reais do que se imagina. O novo regime pode muito bem ser tentado a se tornar tão não-democrático quanto seu predecessor, pela eliminação dos defensores de identidades segmentárias (tanto brancos quanto negros), se desejar evitar o colapso da África do Sul. O mero cumprimento das expectativas do seu eleitorado — grande parte do qual estará subempregada — pode pressionar um governo do Congresso Nacional Africano a fazer uma reestruturação autoritária quase contrária às suas promessas. Por outro lado, ele necessitará do capital humano dos brancos, tanto quanto da manutenção do investimento produtivo e da assistência internacional. Diferentemente dos brancos de outras partes da África, mesmo do Zimbábue, os africânderes são demasiado numerosos, enraizados e "africanizados" para que se possa pressioná-los a deixar o país, confiná-los à agricultura ou mesmo excluí-los do poder po-

lítico, qualquer que seja a sua convicção ideológica. Vivendo numa economia urbana, industrializada e interdependente, o que o Zimbábue nunca foi, negros e brancos sul-africanos estão inextricavelmente presos num sistema comum, a menos que um dos lados deseje reduzir o país a uma terra devastada.

De onde serão tirados os novos indicadores do privilégio numa futura África do Sul vai depender fundamentalmente de como se vai atingir a nova ordem. Se a oposição não-racial ao *apartheid* ganhar o poder e for bem-sucedida em controlar o Estado pós-*apartheid*, é improvável que linhas raciais irremovíveis venham a designar os novos possuidores e despossuídos. O que vai dominar são alianças com base em interesses de agrupamentos ideologicamente diversos, em vez de partidos raciais. Os organizadores étnicos nutrem-se de ressentimentos reais, mas serão malsucedidos se a alternativa atingir metade do caminho rumo à igualdade democrática e ao crescimento econômico prometidos. A revanche ou mesmo a compensação não têm sido o grito de guerra oposicionista e uma próspera economia pós-*apartheid* poderia atender pelos menos parte da demanda por redistribuição.

Isso confere ao conflito sul-africano uma fluidez que falta no Oriente Médio, com suas fronteiras sociais claramente definidas e seus recursos econômicos limitados. Apesar da "orientalização" demográfica e cultural de Israel por sua parcela sefardita, a diferença religiosa ainda mantém as pessoas separadas. Judeus e árabes sequer podem casar-se legalmente em Israel. Em contraste, a inevitável "africanização" da África do Sul pode muito bem aproximar gradualmente a sua população num igualitário consumismo em expansão.

De vez que nem os nacionalistas africânderes nem os seus correspondentes negros são motivados pelo fanatismo religioso ou por um fundamentalismo racial de tipo fascista, as pressões mútuas e os crescentes custos da intransigência resultam numa constante acomodação. Diferentemente de Israel, há poucos — se é que algum — absolutos inegociáveis ou

limitares irreversíveis (Lustick, 1987) no conflito sul-africano. Somente os grupos divididos por fronteiras religiosas são irreconciliáveis. Nessas situações, as identidades coletivas não podem ser redefinidas e é possível até que se tornem mais rígidas sob pressão, como na Irlanda do Norte ou no Punjab. Mas onde não há um conflito acerca de valores e de caminhos divinamente inspirados para a salvação, e sim a respeito de privilégios e poderes diferenciados, as pessoas estão menos propensas a serem facilmente mobilizadas numa guerra santa. Elas aprenderam a viver com ambiguidades. Acima de tudo, cuidam de maximizar os benefícios individuais.

Isso torna o conflito palestino-israelense mais refratário e difícil de resolver num só Estado do que a disputa sul-africana. Por outro lado, a divisão do território vai deslocar as duas nações na Palestina/Israel de uma ordem política comum. Na África do Sul não existe base econômica ou histórica para a secessão. A coexistência democrática numa nova nação sul-africana, portanto, mostra-se bem mais difícil do que um potencial acordo territorial entre judeus e palestinos. A democracia na África do Sul implica uma transformação fundamental. Meramente entregando os territórios ocupados, Israel, por outro lado, retornará a um sistema político amplamente aclamado.

Conclusão: comparando perspectivas de solução

Em comparação com a sociedade negra sul-africana, a vida palestina permanece relativamente intacta e coesa. Reforçado pelas crenças e práticas religiosas (80% são muçulmanos, 20% cristãos), uma língua distinta, laços de clã, sistema escolar e propriedade da terra, o nacionalismo palestino possui todos os ingredientes de um Estado rival em potencial. Na África do Sul, os negros querem estar *dentro*; em Israel, os palestinos desejam estar *fora*. Onde os nacionalistas negros enfatizam os vínculos comuns (não-racialismo, igual cidadania), tanto israelenses quanto árabes subli-

nam a sua diferença. Os palestinos exigem aquilo que os africanos reacionários estão prontos a conceder: um Estado nacional distinto como segunda melhor opção a um inatingível "Israel" secularizado e não-étnico. Teoricamente, tal "repartição territorial" pode ser mais facilmente alcançada no Oriente Médio do que uma democracia não-racial na África do Sul.

Diferentemente da sociedade palestina, que olha para trás em sua história na busca de fontes de coesão, a oposição ao *apartheid* mobiliza-se com a visão de um futuro diferente. Como um comentarista observou com perspicácia, na Cisjordânia "um retorno à tradição é visto como um ato político simbólico, sinônimo de afirmação política coletiva" (J. M. Winter, *London Review of Books*, 1.7.88). Nesse revivalismo cultural, o potencial de grupos como mulheres ou sindicatos é frequentemente inibido em vez de ser estimulado. Os direitos da mulher têm uma precária convivência com as tradicionais noções de subordinação feminina na cultura árabe. O princípio adverso de uma organização sindical palestina não é visto com suspeita apenas pelos empregadores israelenses, mas igualmente pelos segmentos mais prósperos da comunidade ocupada.

A oposição ao *apartheid* (com exceção do Inkatha) não se baseia no revivalismo cultural. O patrocínio estatal desacreditou o "passado tribal" como mito mobilizador. Os líderes do CNA prometem democracia e liberdade na tradição do iluminismo secularizado. Trata-se de um apelo racional aos ideais liberais das Revoluções Francesa e Americana.

O que distingue a oposição na África do Sul é o seu programa político de igual cidadania num Estado unido. Esse vínculo racional, transracional, confere simultaneamente força e fraqueza às tentativas de mobilização, em comparação com o distintivismo cultural dos palestinos. É intelectualmente atraente, mas difícil de se utilizar do ponto de vista emocional. Nas divisões comunais, a África do Sul representa muito mais uma sociedade comum do que o verdadeiro pluralismo cultural do Oriente Médio (Adam e Moodley, 1986).

Os palestinos dos territórios ocupados vivenciam uma ocupação, e não a coexistência ambígua da África do Sul, ditada pela interdependência econômica. Os negros não compartilham esse senso de invasão. Em contraste, os colonos israelenses na Cisjordânia, com o apoio do exército, demonstram visivelmente a existência de uma continuada invasão. Segundo a crescente ultradireita, como a representada por Meir Kahane, novas povoações judaicas na terra bíblica terão de culminar na expulsão final de todos os árabes. Cerca de 50% da população judaica israelense apóiam o prosseguimento das expulsões, embora com alguns sentimentos de culpa, se nada mais conseguir deter o levante.

Os 70 mil colonos da Cisjordânia parecem-se com os direitistas do Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB) na intransigência ideológica e na propensão ao uso da força. Seu potencial como "justiceiros" é visto com certo desconforto pelas forças regulares de segurança. Contrariamente ao AWB, contudo, que é considerado inimigo pelo atual governo de Pretória, os colonos israelenses têm o apoio do Estado. Para os palestinos eles são quase uma extensão das forças de ocupação. Isso ofusca a diferença, reconhecida pelo CNA, entre os civis e o pessoal armado. Também inibe a solidariedade intercomunal promovida pelo CNA, com sua ênfase no não-racionalismo. Em suma, talvez haja a possibilidade de muito mais brancos sul-africanos se juntarem a um CNA democrático e secularizado do que judeus de esquerda serem aceitos por palestinos fundamentalistas, a despeito de haver mais debate e maior realismo em Israel.

Na África do Sul, os nacionalismos africânder e africano sempre reconheceram um ao outro. Os nacionalistas africanos desejam aumentar o custo da dominação a fim de forçar os governantes a uma coexistência negociada num Estado comum. Também os nacionalistas africânderes reivindicam a busca de um sistema unido no qual nenhum grupo possa dominar o outro. Só a ultradireita tem como objetivo a divisão do território. O exclusivismo religioso

do Oriente Médio impossibilita uma potencial partilha do poder num Estado secularizado. Quando um dos lados reivindica Jerusalém como o seu lugar mais sagrado, não está disposto a partilhar seu direito de propriedade. Os conflitos sobre valores são, portanto, muito mais refratários. Os conflitos acerca de poder e privilégio, como na África do Sul, são passíveis de barganha e negociação.

O perigo reside em que tanto a África do Sul quanto Israel se recusam a negociar com seu verdadeiro oponente. Apenas o reconhecimento mútuo de sua legitimidade pode restaurar a estabilidade. Quanto mais ambos os governos adiarem essa decisão, mais se arriscam a não terem com quem negociar. Em ambos os grupos subordinados, extremistas mais jovens cada vez mais substituem os nacionalistas tradicionais. Companheiros brutalizados numa região e *shebab* ("caras") endurecidos na luta, na outra, cada vez mais dão ordens às elites políticas tradicionais. Esse é particularmente o caso entre os palestinos com seus sindicatos enfraquecidos, sindicatos esses que formam, na África do Sul, o principal contrapeso democrático e organizado, simultaneamente, à anarquia e às vanguardas autoritárias. Alguns já rejeitam os líderes da OLP como "revolucionários de luxo", particularmente nos campos de refugiados. Israel pode, contudo, ter saudade do tempo em que Arafat era capaz de fazer manter compromissos controversos, enquanto a África do Sul pode vir a desejar um Mandela para unir um movimento fragmentado e disciplinar revolucionários autônomos fora de controle.

Igualmente, existe o mito popular de que a polarização reforça atitudes favoráveis ao acordo entre a população dominante. Tanto na África do Sul quanto em Israel, os partidos de direita ganham apoio na medida em que o confronto se aproxima rapidamente. A segurança atropela os cálculos de custos racionais. A identidade está sendo redefinida como sobrevivência. Os legados morais tradicionais são facilmente postos de lado. Demagogos de

ambos os extremos beneficiam-se em retratar uma causa sagrada que está sendo objeto de barganha, uma adorada família nacional vítima de traição. No final, esses puristas ganham o jogo, a menos que os próprios Bothas e Rabins resolvam substituí-los, adotando os símbolos da intransigência. Em caso de dificuldade, ambos os países terão se aproximado da situação-limite de ter de lutar contra ela até o fim, quanto mais se adiarem as genuínas negociações. A realidade é que, em tal luta, é provável

que triunfe o poder tecnologicamente superior, a despeito das reivindicações morais ou da opinião mundial. A única possibilidade de obstrução realista a tal curso de ação repousa numa intervenção conjunta mais vigorosa dos Estados Unidos, da Comunidade Econômica Européia e da União Soviética, em termos políticos, econômicos e, em último caso, militares, tanto no Oriente Médio quanto na África do Sul, no sentido de forçar os dois Estados étnicos à razão e ao bom senso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, H. e MOODLEY, K. 1986. *South Africa without apartheid*. Berkeley, University of California Press.
- BANTON, M. 1983. *Racial and ethnic competition*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CHAZAN, Naomi. 1988. "Israel and South Africa: some preliminary reflections". *New Outlook*, jun., 8.11.
- FEIN, Leonard. 1988. *Who are we?* Nova York, Harper.
- HARKABI, Y. 1988, *Israel fateful hour*. Nova York, Harper & Row.
- HOROWITZ, D.L. 1986. *ethnic groups in conflict*. Berkeley, University of California Press.
- LIPHART, A. 1977. *Democracy in plural societies*. New Haven, Yale.
- LUSTIK, Ian. 1987. "Israeli state-buildig in the West Bank and the Gaza Strip: theory and practice". *International Organization*, 41,1, inverno, p. 151-71.
- REX, J. e MASON, D. 1986. (orgs.). *Theories of race and ethnic relations*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SHAHAK, Israel. 1988. "Israeli apartheid and the Intifada". *Race and Classes*, 30 (1), p. 1-12.
- SHAMMAS, A. 1988. "The morning after". *The New York Review of Books*, 29.9.1988.
- SHTPLER, D.K. 1986. *Arab and Jew*, Harmondsworth, Penguin.
- SMOHA, S. 1988. "Israel's options for handling the Palestinians in the West Bank and Gaza Strip", ms.
- STONE, John. 1973. *colonist or uitlander? A study of the British immigrant in South Africa*. Oxford, Clarendon Press.
- VAN DEN BERGHE, P.L. 1981. *The ethnic phenomenon*. Nova York, Elsevier.

SUMMARY

Comparing Israel and South Africa: prospects for conflit resolution in ethnic states

Israel and South Africa represent ethnic states. Unlike plural states with power-sharing arrangements, one group monopolizes the state as its sanctuary. From political and economic power to state

symbols and customs, exclusive control rests with a dominant ethnic group, which has defined the multi-ethnic state as its domain.

In both South Africa and Israel, this hegemony

has long been challenged by a second-class citizenry. However, Palestinians now aim at secession while partition is no option in South Africa. Economic interdependence and reliance on black labor limit Pretoria's coercion. The apartheid state is primarily vulnerable internally. Israel, on the other hand, remains vulnerable externally through loss of legitimacy and support from its diaspora. South Africa's relative

self-sufficiency allows her to ignore external pressures but not internal instability. Therefore, state responses differ: co-optive strategies in South Africa and exclusion in Israel.

These structural differences in two "settler-societies" also account for different resistance strategies by the PLO and African National Congress which are the focus of this analysis.

RÉSUMÉ

Une comparaison entre Israël et l'Afrique du Sud: perspectives de résolution de conflits au sein des états ethniques

Israël et l'Afrique du Sud constituent des états ethniques. Bien qu'il s'agisse d'états pluraux, pourvus d'institutions permettant le partage des pouvoirs, un groupe en particulier y monopolise l'état et en fait son sanctuaire. Ce groupe ethnique dominant, après avoir défini l'état multi-ethnique comme son domaine propre, en assume le contrôle exclusif à partir du pouvoir politique et économique qu'il a de décider sur les symboles et coutumes.

Aussi bien en Afrique du Sud qu'en Israël, cette hégémonie est depuis longtemps défiée par l'existence de citoyens de seconde classe. Les palestiniens aspirent maintenant à une sécession avec partage du territoire, mais ce n'est pas le cas en Afrique du Sud. Le pouvoir de coercition de Pretoria est limité par l'in-

terdépendance économique et la confiabilité de la main d'oeuvre noire. L'état basé sur l'apartheid est avant tout vulnérable sur le plan interne. Israël, par contre, demeure vulnérable sur le plan externe car il risque de perdre sa légitimité et l'appui de sa diaspora. La relative auto-suffisance de l'Afrique du Sud lui permet d'ignorer les pressions externes mais non l'instabilité interne. C'est pourquoi les stratégies de ces deux états sont différentes: tentatives de cooptation en Afrique du Sud et exclusion en Israël. Ces différences structurelles dans deux sociétés basées sur l'immigration expliquent aussi la différence entre les stratégies de résistance utilisées par l'OLP et par le Congrès National Africain. Cette analyse les focalise.

COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA*

Renato Cardoso **

Cooperação: uma perspectiva africana

Um texto objetivo

É difícil para um africano falar dos problemas do desenvolvimento da África, qualquer que seja o contexto dessa fala, sem que, involuntariamente, a sua intervenção deslize para alegações mais ou menos apaixonadas, mais ou menos fundamentadas sobre exploração, justiça e poder, ou sobre fatalismo, incompetência e desilusão.

A situação objetiva do continente é, em si mesma, demasiado angustiante para ser apreciada com frieza, mormente quando a geração que a analisa e a descreve ainda pertence à dos sonhos, dos projetos, dos voluntarismos devotados que fizeram as ilusões e as glórias do processo libertador da África. Ainda que se reconheça que sobre esse processo se constituíram ou se acomodaram as estruturas que hoje transformaram ou permitiram que o continente se transforme num gigantesco alambique de angústias, não é fácil o distanciamento.

Continuam válidas e fundamentalmente justas as palavras de ordem e reivindicações como a de Samora Machel: "Recusamo-nos a ser os eternos fornecedores de matérias-primas, recusamo-nos a admitir a continuação do velho pacto colonial ainda que sob novas roupagens. Recusamo-nos a participar em posição subalterna na divisão internacional do trabalho, a pagar cada vez mais caro os produtos acabados que compramos e a vender cada vez mais barato o esforço do trabalho. Recusamo-nos a vender o minério e a ficar com os buracos, a ser os novos centros das indústrias marginais e poluidoras. Com todos queremos trabalhar, desde que respeitem os nossos princípios, as suas ações se situem no quadro do nosso plano e a vantagem mútua seja efetiva."¹

Recentemente Houphouet Boigny, em nome dessas palavras de ordem, encetou aquilo que a revista *Jeune Afrique* chamaria de o último combate do "Velho", reacendendo velhas chamas. Mas a frieza dos fatos incitar-nos-ia

* Trabalho apresentado no seminário "Política internacional e cooperação", promovido pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e USP, São Paulo, 7 a 10 de março de 1989.

** Secretário de Estado para a Administração Interna da República de Cabo Verde.

mais ao pessimismo ou à interrogação com Edem Kodjo: "Face a um mapa-múndi, qual a situação da África? Que imagem ela transmite? Quem somos nós, em definitivo? O conjunto dos nossos países adquiriu a independência política há mais de duas décadas – mas onde está a nossa vitória, onde está o nosso impacto neste mundo cruel e difícil?"²

Com efeito, a situação presente não autoriza ilusões. Enquanto o mundo em geral parece viver os primórdios de uma nova etapa da história contemporânea, feita de manifesto interesse na busca da paz para os complexos conflitos globais e os confrontos regionais e de boa vontade na consolidação do bom relacionamento entre as grandes potências; enquanto os relatórios do Banco Mundial e da OCDE assinalam com satisfação as perspectivas otimistas de relançamento econômico dos países industrializados; enquanto os asiáticos – que somam e seguem com o Japão, a China e outros tigres – se abalançam a garantir que, no dealbar do século XXI, o Pacífico será (de novo) o centro do mundo, a África fecha com crises econômicas e sociais maiores a "década de todas as crises".

Os resultados econômicos de 1986-1988 foram decepcionantes: o PIB aumentou 1% em 1986 e 0,8% em 1987, enquanto o rendimento por habitante diminuiu 2% e 2,2%, respectivamente;³ a OUA viu ameaçada a sua unidade na sequência das crises do Chade, Magreb, Chifre da África; o Sahel submeteu-se a flagelos sucessivos de secas e pragas e a África Austral a calamidades naturais e a permanentes agressões do regime do *apartheid*; a dívida externa fez a maioria dos países vergar-se perante os clubes dos credores e a deterioração dos termos de troca definhou os recursos financeiros; e é grande o número dos governos que se comprometeram em arriscados programas de reajustamento estrutural.

No domínio das relações internacionais, assistiu-se à progressiva marginalização da África, na medida em que alteram-se os termos do equilíbrio estratégico mundial; enfraquece-se o multilateralismo;⁴ diminui a sua

participação no comércio internacional e a sua importância como fornecedor de matérias-primas; reduz-se o interesse de investidores privados e públicos;⁵ acentuava-se a dúvida sobre as hipóteses de sucesso da sua luta pelo desenvolvimento.

Em geral pode-se dizer que a África vive neste momento a destruição progressiva do seu meio ambiente (seca, desertificação, exploração intensiva das suas minas e florestas); o empobrecimento persistente dos seus povos e Estados (diminuição do PIB, *per capita*); o enfraquecimento da sua posição internacional (a nível económico e político); crescente instabilidade política e social (desemprego, demografia galopante, diferenciações sociais gritantes).

Nesse contexto, que cooperação? que conceito, o mais adequado; que fundamentos, os mais sólidos; que modelo, o mais justo?

O 'certificado de falência' das políticas de desenvolvimento e de cooperação

Assim como não é fácil abordar a questão do desenvolvimento da África, também não o é discorrer sobre a cooperação.

Reconhece-se o fracasso da cooperação Norte-Sul. Ninguém o contesta. Como diz Elmandjara, "a mensagem que se encontra hoje em quase todos os relatórios publicados nos últimos dez anos pelas organizações internacionais, regionais e nacionais que se ocupam da cooperação internacional é a de um grande mal-estar decorrendo simultaneamente da penúria com que o Sul se encontra confrontado e da incerteza que caracteriza a ação e a reação do Norte."⁶ Penúria – fracasso do desenvolvimento; incerteza – aspecto do fracasso das políticas de cooperação.

Ficam as questões:

a) O fracasso da cooperação terá sido por causa do fracasso dos modelos de desenvolvimento que foram incapazes de fornecer às relações internacionais alicerces sólidos constituídos por políticas de desenvolvimento eficazes e efetivas?

b) Ou o fracasso destas seria, antes, o resultado do fracasso da cooperação, porque, na verdade, como diz ainda Elmandjara, as políticas baseavam-se “em modelos preconizados pelos países industrializados e pelas instituições internacionais fundadas sobre o mimetismo e a dependência e não considerando suficientemente a dimensão humana, o contexto sócio-cultural nem as necessidades verdadeiras das populações”?⁷

c) Ou teriam fracassado juntos, porque juntos faziam parte de um mesmo processo: integração da África como parte dominada num conjunto mundial mais vasto gerido por um modelo que não podia, por razões intrínsecas, promover o desenvolvimento nem as boas relações entre o Norte e o Sul?

Pairam assim no ar dúvidas fundamentais. Para muitos, o fracasso dos processos de desenvolvimento bem como o da cooperação internacional, que era suposto desempenhar um papel primordial no seu sucesso, dever-se-ão a questão fulcrais como:

a) O sistema capitalista mundial, dominante no que respeita ao Terceiro Mundo, não está preparado para estabelecer dinâmicas de desenvolvimento harmonioso; o seu objetivo fundamental é a acumulação e não relações harmoniosas; o principal fim das suas relações internacionais é o lucro máximo graças à conquista de mercados cada vez maiores. As relações que produz são, por natureza, relações de controle e domínio, poderio e conflito. Nesses termos, o Norte-Sul dificilmente será outra coisa que um processo de luta permanente entre parceiros desiguais, um buscando sobreviver e o outro, acumular. Nesse contexto compreende-se que o Terceiro Mundo tenha financiado desde 1961 o crescimento dos países industrializados graças à *coquette* soma de US\$ 250 bilhões. E que, para além disso, ainda deva mais de US\$ 1.100 bilhões.⁸

b) Os sistemas políticos instalados no Terceiro Mundo na esteira da descolonização eram estruturalmente inadequados ao processo de desenvolvimento. No geral, herdaram estruturas políticas que conservaram e consoli-

daram por diversos meios (inclusive a cooperação) voltados para a conservação e exploração do poder e não para a promoção do desenvolvimento. As políticas desenvolvimentistas fundaram-se no mimetismo e sem se alicerçarem em estruturas políticas sociais internas sem o respaldo de relações internacionais sadias. As duas condições de seu sucesso – a adequação dos poderes internos e a equidade do sistema internacional – nunca chegaram a concretizar-se.

Viveu-se portanto um grande equívoco, quer a nível interno, quer no que concerne às relações internacionais. As relações internacionais de desigualdade e conflito ajudaram a consolidar poderes internos de semelhante natureza, sacrificando completamente o futuro dos povos do continente.⁹

A indiscutível necessidade de cooperação

Ainda a Organização para a Unidade Africana (OUA) não existia, ainda eram poucos, de fraca voz e militantemente sonhadores, os países africanos independentes e já se votava, com o apoio e insistência desses, na primeira reunião que os países não-alinhados dedicaram aos problemas económicos (Cairo, julho de 1962), uma declaração na qual “a conferência afirmava o seu apoio à cooperação internacional baseada no respeito mútuo e nos benefícios recíprocos e na reconhecida utilidade para os países em vias de desenvolvimento da ajuda concedida nessa base”.

Durante dez dias, a conferência tratou detalhadamente uma extensa ordem-do-dia em que se incluíram as principais questões relacionadas com a cooperação, nomeadamente:

a) a necessidade de uma maior assistência financeira (proposta de 1% do PIB dos países industrializados);

b) a necessidade de melhorar os termos de concessão dessa ajuda;

c) a importância do financiamento por programas;

d) a continuidade e a previsibilidade da ajuda;

e) a internacionalização da ajuda através da coordenação da ONU;

f) a expansão da cooperação técnica, particularmente no domínio da tecnologia.

A conferência ressaltou a importância de um sistema mais justo de relações económicas internacionais; enfocou a relação entre a paz e o desenvolvimento; recomendou o reforço da cooperação entre os países em via de desenvolvimento (PVD). Ao longo dos anos, essas posições foram sendo reafirmadas sempre, algo aprofundadas ou melhoradas mas nunca contestadas no seu essencial pelos países do Terceiro Mundo.

A IV Conferência de Argel, ao propor o Programa de Ação para a Instauração de uma Nova Ordem Económica Mundial, reafirma a importância de cooperação. Em 1979, Fidel Castro, ao apresentar perante a ONU os resultados da reunião "militante" dos países não-alinhados de Havana, que havia escalpelizado a situação económica mundial, insistiu sobre a necessidade de se instaurar uma cooperação internacional verdadeira e de se garantir, para esse efeito, um fluxo adicional de recursos para o desenvolvimento a fim de fazer face à trágica situação dos países subdesenvolvidos.¹⁰

A OUA, quer no Plano de Lagos de 1980, quer no Programa de Adis-Abeba de 1985, adota posições idênticas.

Resulta assim claro que, desde 1962, essa questão tem sido exposta de forma responsável e detalhada ao Mundo. O fracasso da cooperação internacional que hoje africanos e europeus, estudiosos e instituições internacionais unanimemente reconhecem não se deverá, portanto, ao desconhecimento ou inexistência de termos adequados de colocação de problemas mas à inexistência de vontade política (ou capacidade) para os concretizar.

No domínio específico da ajuda pública para o desenvolvimento, por exemplo, muitas das recomendações do relatório Berg do Banco Mundial, de 1982, exprimem-se em termos parecidos aos da declaração do Cairo de 1962. Reconhece-se a importância da cooperação mas preconiza-se a revisão dos seus termos. O Terceiro Mundo – e a África em particular – sempre reconheceram como necessária a cooperação internacional. Nem podia ser, aliás, de outro modo; senão vejamos:

● Após o fim do domínio político colonial, as ex-colónias africanas ficaram em situação económica, social e técnica extremamente crítica. Que melhor exemplo dessa situação do que a declaração de um porta-voz dos ex-colónos portugueses que, no Congresso dos Espoliados do Ultramar, realizado em Lisboa, em novembro último, afirmava: "Com a entrada dos retornados, a sociedade portuguesa foi subitamente enriquecida com mais de cinco mil arquitetos, engenheiros e técnicos dos mais elevados graus de engenharia; cerca de 1.800 biólogos, agrónomos; quase 13 mil professores; 13 mil mecânicos; 325 navegadores e pilotos; 16 mil quadros da administração; sete mil serralheiros, montadores etc. Cerca de 70 mil profissionais retornados após o 25 de Abril."¹¹

Se se levar em conta que, no início dos anos 1970, se contavam pelos dedos os africanos que ingressaram na Faculdade de Direito em Lisboa; que só nos anos 60 é que começou a se permitir a ascensão profissional (muito controlada) dos autóctones; que os poderes coloniais (ver Kaulza de Arriaga) consideravam a educação dos colonizadores um risco grave, fica-se com uma idéia da situação em que se encontravam as ex-colónias portuguesas nos fins de 1975. A situação era semelhante ou pior nos demais países africanos no momento das independências.

● A grande diferença entre os países industrializados e os PVD. Como diria Tinbergen, uma rede de miséria divide o planeta em dois mundos: de um lado, o mundo dos ricos, de outro o mundo dos pobres. No momento

em que os não-alinhados se reuniam pela primeira vez em Belgrado, em 1961, e se achava intolerável essa diferença, o rendimento médio de um cidadão dos países ricos era aproximadamente 20 vezes superior ao de um cidadão dos PVD. Em 1990 essa diferença será de 50 para 1, em vez dos 20/1 de 1960. Desde 1960 cada vez que o Terceiro Mundo enriquece de um dólar os PI enriqueceram de aproximadamente 300 dólares;¹² A cooperação surgia então, como agora, como uma das vias de se amenizar essas desigualdades e de evitar o alargamento desse fosso. Apesar do fracasso evidente desse objetivo, continua a ser esse um dos argumentos da ajuda ao desenvolvimento.

• A indispensabilidade da cooperação decorre também do reconhecimento de que os PVD, sobretudo os africanos, não poderão de modo nenhum granjear pelos seus próprios meios os recursos necessários aos programas de desenvolvimento – ainda que se esforcem por assumir a maior parte e ainda que esses programas sejam acompanhados por rigorosas medidas de austeridade.

Essa questão foi particularmente debatida, quer quando se preparava o Plano de Lagos, quer quando se aprovou o Programa da OUA para o *Redressement économique de l'Afrique (1986-1990)*.

No Colóquio de Monróvia, em 1980, ainda que preconizando uma série de rupturas fundamentais com o sistema internacional vigente, reconhecendo embora que as causas primeiras do subdesenvolvimento africano se encontravam nas políticas económicas e sociais adotadas pelos próprios países do continente, insiste-se na necessidade de uma cooperação internacional “bilateral e, sobretudo, multilateral”, responsável e contratual, em que a solidariedade não será a “do cavaleiro e do cavalo” nem a liberdade a “da raposa livre num galinheiro livre”¹³, como condição *sine qua non* da reconstrução do continente.

A reunião de Adis-Abeba de 1985, por seu turno, lançou um apelo à comunidade internacional para que “apóiem os esforços que a África realiza para resolver a crise”. Calculou-se em US\$ 24 bilhões ao ano o montante a suprir através da cooperação.¹⁴

luiu-se em US\$ 24 bilhões ao ano o montante a suprir através da cooperação.¹⁴

A evolução do conceito

Avançam-se múltiplas razões em defesa da existência da cooperação internacional. Essas razões, se bem que díspares, nem sempre se excluem completamente entre si. Algumas completam-se: são lados de uma mesma medalha, pedras de um mesmo edifício. Poderia ser indiferente o seu uso, bem como a ordem de precedência da sua enumeração. Todavia, não o é. O modo como se fundamenta a cooperação encerra perspectivas políticas e filosóficas distintas, às vezes contraditórias quanto à posição relativa dos parceiros, quanto ao valor do sistema internacional vigente, quanto à interpretação de aspectos essenciais da história comum da humanidade.

As razões humanitárias

Para muitos doadores, bilaterais e multilaterais, bem como para a maioria dos cidadãos dos países ricos interessados nos problemas do Terceiro Mundo, a principal razão para a cooperação para o desenvolvimento é a solidariedade humanitária.

Num vasto debate que o Parlamento europeu consagrou em fevereiro de 1987 à questão da interdependência Norte-Sul, argumentos humanitários eram amiúde apresentados como a razão principal da cooperação; em inquéritos levados a cabo pela CEE, grande parte das respostas sublinhavam esse aspecto; o mesmo, em Portugal, em 1988. A seca, a pobreza, a fome e a doença suscitam o maior interesse entre a opinião pública,¹⁵ e são representadas como o *leitmotiv* da cooperação.

Na Suécia, onde as razões humanitárias são também importantes, a opinião oficial reflete uma forma elaborada e muito avançada desse argumento. Num recente texto da ASDI lê-se: “A principal razão da cooperação sueca reside no fato de nós encarmos a solidariedade com

os menos favorecidos como uma responsabilidade moral. É um reflexo do que fazemos no nosso próprio país, quando consignamos recursos para os que estão em dificuldades, seja temporária, seja de forma permanente..."¹⁶

Solidariedade

O modo como a Suécia encara a cooperação aproxima-se muito da solidariedade reclamada pelos PVD. Nesse entendimento, a cooperação teria como razão principal a participação na luta dos PVD pela conquista dos seus direitos elementares, pão, paz, terra e democracia. É assim que, em 1978, o Parlamento sueco votou, como objetivos da cooperação sueca, promover o crescimento econômico; a equidade econômica e social; a independência política e econômica; o desenvolvimento democrático da sociedade. Com efeito, conceber a cooperação como uma ação solidária dos países ricos *vis-à-vis* a luta dos PVD pela independência e o desenvolvimento é a visão preconizada pelos não-alinhados, desde Belgrado, e pela OUA, desde a sua fundação.

As razões políticas

Cooperação como instrumento de domínio

Os grandes países têm, contudo, conduzido o seu programa de cooperação como elemento de uma política externa que visa à hegemonia. Em alguns casos, como a França e a Inglaterra, trata-se de preservar os velhos laços imperiais.

Assim, relações antigas de dominação, formalizadas pela Conferência de Berlim, seriam perpetuadas através dos mecanismos de cooperação — com efeitos semelhantes sobre a autodeterminação e o desenvolvimento dos povos: conservação dos povos africanos sob o domínio dos ex-impérios coloniais; e, em outros casos, como os Estados Unidos e, em

certa medida, a União Soviética, de criar e consolidar esfera de influências.

Em 1979, a revista *International Security*, publicada pelo Center for Science and International Affairs da Universidade de Harvard, sintetiza nos seguintes termos, as razões da cooperação francesa: "De Gaulle, 'o homem de Brazaville', acreditava que a nova V República tinha que manter a sua influência especial em África, apesar do processo de descolonização. Uma vez restabelecida, através da descolonização e da cooperação, a velha relação franco-africana poderia constituir um dos pilares das ambições da política externa global de De Gaulle (...). O principal instrumento para esse ajustamento era a noção de cooperação — uma palavra chave na política franco-africana nos últimos 20 anos. A cooperação era concebida para evitar a substituição da competência exclusiva da ex-potência colonial em áreas tão importantes como economia, defesa, política externa, educação. Visava mais que providenciar ajuda e assistência. O seu verdadeiro objetivo era manter os privilégios (de potência colonial), a despeito da soberania internacional dos novos países."¹⁷

Com efeito, a maioria dos acordos-quadro de cooperação foram impostos antes da independência e como condição de sua outorga. Como diz M. Debré numa carta remetida a Léon M'Ba em 15.7.1960: "On donne l'indépendance à condition que l'Etat, une fois indépendant s'engage à respecter les accords de coopération signés ultérieurement. Il y a deux systèmes qui entrent en vigueur simultanément: l'indépendance et les accords de coopération. L'on ne va pas sans l'autre."¹⁸ Perante a incongruência de uma entidade não-existente assinar acordos internacionais, estes passaram a ser formalizados no próprio dia da proclamação da independência.

Sem o mesmo sucesso dos franceses — devido sobretudo às diferenças nas políticas de descolonização seguidas —, os ingleses tentaram, com a Commonwealth, perseguir os mesmos objetivos para a sua cooperação com os novos países. No limiar da constituição da

OUA as pretensões imperiais eram tão descaradas que justificavam uma veemente denúncia de H. Selaissié.

Os norte-americanos, ainda que de política africana incerta devido à prioridade que dão ao conflito Leste-Oeste, também fazem da cooperação um instrumento de política.

A União Soviética, que desde sempre apoiou as lutas pela independência dos países africanos, também submete amíde as suas relações de cooperação a objetivos políticos e ideológicos precisos.

O dever de cooperar

Do outro lado da barreira muitos políticos e intelectuais africanos sustentaram que a cooperação devia ser assumida como um dever pelas potências coloniais em retirada. Porque a principal razão da situação catastrófica da África no momento da independência era a colonização. Como disse Edem Kodje, “desde o renascimento europeu a África não conheceu a paz: escravatura, conquista, ocupação, desorganizaram completamente a sociedade africana; no momento da descolonização, os poderes imperiais deixaram Estados diminuídos, sociedades miseráveis e desestruturadas, artificialmente atrasadas”. Por outro lado, essa diminuição beneficiaria a Europa. Sartre reconhece-o: “Sabeis muito bem que somos exploradores. Sabeis que nos apoderamos do ouro e dos metais e, posteriormente, do petróleo dos ‘continentes novos’ e que os trouxemos para as velhas metrópoles. Com excelentes resultados: palácios, catedrais, capitais industriais...”¹⁹

E com esse fundamento, “dos danos emergentes aos lucros cessantes e ao enriquecimento ilícito”, elaborou-se uma tese de que através da cooperação competiria, agora, aos velhos impérios, indenizar os povos africanos. A questão do dever de cooperação surge subjacente a muitas posições assumidas no seio da OUA, do Movimento dos Países Não-Alinhados e na ONU e foi perfilhada pelos países so-

cialistas. Todavia, independentemente da sua justeza, não surgiu força internacional nem bilateral bastante para a impor. Em contrapartida, de vez em quando, os velhos colonos reclamam indenizações aos novos Estados africanos.

Interdependência

Hoje em dia, a razão que mais comumente se apresenta e se aceita para a promoção da cooperação entre as nações ricas e os países em desenvolvimento é a interdependência. A interdependência, que se fundamenta na comunhão de destinos entre o Norte e Sul e nas necessidades e vantagens recíprocas, apresenta-se como a base para uma verdadeira ideologia de desenvolvimento. Vários elementos constituem os pilares dessa interdependência. Antes de mais, a aceitação do fato de que o sistema económico mundial fundado sobre a exploração desregrada dos PVD pelos países ricos não serve à humanidade, sendo, pelo contrário, prenhe de ameaças de natureza económica, social e política para ambos os grupos. Como reconhecia Kurt Waldheim, em 1975, o sistema internacional de relações económicas e comerciais, concebido há 30 anos, é hoje manifestamente inadaptado às necessidades da comunidade internacional no seu todo. Criticava-se, antes, a ordem atual, pelo fato de só funcionar para os ricos, em detrimento dos pobres. Hoje já nem se pode dizer que ela funciona bem para os ricos. Dramatizando, o Parlamento europeu abriu um debate em 1987 sob o mote “Norte-Sul: Um futuro comum, ou nenhum futuro”.

Em segundo lugar, a situação de pobreza de 3/4 da humanidade é tão-somente reconhecida como inaceitável, até porque já não é considerada como algo inevitável. Por um lado, há cada vez mais dados que analisam e denunciam os mecanismos de exploração (internos e internacionais) que a provocam e a perpetuam e, por outro, é crescente o número de vozes que reconhecem o seu caráter desestabilizador

para a paz mundial. É hoje claro que a pobreza não decorre de fatores geográficos e naturais, nem é explicada pela peculiar natureza humana das suas vítimas, mas que é a contrapartida que o Terceiro Mundo paga, muito particularmente a África, pelo desenvolvimento acelerado dos países ricos. Por outro lado, é também evidente que, hoje em dia, a batalha contra o subdesenvolvimento pode ser vencida. Em termos técnicos e financeiros o mundo dispõe de trunfos que lhe permitiria eliminar o subdesenvolvimento. Num colóquio realizado em Boston, em outubro de 1984, sobre a crise alimentar da África, concluiu-se que, com a tecnologia hoje disponível, seria possível fazer com que em pouco tempo o Mali, a Etiópia, o Chade e o Sudão produzissem o suficiente para alimentar mais que um bilhão de indivíduos.

Em contrapartida, verifica-se que se enfraquecem os elementos econômicos e estratégicos da interdependência, sobretudo no que diz respeito à África. Quanto aos primeiros, os PI dominam a tecnologia necessária à criação, substituição e valorização de grande parte das matérias-primas de tal forma que elas já não bastam para fundamentar uma relação de interdependência; do ponto de vista comercial, verifica-se uma progressiva diminuição da intervenção do continente, quer como importador, quer como exportador. O valor das importações diminuiu 2,4% em 1985, 1,2% em 1986 e 4,9% em 1987 em relação a 1980. Em termos financeiros, reduzem-se substancialmente os fluxos de investimento público e privado para a África em todos os domínios. Na verdade, as altas taxas de lucro possíveis noutras paragens, vide os países asiáticos, desviaram para essas regiões mesmo os investimentos que tradicionalmente se destinavam ao continente africano.

No global, verificou a ONU que os fluxos anuais de investimentos diretos diminuiu 45% desde 1980. Em 1986, oito países absorviam 4/5 de total dos investimentos. Toda a África recebe menos de 15% dos investimentos diretos nos PVD. Nos anos 1981-1986 recebeu

cerca de 1/3 do montante investido na América Latina.

Globalmente, porém, em termos econômicos, a interdependência continua um fato. Os mercados dos países ricos representam somente 1/3 das exportações dos Estados Unidos, 40% da Comunidade Econômica Europeia e 50% do Japão. O Terceiro Mundo continua um mercado fundamental para o progresso econômico global dos países industrializados. Mas a parte do continente africano nisso tudo decresce assustadoramente, quer em termos globais, quer nas relações bilaterais típicas, como, por exemplo, Bélgica-Zaire, França-África francófona.

Em termos estratégicos, a situação internacional mudou muito não só pela retomada da política de distensão como também pela evolução tecnológica. Como diz Nicolas Martins, em *Stratégies*, "o controle dos territórios imensos da África oferece hoje muitos inconvenientes e poucas vantagens. No plano nuclear, nenhuma base africana é necessária ao dispositivo de dissuasão de qualquer das grandes potências. No plano naval, a era das bases está ultrapassada."

Nesse contexto, a sobrevivência do conceito de interdependência passa pelo reconhecimento de que, globalmente falando, o subdesenvolvimento é um problema que diz respeito ao mundo todo e que ameaça, em geral, a humanidade inteira. Um conceito de interdependência fundado no reconhecimento moral da responsabilidade conjunta perante o subdesenvolvimento, na constatação de que a marginalização progressiva de amplas faixas de humanidade constituiu um período real para a paz e a segurança internacionais e um obstáculo para o crescimento e desenvolvimento integral do mundo.²⁰

A posição africana

É por essa ótica que a África encara a cooperação internacional. Algo indispensável nessa luta, africana, em primeiro lugar, mas da

humanidade em geral, contra o subdesenvolvimento progressivo do continente, que não só põe em risco o futuro dos seus povos mas também ameaça o progresso e a estabilidade universais. Uma ação combinada dos países ricos secundando os esforços internos. A responsabilidade primeira, a vontade mais dedicada, a estratégia mais disciplinada, o compromisso mais total incumbirá aos africanos. Mas o sucesso desse esforço dependerá da atitude positiva dos países ricos que implique uma real vontade de desenvolver, desdobrada em dois vetores fundamentais: a revisão do enquadramento econômico internacional da África; uma cooperação global, adequada e suficiente.

A cooperação necessária

Determinar os montantes financeiros necessários aos seus programas de desenvolvimento tem constituído uma preocupação constante dos países do Terceiro Mundo e da África em particular. No geral têm sido os próprios PVD a financiar o essencial dos seus programas, mas à parte devida à cooperação internacional sempre se reservou um lugar importante. No entanto, o cálculo mais ou menos preciso dos quantitativos dessa contribuição só foi sendo possível a partir de meados dos anos 70.

Nos anos 60, com o intuito de fixar um valor que desse uma imagem mais ou menos concreta da cooperação, a ONU lançou o apelo pela contribuição de 1% do PIB dos países industrializados. Essa resolução foi imediatamente apoiada pelos países não-alinhados na sua Conferência do Cairo, em julho de 1982. No início dos anos 70, ao adotar a Estratégia Internacional do Desenvolvimento para a 2ª Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a AGNU reafirmou esse objetivo: "Cada país desenvolvido economicamente deveria esforçar-se, daqui até 1982, a realizar, cada ano, em benefício dos países em desenvolvimento, transferências de recursos

de um montante mínimo de 1% do seu PNB a preços de mercado" (§42). Desse montante, pelo menos 0,7% deveria assumir a forma de APD." (Res. 26/26.)

No dealbar dos anos 80, os órgãos da ONU apresentaram cálculos mais precisos. Considerava-se que para se conseguir uma taxa de crescimento do PNB dos PVD de 6,5% ao ano seria necessário conceder-lhes uma ajuda anual de US\$ 11 bilhões durante os anos 80 e US\$ 21 bilhões nos anos 90. Para os países menos desenvolvidos (LDC) calculava-se a ajuda necessária em US\$ 40 a 50 bilhões por ano (a preços de 1980). O 3º relatório do Clube de Roma, publicado em 1978 sob a direção de Tinbergen, propunha alvos mais ambiciosos. Considerava necessária uma ajuda da ordem de US\$ 12 bilhões por ano (a preços de 1974) durante dez anos, como contribuição dos PI à luta contra a miséria no mundo. Desse montante, pelo menos 90% deveriam ser atribuídos sob a forma de doações ou de empréstimos em condições favoráveis. A OUA, ao preparar o Programa Prioritário de *Redressement* da África, 1986-1990, analisou cuidadosamente a parte relativa a recursos financeiros necessários ao seu financiamento. Calculou-se que o Programa necessitaria de US\$ 115 bilhões, dos quais US\$ 80,4 bilhões seriam conseguidos a nível interno. Para além disso, considerando a enormidade da dívida africana, seria necessária uma ajuda adicional de US\$ 14 bilhões por ano para assegurar o seu serviço. Nesses termos, na apresentação que fez perante a XIII Sessão Extraordinária da AGNU, a OUA solicitou uma participação internacional da ordem dos US\$ 21 a 30 bilhões por ano.

Para além do montante da cooperação, a OUA levantou toda uma série de questões ligadas à qualidade da cooperação. Antes de tudo seria necessário esforçar-se por inverter o sentido do relacionamento financeiro internacional, cujos fluxos funcionaram em sentido contrário nos últimos anos. Com efeito, somente entre 1981 e 1987 o Terceiro Mundo financiou o crescimento dos países ricos em

cerca de US\$ 250 bilhões. Um dos vetores dessa situação é a persistência da troca desigual. Diz J. Pierre Cot, por exemplo, que a queda dos preços das matérias-primas conseguiu em seis meses, na Costa do Marfim, anular os efeitos de cinco anos de ajuda pública.

Seria também imprescindível rever-se a situação da dívida externa dos países africanos, que, nos fins de 1986, atingia o montante de US\$ 200 bilhões, com um serviço da dívida de US\$ 24,2 bilhões ao final de 1985. Calcula-se que, a menos que sejam adotadas medidas corretivas profundas e globais, a dívida atingirá US\$ 550 bilhões no ano 2000. Nessa altura o reembolso anual seria de US\$ 45 bilhões e o serviço da dívida representaria 71,8% das exportações.

Finalmente, os próprios mecanismos da cooperação deveriam ser revistos no sentido de proporcionar maior celeridade e previsibilidade da ajuda e do seu melhor enquadramento nos programas nacionais de desenvolvimento.

A cooperação recebida

Deveriam os anos 80, portanto, encerrarem-se sob o signo do esforço conjunto da África e da comunidade internacional no sentido de se corrigir o ciclo de miséria em que o continente se encontra enredado. Da parte da comunidade internacional, esperava-se não somente um apoio financeiro firme mas também, e sobretudo, melhoria de ambiente econômico externo nos seus diversos aspectos.

Todavia, o balanço realizado pela ONU é, nesse particular, negativo. No que respeita às contribuições líquidas, verificou-se que passaram de US\$ 17,9 bilhões em 1985 para US\$ 19,9 bilhões em 1986 e US\$ 23,9 bilhões em 1987, em valor nominal; em termos reais, contudo, não se atingiu nesse ano os níveis de 1985. O montante em condições APD diminuiu em 1987 em relação ao ano de 1986; os créditos à exportação diminuíram em 1986 e 1987 e os fluxos de natureza privada quase que cessaram desde 1983. Diz-nos o Banco

Mundial²¹ que somente sete países atingiram o objetivo, fixado pela ONU, de oferecer 0,7% do seu PIB sob a forma de ajuda pública ao desenvolvimento. Dentre eles, dois países árabes: a Arábia Saudita (3,7%) e o Kuwait (1,3%).²²

Para além disso não se verificou a necessária melhoria do ambiente internacional no domínio econômico. Pelo contrário, agravou-se, em muitos aspectos:

Aceleração da deterioração dos termos de troca

As receitas de exportação dos produtos de base baixaram de 29% entre 1985 e 1986, originando uma perda de recursos da ordem de US\$ 20 bilhões. Para o conjunto do continente, se se considerar ainda a manipulação internacional de preços, os termos de troca deterioraram-se em 25% em 1986 e o poder de compra das exportações baixou de 30% no mesmo período. Foi o ano em que as exportações do Terceiro Mundo em geral diminuíram 6,1% em valor, apesar de terem aumentado 9% em volume.²³ Em certos países, como na Costa do Marfim, o PIB diminuiu em 1987 devido à forte deterioração dos termos de troca.

O fardo da dívida

Em parte devido à situação anteriormente descrita, o desequilíbrio entre a dívida externa e as exportações de bens e serviços tornou-se inquietante, passando de 198% em 1985 a cerca de 277% em 1986. O serviço da dívida absorveu cerca de 35% das receitas de exportações de bens e serviços em 1986. Em 1988 a dívida global atingiu US\$ 218 bilhões, o que representava 44% do PIB dos países africanos. Em 1985 a África pagou US\$ 120,5 bilhões, representando uma saída massiva de capitais muito maior do que toda a ajuda recebida.²⁴

A situação conjugada da diminuição real dos fluxos da ajuda ao desenvolvimento, a grande deterioração dos termos de troca e o fardo da dívida têm impedido os países africanos de conseguir os recursos necessários à implementação de programas de correção econômica. Isso justifica, em grande parte, os preocupantes resultados econômicos do continente. Com efeito, como declara a OUA, na busca de soluções para os problemas econômicos da África é preciso ter-se consciência dos laços existentes entre os fatores, tais como o nível de preços dos produtos de base, a dívida externa e os fluxos de recursos. Tomar medidas relativamente a um desses fatores sem considerar os outros não conduzirá a nenhum resultado.

Por uma nova pedagogia de cooperação

Como foi referido anteriormente, a cooperação internacional atravessa uma verdadeira crise, no que é acompanhada pelas políticas de desenvolvimento aplicadas na África nas últimas três décadas. Independentemente da perspectiva com que se aborda as causas dessa crise, a verdade é que, como também foi mencionado, a cooperação continua a ser um instrumento indispensável ao sucesso dos programas de desenvolvimento econômico e social adotados pela África, quer a nível nacional, quer a nível regional e global.

Eis porque se torna imperativo refletir sobre uma política de cooperação internacional capaz de apoiar efetivamente a construção de sociedades desenvolvidas e democráticas de acordo com as aspirações do homem africano. Essa política e, sobretudo, o conjunto de ações necessárias à sua efetiva implementação pressupõem uma nova visão global das justificações, das responsabilidades e dos atos de cooperação a nível internacional e continental. A essa nova ética que deverá envolver doadores e beneficiários e que tem que ser aprendida conjuntamente nos referimos sob o título "A nova pedagogia de cooperação".

Objetivos gerais

A tentativa de abordar uma nova pedagogia de cooperação não é original. É um retornar, um repetir. Que não é inútil, porque, na verdade, por mais que tenha sido falada, até agora não se vislumbraram resultados concludentes. Essa idéia tem sido tratada por diversos fóruns: o Movimento dos Países Não-Alinhados, a Organização da Unidade Africana, o Conselho da Europa, o Banco Mundial, as Nações Unidas, todos, à sua maneira, vêm insistindo na necessidade de uma cooperação renovada. Trazer aqui, para este debate, alguns dos aspectos que nos parecem mais salientes mais não visa, portanto, que realçar as principais posições africanas.

A primeira questão que se levanta quando se pretende fomentar um debate sobre a pedagogia da cooperação é a de determinar o porquê e o para quê da cooperação: ou seja, o porquê e para quê da ajuda econômica internacional à África, nesta nova etapa que o continente vive. Como vimos nos capítulos precedentes, são distintas as óticas dos diversos atores no processo de cooperação. Em geral nenhum está satisfeito com o entendimento do outro. Em geral os discursos não são convergentes, mas paralelos, mesmo na sua roupagem diplomática e formal. Uns sublinham os fatores externos; outros, os internos; uns, referem o dever de cooperar; outros, condicionam a ação dos beneficiários. Fala-se sempre mais do outro que de si próprio, raramente se explicitam as verdadeiras motivações.

Em contrapartida, todos concordam ser a cooperação um mal necessário. Necessário porque serve para prevenir a miséria escandalosa, ou para assegurar relações de dependência, ou para evitar instabilidades políticas perigosas. Dela decorrem, no entanto, consequências perversas para a independência e o desenvolvimento dos beneficiários. Por isso N'Krumah considerava ser desejável "trade, not aid". Elmandjara pensa ser urgente travar a cooperação. A OUA, para remediar os as-

pectos negativos, preconiza como objetivos gerais:

- apoiar os esforços de desenvolvimento econômico e social dos povos africanos;
- apoiar os esforços por maior democracia;
- reforçar a interdependência;
- promover um maior entendimento entre os países e consolidar a paz mundial.

Se bem que esses objetivos não sejam novos, o seu enunciado recente pelas reuniões de cúpula da OUA, de Lagos e Adis-Abeba, e o debate que a África vem provocando na ONU sobre esse tema, desde 1986, trouxe à baila algumas das questões fundamentais da política internacional dos nossos dias. Na verdade, num mundo dominado por preocupações de hegemonia, a África foi entendida como um peão no jogo dos grandes. Nesse contexto, a cooperação, bem como a autodeterminação e a independência dos povos foram subvertidas nos seus objetivos fundamentais e transformadas em elementos de pressão sobre os governos africanos, visando moldá-los no interesse das potências doadoras. É assim que em grande parte dos casos a cooperação serviu especialmente a interesses estratégicos (ver a teoria globalista de Kissinger) ou aos interesses econômicos dos doadores.

Um novo relacionamento pressupõe que, no que concerne à África, a cooperação vise essencialmente aos interesses dos beneficiários, ainda que isso resulte na satisfação de interesses políticos e econômicos mediatos dos doadores.

Pressupostos

Abdou Diouf, ao apresentar perante a AGNU a posição da África, falou dos pressupostos. E o fez num discurso bonito e de forma elucidativa.

Dois problemas se punham, disse ele: um seria resolver, através da generosidade internacional, as situações dramáticas urgentes, o que estava em vias de fazer-se; outro, mais

complicado, era atacar os fundamentos estruturais da situação do continente, fundamentos esses que "estavam relacionados com a totalidade das economias mundiais e tinham a ver com as estruturas sociais, as normas culturais e os valores sobre os quais repousa a nossa civilização".

Porque é preciso não confundir a realidade da crise africana com o conceito médico de crise, que designa "a fase aguda da doença, após a qual, se o paciente não morre, desenha-se progressivamente o regresso de saúde". A situação africana não é enquadrável nessa definição. Não é curável com rezas nem com medicina a curto prazo, por mais radicais que sejam as medidas. Sendo estrutural e devido a fatores tanto internos como externos, o subdesenvolvimento africano requer um combate contra as suas causas profundas. Nesses termos o próprio sucesso da cooperação depende da realização de um certo número de pressupostos. A África relacionou alguns:

Relações econômicas internacionais mais justas

A deterioração progressiva da situação econômica do continente a partir de meados dos anos 70 deve-se em grande parte ao aumento súbito da fatura das importações de energia, dos produtos manufaturados e dos produtos alimentares, enquanto os preços das matérias-primas se afundavam, chegando a atingir nos anos 80 os preços mais baixos dos últimos 50 anos.

Face a isso, para a África, um elemento essencial do sucesso do seu programa de desenvolvimento econômico é a modificação do ambiente internacional, cujas normas espere-mem impiedosamente as economias do continente. Três variáveis são consideradas essenciais: a estabilidade dos preços das matérias-primas, o aumento dos fluxos financeiros concessãois e o abrandamento do encargo da dívida.

• Maior equilíbrio das trocas comerciais – A situação nesse domínio é extremamente grave, refletindo simultaneamente a injustiça do sistema bem como o caráter estrutural dos problemas econômicos africanos. Porque não só a África não poderá aumentar grandemente as suas exportações nos próximos anos como também, mesmo que as aumentasse, reduzidas seriam as hipóteses de conseguir melhor valor por elas.

Com efeito, o nível da receitas de exportação do continente em 1987 foi 12% inferior ao de 1985, fazendo com que o déficit da balança comercial tenha continuado insuportavelmente elevado: US\$ 12,2 bilhões em 1987. Os termos de troca deterioraram-se em cerca de 17% entre 1985 e 1987 e as perspectivas não são boas – calcula-se que as exportações não poderão crescer mais que 1,3%, em termos reais, no período 1988-1989, e, se os preços continuarem a baixar, o valor das exportações será, em 1990, inferior ao de 1986.²⁵

Nesse quadro, a revisão das atuais políticas protecionistas e dos mecanismos de fixação dos preços, o aumento da procura internacional dos produtos africanos, a operacionalização de fundo comum para os produtos de base e o reforço dos mecanismos de estabilização das receitas e de financiamento compensatório são elementos indispensáveis ao reforço da cooperação com a África.

• A dívida externa – Com uma dívida externa que representa 44% do Produto Interno Bruto e cujo serviço ultrapassa 38% das receitas de exportações de bens e serviços, os países africanos não estão em condições de conseguir os meios necessários à implementação do seu programa de correção econômica. Em 1985 deveriam pagar US\$ 24,3 bilhões, tendo recebido através da ajuda de todo o tipo somente US\$ 17,9 bilhões. Em 1987 deveria pagar US\$ 29 bilhões, tendo os fluxos financeiros recebidos atingido US\$ 22,9 bilhões. Essa dívida impagável refreia todo o processo

de desenvolvimento e, mesmo que reescalona-da (entre 1980 e 1986 foram negociados 55 acordos de reescalonamento com 22 países de África subsaariana), pesa como uma espada de Dâmocles sobre o continente.

Acontece que a dívida é também incontrolável pelo simples uso dos mecanismos internos, porque ela decorre de fatores externos que escapam ao controle dos países devedores, como a já referida deterioração dos termos de troca, o aumento das taxas de câmbio e a deterioração das condições dos empréstimos.²⁶ Perante a terrível situação daí decorrente, os países africanos tomaram medidas radicais visando reduzir o déficit atual das balanças de pagamento. Em alguns países reduziu-se o volume de importações em até 55%. Apesar dessas medidas, draconianas em certos casos, o serviço da dívida não parou de aumentar nos últimos dois anos.²⁷

Eis porque a Organização da Unidade Africana considera indispensável a ação dos países credores no sentido de uma diminuição real do peso da dívida, a ser obtida através da conversão de grande parte dela em doação; da redução das taxas de juros; do aumento dos prazos de pagamento; e do estabelecimento de um *plafond* de proporção razoável entre o total do serviço da dívida e as receitas de exportação.²⁸

• Reapreciação do financiamento global – O tratamento conjugado dos fenômenos da dívida e do comércio – juntamente com a assistência financeira ao desenvolvimento, que deveria atingir os montantes preconizados pelo Banco Mundial desde o relatório Berg – permitiria que a África tivesse um importante saldo positivo no domínio financeiro, o que se considera indispensável para o sucesso do programa de correção econômica do continente. Nos últimos anos esses aumentos têm merecido uma atenção particular da comunidade internacional, mas os resultados estão longe de ser satisfatórios.

Uma comunicação cultural não-hegemônica baseada num humanismo universal

Os mecanismos de exploração criaram ideologias destinadas à sua legitimação que difundem teses de superioridade nos domínios técnico, humano, cultural. A periferização cultural da África acompanhou todo o período colonial, dele fazendo parte integrante; sobreviveu-lhe, na atitude dos protagonistas da relação colonial, ex-colonos e ex-colonizadores; e continua a justificar grande parte das políticas do mundo desenvolvido relativamente à África e é uma das razões da incapacidade de seleção de respostas adequadas aos problemas do desenvolvimento do continente.

No que diz respeito à cooperação internacional, retirou-lhe instrumentos essenciais para a sua evolução correta, porquanto enfraqueceu-lhe os valores de tolerância, compreensão e objetividade, que são elementos indispensáveis à boa relação entre os povos, e falseou-lhe os pressupostos para o diálogo: o respeito pelas diferenças e a valorização do outro. Na verdade, no ambiente cultural do pós-independência feita de matrizes ideológicas que privilegiavam o binômio dependência-domínio, numa situação de mundialização hierarquizada de cultura e periferização da África, com gente ferida de profunda desestruturação cultural, era muito difícil fazer emergir um relacionamento internacional sadio e criador de estruturas sólidas de desenvolvimento econômico e social.

A constituição de um universalismo verdadeiro que servisse de esteio a uma política de cooperação para o desenvolvimento passaria inevitavelmente pelo respeito às diferenças por parte do Norte e, no Sul, pela contestação radical do mimetismo. Na verdade, o eurocentrismo que domina as doutrinas de desenvolvimento européias, quer as liberais, quer as marxistas, caracteriza-se por um universalismo simplista e redutor e a conseqüente promoção do mimetismo, na medida em que o seu universalismo se limita a propor a todos a

imitação do modelo ocidental como a única saída para os desafios do nosso tempo (Samir Amin).

No estrito quadro das relações de cooperação para o desenvolvimento, isso tem-se traduzido no mito da incapacidade irremediável do homem africano e na imposição de modelos e programas de desenvolvimento absolutamente inadequados, justificados também pela concepção etapista da evolução, segundo a qual as sociedades capitalistas atrasadas (periféricas) devem *alcançar* o modelo mais avançado. Como se essa cultura mais avançada não repousasse desde os tempos de sua consolidação num sistema mundial baseado na necessária existência de uma periferia alimentadora das suas necessidades econômicas e justificadora da sua ideologia.

Assim, no início se exportou ou se fomentou o estatismo, a autocracia, o autoritarismo e, agora, o liberalismo, a racionalização e a modernização. Em ambos os casos obnubilaram-se as razões do subdesenvolvimento, justificam-se as diferenças e preparam-se os meios de uma mais sólida integração do continente na economia mundial. Sem nenhum respeito pelos contextos sócio-culturais dos povos em luta pelo seu progresso, propõe-se uma homogeneização do mundo que o atual sistema, aliás, por definição, não pode realizar. O impasse é total, em detrimento dos mais *fracos*, como o provam os resultados. Como diz Elmandjara, "as três décadas de desenvolvimento das Nações Unidas [1960-1990] foram marcadas por um crescimento de 250% das desigualdades entre o Norte e o Sul. A esse ritmo, a projeção linear dessa tendência até o horizonte 2000 introduziria o surrealismo no estudo das relações internacionais."

No domínio da comunicação social, a situação é também inaceitável. Um elemento essencial na montagem de uma nova pedagogia de cooperação seria uma nova política de informação sobre as realidades do continente, para melhor conhecimento e compreensão do processo por que passam hoje em dia os seus povos.

Verifica-se, em geral, que nos veículos formadores de opinião no mundo a África surge como um espaço periférico, selvagem e dependente que, quando não é ignorado, é referido só nos aspectos negativos. Assim é que, num recente inquérito realizado na Dinamarca sobre a idéia de África, constatou-se que, para a maioria dos entrevistados, a visão do continente resumia-se a quatro elementos: caos e ditadura, incapacidade, pobreza e um estado de natureza. Numa pesquisa feita em 1988 pela CEE, 71% dos inquiridos concordou que, "à parte as catástrofes e as revoluções, não se ouve falar muita coisa sobre esses países". Um jornalista contou-me que foi abordado por um representante da Associated Press para ser seu correspondente em Cabo Verde. E o homem da AP acrescentou: "De resto não lhe vai dar muito trabalho, só em caso de terremoto, golpe de Estado etc."

Uma nova visão do desenvolvimento econômico e social

O desenvolvimento da África tem sido em geral entendido como a integração passiva da economias do continente na ordem econômica internacional tal como existe hoje e de acordo com a sua lógica própria. A configuração dos sistemas econômicos africanos é modelada de acordo com essa teoria, sobretudo por forças externas, o que contraria frontalmente as opções expressas dos governos africanos emergidos da colonização, e, o que é mais grave, tem-se traduzido em magros benefícios econômicos e sociais para a quase totalidade dos países.

Reconhecendo, como Galtung, que o "desenvolvimento é o modo como certos países fortemente articulados a nível nacional se reproduzem", veremos que, para a África, a articulação em termos nacionais e a consequente demarcação das práticas que estimulam a dependência são um pressuposto do desenvolvimento. Ora, os modelos seguidos até agora não têm conseguido responder a essa exigência primeira, que é a articulação nacional.

Ademais, como diz M. Murteira, no que tange à África, os modelos preconizados não pretendem realmente realizar o que declaram. Visando à consolidação da dependência, propõem o crescimento; almejando a integração submissa no sistema mundial, propõem a economia de exportação etc.

Nesse contexto, parece claro que a aplicação da teoria do mercado auto-regulador reduziria as economias à situação de subdesenvolvimento formal e permanentemente agravado. As políticas de cooperação bilaterais ou multilaterais filiadas a essa concepção econômica têm dado reduzidos resultados, sobretudo no domínio financeiro, com conseqüências políticas e sociais desastrosas.

Importa trabalhar e aplicar uma outra opção estratégica de desenvolvimento, voltada para a *self-reliance* e que, a partir de uma análise integrada das causas do subdesenvolvimento e baseada nas realidades concretas dos países africanos, oriente e fundamente uma política econômica e social adequada aos desafios atuais.

O debate que surgiu na África após a publicação do relatório Berg e por sua causa, que atingiu alguns momentos virulentos, é bem o reflexo da luta fundamental que se trava no domínio das políticas de desenvolvimento. Muitos afirmam que, através do relatório Berg, o Banco Mundial pretendeu reagir contra as propostas intelectuais e politicamente autônomas da estratégia de Monróvia e do Plano de Lagos e reconduzir ao redil as ovelhas desgarradas.

O relatório da CEA sobre o plano do Banco Mundial, cuja estratégia se baseia na produção para exportação, sintetiza o sentimento dos países africanos da seguinte maneira: "A consequência da abordagem recomendada no relatório do Banco Mundial é de tornar a África mais dependente dos mercados exteriores, o que é contrário aos princípios de desenvolvimento auto-suficiente e endógeno preconizado no Plano de Lagos. A ajuda externa sem reforma, ou vice-versa, não beneficia a África subsaariana, mas essa cooperação

não pode nem deve fazer-se sob a condição de aplicação de uma série de reformas específicas (—) que contrariam as opções políticas do continente.

“(—) Nada garante que, mesmo que os países africanos realizem as reformas recomendadas e a ajuda estrangeira seja aumentada, os efeitos conjugados desses dois fatores conduzam a um desenvolvimento acelerado nesses países.”

Passados sete anos, os receios da OUA revelaram-se completamente justificados, provando, mais uma vez, a necessidade de um novo paradigma na orientação do desenvolvimento da África. Um paradigma que, parafraseando F. Perroux, dê alicerces a uma política de desenvolvimento nacional, endógeno, multidimensional e que privilegie o elemento humano. A OUA e a CEA têm insistentemente preconizado essa política de desenvolvimento (ver Declaração de Cartum, 13 a 19 de março de 1988, sobre uma visão da correção sócio-econômica e do desenvolvimento da África centrados no homem).

A assunção plena, pelos povos africanos, da sua responsabilidade primeira no processo de desenvolvimento do continente

De uns anos para cá os governos africanos vêm reconhecendo a importância das políticas internas no sucesso ou fracasso de seus países. Nem tudo o que se passa na África em matéria de desenvolvimento pode ser atribuído às sequelas do colonialismo ou à atuação perniciosa de forças externas.

A essas circunstâncias reais e sempre presentes somam-se as limitações internas decorrentes de problemas políticos e sociais diversos, que têm desempenhado um papel importante na pauperização do continente. Com efeito, divisão e conflitos internos interestaduais, erros graves de política econômica, atuações idealistas e voluntaristas no domínio social têm sido parte dramática do cotidiano da África. Isso foi reconhecido pelos chefes de

Estado que, reunidos em 1985, em Adis-Abeba, aprovaram o Plano de Cooperação Econômica da África. E concordaram que a realização desse Plano incumbia em primeiro lugar aos países africanos e que, antes de tudo, estes deveriam começar por adotar as medidas internas necessárias ao desenvolvimento econômico e social de seus povos.

Pode-se dizer que essa disposição se manifesta em duas frases-chave da Declaração de Adis-Abeba. A primeira — “nós reafirmamos que o desenvolvimento do nosso continente cabe em primeiro lugar aos nossos governos e aos nossos povos” — patenteia, de certo modo, a viragem de uma página da história, a assunção de que o passado colonial não poderia ser indefinidamente responsabilizado pelo presente. A segunda — “nós estamos plenamente conscientes de que as insuficiências das políticas de desenvolvimento contribuíram para a crise atual” — constitui uma autocrítica notável, sobretudo se se atentar que a maioria dos chefes de Estado que a subscreveram representavam regimes no poder por mais de uma dezena de anos, ou seja, em grande parte responsáveis pelas políticas referidas.

Todavia, a crise que assolava a região obrigou à aceitação corajosa das realidades bem como à assunção frontal das responsabilidades, o que foi feito. O texto preparatório da Conferência diz: “Entre os fatores internos de subdesenvolvimento, enumeramos os desequilíbrios estruturais que ressaltam claramente as diferenças de nível de desenvolvimento e as desigualdades entre a cidade e o meio rural, a insuficiência e a má utilização dos recursos financeiros e humanos, as políticas e as estratégias incoerentes e má gestão, a ineficiência das instituições, a instabilidade política e a predominância de valores, práticas e comportamentos sociais que bloqueiam o desenvolvimento.”

Pouco a pouco vai-se consolidando a consciência e a convicção de que se os africanos quiserem, de fato, vencer o subdesenvolvimento deverão contar sobretudo consigo mesmos e assumir as medidas políticas, econômicas e sociais indispensáveis. As análises

tornaram-se cada vez mais objetivas e profundas. Reunidos em Cartum, em março de 1988, os ministros do Planejamento dos países da OUA declararam: "A melhoria da condição humana na África depende da estrutura, do tipo e do contexto político do desenvolvimento sócio-econômico. Os problemas e fraquezas nesse domínio devem ser reconhecidos e desenvolvidos esforços para resolvê-los. (...) A crise que a África conhece desde o fim dos anos 70 alimentou-se do húmus fértil das fraquezas estruturais e das políticas que engendraram os germes que precipitaram a deterioração intolerável da condição humana do continente." Prosseguindo, consideraram como fatores estruturais dessa situação e, por conseguinte, domínios de intervenção:

a) a taxa de crescimento demográfico e a repartição desigual da renda;

b) a importância privilegiada das cidades e a distribuição desigual dos fatores e recursos do desenvolvimento humano, a saber, o emprego, os rendimentos, os produtos alimentares, a saúde e a educação;

c) o fato de o contexto político necessário para promover o desenvolvimento humano salutar ter sido comprometido durante duas décadas pela instabilidade, as guerras, a intolerância, as restrições à liberdade e aos direitos dos indivíduos e dos grupos assim como a centralização do poder com todo o seu cortejo de restrições sobre a participação popular na tomada de decisões." (parágrafos 13-16 da Declaração de Cartum).

Nesse quadro, em agosto de 1988 somente três países africanos declararam não terem empreendido reformas gerais da política econômica e social, enquanto 24 seguem programas de reajustamento estrutural apoiados pelo Banco Mundial. Em geral adotaram-se medidas visando fomentar a produção agrícola, melhorar a eficácia da gestão macroeconômica, racionalizar o setor público, reduzir o peso das despesas públicas no PIB, mobilizar os cidadãos em torno dos grandes objetivos nacionais. As reformas abrangeram desde programas de mero ajustamento macroeconômico,

como no Senegal, até profundas alterações de política econômica, como no Madagascar, Moçambique e Mali.

Infelizmente, apesar dos desejos expressos de desenvolvimento autocentrado, a maioria dessas medidas são realizadas sob o controle do FMI, cujas receitas têm acarretado custos sociais elevados, como a redução drástica de importações, o aumento brutal do desemprego, a pauperização brusca dos assalariados, a liberalização acelerada. Fazem-se agora, como em Gana e no Senegal, programas para atenuar os efeitos maléficos dos programas de ajustamento. Em geral, erguem-se por toda a parte vozes que contestam a aplicação indiscriminada de medidas de estabilização de curto prazo a situações que requerem uma ação econômica e social prolongada e que se mostram não só incapazes de incorporar os aspectos sociais do processo de desenvolvimento como também são conduzidas, as mais das vezes, sob preconceitos culturais e ideológicos discutíveis. Todavia, não obstante as dificuldades do processo, a maioria dos governos africanos persiste nos programas de mudança.

Um processo generalizado de democratização

Para além desses aspectos fundamentalmente econômicos dos programas de reajustamento adotados pelos governos africanos, que em seu nome, como diz Edem Kodjo, lá vão despedindo funcionários, fechando escolas, congelando salários, desmantelando empresas, reduzindo o Estado para restabelecer os equilíbrios fundamentais, existem os aspectos políticos que também têm interferido fortemente no processo de desenvolvimento econômico e social do continente. A politização da administração pública, a excessiva centralização do poder, a autocracia dos governantes, o lamentável recorde de violação dos direitos humanos, o clientismo nas empresas, tudo isso tem sido um pesado *handicap* ao desenvolvimento da África.

Eis porque, um pouco por toda a África, é vivo o debate sobre o papel da democracia no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento como um fenômeno de poder, como algo pertencente sobretudo à esfera do político (e do cultural) é hoje uma convicção generalizada. Outra, é ser a democracia um elemento essencial do processo e não uma mera resultante.

A inviabilidade das políticas de desenvolvimento quando não combinadas com a democracia foi mais ou menos simultaneamente comprovada pela persistência do fracasso econômico no Zaire (o país do eterno reajustamento) e pelo aprofundamento da crise social na Argélia, Costa do Marfim, Marrocos etc. (ver *Jeune Afrique*, fev., 1988). Militam também nesse sentido as aberturas sociais iniciadas pelos regimes de tendência marxista como o Madagascar, Moçambique, Benin etc.

É claro que a problemática da democracia no continente e a sua ligação com o desenvolvimento econômico e social e com a cooperação internacional exigem uma abordagem cautelosa para se evitar as armadilhas diversas que, ao longo dos anos, têm perturbado a análise séria dessa matéria, algumas estabelecidas pela argumentação política dos governos africanos, outras, pelos detratores do chamado socialismo africano. Destes últimos destacamos o mito do maior sucesso dos regimes liberais. Durante muito anos definiu-se que os maiores sucessos na batalha pelo desenvolvimento se teriam registrado nos países liberais ou após a vitória liberal nos países de regime inicialmente socializantes. Verifica-se hoje o pouco rigor dessa análise. Os maiores índices de crescimento registram-se em Gana, durante os anos de N'Krumah; o Zaire e a Costa do Marfim, campeões da livre empresa, vivem crises estruturais; a Tanzânia, apesar da sua pobreza, tem conduzido o seu processo com maior estabilidade que os seus vizinhos mais ricos etc.

A relação direta liberalismo econômico-democracia-estabilidade é outro dos mitos. Várias vezes coexistem economias capitalistas abertas com grande autoritarismo ou agudas

crises sociais. Em contrapartida, encontram-se formas democráticas e participativas estáveis em regimes socializantes. Acontece que os meios de comunicação internacionais deturpam sistematicamente os fatos dizendo pouco sobre as crises crônicas dos países aliados ao grande capital enquanto se mostram particularmente vigilantes para com os regimes dele mais distanciados.

A relação subdesenvolvimento-estatização é outro mito. Nas tipologias simplistas, os chamados países de transição para o capitalismo (Nigéria, Senegal, Zaire, Costa do Marfim, Togo) opor-se-iam aos de transição para o socialismo (Tanzânia, Benin etc.) pelo peso do Estado na vida econômica. Na verdade, o peso da estatização é enorme por todo lado. O intervencionismo na economia dos nossos países responde a motivações mais diferenciadas e objetivas que a mera ideologia do regime e o domínio público foi forte na maioria dos países africanos, independentemente das convicções políticas da sua liderança (Marrocos tinha mais de 400 empresas públicas em 1988).

Em contrapartida, importa também reapreciar alguns dos argumentos apresentados pelos regimes no poder e que têm dificultado a consolidação da democracia no continente.

Foi dito que os Estados comprometidos no processo de construção de uma nação têm necessidade de conservar a unidade conseguida durante a luta pela libertação nacional e que, por causa disso, não podem permitir atitudes desestabilizadoras de minorias. Argumentou-se que a democracia não era uma condição necessária nem um elemento prioritário na luta pelo desenvolvimento e que, por isso, não seria lícito dispersar recursos nem dedicar energias para a sua consolidação apressada. Sustentou-se que para se promover o desenvolvimento seria preciso organizar um Estado forte dotado de rápido poder de decisão e eficaz controle, capaz de realizar eficientemente as suas tarefas prioritárias. Defendeu-se que as instituições e os valores "ditos democráticos" eram coloniais e burgueses e, logo, inaceitáveis, por definição.

Esses argumentos serviram de esteio à instalação de poderes inadequados caracterizados ou pelo despotismo obscuro, como diz Edem Kodjo, verdadeira continuidade do despotismo colonial, ou por autocracias modernizantes que inibiram a participação nacional no processo de desenvolvimento e puseram em risco a independência e a coesão nacionais, facilitaram ingerências políticas (e militares) externas e favoreceram o subdesenvolvimento econômico e social dos seus povos.

Herdeiros de uma concepção autoritária do poder que consolidaram sobre a fraqueza e a submissão da sociedade civil, nas alianças com o capital externo, no apoio concedido pelas potências protetoras, muitos regimes africanos penhoram a democracia em nome da paz social e do progresso. Hoje é cada vez mais viva a contestação teórica dessa atitude. Também em nome do desenvolvimento econômico e social insiste-se na urgência da instauração de um consenso político mobilizador das potencialidades nacionais, fundado no livre pensamento e na livre discussão. Em geral, parece poder dizer-se que os desenvolvimentos recentes são encorajadores.

A cooperação regional

A via do desenvolvimento passa pela unidade africana e a integração regional, declarou a reunião de cúpula de Lagos (1980). "Comprometemo-nos a conferir a prioridade mais absoluta à cooperação intra-africana." (...) Reconhecemos que o esforço conjugado dos Estados-membros constitui a arma mais eficaz na resolução da crise econômica." A África reconhece a evidência de que uma das causas das dificuldades do continente é a desintegração territorial. Cinco dezenas de Estados, sem outra lógica genética senão a Conferência de Berlim, tem, na sua desunião, uma das razões essenciais da incapacidade de desenvolvimento.

Essa posição é antiga. Precede as próprias independências. Aliás, na esteira das posições unitárias assumidas desde sempre pelos princi-

pais líderes africanos, a reunião de cúpula de Lagos deliberou em 1980: "Nós reafirmamos o nosso compromisso de criar até o ano 2000, na base de um tratado a concluir, uma comunidade econômica africana a fim de assegurar a integração econômica, cultural e social do nosso continente. Essa comunidade terá como objetivos a promoção do desenvolvimento coletivo, acelerado, autodependente e endógeno dos Estados-membros, a cooperação entre eles e a sua integração em todos os domínios econômicos e social e cultural." (Ata final de Lagos, abril, 1980.)

A importância da unidade é, portanto, incontestada. No entanto, apesar da consciência desse imperativo, muito resta por fazer no sentido da integração. A nível econômico e comercial, por exemplo, verificou-se que a África ocupava os lugares mais baixos nas estatísticas do comércio intra-regionais. Em 1984, somente 27% das exportações dos países africanos e 21,5% das importações se faziam dentro da região, contra 70,7% e 55% da América Latina, 69,9% e 60,2% da Ásia Oriental e 31,4% e 53,0% da Ásia Ocidental.²⁹ Na CEDEAO, uma das comunidades mais organizadas, as trocas comerciais regionais representavam cerca de 4% das exportações totais.

A unidade, que é considerada pelos poderes políticos e econômicos a única via de salvação, tem ainda um longo caminho a percorrer. Recordamo-nos da criação da CEDEAO. Por um lado, imensa esperança, declarações políticas em uníssono, um programa ambicioso. Nos bastidores, a nível político, pressões de potências estrangeiras que julgavam os seus interesses ameaçados, tergiversações de alguns governos que receavam o maior peso dos seus parceiros. Em termos econômicos, fraca produção industrial, estruturas produtivas não-complementares, relações voltadas sempre para o Norte, negociadores que representavam mais os interesses dos estrangeiros que os dos seus próprios países.

Perante essa realidade, a construção da unidade regional na África é um desafio que

importa vencer mas cujas dificuldades não podem ser minimizadas. O interesse e o empenho parecem crescentes. Nos últimos dois anos os agrupamentos regionais desenvolveram intensa atividade não só no quadro do seu programa preestabelecido, mas também para a adoção e realização de programas de reformas regionais.^{3º}

Métodos

Da importância do método

Os parceiros do processo de cooperação internacional concordam sobre a necessidade de se adequar os métodos utilizados nas relações de cooperação se se quiser que esta obtenha resultados cada vez mais satisfatórios. Nesses 30 anos de ajuda pública internacional foi sendo possível aprofundar as análises sobre o sistema e hoje o consenso é generalizado. Não basta que a ajuda seja de montante elevado. Importa também que ela seja organizada e realizada de forma a maximizar os seus resultados para o bem dos beneficiários e a satisfação dos doadores.

A questão do método constitui assim uma das preocupações das reuniões da OUA que se debruçaram sobre a situação económica do continente. Verificaram que nem sempre era produtiva a ajuda recebida. As razões prendiam-se não só a motivações impróprias ou a falta de pressupostos, mas também a aspectos ligados à alocação dos recursos. Concluíram formulando uma série de propostas metodológicas, entre as quais:

a) A ajuda deve corresponder às prioridades de desenvolvimento económico e social dos países beneficiários; verificou-se que muitas vezes os doadores, na defesa dos seus interesses ou para imposição das suas convicções, seleccionavam projetos e domínios de intervenção que, por constituírem prioridade essencial do governo receptor ou por não fazerem parte da sua política global, não reuniam as condições prévias de sucesso, a saber, apoio político e empenho nacional. A ação,

em geral, não sobrevivia à intervenção dos doadores.

b) Em vez de privilegiar projetos separados, a ajuda deveria apoiar programas de desenvolvimento económico e social integrados. A prática da ajuda por projetos tornou-se responsável por desperdício de meios, falta de coordenação, falta de enquadramento da ação desenvolvida num todo coerente que lhe assegurasse eficácia e continuidade.

c) Deveria praticar-se efetiva e permanente coordenação, quer a nível dos doadores, quer entre os beneficiários. Com efeito, a coordenação é um elemento essencial para a realização das duas recomendações anteriores. Ela permite alocar contribuições de fontes diversas de forma integrada e coerente num único programa, aumentando a eficiência e a eficácia da cooperação. Ela também facilita a visão global indispensável à compreensão dos objetivos dos programas de desenvolvimento, bem como o relacionamento entre os parceiros.

d) A cooperação deve ser seguida e avaliada ao longo da sua realização não só como forma de verificar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos diversos parceiros (o beneficiário, inclusive), mas também como meio para melhorar a realização dos programas.

e) Deve instituir-se sistemas de avaliação do grau de eficácia da assistência técnica fornecida no quadro dos programas. Os enormes custos da assistência técnica, o seu carácter, às vezes, de componente obrigatório da ajuda e a falta do seu controle rigoroso quanto à qualidade e resultados têm sido um dos aspectos mais criticados da cooperação internacional.

f) Devem ser revistos e agilizados os critérios de aprovação dos programas e os procedimentos de concretização da ajuda. Para além de extremamente caras, as exigências processuais e os critérios de aferição da rentabilidade obrigam a morosidades impressionantes que retiram grande parte da eficácia da cooperação.

g) A ajuda deve ser segura, confiável e previsível. Nem sempre os países beneficiários

têm podido contar com compromissos confiáveis e previsíveis das entidades doadoras, o que obriga a uma deficiente programação das ações de desenvolvimento e a um grande desperdício de tempo e de esforços.

h) A ajuda deve privilegiar os programas de longo prazo no sentido de apoiar a gestão macroeconômica dos países beneficiários, bem como as medidas estruturais destinadas a corrigir as distorções profundas na sua economia. A soma de inúmeras medidas de curto prazo ou setoriais não tem dado os resultados esperados nesse domínio.

Instrumentos

A concepção e o funcionamento de instrumentos de coordenação, acompanhamento e avaliação vêm sendo objeto da preocupação de todos os intervenientes no processo da coo-

peração. Nesse particular, também os países e organismos doadores têm colaborado. O objetivo é estabelecer um conjunto de instrumentos que possibilitem otimizar a eficácia e a adequação da cooperação internacional. A diversos níveis e junto dos diversos fóruns têm sido instituídos mecanismos para esse efeito: a OUA criou o Comitê Diretor Permanente; o PNUD consolidou e melhorou as mesas-redondas e os grupos consultivos; as Nações Unidas criaram grupo de trabalho interinstitucional e o Comitê Diretor das Nações Unidas; a CEE implantou uma vasta rede institucional. Procurou-se esclarecer o papel dos governos beneficiários e dotá-los de instrumentos de avaliação e controle. Instituíram-se esquemas periódicos e permanente de controle e revisão. Neste momento, como reconhece a OUA, o instrumental teórico e institucional existe e é mais ou menos adequado. O que importa é usá-lo da melhor forma.

NOTAS

1. Discurso de Samora Machel perante o Conselho de Ministros da RPM, 1979, in *A luta contra o subdesenvolvimento*, 1983.
2. Intervenção de Edem Kodjo no Colóquio de Monróvia, in OUA *Quelle Afrique en l'an 2.000*, p. 44.
3. No que é acompanhada pela América Latina. O PIB por habitante foi inferior em 1987 ao nível de 1980 na maioria dos países do subcontinente.
4. É sintomática a ausência de representações da OUA na cerimônia de assinatura, na ONU, dos acordos sobre a África Austral.
5. Há 15 anos, mais de 50% dos investimentos estrangeiros das companhias mineiras europeias destinavam-se à África. Hoje os investimentos dessas companhias na África representam somente 10% a 15% dos seus investimentos totais.
6. Mahdi Elmandjara - "Futuribles, mai 1983. Trois scénarios pour l'Avenir de la cooperation internationale, p. 5".
7. *Idem, ibidem*, p. 4.
8. Nesse sentido Elmandjara, Samir Amin, o Colóquio de Monróvia, F. Clairemente (MDP 2.88, p. 18) etc.
9. Ver Renato Cardoso, "Estrutura geradora de subdesenvolvimento", in *Economia e Socialismo*, março de 1987.
10. Ver documento *Gatherings of Non-Aligned Countries 1961-1979*, Nova Delhi, 1981, p. 6, 13, 105.
11. *Expresso*, 3.11.88, p. 15-6.
12. M. Elmandjara, *op. cit.*, p. 12.

13. OUA. *Quelle Afrique en l'an 2000?*, 1980, p. 28 e ss.
14. OUA. "Declaration sur la situation économique en Afrique", XXI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, Addis-Abeba, 18-20.7.85.
15. Ver *Le Courier*, novembro-dezembro de 1984, p. 39.
16. *Suède in development cooperation*, 1986, p. 3.
17. *International Security*, Spring 1979, p. 111.
18. *Mohamed Bennouna, Le consentement a l'ingérence militaire dans les conflits internes*", p. 66-7.
19. J. P. Sartre, prefácio aos *Condenados da Terra*, de Franz Fanon.
20. ONU, Assembleia Geral, Resoluções s/13/2 - PANUREDA.
21. Banque Mondial, *Rapport Annuel*, 1988, p. 29.
22. Foi particularmente significativa a diminuição da ajuda americana à África subsaariana. Não só ela caiu de US\$ 1,1 milhão para US\$ 758 mil em 1980 como também insistiu-se sobre as necessidades de maior privatização das economias dos países (Af. 10.2.88, p. 43).
23. *Le Monde Diplomatique*, 7.88, p. 18.
24. OUA, "Evaluation de la mise en oeuvre du PANUREDA". Ver também os documentos da sessão extraordinária da OUA sobre a dívida externa.
25. Ver *Rapport Annuel CEA*, 1988, p. 178-80.
26. Sobre as causas da dívida, ver as recomendações da 11ª Sessão do Comitê Diretor Permanente da OUA, 1987, p. 8.
27. Recomendações do Comitê Diretor Permanente da OUA, novembro de 1987.
28. Declaração da 3ª Sessão Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da África, dezembro de 1987.
29. François Vellas, *Echange Sud-Sud*, p. 89 e ss.
30. Para um resumo das atividades regionais, ver o relatório da 13ª Sessão Ordinária do Comitê Diretor Permanente da OUA, março de 1988, p. 26 e ss.

SUMMARY

Cooperation & development in Africa

This article analyzes cooperation from the African perspective and in the light of Africa's progressive marginalization on the international scene - its loss of strategic value, the decline of its participation in commerce and international investment.

It calls attention to the reasons for the failure of North-South cooperation, which could lie in the inadequacy of the development models applied to Africa, as well as to the deformed, structure of international relations produced by the capitalist system.

The need for international cooperation has been recognized by the African nations themselves in in-

ternational forums since the early 1960s, as long as it has been based on respect and reciprocal benefits.

International cooperation has been interpreted different ways depending on the source: for reasons of solidarity or moral support on the part of the developed nations toward the Third World, or for explicitly political motivations. Others see cooperation as a way for the former colonial powers to pay back a little of what they previously gained, or as an imperative of interdependency among states.

In any case, the effects of cooperation have been practically neutralized by deteriorated terms of trade,

which are disfavorable to the Africans and increase the weight of their foreign debts.

The article concludes by proposing a new pedagogy of cooperation, whose general objectives include more just international relations, greater support of

democracy in African nations, and the elimination of part of the foreign debt and a readjustment of the rest. These measures would be part of a new notion of socio-economic development and would lead to a non-hegemonic cultural interchange based on a new humanism.

RÉSUMÉ

Coopération et développement en Afrique

Actuellement, l'Afrique se voit de plus en plus marginalisée sur le plan international: elle a perdu sa valeur stratégique et sa participation, aussi bien au commerce qu'aux investissements internationaux, a diminué. Tel est le contexte dans lequel l'auteur se situe pour analyser la coopération du point de vue des africaines.

Il signale quelques unes des raisons pour lesquelles la coopération entre le Nord et le Sud a échoué. Celles-ci peuvent aussi bien résider dans l'application de modèles inadaptés de développement en Afrique que dans la structure déformée des rapports internationaux qu'engendre le système capitaliste.

Depuis le début des années 60, les pays africains ont toujours reconnu, au sein des instances internationales, qu'ils avaient besoin de la coopération, à condition toutefois qu'il y ait respect mutuel et que les avantages soient réciproques.

La coopération reçoit des interprétations différentes de la part de acteurs impliqués: pour les uns, il existe des motifs de solidarité ou de respect moral des

pays développés envers le Tiers-Monde; pour d'autres, les motifs sont explicitement liés à la domination politique; d'autres encore voient dans la coopération un devoir des ex-puissances coloniales en conséquence des avantages obtenus dans le passé; certains, enfin, en font un impératif de l'interdépendance entre les états.

En réalité, les effets de la coopération sont pratiquement neutralisés du fait de la détérioration des termes de l'échange qui se fait au détriment des africains et auquel s'ajoute le poids des dettes externes.

En conclusion, l'auteur propose une nouvelle pédagogie de la coopération. Celle-ci devrait avoir comme objectifs: plus de justice dans les rapports internationaux; le renforcement de la démocratie en Afrique; l'élimination partielle de la dette avec rééchelonnement du reliquat. C'est à partir d'une nouvelle vision du développement économique et social que de telles mesures devraient être prises; elles déboucheraient sur une communication culturelle non hégémonique, qui aurait pour base un nouvel humanisme.

O AUMENTO DA INFLUÊNCIA ECONÔMICA FRANCESA NA NIGÉRIA: SUAS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

Jimi Peters*
L. S. Aminu*

* Pesquisadores associados do Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais.

Estudos Afro-Asiáticos nº 17, 1989

Introdução

A forte influência francesa na África – sobretudo nos países africanos de colonização francesa – e as implicações para a segurança nigeriana e suas aspirações de liderança no continente têm sido há longo tempo um tema de interesse central para os políticos e os estudiosos.¹ A Nigéria, argumentam, é “literalmente rodeada por países africanos de língua francesa nos quais a influência da França é ainda muito acentuada e onde até agora se desenvolvem atividades comerciais, econômicas e técnicas de características francesas (...)”.² A influência francesa agora se estende para além da África francófona, dirigindo-se também para os países de língua inglesa e portuguesa do continente. A reunião de cúpula franco-africana, que se realiza anualmente desde 1973 e inclui países não-francófonos, simboliza a influência da França na África. “Essa avassaladora presença francesa”, observa-se, “tanto militar como política e cultural, constitui sem dúvida um obstáculo à emergência da Nigéria enquanto um poder regional e continental.”³

A África é importante para a França por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta-se que o continente “continua sendo a única área do mundo onde a França mantém influência suficiente para garantir suas pretensões a uma posição mediana de poder no sistema internacional”.⁴ Em segundo lugar, afirma-se que a África “é a única região geográfica onde a França está consistentemente capacitada a apresentar um saldo na balança comercial” e que “também fornece (...) uma parte substancial de suas matérias-primas”.⁵ A dimensão econômica das relações França-África configura-se enquanto um reforço importante aos aspectos políticos, militares e culturais. A política da França para com a África – é preciso enfatizar – procura “ampliar a presença francesa para além da África francófona” e “diminuir a ênfase na ajuda militar, ao mesmo tempo acentuando os aspectos mais ‘puramente’ econômicos e culturais (...)”.⁶

A Nigéria, sendo o país mais populoso e o de maior potencial em termos de poder, logicamente considera a África como sua área natural de influência. Acertadamente ou não, os nigerianos acreditam que têm o "destino manifesto" de liderar a África. Apontam para o fato de que, em cada cinco africanos, um é nigeriano – e mencionam o papel que a Nigéria tem desempenhado nos assuntos africanos, sobretudo no processo de descolonização e na solução de conflitos em geral, sob os auspícios da Organização para a Unidade Africana (OUA). No nível sub-regional, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States – Ecowas) é vista como um instrumento ágil para a Nigéria, em seu empenho de estimular as exportações de produtos não-petrolíferos. A Nigéria desempenha um papel de destaque dentro da Ecowas, tendo participação substancial no financiamento das despesas de seu Secretariado.

Contudo, as nações africanas evidenciam às vezes um forte ressentimento contra a Nigéria, frequentemente sem medo e muitas vezes sem respeito por um "gigante com pés de barro" que tartamudeia em grande parte das questões. A Nigéria ainda está por ganhar o respeito de outras nações africanas porque ainda não demonstrou ser melhor que os outros países, quer na maneira com que conduz seus assuntos domésticos, quer no estilo com que dirige a sua diplomacia. Em outras palavras, a Nigéria ainda não demonstrou sua capacidade de liderança.

Desde 1973 a França tem feito grandes esforços para ampliar suas bases comerciais e econômicas na Nigéria, incentivando empresas e firmas francesas a investir nesse país e desenvolvendo as relações comerciais. Há longo tempo a França reconheceu a importância da Nigéria para sua expansão econômica. Já em 1965 constatou-se que era necessário "chamar a atenção do povo francês para o vasto campo de atividades que a Nigéria oferece para a expansão econômica francesa (...). É desejável que (...) a França busque as inúmeras e amplas oportunidades para sua indústria."⁷

Contudo, alguns obstáculos políticos colocaram-se no caminho da crescente interação econômica entre a Nigéria e a França. A Nigéria fechou a Embaixada francesa em Lagos em 1960, em seguida aos continuados testes atômicos da França no Saara. E esta com alguns países francófonos africanos tentaram dividir a Nigéria durante a guerra civil nigeriana, apoiando a chamada República de Biafra. A França apoiou a criação da Comunidade Econômica da África Ocidental (Communauté Economique de l'Afrique de l'Ouest – CEAO), em parte para contrabalançar a crescente influência da Nigéria na sub-região, e atuou contra a formação da Ecowas, porque isso aumentaria a influência regional da Nigéria.

A se medir em termos de comércio e investimentos, a França abandonou a posição de relativa obscuridade econômica em que se encontrava na década de 60 e início dos anos 70 por uma situação em que não só é um dos principais parceiros comerciais da Nigéria, mas também um investidor importante na economia nigeriana. A soma total do comércio franco-nigeriano foi de 17,5 bilhões de francos em 1981, 20,1 bilhões de francos em 1982, 22 bilhões de francos em 1983 e 27,7 bilhões de francos em 1984. A não ser em 1981, o comércio favoreceu a Nigéria. Em 1982 a balança comercial elevou-se a um montante de 4 bilhões de francos, aumentou para 8 bilhões de francos em 1983 e atingiu 11,8 bilhões de francos em 1984.⁸

Em termos de investimentos, a França é atualmente o segundo maior investidor estrangeiro na Nigéria, com um investimento líquido total de aproximadamente US\$ 500 milhões em 1985.⁹ Empresas francesas como Peugeot, Michelin, CFAO, SCOA, UBA, IBWA, ELF, Total, Fougereolle e Bouygues lideram setores estratégicos da economia nigeriana. Segundo a relação das principais empresas na Nigéria, publicada na revista *South*, a SCOA situa-se em terceiro lugar entre as maiores indústrias

da Nigéria, a Peugeot Automobile Nigeria coloca-se em quinto lugar e a CFAO está em 14º.¹⁰ Dois dos quatro principais bancos da Nigéria possuem ligações com a França — o UBA e o IBWA.¹¹

Não obstante, o perfil político da França não evoluiu de modo apreciável, devido a sérias preocupações acerca de seus interesses estratégicos na África Ocidental e Central, em particular, e na África como um todo — e as implicações disso para a consecução dos objetivos nacionais nigerianos dentro da Ecowas e da OUA. A França vê a Nigéria como o único país africano com potencial para desafiá-la no continente, sobretudo na África Ocidental e na Central. Um modo de deter esse desafio potencial é “proteger” zelosamente a África francófona.¹² Outra maneira é conquistar bases de apoio na Nigéria, de modo a permitir alguma influência sobre a administração da política regional nigeriana e sobre as posições que foram adotadas. Ambas as estratégias não são mutuamente excludentes e foram adotadas simultaneamente.

A evolução dos acontecimentos traz à baila diversas questões. A crescente presença francesa na economia nigeriana aumentará correspondentemente sua influência política na Nigéria de médio a longo prazo? Dará ela à Nigéria um peso correspondente sobre a França? Levará a um incremento do relacionamento e do entendimento político entre a Nigéria e a França? O que isso significará para as relações da Nigéria com a África francófona? Levará a uma intensificação da integração sub-regional, daí aumentando as perspectivas nigerianas de atingir seus objetivos dentro da Ecowas? Na tentativa de encontrar respostas a essas questões, este trabalho examinará o desenvolvimento das relações econômicas franco-nigerianas, o fator francês na política regional nigeriana e em suas posições, a mudança na postura econômica regional da Nigéria e, na conclusão, analisará o futuro das relações franco-nigerianas.

Relações econômicas franco-nigerianas

As relações econômicas franco-nigerianas datam de 1906, quando a CFAO se estabeleceu na Nigéria. Em 1924 essa empresa foi acompanhada pela SCOA. Ambas iniciaram suas atividades como entrepostos comerciais, mas desde então diversificaram sua atuação por outros setores da economia, incluindo manufaturados e agricultura. Embora algumas outras empresas francesas tenham criado subsidiárias na Nigéria logo antes e após a independência, o real desenvolvimento da atividade comercial francesa na Nigéria só se deu depois de 1972. A partir de então, o número de companhias francesas que operam na Nigéria aumentou de perto de 20 para cerca de 180.¹³ O fim da guerra civil nigeriana em 1970 e o boom do petróleo que acompanhou os aumentos dos preços do combustível em 1973, em seguida ao embargo do petróleo árabe, criaram as circunstâncias que permitiram tal desenvolvimento.

O embaixador da França na Nigéria, Michel Drumetz, ressaltou o espantoso crescimento dos investimentos franceses nesse país, por ocasião da inauguração da Câmara Franco-Nigeriana de Comércio e Indústria: “Cerca de 180 companhias francesas estabeleceram-se na Nigéria, algumas delas até mesmo antes da independência, e seus investimentos abrangem um campo bastante vasto. Muitas das *joint-ventures* estabelecidas com sócios nigerianos situam-se entre as maiores empresas do mercado local e seus nomes se tornaram tão familiares aqui como na França. Essa é uma realização importante diante do fato de que, no conjunto, somos relativamente retardatários na Nigéria (...).”¹⁴

Os investimentos franceses na Nigéria são mais importantes nos setores de automóveis, de pneumáticos, de exploração e distribuição de petróleo, bancário, da agroindústria e da indústria da construção. Um exame desses setores fornecerá um quadro mais nítido da extensão da penetração da França na vida comercial nigeriana.

A presença francesa nos empreendimentos bancários pode ser traçada até 1949 com o estabelecimento, pelo Banque Nationale de Paris, do British and French Bank. Em 1961 seu nome foi mudado para UBA e desde então cresceu até chegar a ser o segundo maior banco na Nigéria.¹⁵ Em 1959 o Banque por l'Afrique Occidentale estabeleceu uma filial na Nigéria, que em 1969 se tornou o IBWA e é hoje o quarto maior banco nigeriano.¹⁶ Desde então outros quatro bancos franceses criaram subsidiárias na Nigéria – a Société Générale Bank, fundada em 1977, a Merchant Banking Corporation, estabelecida em 1982, o Commercial Bank (Crédit Lyonnais), criado em 1983, e o Universal Trust Bank, estabelecido em 1985. O total do investimento francês na indústria bancária é estimado em torno dos US\$ 50 milhões, com o total dos ativos bancários montando a 7,5 bilhões de nairas (moeda nigeriana), o que representa cerca de 25% do total dos ativos de todos os bancos comerciais e mercantis da Nigéria.¹⁷

As companhias francesas também têm ampla atuação na indústria petrolífera. Além da ELF e da Total, ambas basicamente envolvidas na exploração e na distribuição, respectivamente, outras companhias francesas fornecem serviços técnicos a essa indústria. A ELF veio para a Nigéria como Safrap (Nig.) Ltd. em 1962. Com investimentos de 16 milhões de nairas em 1973, 28,70 milhões em 1980, 85,6 milhões em 1983, caindo ligeiramente para 83,10 milhões de nairas em 1984, a ELF aumentou o nível de sua produção de petróleo de 26,55 milhões de barris anuais em 1981 para 35,81 milhões em 1984.¹⁸ Em 1983 foi criada a ELF Marketing Nigeria Limited, para a comercialização de subprodutos do petróleo.

No setor de comercialização de produtos petrolíferos, a Total Nigeria Limited é considerada a líder do mercado, com uma rede de mais de 300 postos de abastecimento em todo o país e um total de vendas montando a cerca de 1,6 milhão de toneladas por ano.¹⁹ A companhia também diversificou suas atividades em áreas que incluem a fabricação de lubrificantes

Total e a estocagem em bruto de betume, a fabricação de bujões de gás de diferentes tamanhos, a agricultura e a comercialização de agroquímicos e inseticidas domésticos.

É necessário acrescentar que a França também se tornou o principal mercado para o petróleo bruto nigeriano. Em 1981 a participação da França nas exportações nigerianas de petróleo bruto foi de 9%, aumentando para 16% em 1982, 20,8% em 1983 e 22,31% em 1984. Em comparação, a participação dos Estados Unidos nas exportações de petróleo bruto nigeriano foi de 33,37% em 1981, 22,36% em 1982 e 14% em 1983.²⁰

A presença da França na indústria da construção ampliou-se durante o *boom* do petróleo de meados e final dos anos 70. Cerca de 60 empresas de participação francesa operam atualmente no setor, desde as envolvidas diretamente nas atividades de construção, na produção, importação e distribuição de materiais de construção e equipamentos, até as de serviços, subcontratações e reformas, e fornecimento de materiais de acabamento. Estima-se que por volta de 1982 as companhias de construção francesas tiveram um movimento de mais de 6,5 bilhões de francos, representando 13% de suas exportações para a Nigéria.²¹ Afirma-se que, por volta de 1983, perto de 30% das exportações da França para a Nigéria tiveram origem nas atividades das companhias de construção daquele país. Acrescente-se que, no período 1980-1984, aproximadamente 10% das atividades francesas no campo da construção estavam concentradas na Nigéria.²²

Os franceses dominam o setor automobilístico da economia. Desde que se estabeleceu em 1974, a Peugeot Automobile Nigeria Limited tem monopolizado o mercado nigeriano, do qual controla mais de 60%. A empresa produziu 56 mil veículos em 1982, 36.730 em 1983 e 44.234 em 1984.²³ Além dela, a SCOA Motors Divisions também monta os veículos *pick-up* Peugeot.

No subsetor de pneumáticos, a Michelin Nigeria Limited, estabelecida em 1962, con-

trola cerca de 60% do mercado de pneus.²⁴ Outra integrante do Grupo Michelin, a Motor Tyre Service Company (MTSC), da Nigéria, estabelecida em 1965, é a principal importadora de pneumáticos para esse país. Calcula-se que a MTSC é a única intermediária de cerca de 65% de todos os pneumáticos importados pela Nigéria.²⁵

As relações comerciais entre a Nigéria e a França têm sido estreitas e geralmente são favoráveis àquela. O volume do comércio foi de cerca de 36 milhões de nairas em 1963, 48 milhões em 1965 e 234 milhões em 1971.²⁶ A participação da França nas rendas de exportação nigerianas foi de 4,8% em 1964, 7% em 1965, 9,3% em 1966, 9,4% em 1967, 10,1% em 1969 e 8,4% em 1970.²⁷ Em 1984 a França era o principal parceiro comercial da Nigéria, com um volume total de 2,7 bilhões de nairas.²⁸ A partir de 1967 os produtos petrolíferos constituíram cerca de 50% de todas as importações francesas da Nigéria.²⁹ Tal montante cresceu desde então para cerca de 99%.³⁰ Estima-se que as importações francesas de petróleo bruto nigeriano cresceram, entre 1981 e 1984, de 5,5 milhões para 10,5 milhões de toneladas – um aumento de quase 100%, equivalente a uma taxa anual de crescimento de 25%.³¹

As exportações francesas para a Nigéria são dominadas pela CKD da Peugeot, que entre 1980 e 1984 foi responsável por cerca de 40% do total das exportações da França para esse país. Seguiram-se o açúcar (15%), equipamentos mecânicos (10%), ferro e aço (5%) e máquinas elétricas (5%).³² Em 1984 a Nigéria adquiriu quatro aviões Airbus – o que tornou a exportação de produtos da indústria aeronáutica a segunda mais importante da pauta, logo após os veículos.

As relações comerciais franco-nigerianas na última década podem ser resumidas da seguinte maneira:

a) Aumento regular das importações de petróleo, que tiveram um pique em 1984, com a soma recorde de 19,767 milhões de francos

franceses, a qual, por volta de 1986, declinou dramaticamente, sobretudo em razão de dois fatores: a queda no valor do dólar norte-americano em relação ao franco francês e o colapso geral dos preços do petróleo no mercado internacional.

b) O aumento constante das exportações francesas até 1981, conjugado a um firme empenho em desenvolver a base industrial nigeriana, levou à introdução dos equipamentos pesados e a um número crescente de contratos firmados com companhias francesas. Para fornecer assessoria e manter-se à altura do volume do comércio, muitos bancos investiram e suas associadas franco-nigerianas montaram escritórios e filiais em toda a Nigéria. Até 1984 o nível das importações da França manteve-se relativamente estável. A partir de 1985 registrou-se um nítido declínio, resultante de dificuldades enfrentadas pelas indústrias dos setores automobilístico, aeronáutico e de obras públicas.

c) Nos últimos 20 anos a balança comercial entre os dois países favoreceu a Nigéria, exceto em 1981, quando se registrou um déficit de 885 milhões de francos franceses (menos de 2 milhões de nairas) do lado nigeriano. A Nigéria apresentou um superávit de 10,383 milhões de francos franceses em 1985. Tal superávit reduziu-se em 1986 à soma ainda substancial de 2,209 milhões de francos franceses, em razão dos problemas enfrentados.³³

É bastante evidente que a França promoveu uma incursão muito significativa e sistemática na Nigéria através de esfera econômica. Em vista da posição dominante da Nigéria no âmbito da Ecowas e dos interesses estratégicos franceses relativamente à África Ocidental e Central, era inevitável o movimento em direção à Nigéria. Isso possibilita à França uma influência na Nigéria que lhe permite proteger seus interesses dentro da sub-região em particular e da África em geral, de forma que aquilo a que se chama o fator francês no fator regional nigeriano permanece tão eficaz como nunca. Que é esse fator francês?

O fator francês nas posições nigerianas e em sua política regional

O fator francês inclui as diferentes atividades da França na África em geral, e na África francófona em particular, que ajudam a sustentar a influência francesa, embora sejam prejudiciais não apenas à segurança nacional nigeriana, mas também ao desenvolvimento natural dos interesses políticos, econômicos e culturais do país no continente. De fato, a importância do fator francês nas posições nigerianas e em sua política regional levou Ali Mazrui a concluir que, na África, "o rival natural da Nigéria é a França".³⁴ Como observa Bassey Eyo Ate, a influência francesa na África é sustentada pelos "altos investimentos franceses e seus interesses potenciais nos recursos minerais do Níger (urânio, petróleo), do Gabão (urânio, petróleo), dos Camarões (petróleo) e do Chade (petróleo, urânio) (...), a forte presença de tropas francesas em bases militares de controle francês e o deslocamento de suas forças com objetivos intervencionistas na região (...), além da extensa rede de penetração financeira, técnica e cultural de funcionários franceses nos países importantes".³⁵

A posição estratégica da Nigéria entre a África Ocidental e a África Central situa o país no meio do "império" francês. A Nigéria faz fronteira com quatro países de língua francesa - Benim, Níger, Chade e Camarões. Além do Benim e do Níger, existem outros sete países francófonos que são Estados-membros da Ecowas - Guiné, Mauritânia, Mali, Togo, Burkina Fasso, Costa do Marfim e Senegal. Finalmente vêm os países francófonos da África Central. Além do Chade e dos Camarões, que fazem limite com a Nigéria, os outros são a República Centro-Africana, o Gabão e o Congo. Burundi, Ruanda e Zaire também desenvolveram sólidos vínculos com a comunidade francesa. Esses países estão economicamente entrelaçados através de entidades como a CEAO, o Conseil de Entente, a Union Donanière et Economique de l'Afrique Centrale (UDEAC) e a Communauté Econo-

mique des Etats de l'Afrique Centrale (CEEAC) - e são economicamente vinculados à França por serem integrantes da zona do franco.

As relações econômicas da França com a África são muito amplas. As exportações para o continente representam cerca de 12,13% do total das vendas da França para o exterior. Por exemplo, os dados mostram que "em 1981, 20% das vendas francesas de equipamentos mecânicos para o exterior localizaram-se na África, bem como 13% das vendas de aço e 36% de produtos da indústria farmacêutica".³⁶ Em termos de exportações de matérias-primas para a França, os dados também revelam que em 1982 "18,4% das importações francesas de petróleo bruto foram provenientes de produtores africanos, em comparação ao percentual de 13% em 1981. Todas as importações francesas de urânio vieram do Níger, do Gabão e provavelmente também da Namíbia. Mais de 20% das necessidades de minério de ferro são supridas pela Mauritânia e a Libéria. Um terço das importações de cobre é proveniente do Zâmbia e do Zaire, enquanto o Gabão fornece quase a metade das necessidades de manganês da França. A Tunísia, o Marrocos, o Senegal e o Togo responsabilizam-se por cerca de um terço das compras francesas de fosfato no exterior".³⁷

Assim, em suas relações econômicas com a África, os franceses contam com uma "cliente fiel" na África francófona que parece "assegurada por bastante tempo". "É uma vantagem" - afirmam - "que deve ser preservada".³⁸ As exportações francesas para a zona do franco totalizaram 22,9 bilhões de francos franceses em 1982, cerca de 38,8% de todas as vendas da França para a África. As importações provenientes da mesma zona chegaram a 12,1 bilhões de francos franceses, representando cerca de 20,5% de todas as compras da França na África. A maioria dos países na zona do franco compra entre 40% e 60% de suas mercadorias e serviços da França.³⁹

Em termos de cooperação militar, a França é o poder mais atuante dentre os países não-

africanos. Suas atividades “vão desde a instrução militar para oficiais na França, a cooperação militar, os acordos de defesa e o estabelecimento de bases bem-equipadas controladas por pessoal francês em alguns países africanos, até a intervenção direta de forças francesas em países africanos para enfrentar movimentos revolucionários”.⁴⁰

Mais de 30 países africanos assinaram algum tipo de acordo militar com a França. Há dois tipos de acordo. Existem aqueles de defesa regular que “permitem aos signatários apelar por ajuda militar direta à França, mas o governo francês está obrigado apenas a considerar tais apelos (...)”.⁴¹ Camarões (1974), a Costa do Marfim (1961), Comores (1973), Djibuti (1977), Gabão (1960), República Centro-Africana (1960), Senegal (1974) e Togo (1963) assinaram esse tipo de acordo com a França.⁴²

Há também acordos de assistência técnico-militar que “não são necessariamente vinculados aos acordos de defesa e prevêem uma assessoria para treinamentos, instrução de oficiais africanos e fornecimento de equipamento militar”.⁴³ Argélia (1967), Benim (1975), Burundi (1969), Camarões (1974), Comores (1978), Congo (1974), Costa do Marfim (1961), Djibuti (1977), Gabão (1960), Burkina Fasso (1961), Lbia (1978), Madagascar (1973), Mái (1977), Marrocos (1973), Maurício (1979), Mauritânia (1976), Níger (1977), República Centro-Africana (1966), Ruanda (1975), Senegal (1974), Seychelles (1979), Chade (1976), Togo (1976), Tunísia (1973) e Zaire (1974) assinaram tal tipo de acordo com a França.⁴⁴

Além disso, em janeiro de 1985 havia um total de 1.278 assessores militares franceses na África-Argélia (com 22), Benim (2), Burkina Fasso (15), Burundi (27), Camarões (84), Chade (125), Comores (23), Congo (10), Costa do Marfim (74), Djibuti (115), Gabão (122), Quênia (2), Lbia (2), Madagascar (8), Malawi (1), Mái (5), Maurício (2), Mauritânia (52), Marrocos (183), Níger (66), República Centro-Africana (78), Ruanda (2),

Senegal (34), Togo (75), Tunísia (25) e Zaire (110).⁴⁵

Num nível diferente, para apoiar seu papel intervencionista nos assuntos africanos, a França mantém bases e tropas em determinados países da África. Além disso existe a Force d'Action Rapide (FAR), destinada a “contribuir tanto para a manutenção da paz no Terceiro Mundo como para a defesa convencional da Europa Ocidental (...)”.⁴⁶ A FAR possui um total de cinco divisões com cerca de 47 mil homens. Seu tamanho é duas vezes maior que o da antiga Força de Intervenção, a qual contava com cerca de 23 mil homens.⁴⁷

As forças francesas estacionadas em solo africano em bases permanentes desde janeiro de 1985 são o 23º Batalhão de Infantaria de Marinha (Bima) no Senegal, o 43º Bima na Costa do Marfim, o 6º Bima no Gabão, o 10º Batalhão de Comando e Serviços (BCS), o 5º Regimento das Forças Armadas de Ultramar (RIAOM), a 13ª Meia Brigada da Legião Estrangeira (DBLE), com a Aviação Ligeira do Exército de Terceira (ALAT) e a Companhia de Materiais e Construções (CMB) no Djibuti, e o 53º BCS, o 2º Regimento Para-Quedista da Infantaria da Marinha (Rpima), com elementos do Serviço Militar Adaptado (SMA) e o CMDB. Também existem forças francesas estacionadas em determinados países africanos, mas não em bases permanentes – geralmente removidas a cada quatro meses. Encontram-se no Gabão, na Reunião, em Mayotte e Djibuti. Na República Centro-Africana estão diversas unidades da FAR, para lá deslocadas a pedido do seu governo.⁴⁸

A penetração cultural da França na África francófona, via sua política de assimilação, é mais sutil. Nas palavras de Oscar O. B. Ede, “embora a maioria dos países francófonos esteja independente há cerca de 25 anos, seus preceitos constitucionais, jurídicos e políticos mantêm as características fundamentais do modelo francês, que supõe uma presidência forte e poderosa, um Parlamento e um Judiciário subjugados e uma forma centralizada de governo. O presidente nesses países copia seu equivalente francês e dele depende para se

manter no cargo. Tal é o caso de Omar Bongo no Gabão, Paul Biya nos Camarões, Houphouët-Boigny na Costa do Marfim, Mobutu Sese Seko no Zaire, Hissen Habre no Chade e Etienne Eyadema no Togo".⁴⁹

Além dessa influência sutil, funcionários franceses das áreas de informações, administração e diplomacia operam na maioria dos países francófonos. Como afirma Ede, "o Serviço Secreto Francês e o Serviço de Documentação Exterior e de Espionagem Centralizada (SDEEC) têm controle exclusivo sobre operações secretas no Gabão, no Senegal, na Costa do Marfim, na República Centro-Africana, no Zaire, nos Camarões, no Níger, no Togo e no Chade. Libreville, capital do Gabão, é o centro nervoso das operações secretas francesas na África Central e do Sul enquanto Abidjan, na Costa do Marfim, centraliza as operações na África Ocidental e do Norte."⁵⁰

O pessoal francês é numeroso nesses países porque gerencia a ajuda concedida pelo Fundo de Ajuda e Cooperação (FAC). Sob a fachada desse organismo, ele influencia os acontecimentos nos países francófonos. A França presta cooperação em inúmeras áreas - assistência técnica, programas de ensino e instrução, cooperação militar e projetos de infraestrutura. Entre 1980 e 1982, a FAC assinou acordos com mais de 26 países africanos, incluindo Benim, Costa do Marfim, Burkina Fasso, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Togo, Camarões, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Chade, Madagascar, Burundi, Ruanda, Zaire, Maurício, Seychelles, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Comores e Djibuti.⁵¹

Embora os líderes nigerianos tenham reconhecido há muito tempo a importância da África Central e Ocidental para a Nigéria e a forte influência francesa na sub-região, nunca desenvolveram de fato uma estratégia coerente para lidar com os problemas decorrentes da ampla atuação da França na África, sobretudo naquela de língua francesa, com vistas às aspirações nigerianas. É importante enfatizar que os líderes nigerianos passaram os últimos

28 anos administrando crises em vez de se dedicarem a planejamentos e decisões de política estratégica.

No período 1960-71, os nigerianos estavam ocupados em lidar com os voláteis problemas políticos domésticos e surgidos após a independência e em pôr fim, com sucesso, à guerra civil decorrente desses problemas. No período de 1972 até cerca de 1982, os líderes nigerianos preocupavam-se sobretudo com a reconstrução econômica posterior à guerra civil e com o estabelecimento das bases para o desenvolvimento econômico. No período de 1983 até agora, a principal preocupação tem sido o ajuste estrutural da base econômica da Nigéria após anos seguidos de má administração.

A ausência de uma estratégia claramente articulada significa que os líderes nigerianos costumam reagir aos fatos em lugar de tomar iniciativas. Para situar suas relações com a França em um patamar de equilíbrio, a Nigéria precisa aumentar sua presença econômica nos países francófonos, estimulando o setor privado a se movimentar e explorar o mercado econômico. Parece que isso poderá ocorrer agora, não devido a um grande empenho em neutralizar a influência francesa, mas em razão de medidas que vêm sendo adotadas para enfrentar os problemas econômicos dentro do programa de ajuste estrutural.

A mudança na postura econômica regional da Nigéria

Desde que o programa de ajuste estrutural (SAP) foi implantado, em 1986, ocorreu uma importante reorientação no pensamento e na postura econômica da Nigéria. A mudança de orientação provocada pelo SAP também resultou em uma alteração de ênfase nas relações econômicas internacionais. Na palestra "A Dinâmica da Política Externa Nigeriana", proferida em 1988 no Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, o ministro das Relações Exteriores, general Nwachukwu, afirmou "(...) que as relações entre nações são fundamentalmente determinadas por considerações

econômicas. O poder e influência exercidos pelos países industrializados derivam da força econômica e do *know-how* tecnológico. Além disso, a busca de seus interesses econômicos, até certo ponto, determina suas posições estratégicas e diplomáticas no mundo.⁵² A política nigeriana e suas posições regionais, acrescentou, buscam “uma cooperação econômica mais ampla dentro da estrutura da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Ecowas) e de instituições multilaterais e bilaterais como as River Basin Authorities e as Economic Joint Commissions”. E conclui: “Ao reavaliarmos os nexos fundamentais entre a economia e a política no sistema internacional, a importância e a relevância da Ecowas enquanto aspecto central de nossa política externa manifestam-se claramente.”⁵³

De há muito se reconhece a relevância da Ecowas enquanto importante instrumento para a Nigéria em seu empenho para elevar seu *status* na sub-região através do incentivo ao comércio e aos investimentos. Uma pesquisa de mercado sobre alguns países africanos ocidentais e centrais, conduzida em 1983 pelo Grupo de Consultoria a Empresas (ECG) e o Conselho Nigeriano de Promoção às Exportações (NEPC), concluiu que as mercadorias fabricadas na Nigéria encontrariam mercado disponível nesses países e recomendou insistentemente ao governo que promovesse incentivos adequados à exportação e fizesse uso de acordos bilaterais de comércio para facilitar a exportação de tais produtos para esses países. O relatório identificou a taxa de câmbio supervalorizada, o contrabando, as barreiras linguísticas, as altas tarifas, os fortes laços econômicos com a França, a irregularidade do tráfego da frota mercante entre os países, a ausência de incentivos à exportação, as tarifas discriminatórias de importação e a falta de habilidade em reter as moedas estrangeiras obtidas com as exportações como alguns dos problemas que impedem o desenvolvimento das relações comerciais entre os países da Ecowas.⁵⁴

Na palestra, realizada em 1986, “Esforço de exportação e *counter-trade*: a perspectiva

micro-econômica”, o antigo representante do Banco Mundial na Nigéria, Dr. Ishrat Husain, falou novamente sobre a necessidade de esse país penetrar no lucrativo mercado da Ecowas: “Parece-me que a Nigéria produz mercadorias e bens que têm mercado disponível e existe uma demanda pelos produtos nigerianos. Não muito grande, talvez, mas pelo menos suficiente para promover um ligeiro aumento no comércio exterior da Nigéria. Em 1983, o total das importações de mercadorias pelos países da Ecowas, excluindo a Nigéria, foi de US\$ 6,5 bilhões. Se a Nigéria pudesse penetrar nesse mercado e conseguisse uma participação de apenas 10%, isso montaria a US\$ 650 milhões a preços de 1983 – um aumento não insignificante nos ganhos nigerianos relativos ao comércio exterior. As exportações nigerianas para toda a África mantiveram-se em apenas 2,5%.”⁵⁵

O comércio oficial da Nigéria com os Estados-membros da Ecowas permanece em nível assustadoramente baixo.⁵⁶ As exportações para a Costa do Marfim totalizaram 47,2 milhões e 52,9 milhões de nairas, respectivamente, em 1980 e 1981. Nos cinco anos do período 1977-1981, as exportações para a Costa do Marfim somaram apenas 211 milhões de nairas. As exportações para o Togo baixaram de 48,5 milhões de nairas em 1980 para 6,5 milhões em 1981. O total das exportações para o Togo montou a 123 milhões de nairas entre 1977 e 1981, enquanto as importações do Togo totalizaram 7 milhões de nairas. As exportações para a República do Benim aumentaram de apenas 3 milhões de nairas em 1980 para 3,9 milhões em 1981. Entre 1977 e 1981, a Nigéria exportou mercadorias no valor de 9 milhões de nairas para o Benim e importou 8 milhões de nairas. O volume das exportações para a República do Níger e para Burkina Fasso é de veras insignificante. Entre 1977 e 1981, as exportações para o Níger totalizaram 26 milhões de nairas e para Burkina Fasso foram de menos de 2 milhões de nairas.⁵⁷

É esse lamentável estado de coisas – em que a importância econômica e política da África Ocidental e Central para a Nigéria não

se reflete em suas relações comerciais e de investimento com esses países – que o novo regime de exportações que está sendo implantado virá, espera-se, modificar. Com o SAP vieram a desregulação do mercado de comércio exterior, a abolição das licenças de exportação, a desvalorização da naira, o sistema de tarifas com 100% de *drawback* (reembolso de direitos aduaneiros), os 100% de retenção de divisas estrangeiras provenientes da exportação e inúmeras outras normas destinadas a facilitar o desenvolvimento das exportações de produtos não-petrolíferos. Em 1986 foi anunciado o decisivo Decreto de Exportação (Incentivos e Providências Diversas), para apoiar as exportações de produtos não-petrolíferos, que cresceram de 385 milhões de nairas em 1985 para 445,3 milhões em 1987.⁵⁸ Outro decreto anunciado recentemente resultou no Fundo para o Sistema de Ajuste de Exportações, no Fundo de Subsídio à Expansão das Exportações e na Empresa Nigeriana de Garantia de Crédito e Seguros, para dar uma expressão concreta ao empenho do governo em desenvolver o comércio de exportação desse país.

Seguindo os passos do governo, o setor privado também começa a desenvolver serviços de apoio às exportações, sobretudo para os países da Ecowas. A maioria dos bancos conta agora com carteiras de exportação que fornecem assessoria a exportadores potenciais. O IBWA lançou em 1987 um programa de financiamento às exportações no valor de 150 milhões de nairas, com vistas ao apoio às exportações de mercadorias, sobretudo para os países da Ecowas. O Nigerian International Bank (NIB) tem uma subsidiária na República do Níger, com sucursais em Niamey e Maradi. Um grupo de empresários privados nigerianos e de outros países da África Ocidental criou o Ecobank Transnational Incorporated, com o objetivo de:

a) estabelecer-se progressivamente através de subsidiárias locais e operar bancos comerciais nos países da Ecowas, a começar pela Costa do Marfim e a Nigéria;

b) mobilizar e promover o investimento, para fins produtivos, de recursos privados e públicos de dentro e de fora da Ecowas;

c) promover o desenvolvimento do comércio, sobretudo entre os países da Ecowas;

d) promover o apoio a projetos de recuperação para ajudar na solução de problemas prementes da indústria dos países-membros da Ecowas;

e) através de uma subsidiária independente, fornecer assistência técnica para o planejamento, o financiamento e a implementação de projetos de desenvolvimento;

f) promover o crescimento e o desenvolvimento das instituições e dos serviços bancários e financeiros locais por toda a sub-região da Ecowas.⁵⁹

Anteriormente fora criada a West African Clearing Housing, com os seguintes objetivos:

a) promover o uso da moeda dos países-membros no comércio sub-regional e em outras transações;

b) conseguir economias na utilização de reservas em moeda estrangeira por parte dos membros;

c) incentivar a liberalização do comércio entre os respectivos países e promover a cooperação monetária e a consulta entre os membros.⁶⁰

Entretanto tais iniciativas não se mostraram eficazes em encorajar o comércio intra-Ecowas, grande parte do qual é ilegal e se faz sem registro. Por exemplo, o volume anual das exportações ilegais de Gana para outros países da Ecowas é estimado em US\$ 100 milhões. Tal cifra é dez vezes maior que o volume total das exportações oficiais de Gana para outros países da Ecowas. As autoridades da Guiné-Bissau avaliam que, em 1981, o comércio de importação e exportação não-registrado montou a 295 milhões de pesos (moeda guineense), ou seja, respectivamente, 15,9 e 56,2% das importações e exportações oficiais do país.⁶¹

Também a Ecowas vem firmando resoluções e protocolos para promover o comércio entre os países-membros. As principais medidas adotadas incluem a liberalização do comércio, o desenvolvimento das telecomunicações, a instituição de uma moeda comum, a promoção de serviços de transporte aéreo, melhorias no transporte rodoviário e na circulação de bens e serviços, e imposição de um congelamento nas tarifas aduaneiras e taxas similares, bem como supressão de barreiras tarifárias sobre produtos originários da Comunidade. O ritmo lento de implementação das decisões da Comunidade, contudo, tem funcionado como obstáculo à concretização dos objetivos de melhorar as relações econômicas entre os países-membros da Ecowas.

Entretanto, apesar da atitude de não-compromisso adotada pelos Estados-membros em relação à Ecowas, se a Nigéria for capaz de sustentar e consolidar as medidas que estão sendo atualmente tomadas, com vistas a incentivar as exportações de produtos não-petrolíferos, talvez então, em cerca de uma década, esse país possa ter retificado o curso básico de sua postura em termos de política externa, tornando a Ecowas o alvo real de sua atuação. A Nigéria deve resistir a quaisquer movimentos no sentido da adoção de medidas – como a expulsão de estrangeiros em 1983 e o fechamento das fronteiras em 1984 – que vão de encontro ao espírito e à letra do Tratado da Ecowas. De toda forma, tais medidas serão discrepantes com os atuais esforços de explorar o mercado da Ecowas com vistas à sobrevivência econômica nacional.

Conclusões

As relações franco-nigerianas percorreram um longo caminho desde que De Gaulle se empenhou ferrenhamente em promover o colapso da Nigéria, vista “como um pólo de atração e uma ameaça potencial à preservação da influência francesa nos Estados francófonos vizinhos da África Ocidental”.⁶² Não diminuiu o medo dos franceses em relação à ameaça

potencial representada pela Nigéria, mas se modificou a estratégia de neutralização da mesma, que passou do antagonismo político à cooperação econômica. Esta última mostrou-se muito mais eficaz, já que deu à França um considerável peso econômico na Nigéria. Já os nigerianos não têm peso semelhante na África francófona e tê-lo seria sua única maneira de ganhar relevo em relação à França.

A penetração econômica da Nigéria na zona do franco e, de fato, em toda a sub-região da Ecowas é, portanto, absolutamente essencial se ela pretende ter um peso significativo sobre a França e manter em equilíbrio as relações entre os dois países. Tal penetração é também essencial para a realização dos louváveis objetivos da Ecowas. Os países francófonos dessa organização foram identificados como os principais obstáculos à concretização desses objetivos. Além de serem membros da Ecowas, são também membros da CEAQ, organização criada para neutralizar o impacto da Ecowas na África francófona.⁶⁴

O futuro das relações franco-nigerianas será amplamente determinado pelo pragmatismo econômico de ambos os lados e um entendimento mútuo que mantenha o atrito político em nível mínimo. A Nigéria não pode neutralizar a influência francesa na África no futuro imediato. Nem pode a França permitir-se subestimar o potencial econômico e político da Nigéria no continente. A única área de atrito potencial – as tentativas nigerianas de penetrar nos mercados da África Central e Ocidental (ou seja, onde se concentra a maioria dos países francófonos), com seu empenho em desenvolver as exportações de produtos não-petrolíferos – tem sido neutralizada pelo fato de os próprios franceses estarem agora firmemente entrenchados na economia nigeriana. Muitos dos produtos a serem exportados poderiam muito bem ser manufaturados ou montados por firmas francesas operando na Nigéria. Por exemplo, a Peugeot Automobile (Nigeria) Ltd. tem pensado em exportar seus veículos para outros países da África Central e Ocidental. Tanto a Nigéria como a França têm

a chave para o sucesso da Ecowas. A curto e médio prazo, ainda que os interesses que os dois países procuram defender pareçam inconciliáveis, os interesses estratégicos de ambos vão ensiná-los a viver juntos como inusitados companheiros. Em relação aos Estados fran-

cófonos, a postura regional da Nigéria, a longo prazo, deve incluir a tentativa de promovê-la como alternativa à França. Mas isso só poderá ser feito contra o pano de fundo de estabilidade política interna estável e de uma base econômica auto-sustentável.

NOTAS

1. Ver Bassey Eyo Ate, "The presence of France in West-Central Africa as a fundamental problem to Nigeria", *Milennium: Journal of International Studies*, vol. 12, n. 2, verão, 1983; Bassey Eyo Ate, "France in Central Africa. The NATO dimension and implications for Nigeria", *Nigeria Forum*, agosto, 1981. Ver também Oscar O. B. Ede, "Nigeria and Francophone Africa", in G. O. Olusanya e R. A. Akindele, orgs., *Nigeria's external relations: the first twenty-five years*, Ibadan, University Press Ltd., 1986; Bola Akinterinwa, "France in Nigeria's relations with her immediate neighbours" (no prelo). Em 1978, o Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais patrocinou o seminário Atividades Francesas na África, no qual essas questões foram debatidas. Novamente, em 1987, organizou o seminário Os Vizinhos Imediatos da Nigéria: Focalizando a Defesa e a Segurança Sub-Regionais, quando se discutiu o papel da França na África francófona.
2. Dr. Okoi Arikpo, diretor de Assuntos Externos, em entrevista à Agência France Press (AFP), *Nigerian Observer*, Benim, 21 de maio, 1973, p. 8 e 9, citado em Bassey Eyo Ate, "The presence of France...", *op. cit.*, p. 122.
3. Bola Akinterinwa, "Nigeria and France: the need for a better political understanding", *Nigerian Journal of International Affairs*, vol. 12, n. 1 e 2, 1986, p. 64.
4. Daniel Bach, "France's involvement in Sub-Saharan Africa: a necessary condition to middle power status in the international system", in Simon Baynham, org., *Military power and politics in Black Africa*, Londres, Croom Helm, 1986, p. 75.
5. Howard Schissel, "Preserving the economic nexus", *West Africa*, 27.7.83, e Howard Schissel, "La commerce de la France avec l'Afrique en 1982", *Marchés Tropicaux*, 16.9.83, Citado em John Chapman, "French military policy and Africa security", *Adelphi Paper*, Londres, International Institute of Strategic Studies, n. 201, 1985.
6. Dominique Moisi, "Intervention in French foreign policy", in Hedley Bull, org., *Intervention in world politics*, Oxford, Clarendon Press, 1984, p. 76.
7. Itervé Laroche, *La Nigéria*, Paris, PUF, 1962, p. 7. Citado em Bola Akinterinwa, "Franco-Nigerian economic relations, 1960-1985", in R. A. Akindele e Bassey E. Ate, *Nigeria's economic relations with the major developed market-economy countries, 1960-1985* (no prelo).
8. Vicent N. Berger, *Nigerian-French trade Relations*, Lagos, Franco-Nigerian Chamber of Commerce and Industry, 1986, p. 12. Ver também Vincent Berger, "Franco-Nigerian trade relations", *Business in Ecowas*, Lagos, vol. 1, n. 3, set. 1987, p. 10-13.
9. *Business Times*, Lagos, 4.11.85, p. 1. Essa informação é atribuída ao tesoureiro da Câmara Franco-Nigeriana de Comércio e Indústria, Sr. M. G. Mogart.
10. *South*, julho, 1988, p. 95.
11. Para os dados mais recentes sobre os três maiores bancos da Nigéria, ver *UBA: Monthly Business and Economic Digest*, vol. 11, n. 7, jul. 1988, p. 8.
12. Por exemplo, durante a crise de fronteira entre a Nigéria e os Camarões em 1981, a França - argumentou-se - "apressou a entrega de armas aos Camarões para enfrentar uma eventual ameaça da Nigéria (um acordo de cooperação militar e possivelmente um tratado de defesa mútua vinculam os dois países) e fez saber, por intermédio

- dos Estados Unidos, que não pretendia ficar imóvel na eventualidade de uma guerra entre a Nigéria e os Camarões". Oscar O. B. Ede, *op. cit.*, p. 290.
13. *Daily Times*, Lagos, 12.2.72.
 14. Palavras do embaixador francês na Nigéria, Sr. Michel Drumetz, por ocasião da inauguração da Câmara Franco-Nigeriana de Comércio e Indústria, 28.5.85.
 15. *This Week*.
 16. *Idem*.
 17. Vicent N. Berger, "French banks in Nigeria", *Magazine of the Franco-Nigerian Chamber of Commerce and Industry*, Lagos, n. 2, out. 1985, p. 24.
 18. M. A. Olorunfemi, "Nigeria-France energy cooperation", *Magazine of the Franco-Nigerian Chamber of Commerce and Industry*, Lagos, n. 3, jan. 1986, p. 17.
 19. *Idem*, p. 10.
 20. *Idem*, p. 19.
 21. M. Roussellier, "French presence in the construction sector in Nigeria", *Magazine of the Franco-Nigerian Chamber of Commerce and Industry*, Lagos, n. 4, abr. 1986, p. 5.
 22. *Idem*, p. 6.
 23. J. J. Engels, "Franco-Nigerian economic relations", *Magazine of the Franco-Nigerian Chamber of Commerce and Industry*, Lagos, jun. 1988, p. 5.
 24. Michelin, "Keeping Nigeria moving", *Magazine of the Franco Nigerian Chamber of Commerce and Industry*, Lagos, n. 2, out. 1985, p. 13.
 25. *Idem*.
 26. Tony Onyisi, "Economic relations between Nigeria and France", *NBC Newstalk*, 24.1.73, p. 2.
 27. *Daily Times*, Lagos, 13.7.86, p. 7, e *Daily Times*, Lagos, 12.1.73, p. 2.
 28. Vicent N. Berger, "Nigerian-French trade relations", *op. cit.*, p. 11.
 29. Tony Onyisi, *op. cit.*, p. 3.
 30. Vincent N. Berger, *op. cit.* Ver também Adeolu Akinjobin, "Franco-Nigerian economic ties", *The Guardian*, Lagos, 14.7.86, p. 17.
 31. Vincent N. Berger, *op. cit.*
 32. *Idem*, p. 12.
 33. "Franco-Nigerian foreign trade in 1986", *Magazine of the Franc-Nigerian Chamber of Commerce and Industry*, Lagos, n. 7, maio-jun. 1987, p. 13.
 34. Ali Mazrui, *Nigeria in the nuclear age*, Lagos, Instituto de Assuntos Internacionais, 1981, p. 13.
 35. Bassey Eyo Ate, "The presence of France in West-Central Africa...", *op. cit.*, p. 118.
 36. Howard Schissel, *op. cit.*, p. 1509.
 37. *Idem*.
 38. Citado em Howard Schissel, *idem*, p. 1499.
 39. *Idem*.
 40. M. A. Vogt, "Nigeria's Defence Policy: A Framework for Analysis"; in G. O. Olusanya e R. A. Akindele, *op. cit.*, p. 471.

41. John Chapman, *op. cit.*, p. 25.
42. *Idem.*
43. *Idem.*
44. *Idem.*
45. *Idem*, p. 24.
46. *Idem*, p. 15.
47. *Idem*, p. 16 e 17.
48. *Idem*, p. 20.
49. Oscar O. B. Ede, *op. cit.*, p. 178.
50. *Africa Confidential*, vol. 20, n. 25, dezembro, 1979, cit. por Oscar O. B. Ede, *idem.*
51. *Etudes et documents: panorama de l'action du Ministère de la Coopération*, Ministère de la Coopération, n. 38, fev. 1980, cit. por Oscar O. B. Ede, *idem.*
52. General I. O. S. Nwachukwu, "A Dinâmica da Política Externa Nigeriana", palestra proferida em 30.6.88, p. 5.
53. *Idem*, p. 6 e 7.
54. *The Guardian*, Lagos, 13.6.85, p. 16.
55. Ishrat Husain, *Perspectives on the Nigerian economy*, Lagos, Instituto de Assuntos Internacionais, 1987, p. 124-5.
56. De fato, o volume do comércio registrado entre os países-membros da Ecowas é de cerca de 4% do comércio internacional naquela sub-região. Ver *Business in Ecowas*, Lagos, vol. 1, n. 8, 26.10.87, p. 29.
57. Kingsley Kubeyinje, "Increasing Nigeria's exports", *National Concord*, Lagos, 29.1.86, p. 3. Ver também "Which way Ecowas trade", *Business in Ecowas*, Lagos, *idem*, p. 16.31.
58. *Business Concord*, Concord, 13.10.88.
59. *Business in Ecowas*, Lagos, vol. 2, n. 5, 9.3.88, p. 28. O Ecobank Togo é um banco de investimentos recentemente inaugurado. Os de Abidjan e Lagos deverão iniciar suas atividades de investimentos até o final do ano. As ações do Ecobank estão divididas da seguinte maneira: 10% pertencem ao Fundo do Ecowas e 90% a cidadãos privados da África Ocidental, com 50% dos US\$ 100 milhões do capital acionário já realizados. A divisão foi a seguinte: US\$ 1,75 milhão do Benim, US\$ 2 milhões de Burkina Fasso, US\$ 500 mil de Cabo Verde, US\$ 5 milhões da Costa do Marfim, US\$ 5 milhões de Gâmbia, US\$ 1,5 milhão de Gana, US\$ 1 milhão da Guiné-Bissau, US\$ 500 mil da Guiné, US\$ 1,75 milhão da Libéria, US\$ 1 milhão do Mali, US\$ 500 mil da Mauritânia, US\$ 1,75 milhão do Níger, US\$ 15 milhões da Nigéria, US\$ 3,5 milhões do Senegal, US\$ 1,75 milhão de Serra Leoa e US\$ 2 milhões do Togo. Ver *Business in Ecowas, op. cit.*, e *Business in Ecowas*, vol. 2, n. 7, 6.4.88, p. 29-32.
60. "Which way Ecowas trade?" *Business in Ecowas, op. cit.*, p. 29.
61. *Idem*, p. 17.
62. *Idem*, p. 25.
63. Daniel Bach, *op. cit.*, p. 76-77.
64. Os membros africanos francófonos da Ecowas preocupavam-se com a capacidade da Nigéria de dominar totalmente a organização. Para neutralizar a influência dominante da Nigéria, defenderam a participação dos Camarões e do Zaire na Ecowas, embora tivessem fracassado em seu empenho.
65. Os países francófonos africanos não estão interessados em reduzir a influência francesa em suas sociedades.

SUMMARY

The increase of French economic influence in Nigeria strategic implications

The strength of French influence in Africa – above all in the countries of French colonization – and the implications for Nigerian security and her aspirations as a leader in Africa, have become increasingly important issues since the French began expanding their economic bases in Nigeria in 1973.

The African continent is the only area of the world where France maintains sufficient influence to guarantee her position of importance in the international system.

Nigeria, as the foremost African nation in power and population – one out of every Africans is Nige-

rian – believes that it is her “manifest destiny” to lead Africa.

However, the future of French-Nigerian relations will be largely determined by economic pragmatism on both sides and by mutual agreement to keep political differences to a minimum. The only area of potential discord – the Nigerian attempt to penetrate French-speaking African markets – has been neutralized by the fact that the French themselves are firmly entrenched in the Nigerian economy.

In the long run, Nigeria is attempting to present itself to the French-speaking nations as an alternative France.

RÉSUMÉ

L'Augmentation de l'influence économique française au Nigéria et ses implications stratégiques

La forte influence que la France exerce en Afrique – surtout dans ses ex-colonies –, avec tout ce que cela implique pour la sûreté nigériane, ses aspirations à y exercer un *leadership*, constituent un sujet d'autant plus important qu'à partir de 1973, les français ont élargi leurs bases économiques au Nigéria lui-même.

Le continent africain est la seule partie du monde où la France garde une influence qui lui permet de garantir sa position de puissance moyenne au sein du système international.

Le Nigéria, quant à lui, en est le pays le plus puissant et le plus peuplé (un africain sur cinq est nigérien). Il pense donc avoir un “destin manifeste” : celui de pays leader de l'Afrique.

Toutefois, l'avenir des rapports franco-nigériens sera amplement déterminé par le pragmatisme économique dont sauront faire preuve les deux parties et par leur capacité à assurer un entendement mutuel qui leur permette de maintenir à un niveau minime les possibilités de heurts politiques. Il n'existe actuellement qu'un domaine où ces heurts pourraient se manifester : il concerne les tentatives faites par le Nigéria dans le sens de pénétrer sur les marchés des pays africains francophones. Mais ce risque se trouve actuellement neutralisé par le fait que les français se sont eux-mêmes retranchés dans l'économie nigériane.

A long terme, le Nigéria tend à se présenter aux états francophones comme une alternative à la France.

CORÉIA DO SUL: UM MODELO DE CAPITALISMO ORGANIZADO

*Ernani Teixeira Torres Filho**

O Sudeste da Ásia é hoje uma região que reúne alguns dos países que mais se expandiram economicamente no pós-guerra. Dentre esses, o Japão é o caso mais antigo e de maior importância. Seu processo de crescimento iniciou-se antes dos demais e já em 1968 os japoneses superavam os europeus como a segunda potência do mundo capitalista.

Apesar disso, somente nos anos 80 os países ocidentais, em particular os Estados Unidos, despertaram para o verdadeiro desafio que o Japão lhes impunha. Graças a seus produtos de alta tecnologia e elevada qualidade a preços competitivos, os japoneses tornaram-se imbatíveis no comércio internacional, acumulando crescentes superávits com o exterior. Mesmo após a abrupta valorização do iene – sua paridade frente ao dólar passou de 240, em 1985, para cerca de 120 em 1987 –, o desequilíbrio comercial do Japão não deu sinais de reversão. Em 1987, suas exportações superaram as importações em US\$ 96,4 bilhões, dos quais US\$ 52,1 bilhões apenas com os Estados Unidos.

Em busca de respostas para esse aparente paradoxo, os norte-americanos depararam-se com a existência, no Japão, de formas extremamente originais de organização empresarial. Há um relativo consenso, hoje, de que o cerne do “desafio” japonês e, em certa medida, de outros países asiáticos reside não nos salários baixos ou nas práticas mercantilistas, mas no surgimento de um novo padrão de capitalismo em que a concorrência é potencializada pelas ações coordenadas entre o Estado e as empresas, entre as empresas dos grandes conglomerados econômicos e, no âmbito das fábricas, entre os trabalhadores e os gerentes.

O “susto” japonês fez com que norte-americanos e europeus passassem a olhar com maior preocupação o desempenho de um grupo de pequenas nações do Sudeste da Ásia que se haviam industrializado recentemente. Apesar de só terem em comum o rápido crescimento e elevado coeficiente de exportações e importações, Cingapura, Hong-Kong, Coreia do Sul e Taiwan foram rotulados de *Ti-*

* Professor da Faculdade de Economia e Administração e do Instituto de Economia Industrial da UFRJ.

gres ou NICs asiáticos e vêm sendo tratados como se fossem quatro casos de um mesmo padrão de desenvolvimento. Ora, os dois primeiros são cidades-Estado com uma tradição secular de portos livres. Já Taiwan e Coreia, países divididos pela guerra fria e em permanente ameaça de serem invadidos pelos vizinhos socialistas, foram resultado de um enorme esforço de acumulação nacional.

Do ponto de vista da experiência brasileira de industrialização, o caso coreano é, entre os NICs asiáticos, o mais interessante. Em nenhum outro Tigre foi levado tão longe o sonho do rompimento com um passado de subdesenvolvimento através de um processo de rápida industrialização, sob o comando do Estado nacional.

Para se ter um idéia preliminar do que é a Coreia do Sul, é preciso ter presente que se trata de um país de dimensões reduzidas (cem mil quilômetros quadrados) onde se concentram pouco mais de 40 milhões de pessoas. Em 1986, seu Produto Nacional Bruto (PNB) foi de US\$ 100 bilhões, menos da metade do brasileiro.

A característica mais notável da economia coreana foi seu rápido e quase ininterrupto crescimento nos últimos 25 anos. Desde o golpe militar de 1961, a Coreia vem crescendo a 8,5% ao ano, o que permitiu que sua renda *per capita* saltasse de US\$ 87 em 1962, nível inferior ao da Bolívia nesse ano, para US\$ 2.150 em 1985, um padrão idêntico ao da Argentina e superior ao do Brasil.

É verdade que esse tipo de comparação não leva em conta que, nos anos 80, as economias latino-americanas estagnaram, enquanto a Coreia continuou crescendo aceleradamente. Mesmo assim, a rapidez com que se deu a elevação da renda *per capita* desse país quase não encontra paralelo na história recente do capitalismo.

Além disso, tudo indica que essa trajetória tenderá a se manter no futuro, fazendo com que as perspectivas da Coreia para o ano 2000 sejam excelentes. Estima-se que, até essa data,

o país alcançará um padrão de vida em torno de US\$ 5 mil *per capita*, idêntico ao de nações como a Espanha e a Irlanda. Infelizmente, o mesmo otimismo não está marcadamente presente nos cenários traçados para o Brasil. Espera-se, em geral, um futuro de baixo crescimento ou de estagnação continuada.

O crescimento coreano acelerado foi resultado de um vigoroso processo de industrialização. Seu setor manufatureiro expandiu sua produção em quase 20%, ao ano, ao mesmo tempo em que complexificou, cada vez mais, sua estrutura, internalizando segmentos de maior densidade tecnológica. A Coreia é, por exemplo, o único país do Terceiro Mundo que já exporta *chips* eletrônicos fabricados com tecnologia própria.

A industrialização coreana deu-se em três etapas. A primeira, que vai de 1963 a 1972, foi caracterizada pela ênfase nos setores de bens de consumo não-duráveis - têxteis, calçados etc. -, voltados, em boa medida, para as exportações. A segunda, que se estendeu de 1973 a 1979, caracterizou-se pela montagem de segmentos da indústria pesada que incluem aço e petroquímica, máquinas e equipamentos pesados, automobilística, eletrônica, naval etc.

Finalmente, nos anos 80, a ênfase centrou-se na geração autônoma de tecnologia de ponta. Foram montados vários institutos de pesquisa e as empresas passaram a desenvolver grandes programas, especialmente na microeletrônica. Atualmente, a Coreia já investe 2% de seu PNB em ciência e tecnologia - mais do que o dobro do Brasil -, porcentagem que deverá chegar a 2,6% na próxima década, nível semelhante ao dos países europeus mais avançados.

Todo esse esforço teve início com o governo militar que se estabeleceu após o golpe de 1961. Decidiu-se, então, implantar uma nova política econômica que tinha, em princípio, quatro objetivos básicos: rápido crescimento, a partir da industrialização; apoio ao capital privado nacional, restringindo fortemente as possibilidades de investimento direto estrangeiro; estímulo à inserção na economia inter-

nacional, tanto do ponto de vista comercial quanto financeiro; e manutenção de relativa equidade na distribuição da renda nacional.

No que se refere ao crescimento, o Estado mobilizou, com essa finalidade, todos os instrumentos de que dispunha. Foi elaborado um plano de desenvolvimento nacional com claros objetivos setoriais. O sistema financeiro, então recém-nacionalizado, abriu linhas de crédito especiais para as indústrias priorizadas. Além disso, as empresas que investissem nos setores visados obtinham preferência na aquisição de divisas para importar seus equipamentos.

Entretanto, o instrumento de política industrial mais importante de todo esse processo foi a capacidade de comando e de implementação do Estado coreano. Em última instância, as empresas que não cooperassem podiam ser simplesmente levadas à falência e seus proprietários ameaçados de processo por enriquecimento ilícito. Como as Forças Armadas eram a base política do regime, o governo não necessitava do apoio direto da classe capitalista para manter-se no poder. Precisava, sim, do sucesso de seu programa de desenvolvimento-crescimento para obter legitimidade popular.

Apesar de o governo ter sido o agente dominante no capitalismo coreano, não foi comum a existência de desavenças entre a burocracia pública e os empresários. Pelo contrário, foi implantada uma sistemática de permanente negociação entre as duas partes, apoiada na busca do consenso. Esse processo deu-se, em geral, em bases mais harmônicas do que conflituosas, o que, aliás, é uma das principais características dos capitalisms asiáticos bem-sucedidos.

Por causa do forte sentimento nacionalista e da permanente aliança entre o Estado e o capital nacional, as empresas estrangeiras tiveram muito limitadas suas possibilidades de investimento direto na Coreia. A participação das firmas internacionais no setor manufatureiro coreano é muito inferior à que se verifica em outros NICs asiáticos e latino-americanos. Em meados dos anos 70, essa participação atingia, na Coreia, apenas 11%, enquanto no

Brasil e em Cingapura alcançava 44 e 83%, respectivamente (ver Quadro 1).

QUADRO 1

Coreia – Participação de firmas estrangeiras na manufatura

PAÍS	PARTICIPAÇÃO %	PERÍODO
Brasil	44	1976-78
México	39	1970
Coreia	11	1975
Cingapura	83	1978

Fonte: UNCTC, citado em W. Fritsch e G. Franco, "Foreign direct investment and patterns of industrialization and trade in developing economies", mimeo, 1988.

Com relação às empresas públicas, a situação coreana é similar à de países como a Índia e supera às da Itália e da Inglaterra nos anos 60. A maior parte do setor estatal é composto por empresas da área financeira. Além disso, o Estado também é responsável por 66% dos setores de eletricidade, água e esgoto, 31% da mineração e 30% dos transportes e das comunicações. Na manufatura, essa relação reduz-se a 15% – mesmo assim, mais do que a participação estrangeira nesse setor.

Fica, assim, evidenciado que a maior parte da indústria coreana – mais de 70% – ainda é controlada pelo capital privado nacional. Esse segmento, que constituiu o *locus* básico do processo de acumulação de capital na Coreia, apresenta características muito particulares do ponto de vista da concentração e de sua forma de organização. Em 1970, as 50 maiores firmas – os *chaebol* – controlavam 30,3% das vendas do setor manufatureiro. Em 1982, respondiam por 37,5% desse total. São níveis muito elevados internacionalmente. O Japão, por exemplo, apresentava índices de 27,3% em 1980, enquanto outros NICs limitavam-se a 20%.

Graças a esse nível tão elevado de concentração e ao rápido crescimento da economia coreana, os *chaebol* galgaram rapidamente o *ranking* das 500 maiores empresas do mundo. A Samsung, maior grupo da Coreia, ocupava, em 1985, o 42º lugar, acompanhada de perto pela Hyundai, segundo maior *chaebol*, que atingiu, nesse mesmo ano, o 44º lugar. A título de comparação, a maior empresa privada brasileira, a Votorantim, não tinha, nesse ano, porte suficiente para figurar na mesma lista.

Como foi possível a um grupo tão pequeno de empresas crescer tão rapidamente? Os principais fatores de explicação estão, de um lado, na natureza e na rapidez do processo de industrialização e, de outro, no acesso privilegiado ao crédito que, no âmbito de programas governamentais de investimento, foi dado a um grupo reduzido de empresas. Empréstimos internos e externos foram tornados fáceis e baratos para as firmas que seguissem os objetivos e as metas do governo.

Do ponto de vista organizacional, os *chaebol* são grupos empresariais sob estrito controle familiar. No topo de cada grupo encontra-se o *hoegang* ou presidente do conselho (*chairman*). Ele é um empresário por excelência. Fundou ou comprou a empresa que originou o grupo e, posteriormente, quando esta já havia crescido e se afirmado no mercado, colocou um familiar em sua direção e passou a dedicar-se a um novo negócio. Essa estratégia repetiu-se continuamente até que se formasse um grupo diferenciado de empresas cujo controle acionário permanecia nas mãos dos *hoegang* ou destes em conjunto com seus parentes. Numa segunda fase, formou-se uma *holding*, sob controle familiar, e a administração direta das empresas foi sendo passada para gerentes tecnicamente qualificados.

Um outro aspecto importante da experiência coreana diz respeito à natureza estruturalmente deficitária de sua economia em relação ao exterior. Nos primeiros anos de pós-guerra, a ajuda direta dos Estados Unidos foi responsável pelo financiamento do grosso das im-

portações do país. Isso decorreu do fato de a Coreia ocupar uma área de enorme importância estratégica e política para o sistema de defesa norte-americano. Apesar do armistício de 1953, a tensão em suas fronteiras faz com que permaneça, até hoje, estacionado no país o maior contingente de tropas norte-americanas fora dos Estados Unidos.

Esse déficit comercial estrutural diferencia muito a experiência coreana daquela vivenciada por outros países que também apresentaram rápido crescimento no pós-guerra. O Brasil e outros países latino-americanos, por exemplo, tomaram a industrialização como um caminho de autonomização de seu crescimento frente ao exterior, buscando, assim, romper com o subdesenvolvimento e, por conseguinte, com a natureza reflexa e dependente de suas economias para com a dos países centrais. O objetivo era, então, usar a demanda interna e as divisas geradas pelo setor primário exportador para passar a produzir, para seus mercados nacionais protegidos, bens manufaturados antes importados. Prevvia-se que essa trajetória geraria maior e mais estável taxa de crescimento, mais intensa urbanização e tendência ascendente dos salários reais. Era, portanto, um programa de modernização a partir de uma nova inserção internacional, especialmente do lado das importações. Nesse contexto, o investimento direto estrangeiro, caso não viesse explorar riquezas naturais, era considerado bem-vindo, uma vez que trazia capital e divisas, além de experiência empresarial e fabril.

Para os coreanos, obter, de imediato, um ajuste de suas contas comerciais significava reduzir demasiadamente a renda interna, comprometendo, assim, os já baixíssimos níveis de renda *per capita*. Era inconcebível pensar em financiar integralmente as importações com exportações, dado o baixo valor absoluto das vendas ao exterior.

Entretanto, as mudanças que se operaram no sistema financeiro internacional privado abriram aos coreanos novas perspectivas de financiamento externo. Tornou-se possível conciliar um déficit comercial estrutural com

uma política claramente nacionalista, através de crescente endividamento externo junto aos bancos privados, alavancado pela expansão das exportações. Foi nesse período, na segunda metade dos anos 60, que o sistema financeiro internacional privado começou a voltar-se para oportunidades de investimento no Terceiro Mundo.

Com o intuito de reduzir a dependência para com os Estados Unidos e, simultaneamente, ampliar os horizontes de mercado de suas empresas, o governo militar coreano passou a estimular fortemente as exportações. Os *chaebol* passaram a investir tendo em vista mercados e padrões concorrenciais externos, deixando de se limitar ao pequeno mercado nacional.

Entre 1963 e 1986, a Coreia transformou-se, de uma das economias mais fechadas, em uma das mais abertas do mundo. Hoje, suas importações e exportações correspondem, cada uma, a cerca de 40% do PNB. A maior parte dos países apresenta coeficientes entre 10 e 25%. Apenas as economias primárias exportadoras ou as cidades-portos, como Cingapura e Hong-Kong, são mais abertas comercialmente.

Para tanto, os coreanos tiveram de mudar radicalmente sua pauta de exportações bem como sua estrutura industrial. Nos anos 60, a maior parte de suas vendas externas referia-se a bens de consumo não-duráveis, especialmente têxteis. Na década de 80, a situação já havia mudado inteiramente. Mais de 50% das exportações da Coreia eram compostas por produtos industrializados pesados, como aço, máquinas e equipamentos, produtos eletrônicos, automóveis etc.

Atualmente, cerca de 40% das vendas externas coreanas destinam-se aos Estados Unidos, o que deixa a Coreia muito vulnerável a pressões protecionistas e intervencionistas dos norte-americanos. Em contraste, é no Japão que os coreanos concentram suas importações de bens e de tecnologia, o que também lhes vem criando problemas, na medida em que os japoneses têm tentado frear a concorrência de produtos da Coreia no mercado dos Estados

Unidos e no próprio Japão, limitando aos coreanos, cada vez mais, o acesso a suas tecnologias de ponta.

No que se refere ao endividamento externo, os coreanos tiveram uma política muito semelhante à praticada pelos maiores países latino-americanos. Seus constantes déficits correntes foram financiados mediante crescente endividamento com os bancos privados internacionais. Durante o segundo choque do petróleo, em 1979, a necessidade de divisas foi de tal ordem que a dívida externa da Coreia dobrou, atingindo um montante de US\$ 45,1 bilhões. Era a quarta maior do mundo, só sendo superada pelas do Brasil, México e Argentina.

Mesmo assim, a Coreia não foi tão afetada quanto os grandes devedores latino-americanos pela crise financeira internacional. Há indícios de que os bancos norte-americanos também suspenderam novos créditos para a Coreia após 1983, à semelhança do que fizeram com o Brasil, México, Argentina etc. Entretanto, os coreanos tiveram, diferentemente dos demais, um apoio compensatório dos bancos japoneses, que substituíram os norte-americanos como principais financiadores do país.

Com a expectativa de crescentes superávits comerciais, a situação da dívida coreana tende a ser equacionada no futuro próximo. Nesse sentido, o governo da Coreia pretende utilizar a maior parte dessas divisas para, na próxima década, reduzir à metade seus débitos externos.

Finalmente, com relação ao padrão distributivo, a Coreia apresenta um dos melhores perfis em todo o mundo, particularmente entre os países do Terceiro Mundo. Os 40% mais pobres de sua população detêm 17% da renda nacional, contra apenas 7% no Brasil (ver Quadro 2).

Entre as razões que explicam essa diferença gritante está a desconcentração da propriedade da terra. A Coreia era, até há pouco tempo, um país predominantemente agrícola. A origem desse padrão está nas reformas do imediato pós-guerra, especialmente a profunda reforma agrária promovida pelo governo mi-

QUADRO 2

Distribuição da renda em países selecionados
(em percentual de renda nacional)

POPULAÇÃO	CORÉIA	BRASIL	MÉXICO	TAILÂNDIA	ESPAÑA
40% + pobres	16,9	7,0	9,9	15,2	19,4
20% + ricos	45,3	66,6	57,7	49,8	40,0

Fonte: Banco Mundial.

litar de ocupação norte-americano, a partir das terras que antes eram de propriedade dos japoneses.

Com o rápido crescimento da indústria e a transferência da população para as cidades, ocorreram momentos em que a renda urbana expandiu-se mais rapidamente do que a rural. Para evitar que esse efeito se acumulasse, o governo coreano lançou grandes programas de desenvolvimento agrícola em que educação, extensão rural e subsídios foram utilizados para aumentar a renda e a produtividade do campo.

Um outro fator que explica o padrão distributivo coreano é o fato de que, apesar da natureza autoritária do regime e das restrições ao direito de greve, os trabalhadores conseguiram obter ganhos substantivos em seus salários reais. Tais aumentos permitiram, inclusive, que as famílias coreanas acumulassem grandes depósitos de poupança com objetivos previdenciários ou como meio para adquirirem bens de consumo duráveis. Era um modo de compensar a debilidade dos sistemas de pensão e de seguro-saúde, ainda muito precários na Coreia.

Se a preocupação do governo foi pequena com relação aos esquemas de aposentadoria e de assistência à saúde, o mesmo não se deu com a educação. Foram muito bem-sucedidos os programas de erradicação do analfabetismo e de expansão do ensino em todos os níveis. Além disso, à medida que a renda crescia, as famílias também passaram a expandir seus gastos com o ensino de seus filhos. Tal atitude parece estar ligada, em parte, ao valor que a

tradição confuciana atribui à educação, considerada muito relevante no processo de ascensão social.

Outros fatores também poderiam ser citados. Entretanto, o mais importante é que a experiência coreana coloca definitivamente em xeque a idéia de que o crescimento econômico capitalista é baseado na chamada teoria do *bolo*, ou seja, "que é preciso primeiro concentrar a renda para depois poder distribuí-la". A renda coreana, que já era bem distribuída antes do processo de industrialização, tornou-se ainda melhor repartida nos anos 80, após 25 anos de rápido crescimento capitalista.

Conclusões

A Coreia é hoje considerada um caso de grande interesse para os que se preocupam com as questões do desenvolvimento econômico. Poucos países conseguiram combinar rápido crescimento com relativo equilíbrio externo, baixa inflação, elevação dos salários reais e boa distribuição de renda. Por esse motivo, o exemplo coreano cada vez mais vem sendo citado como a trajetória que deveria ser seguida por outras nações. Entretanto, será que a Coreia é uma experiência passível de ser emulada pelo Brasil?

Alguns aspectos das estratégias utilizadas pelo governo e pelas empresas coreanas são de grande interesse para o Brasil. Entretanto, de um ponto de vista mais global, existem, como busquei mostrar, diferenças cruciais na formação econômica dos dois países.

A economia e a sociedade brasileiras são muito mais complexas do que as coreanas. A nossa natureza continental, relevância dos segmentos primário-exportadores, a brutal desigualdade social e a enorme diversidade dos grupos de interesse desestimulam comparações simplistas.

No passado, a Coreia, para superar sua condição de subdesenvolvimento, foi obrigada a enfrentar situações muito mais adversas do que as nossas. Entretanto, a maior homogeneidade de sua sociedade permitiu que um projeto industrialista, uma vez hegemônico, tivesse condições de ser implementado e fosse bem-sucedido.

Tal aspecto leva à questão da natureza organizada dos capitalismo da Coreia e do Japão. Nesses países, as formas de cooperação desenvolvidas pelo Estado e pelas grandes empresas redundaram na potencialização do desenvolvimento das forças capitalistas de produção. Em lugar de inibir a competição entre os capitais — como propugna a ideologia liberal e, de certo modo, como corroboram algumas das experiências ocidentais —, a ação articulada entre governo e grandes conglomerados permitiu que a concorrência e, conseqüentemente, as decisões de investimento capitalistas pudessem ser levados ao limite. Para tanto, o Estado coordenou o processo de planejamento a longo prazo, abrindo horizontes e negociando estratégias; garantiu todas as necessidades de financiamento do investimento privado;

controlou o câmbio, suprindo, assim, as necessidades de divisas para a importação de bens e de tecnologias consideradas prioritárias; e bloqueou o acesso dos bens e do investimento direto estrangeiro a seu mercado nacional em rápido crescimento, restringindo a concorrência doméstica apenas aos capitais nacionais.

Nesse cenário, o Estado protegeu e orientou a ação de suas empresas mas concentrou seus esforços junto a um grupo reduzido e muito diversificado de conglomerados, dentro de uma política que claramente favoreceu a formação dos *chaebol*. Isso estimulou os capitais coreanos a trabalhar de forma mais sinérgica, combinando a ação comum de suas empresas tanto em termos financeiros quanto em termos de experiência empresarial.

Difícilmente podemos esperar a repetição dessas condições no Brasil. Diferentemente da Coreia, a economia brasileira já possui uma elevada participação de empresas internacionais. Além disso, a nossa tradição de ação comum entre Estado e empresas é de natureza mais conflituosa e cartorial, distante, portanto, do estilo asiático. Isso não impede que sejam buscadas novas formas de cooperação, especificamente voltadas para o longo prazo. O sucesso do modelo asiático de capitalismo organizado ou coordenado vem obrigando as empresas e os governos dos países industrializados a rever suas diretrizes e seus padrões de organização. Não há por que o Brasil também não se lance nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGHEVLY, B. *et alii*. 1985. "A case of successful adjustment: Korea's experience during 1980-84". *Occasional Papers*, nº 39, Fundo Monetário Internacional.
- BANCO DA CORÉIA. 1988. *Economic statistics yearbook*.
- BANCO MUNDIAL. 1984. *Korea: development in a global context*.
- . 1987. *Korea's managing industrial transition*.
- BNDES. 1988. Coreia do Sul, *mimeo*.
- CORBO, V. e NAM, S. 1988. "Korea's macroeconomic prospects and policy issues for the next decades". *World Development*, janeiro.

- DORNBUSH, R. e PARK, Y.C.. "Korean growth policy". *Brookings Papers*.
- FAJNZYLBBER, F. 1983. *La industrialización trunca*, Editorial Nueva Imagen, 1983.
- FRICTSCH, W. e FRANCO, G. 1988. Foreign direct investment and patterns of industrialization and trade in developing economies. *Mimeo*.
- JONES, L. e SAKONG, I. 1980. *Government, business and enterprises in economic development: the Korean case*. Harvard, Harvard University Pres.
- KWACK, T. 1984. Industrial restructuring experience in Korea in the 1970's. Korea Development Institute, *mimeo*.
- RODRIGUEZ, O. 1980. *La teoria del subdesarrollo de la Cepal*. Siglo XXI.
- SANTOS F^o, e FERREIRA Jr., H. 1986. "Coréia do Sul e Taiwan: aspectos histórico-estruturais e política industrial". Instituto de Economia/Unicamp, *mimeo*.
- TORRES, E. 1983. "O mito do sucesso: uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-1973)". *Textos para Discussão*, nº 37.
- . 1988. "Reestruturação industrial e política industrial no Japão pós-1973", *Anais da Anpec*.
- WADE R. 1985. The role of government in overcoming market failure: Taiwan, South Korea and Japan. World Bank. *Mimeo*.
- WESTPHAL, L. et alii. 1981. "Korean industrial competence: where it came from", *World Bank Staff Working Papers*, nº 469.
- YOUNG, S. 1986. "Import liberalization and industrial adjustment in Korea". Korea Development Institute, *mimeo*.
- YUSUF, S. e PETERS, R. 1985. "Capital accumulation and economic growth: the Korean paradigm". *World Bank Staff Working Papers*, nº 712.

SUMMARY

South Korea: a model of organized capitalism

In the 1980s, the more advanced western nations began to take notice of southeastern Asia, where new forms of capitalist organization had developed which represented an historical challenge for Europe and the US.

Asian superiority rests not so much on its low salaries or mercantilistic practices, but on the rise of a new model of capitalism in which competition is sharpened by coordinated action between the state and business, between companies which belong to large conglomerates, and at the factory level, between labor and management.

This "coordinated and organized capitalism" has in Japan its most advanced example. However, other

countries such as South Korea are, in their own way, following the same lead.

From the viewpoint of recent Brazilian experience, the Korean case serves as an interesting counterpoint. It is a country which, like Brazil, sought industrialization as a means of establishing a national project, which under State leadership would bring about a definitive break with its dependent, economically stagnant and impoverished past. Although given these similarities, the structural and historical conditions, as well as the "timing" of the Koreans were very different from those which prevailed in Brazil.

Thus, the objective of the present article is to analyze certain aspects of the Korean experience which allow a better look at Brazilian reality, including its future perspectives.

RÉSUMÉ

La Corée du Sud: un modèle de capitalisme organisé

Pendant les années 80, les pays occidentaux les plus avancés commencèrent à s'apercevoir que dans le sud-est asiatique avaient été engendrées de nouvelles formes d'organisation capitaliste qui constituaient un grand défi historique pour les européens et pour les Etats-Unis.

La supériorité asiatique ne réside pas tant dans les bas salaires ou dans les pratiques mercantilistes que dans le surgissement d'un nouveau modèle de capitalisme où la concurrence voit son potentiel accru par l'effet d'actions coordonnées entre l'état et les entreprises, entre les entreprises appartenant à de grands conglomérats et, au niveau des unités de production, entre travailleurs et gérants.

Ce "capitalisme organisé ou coordonné" trouve au Japon son expression la meilleure et la plus avan-

cée. D'autres pays, toutefois, comme la Corée du Sud, cherchent aussi à leur manière à suivre le même chemin.

Le cas coréen constitue un contrepoint intéressant à l'expérience brésilienne récente. Ce pays, tout comme le Brésil, a visé, par l'industrialisation, à mettre en place un projet national dont le but était, sous l'égide de l'état, de rompre définitivement avec un passé de dépendance, de stagnation économique et de pauvreté. Malgré cela, les conditions structurelles et historiques ainsi que le *timing* des coréens se sont révélés très différents de ceux des brésiliens.

Face à ceci, l'objectif de cet article est d'analyser quelques aspects de l'expérience coréenne pouvant aider à mieux réfléchir sur la réalité brésilienne, y compris d'un point de vue prospectif.

estudos
AFRO-ASIÁTICOS

NÚMERO ANTERIOR

A francofonia nas relações França-África
Sistema eleitoral e partidos no Japão
O negro na literatura e literatura negra
Duas análises sobre teatro negro
Escravidão: as transações de compra e venda
Repressão aos capoeiras no século XIX
Cidadania, criminalidade e trabalho livre
Revisitando a 'democracia racial'
Blocos afro na imprensa balana
Miscigenação racial no Brasil
Desigualdades raciais e a família

